

Edilene Freire de Queiroz
Susane Vasconcelos Zanotti
Organizadoras

metodologia de pesquisa em psicanálise

metodologia de pesquisa em psicanálise



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica
Patrícia Helena Lucas Pranke

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Gonçalves Delani

Conselho Editorial

Carlos Eduardo Espindola Baraldi

Clarice Lehnem Wolff

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Luís Frederico Pinheiro Dick

Maria Flávia Marques Ribeiro

Naira Maria Balzaretto

Otávio Bianchi

Sergio Luiz Vieira

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Gonçalves Delani, presidente

psicanálise**clínica**e**cultura**

Coordenação da Série

Amadeu de Oliveira Weinmann
(UFRGS)

Maria Cristina Candal Poli
(UFRJ)

Simone Zanon Moschen
(UFRGS)

Conselho Científico

Betty Fuks
(UVA)

Leandro de Lajonquière
USP e Université Paris VIII

Nina Virginia de Araujo Leite
(Unicamp)

Edilene Freire de Queiroz
Susane Vasconcelos Zanotti
Organizadoras

metodologia de pesquisa em psicanálise

© dos autores
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Projeto gráfico: Clarissa Felkl Prevedello
Revisão textual: Mailing Ignácio Leitão e Verônica da Silva Ezequiel
Revisão editorial: Jeferson Mello Rocha
Editoração eletrônica: Cláudio Marzo da Silva e Rafael Menezes Luz

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



Q38 Queiroz, Edilene Freire de
Metodologia de pesquisa em psicanálise [recurso eletrônico] /
organizadores Edilene Freire de Queiroz [e] Susane Vasconcelos
Zanotti – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
344 p. : pdf

(Psicanálise: Clínica e Cultura)

Inclui Referências.

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Metodologia de pesquisa. 4. Metodologia científica. I. Zanotti, Susane Vasconcelos. II. Título. III. Série.

CDU 159.964.2:001.8

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-021-1

Sumário

prefácio **7**

do método em psicanálise

Angela Vorcaro

apresentação **17**

1ª parte: métodos de investigação psicanalíticos

**o caso clínico como fundamento
da pesquisa em psicopatologia fundamental 23**

Ana Cecília Magtaz e Manoel Tosta Berlinck

**reflexões sobre
meta-análise em psicanálise 35**

Edilene Freire de Queiroz

**revisão da literatura:
os exemplos de Freud e Lacan 55**

Susane Vasconcelos Zanotti
e Paula Orchiucci Miura

a marca do caso: uma proposta metodológica 75

Elizabete Regina Almeida de Siqueira

e Edilene Freire de Queiroz

**o método de observação
de Esther Bick: contribuições à abordagem
da intersubjetividade na pesquisa em psicanálise 93**

Marisa Amorim Sampaio

e Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

2ª parte: pesquisas em psicanálise

em Saint-Martin, que pais do Édipo? 131

Laurent Ottavi e Soizic Bernard

**interlocuções entre
saberes e práticas no território:
os efeitos do método da pesquisa-ação 153**

Ivo de Andrade Lima Filho e Vera Lúcia Dutra Facundes

**filicídio institucionalizado:
a escuta de um projeto de redução da idade penal 183**

Samanta Antoniazzi e Amadeu de Oliveira Weinmann

o real na pesquisa em psicanálise: topologia e escrita 221

Maria Elizabeth Araújo e Angélica Bastos

**diagnóstico diferencial
das toxicomanias a partir do último ensino de Lacan 251**

Cláudia Henschel de Lima

**sexualidade feminina, melancolia
e aids: fragmentos de um caso clínico 285**

Ana Cleide Guedes Moreira e Bárbara Araújo Sordi

**clínica da dor:
uma experiência de pesquisa em psicanálise 309**

Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior e Vera Lopes Besset

sobre os autores 335

do método em psicanálise

Angela Vorcaro

Na recente legitimação da presença de pesquisas em psicanálise na universidade, por meio de mestrados e doutorados, constatamos, de início, certa inibição dos psicanalistas a formularem e sistematizarem a metodologia. Isso era necessário para explicitar um dizer sobre os caminhos da pesquisa, capaz de sustentar o compromisso ético a que estava afeito, que o diferenciava da ciência. Se os impasses desse campo muitas vezes apareciam sob o manto do respeito ao sigilo do paciente, assertivas já conhecidas evidenciavam que o sigilo, nesse caso, visava mais à proteção do analista quanto a seu ato do que à exposição do analisante. Lacan (1977, p. 14) já se pronunciara: “A clínica psicanalítica deve consistir não só em interrogar a análise, mas em interrogar os analistas, a fim de que eles se deem conta daquilo que a prática tem de arrojado (*hasardeux*), que justifica Freud ter existido.”

A formulação de um discurso do método foi enfrentada e exposta à crítica, interrogando a psicanálise e os analistas. Uma série não negligenciável de livros e artigos mostra o quanto há a dizer sobre o método: que metodologia de pesquisa em psicanálise não equivale a discurso universitário e, ainda, que a metodologia em psicanálise não se limita ao consultório privado, mas pode habitar instituições e lidar com as urgências de nossa atualidade.

É ordenada nessa série que essa coletânea de artigos se oferece à leitura e à refutação. O que aqui se opera é complexo, pois, por um lado, o sujeito singular, caro à psicanálise, é efeito do simbólico, funcionando no discurso estabelecido. Por outro lado, este sujeito orienta-se pelo desejo, que desliza por baixo do que diz, evocando um gozo. Assim, o real do ser falante é alienado no discurso, inscrevendo-se e inventando-se nas fissuras do saber em que pratica uma modalidade outra de saber que ele mesmo desconhece.

Estabelecer um método, que localize essa emergência real no simbólico, preservando sua distinção, implica a dificuldade de formular e transmitir uma metodologia. Daí o interesse em explicitar o método capaz de objetivar o real, que só podemos bordejar: *como escrever o que está em exterioridade ao campo simbólico?*

Em “Construções em análise”, Freud (1986) deu um grande passo, ao situar a construção como algo que se aplica a algum elemento isolado do material psíquico. A construção mobilizaria o analisante a recordar o que foi experimentado e recalçado, tecendo a trama do que foi esquecido a partir dos *indícios que deixou atrás de si*. Extraíndo algo de ainda vivo no que está soterrado, a construção infere, a partir de alicerces, reconstruindo fragmentos por meio da suplementação e combinação de restos sobreviventes. Esse seria um trabalho de conjectura aguardando exame, pois necessariamente implica

o que se derramaria sobre ela: está sujeito a reações, correções e equívocos. Freud assevera ainda que as construções do analista não são julgadas por asserções conscientes diretas de aprovação ou desaprovação, mas indiretamente. A convicção quanto à verdade da construção se faz por meio de lembranças de *pormenores hipernítidos*, laterais à temática construída. Freud os julgou resultado de um compromisso: a construção coloca em movimento a pulsão emergente do recalçado, que teria transportado até a consciência vestígios mnêmicos deslocados pela resistência, para objetos vizinhos circunstanciais. Ao recuperar algo que franqueia acesso à lembrança de algo da rede de conexões, a construção produz a convicção do paciente, substituindo a impossível captura do recalçado. A lembrança *hipernítida* contemplaria um núcleo de verdade surgido indiretamente da construção. Assim, considerando a construção como ficcional, Freud situa a função da construção lembrando Polônio, em *Hamlet*: uma isca de mentira para fisgar uma carpa de verdade.

Articulada à noção de representação em psicanálise, a assertiva freudiana situa o reconhecimento de que a transposição de registros entre acontecimentos subjetivos e sua escrita jamais são biunívocos. Na construção não se trata da tradução, sempre carregada de sentidos impostos pelo leitor, nem de transcrição, que perde traços essenciais na passagem do dito ao escrito. Trata-se de transliteração que estabelece, em outro registro, o encurralamento do que, do sujeito, não se escreve.

Lacan (2009) objetivou o real do sujeito, franqueando a escrita do que ex-siste ao simbólico, localizando sua borda. Assim, mostrou que o vazio de simbólico que acolhe o gozo é passível de ser invocado por meio do precipitado do rastro do sujeito na nuvem de significantes do discurso que rompe o sentido: “Trata-se do que a letra demarca como litoral.” (p. 105). Portanto, com a letra podemos perguntar sobre o que se pode

escrever a partir do que não cessa de deslizar e produzir equívoco: *como extrair, para fora da linguagem, algo que está preso nela e de que só se tem uma ideia longínqua, esse um indeterminado que não se sabe como funciona em relação ao significante para que este o coletivize?* (Lacan, 1985). Interrogado sobre o que seria esse Um, Lacan contou com os primeiros traços situados por Freud (1977), nomeados de “*fueros*” sobreviventes que permitiram encurralar registros sedimentados em letras. Entretanto, a instância do saber renovada por Freud sob a forma do inconsciente não supôs o que se impôs a Lacan, o real que pode manter juntas instâncias tão estranhas uma a outra quanto o simbólico e o imaginário. Esta teria sido, segundo ele afirma, sua própria maneira sintomática de elevar ao segundo grau de simbolismo a elocubração freudiana, ou seja, sua reação ao que Freud articulou do inconsciente (Lacan, 2007).

A coletânea de textos aqui oferecidos à leitura, à crítica e à refutação, delimita abordagens distintas, pelas quais clínicos e pesquisadores podem ser surpreendidos pela singularidade que os espreita, na construção de cada caso. Situado e nomeado, o real que faz caso pode transpor sua marca e ser transmitido, com o testemunho das investigações que respondem ao esforço de bordejar os encontros inéditos com o real, delimitando seu litoral e orientando direções de tratamento.

O texto que abre esta coletânea abre também a interrogação do que transmitimos dos casos clínicos, ao escrever sobre eles. Ana Cecília Magtaz e nosso saudoso Manoel Tosta Berlinck trazem as bases para essa discussão a partir das assertivas freudianas sobre o caso e a tensão entre proximidade e distância do psicanalista, entre o pesquisador e o teórico, quando relata um caso. Edilene Freire de Queiroz, em seguida, nos situa em relação à meta-análise, ou seja, a re-análise de resultados já relatados, de modo a fomentar a crítica e introduzir novas pesquisas.

A seguir, a relevância da revisão bibliográfica da temática de uma pesquisa, muitas vezes negligenciada pelos psicanalistas pesquisadores, é abordada por Susane Vasconcelos Zanotti e Paula Orchiucci Miura para evidenciar sua importância para a contextualização, compreensão e aprofundamento do tema. Assim, as autoras partem, para construir sua teorização, dos exemplos do estudo dos sonhos, em Freud, e do caso Aimée, em que Lacan construiu sua tese (defendida e publicada em 1932) sobre a paranoia, criticando a tradição psiquiátrica, a partir de exaustivo trabalho de revisão sobre o tema.

Para situar o campo do pesquisador psicanalítico além da imediatividade da experiência, Elizabete Regina Almeida de Siqueira e Edilene Freire de Queiroz apontam a função da transferência. Assim, mostram a tomada do caso clínico numa construção, como o que constitui um dos recursos metodológicos para que o analista transforme o *a priori* teórico em saber inédito. As autoras apresentam um tipo de construção de caso que não tem foco descritivo nem romanesco. Trata-se da marca do caso, dispositivo formalizado por Dumézil e Brémond (2010) e utilizado na própria tese de doutorado de uma das autoras, para identificar o que está além dos dados já coletados por outros pesquisadores sobre alterações corporais, possibilitando isolar e analisar o que esses têm de teorígeno. Assim, a marca do caso é proposta como uma metodologia profícua para pesquisas no âmbito da psicanálise, quando o enfoque for algum aspecto clínico.

O método de observação de Esther Bick, utilizado como abordagem da intersubjetividade na pesquisa em psicanálise, é posto em discussão por Marisa Amorim Sampaio e Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas. Situando a resultante da transformação do impacto da situação de observação na alteridade fruto do processo de pesquisa, as autoras discutem como se pode construir um texto/significado que reflete os

movimentos de aproximação e afastamento. Assim, concluem que a observação seria uma criação ancorada nas subjetividades e na intersubjetividade.

Depois dos grandes ensinamentos de método propostos na primeira parte do livro, um segundo tempo é reservado ao leitor, a partir de pesquisas teóricas e clínicas efetuadas pelos autores de pesquisas, demonstrando a riqueza de problematizações que a psicanálise pode franquear. A atualidade de temas que nos são trazidos nestes trabalhos especificam a variedade de declinações do método psicanalítico de pesquisa. Seja ressublinhando-os, confrontando-os ou interrogando-os, os autores descobrem novos passos teórico-metodológicos de apreensão do singular. Entretanto, além dos brilhantes trabalhos que nos mostram o vigor metodológico da topologia, do além do Édipo e da forclusão, vale marcar o quanto essas visadas contemplam e esclarecem impasses que atingem o campo social: a AIDS, a redução da maioria penal, a toxicomania e a clínica da dor.

No texto “Em Saint-Martin, que pais do Édipo?”, Laurent Ottavi e Soizic Bernard situam a mais difundida e extensa noção freudiana do complexo de Édipo para debater um caso que evidencia as numerosas versões do pai, nas Antilhas. Como marcador simbólico específico da genealogia, problematiza a universalidade do Édipo, situando-o na normatividade eurocêntrica da família nuclear.

Ivo de Andrade Lima Filho e Vera Lúcia Dutra Facundes nos apresentam interlocuções entre saberes e práticas no *Território*, para discutir efeitos do método da pesquisa-ação. Situam a crítica ao modelo de atenção em saúde mental das últimas décadas e sua contribuição para novas estratégias de cuidado em saúde mental, com a criação da lógica territorial. A noção de *Território* é colocada como um lugar de encontro de sujeitos em sofrimento psíquico, referido ao conjunto de práticas, serviços,

peessoas. Os autores observam que a metodologia da pesquisa-ação contribui para a criação de estratégias de cuidado, articular pesquisa e intervenção e favorecer processos de subjetivação.

Por sua vez, Samanta Antoniazzi e Amadeu de Oliveira Weinmann abordam o tema do filicídio, muito pouco tratado nas pesquisas em psicanálise, a que contrapõem o parricídio, que já aparece desde que Freud começa a esboçar o complexo de Édipo. Enquanto o parricídio foi teorizado como uma das peças fundamentais na engrenagem da conflitiva edípica, o filicídio não comparece em escritos freudianos. Debatendo, a partir daí, a redução da idade penal, os autores perguntam sobre o relegado e inarticulado desejo dos pais de matarem os filhos. O trabalho de pesquisa dos autores faz um contraponto entre tal redução e o filicídio, por meio de uma escuta psicanalítica das produções culturais, para conduzir à hipótese do filicídio institucionalizado em nossa cultura, objetivado por meio da redução da idade penal.

Recuperando a função da topologia na pesquisa psicanalítica para dar conta do real que ela enseja, Maria Elizabeth Araújo e Angélica Bastos apontam como o caso clínico apoia-se na prática do psicanalista, sendo, portanto, terreno privilegiado de pesquisa. Conjugando-se aos textos teóricos, a construção do caso é tratada pela topologia não como teoria ou modelo na investigação do inconsciente, mas como método de implicação na experiência de manuseio e experimentação em cada caso, onde decodificação teórica ou ilustrações não bastam. Com essas bases, as autoras tomam o caso do escritor Raymond Roussel, investigando os recursos de que este se vale para enodar singularmente Real, Simbólico e Imaginário, a partir da premissa de que um nó é uma nomeação, marca singular que comparece na escrita. As autoras mostram como Roussel, ao não ter compromisso com o dito, segue na direção da imagem e revela o absurdo do sentido. Na ausência de

enlace entre Simbólico e Imaginário, o Real do gozo em Roussel assume a consistência da *glória*.

É também com o mote das últimas elaborações lacanianas que Cláudia Henschel de Lima toma a toxicomania como um dos sintomas contemporâneos, constatando a dificuldade para a formulação do diagnóstico diferencial. A autora propõe revisar a fórmula lacianiana de que a droga permite a ruptura com o falo, partindo da referência à psicose ordinária para sustentar a hipótese de que a estrutura psíquica que sustenta o recurso à droga é a psicose. Fundamenta a teorização além da forclusão, investigando as perturbações do falo, ou seja, da irrupção de um gozo fora do limite, não falicizado, no corpo.

Trazendo fragmentos de um caso clínico para abordar a correlação entre sexualidade feminina, melancolia e AIDS, Ana Cleide Guedes Moreira e Bárbara Araújo Sordi apresentam resultados parciais de uma pesquisa em hospital universitário, que investiga o sofrimento psíquico de mulheres vivendo com AIDS. Analisam então a associação problemática entre sexualidade feminina e melancolia na presença dessa síndrome para ilustrar o valor heurístico das hipóteses freudiana sobre a melancolia e birmaniana sobre a feminilidade originária. Nas condições impostas pela AIDS, constataam, nos fragmentos de um caso, a perda dos ideais de feminilidade erigidos em uma posição fálica, e seus objetos de amor. É na melancolia e no retorno à posição feminina originária que o caso tratado encontrou finitude.

É a especificidade da contribuição da clínica psicanalítica ao campo da clínica da dor que mobiliza a pesquisa-intervenção de Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior e Vera Lopes Besset, por meio da escuta analítica específica, que localiza modalidades de gozo próprias a cada *fallasser*. Os autores demonstram suas apostas no possível contorno simbólico ao gozo

sem palavras, suportado pelo corpo marcado pela linguagem, na direção do tratamento fundamentada na fala do paciente.

Enfim, como se pode constatar, as vias aqui tratadas se mostram variadas e indicam o trabalho dos autores para concernir as pesquisas em psicanálise. Eles nos trazem lições de método.

Referências

DUMÉZIL, C.; BRÉMOND, B. *L'invention du psychanalyste: le trait du cas*. Toulouse: Érès, 2010.

FREUD, S. Carta 52. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 1. Originalmente publicado em 1896.

FREUD, S. Construcciones en el análisis. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. v. 23. Originalmente publicado em 1937.

LACAN, J. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. Originalmente publicado em 1932.

LACAN, J. Ouverture de la section clinique. *Ornicar?*, n. 9, p. 7-14, Originalmente publicado em 1977.

LACAN, J. *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse do semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. Originalmente publicado em 1971.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Originalmente publicado em 1972.

LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Originalmente publicado em 1975-1976.

apresentação

As relações entre psicanálise e universidade não são recentes, porém foram sempre marcadas por questionamentos quanto a sua cientificidade. Quando se trabalha com um objeto, como o inconsciente, que não se situa no campo das evidências é sempre problemático formalizar métodos objetivos de observação e de apreensão de respostas. As formações do inconsciente se expressam por derivativos como os sonhos, os atos falhos, os sintomas, requerendo um trabalho de associação livre e de interpretação, incompatíveis com a lógica cartesiana que domina grande parte dos métodos científicos. O fato de ter um objeto singular, cuja ação investigativa será sempre pela via indireta, não a desconfigura como ciência. Como observa Althusser (1984), a psicanálise é uma ciência porque apresenta as três características essenciais de uma ciência: tem um objeto próprio – o inconsciente –, um corpo teórico e um método.

O rechaço e as críticas à psicanálise têm levado a duas atitudes extremas e igualmente resistentes, tanto por parte de quem pesquisa, como por parte das agências oficiais reguladoras e de fomento. Uma recente tese de doutorado, defendida por Fonteles (2015), apresentou uma análise da produção acadêmica da psicanálise no Brasil e chegou a resultados significativos no que diz respeito a essas atitudes extremas. Na maioria das teses produzidas entre 1987 a 2012 (período estudado), há ausência de descrição metodológica e poucas são aquelas que têm a chancela dos órgãos de fomento.

No entanto, a referida pesquisa também aponta que os próprios psicanalistas reconhecem que o campo acadêmico é um *locus* legítimo de produção de conhecimento e que a psicanálise tem muito a contribuir pelo seu caráter intrinsecamente interdisciplinar. Logo, a resistência à psicanálise não justifica que nos coloquemos numa posição defensiva de não discutir seu método, a viabilidade de articulá-lo ou compatibilizá-lo com outros métodos investigativos, sem que isso o desvirtue. A justificativa do uso do método psicanalítico de interpretação nem sempre é suficiente para argumentar, com rigor, os caminhos metodológicos de uma pesquisa psicanalítica. O recurso ao caso clínico nem sempre é o melhor caminho quando a pesquisa não se situa no campo estritamente clínico e mesmo ele tem sofrido variações e se ajustado a diferentes contextos e teorias. Portanto, atualmente não cabe mais falar do método clínico de modo genérico.

A significativa produção acadêmica em psicanálise nos autoriza a discutir e refletir sobre possibilidades metodológicas, tanto com pesquisas estritamente psicanalíticas, quanto com pesquisa com psicanálise. Foi com esse espírito que o GT Psicopatologia e Psicanálise, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), organizou

um Seminário sobre Metodologia de Pesquisa em Psicanálise, realizado em maio de 2015, na Universidade Católica de Pernambuco, em parceria com o Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise desta instituição, o qual reuniu pesquisadores psicanalíticos de diferentes estados brasileiros, membros e não membros do GT, para refletirem sobre pesquisas psicanalíticas e seus métodos.

Nesta obra, encontram-se todos os trabalhos apresentados neste evento e de vários outros pesquisadores que também se preocupam com o rigor metodológico das pesquisas psicanalíticas e que aceitaram a oportunidade de dar visibilidade aos recursos metodológicos de suas pesquisas. Para aqueles que se iniciam no campo da pesquisa acadêmica em psicanálise, esta obra pode significar uma ferramenta didática importante ao indicar caminhos para a formalização metodológica.

Estão aqui reunidos trabalhos sobre métodos clínicos com diferentes variações do uso do caso clínico, sobre o método de observação, sobre meta-análise, reflexões sobre revisão da literatura psicanalítica e sobre o método pesquisa-ação. Várias pesquisas em psicanálise são apresentadas, mostrando o tratamento que cada autor dá ao método investigativo e sua articulação com a teoria, tanto em pesquisas de campo, quanto em pesquisas teóricas.

*Edilene Freire de Queiroz
Susane Vasconcelos Zanotti*

Referências

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FONTELES, C. S. L. *Psicanálise e Universidade: uma análise da produção acadêmica no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

1ª parte: métodos de investigação psicanalíticos

o caso clínico como fundamento da pesquisa em psicopatologia fundamental¹

Ana Cecília Magtaz
Manoel Tosta Berlinck

O Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, criado em 1995, tornou-se um valioso espaço de pesquisa em psicopatologia, levando em consideração a subjetividade e nascendo das vivências clínicas de seus pesquisadores.

Muitos pesquisadores temem relatar suas vivências clínicas por vários motivos. O primeiro temor diz respeito à exposição da intimidade do paciente, como sendo uma espécie de traição do sigilo profissional. Além disso, há a sempre ameaçadora Comissão

¹ Este texto foi inicialmente publicado na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-81, em março de 2012. Este trabalho foi financiado com auxílio de pesquisa sobre “O método clínico”, concedido ao Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

de Ética a exigir o sigilo, o anonimato e o consentimento livre e esclarecido do paciente. O segundo, diz respeito à exposição da competência do clínico pela via do relato, de sua forma de compreender o caso e dar andamento ao tratamento. Depois do caso relatado aparece, por sua vez, a dificuldade de articulá-lo ao tema de pesquisa em psicopatologia. Poder-se-ia perguntar: por que e como escolher um caso clínico para ser relatado em uma pesquisa de mestrado ou de doutorado?

Este trabalho pretende considerar essas questões e especificar a importância do caso clínico para a pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Defenderá o ponto de vista a partir da leitura de alguns textos freudianos e pós-freudianos sobre a técnica e a interpretação dos sonhos, de que o caso clínico é porta-voz de um problema de investigação e fundamento da pesquisa, seguindo a mesma lógica dos sonhos.

O relato de caso é um recurso bastante utilizado e tradicional nos estudos psicopatológicos médicos. É possível encontrar detalhadas observações, como é “O caso Filiscos” (Hipócrates, 2008), breves ilustrações ou vinhetas clínicas, como ocorre nos casos relatados por Gaëtan Gatian De Clérambault (1999), em “Automatismo mental e cisão do eu”; há, também, os relatos muito longos e analisados minuciosamente, como “O caso Ellen West. Estudo antropológico-clínico”, de Ludwig Binswanger (Binswanger, 1977; Associação, 2016). Todas essas formas de relato são contribuições fundamentais para a psicopatologia, pois fornecem ricos elementos para pesquisas posteriores.

Freud, em seus escritos, introduziu outra modalidade de relato no curso de sua prática, o que poderia ser denominado de “análise de caso”. O psicanalista elabora em sua escrita, a partir de sua vivência clínica, a compreensão tanto do funcionamento mental e sintomático do paciente quanto do tratamento enquanto um processo que requer um manejo

técnico específico (Mijolla-Mellor, 2005). Entretanto, mesmo tendo escrito vários textos clínicos, Freud deixa clara a dificuldade em relatar seus casos e o incômodo em ter de publicá-los.

Em notas preliminares do texto “Fragmento da análise de um caso de histeria”, Freud (1986, p. 16) diz o seguinte:

Não deixarei de ser censurado por isso. Só que, se antes fui acusado de não comunicar nada sobre meus pacientes, agora dirão que forneço sobre eles informações que não deveriam ser comunicadas. Espero apenas que sejam as mesmas pessoas a mudarem assim de pretexto para suas censuras e, desse modo, renuncio antecipadamente a qualquer possibilidade de algum dia eliminar suas objeções. Contudo, mesmo que eu não dê importância a esses críticos estreitos e malévolos, a publicação de meus casos clínicos continua ser para mim um problema de difícil solução.

Para Freud, as dificuldades são, por um lado, de natureza técnica, mas, por outro, se devem ao fato de as neuroses estarem relacionadas à intimidade da vida psicosssexual dos pacientes e os sintomas expressarem os mais secretos desejos recalçados. Levá-los ao conhecimento do público não é tarefa fácil.

O clínico, para Freud, tem o dever de tratar o caso como sendo uma contribuição à psicopatologia das neuroses, por exemplo, e não como uma novela particular, um *roman à clef*, como ele chama, destinado ao deleite do leitor ávido por dramas e fofocas.

Mas é no texto “Recomendações ao médico que pratica a psicanálise” que Freud (2010) atesta sua contribuição para uma reflexão sobre a importância do caso clínico em psicanálise. Comenta que um dos méritos que a psicanálise reivindica para si é o fato de nela coincidirem pesquisa e tratamento. Por sua vez, observa que a técnica que serve a uma, contradiz, a partir de certo ponto, o outro.

Segundo ele, não é recomendável trabalhar cientificamente um caso enquanto seu tratamento não foi concluído. Mais precisamente, diz isso para deixar claro que o êxito de um tratamento fica prejudicado nos casos destinados de antemão ao uso científico e tratados conforme as exigências deste, ou seja, o caso não deve ser relatado nem tratado com o propósito de comprovar uma teoria. Freud comenta: “São muito mais bem-sucedidos os casos em que agimos sem propósito, surpreendendo-nos, a cada momento, e que abor damos sempre de modo despercebido e sem pressupostos” (Freud, 2010, p. 154).

Esta passagem estaria relacionada ao conceito de atenção flutuante, proposto por Freud neste mesmo texto. Ela consiste em não querer notar nada em especial e oferecer a tudo o que se ouve a mesma atenção, sem fixidez. Freud a contrapõe à atenção proposital, relacionada a uma intensificação deliberada da atenção sobre algum conteúdo eleito. A atenção proposital levaria o clínico a achar aquilo que ele já tem conhecimento prévio, ao caminho da comprovação.

Em muitos trabalhos de pesquisa, a respeito da clínica psicanalítica, observa-se o predomínio da atenção proposital, isto é, a maioria dos relatos clínicos é utilizada intencionalmente para comprovar o que já foi dito sobre determinado tema de pesquisa escolhido previamente, o que vem se manifestando como uma repetição do já escrito e do já sabido. Será que esta deve ser a “regra fundamental” do trabalho de pesquisa clínica?

Segundo Freud (2010), o preceito de notar igualmente tudo é a necessária contrapartida à exigência de que o paciente fale tudo o que lhe ocorre, sem crítica ou seleção. É válido dizer que a “regra fundamental da análise” diz respeito tanto ao paciente quanto ao clínico. Para o clínico, a regra pode ser

formulada da seguinte maneira: “[...] manter toda influência consciente longe de sua capacidade de observação e entregar-se totalmente à sua ‘memória inconsciente’, ou, expresso de maneira técnica: escutar e não se preocupar em notar alguma coisa” (p. 150).

Assim, a atenção flutuante é um estado a ser atingido pelo psicanalista durante a sessão, diante de seu paciente. É a contrapartida da associação livre esperada de seu paciente e formulada explicitamente no início de cada tratamento. O psicanalista deve deixar-se levar por um estado mental de atenção flutuante, pela sua própria atividade mental inconsciente, isto é, pela capacidade de receber o inconsciente de seu paciente com o seu próprio inconsciente.

Estas ideias de Freud permitem pensar o caso como sendo o que possibilitaria a coincidência entre tratamento e pesquisa – o fundamento mesmo do método clínico –, ou seja, pensar o caso clínico como sendo o relato do que surpreendeu o clínico em seu estado de atenção flutuante.

O caso assim entendido não é uma narrativa do tratamento (relato de todas as sessões), como a utilizada nos exames de certas instituições de formação, como as filiadas à IPA. Não é, também, um relato da trajetória clínica do psicanalista, como ocorre em certas instituições lacanianas, por ocasião do passe. O caso também não é uma anamnese médica contendo uma descrição dos sinais e sintomas com o intuito de compreender uma doença mental que precisa ser tratada com a utilização de medicação psicotrópica.

Finalmente, ele não é o relato de um tratamento bem-sucedido, como ocorre com frequência na psicologia clínica. Um tratamento bem-sucedido não contém o surpreendente enigmático que conduz à formulação de um problema e à pesquisa psicopatológica, a não ser que se tome o sucesso como

surpreendente enigmático. Aliás, Freud esteve ciente dos impedimentos do sucesso de uma análise mostrando-se sempre pronto a investigá-los. É inegável que sua produção deveu-se ao fracasso de seus atendimentos.

A noção de escuta deve ser considerada neste momento. Seguindo Freud, o clínico deve escutar com a atenção flutuante, livre. Para Castarède (2005), a escuta é sensível às palavras, à voz que as profere e ao conjunto do contexto mais amplo da comunicação humana. A escuta pode ser compreendida como a relação que une paciente e seu psicanalista, estando cada um numa posição de escuta em relação ao outro.

A escuta, segundo a autora, é bilateral. Do lado do psicanalista, a escuta não privilegia somente o conteúdo das falas; acontece principalmente em silêncio, atenta aos movimentos corporais e aos afetos expressos pelo corpo. A escuta depende da atenção flutuante, de uma atenção operando sem o predomínio de ideias preconcebidas. A escuta precisa ser benevolente, acolhedora, livre de avaliações críticas e de julgamentos morais. Ela supõe o neutro na linguagem (Berlinck, 2011). É a escuta que favorecerá ao paciente expor seu mundo imaginário por meio de suas associações livres. Do lado do paciente, a escuta da fala do psicanalista, a partir de sua escuta, gera uma agitação dos sistemas de pensamento e uma elaboração dessa agitação, *a posteriori*.

É possível pensar, a partir de Freud (1987), que a “análise de caso” é difícil de elaborar porque é possível perceber uma discrepância entre aquilo que é comunicado durante uma análise e aquilo que é comunicado a respeito de uma análise.²

² Esta ideia acompanha, por um lado, e pretende defender, por outro, o pensamento de Berlinck (2000, p. 316) quando diz: “O tema de pesquisa contém, portanto, um enigma que precisa ser especificado pelo psicanalista. Este enigma pode ser traduzido como sendo uma discrepância entre aquilo que é e aquilo que deveria ser. O reconhecimento do enigma produz, então, uma situação problemática.”

Discrepância encontrada, também, com relação ao sonho vivido e o relato do sonho.

O clínico que se dispõe a escutar com atenção flutuante se depara com o surpreendente enigmático. O relato daquilo que surpreendeu o clínico em sua atenção flutuante segue o modelo do relato do sonho e sua interpretação, isto é, a lógica da transformação dos processos primários (energia não ligada) em processos secundários (energia ligada). Haveria, então, o que poderia ser denominado de “o trabalho de interpretação do caso”, e não somente o relato das interpretações realizadas durante o tratamento de determinado paciente.

Segundo Freud (2010, p. 156):

Assim como este deve comunicar tudo o que sua auto-observação capta, suspendendo toda objeção lógica e afetiva que procure induzi-lo a fazer uma seleção, também o médico deve colocar-se na posição de utilizar tudo o que lhe é comunicado para os propósitos da interpretação, do reconhecimento do inconsciente oculto, sem substituir pela sua própria censura a seleção a que o doente renunciou.

Segundo Pontalis (2005), Freud se interessou pelo trabalho do sonho, ou seja, a série de transformações que se dão a partir dos desencadeantes – moções pulsionais e restos diurnos – até o produto final: o relato de sonho, o sonho registrado em palavras. A interpretação dos sonhos não seria o livro da análise dos sonhos, nem o livro do sonho, mas o livro que, por meio das leis do logos do sonho, descobre a de qualquer discurso.

Neste momento é preciso fundamentar, então, como se dá a interpretação do caso e sua importância no levantamento de uma questão de pesquisa, na formulação de um problema de investigação. Como se percorre o caminho de interpretação do caso?

O trabalho de interpretação do caso teria, para o clínico pesquisador, a função de colocar em palavras – a formulação de uma situação problemática – aquilo que ele viveu na transferência e apresentou-se como surpreendente enigmático. A interpretação em análise visa, antes de tudo, a eliminação das resistências, da tendência a selecionar o material a ser analisado. O trabalho de interpretação do caso em pesquisa seria, então, um trabalho de associação do clínico pesquisador para superar suas resistências na formulação de um problema de pesquisa e poder ficar livre em sua atenção, favorecendo o pensamento metapsicológico. Este delicado e complexo processo envolve principalmente a memória, ou seja, aquilo que foi vivido e esquecido, pois sem esquecimento não há memória. Evidencia-se, assim, a formação como atividade indispensável para a livre associação. O estudo, a leitura e a formação, entendidos como análise pessoal e supervisão, alimentam a memória e retiram a livre associação de uma existência banal. A resistência aparece sob várias formas, mas principalmente pela via da repetição do já sabido e da falta de formação. O douto analfabetismo é uma resistência à pesquisa metapsicológica.

O surpreendente enigmático tira o clínico de suas convicções preconceituosas, da dimensão da dúvida e da necessidade de comprovação teórica, e o coloca em lugar neutro, posição que favorece a entrada do estrangeiro no inconsciente do clínico. Essa ideia está ligada à compreensão de Fédida (1991) sobre chôra, o lugar dos lugares. Segundo ele, “chôra é virgem de qualquer marca. Ela é informe. O que ela recebe, engendra em figuras” (p. 127). Figuras representáveis pela via da interpretação.

Sendo assim, é preciso deixar claro que a interpretação do caso não contém uma dimensão explicativa, isto é, o caso não deve ser explicado em seu relato, como se faz no método do estudo de caso.

O clínico pesquisador possui uma vocação para a pesquisa, atende a uma voz que chama (*vocare*) e “realiza um desejo” de pesquisa muito próximo à pesquisa sexual infantil. O caso – como porta-voz de um tema de pesquisa – é um objeto investido libidinalmente pelo pesquisador, instigante e erótico (faz ligações). É preciso formular uma questão enigmática a partir do que o surpreendeu e traçar um caminho a ser seguido para respondê-la, um caminho de ligações. Isso possibilita pensar que o caso é do clínico e não do paciente. É do clínico que se trata quando se trata do caso, do clínico e de seu desejo de transformar sua vivência em experiência socialmente compartilhada por meio de um tema de investigação.

Figueiredo (2004, p. 78) diz ser a construção do caso a contribuição da psicanálise para a psicopatologia e para a saúde mental. Diferencia o termo construção do termo interpretação: “[...] a construção é um arranjo dos elementos do discurso visando a uma conduta; a interpretação é pontual visando a um sentido”. Para a autora, o objetivo da construção deve ser o de partilhar elementos de cada caso em um trabalho conjunto, o que não seria possível em um trabalho de interpretação. A construção seria um método clínico de maior alcance em comparação com a interpretação. “O caso é produto do que se extrai das intervenções do analista na condução do tratamento e do que é decantado de seu relato” (p. 79).

Fédida (1991, p. 230) também reflete sobre a construção do caso. Ele diz:

[...] na psicanálise, o caso é uma teoria em germen, uma capacidade de transformação metapsicológica. Portanto, ele é inerente a uma atividade de construção tal como a análise de supervisão seria capaz de constituir. Em outros termos, o caso é construído. Não existe história de caso!

É preciso fazer uma diferença entre análise de supervisão (atividade de construção de caso), como pensa Fédida, e o caso como sendo o relato do que surpreendeu o clínico em sua atenção flutuante. O primeiro remete o clínico à sua análise pessoal, principalmente, pensando na supervisão como sendo uma espécie de análise de seus pontos cegos durante determinados tratamentos. A análise de supervisão leva em conta a transferência do clínico com o seu supervisor e não somente a análise da transferência entre paciente e seu psicanalista. Segundo Fédida (1991, p. 223), “[...] a situação de supervisão comporta aqui, de forma bastante exata, uma cruz (o cruzamento das transferências) e um poço (a fantasia de nos debruçarmos juntos sobre um poço)”. O segundo remete o clínico pesquisador diretamente para a metapsicologia e ao trabalho de construção de um tema de investigação. Por isso, diz-se ser o caso o porta-voz de um tema de pesquisa.

Neste ponto, é preciso introduzir mais um comentário. Muitos pesquisadores entendem a fala de Fédida articulando-a a uma construção metapsicológica do caso como sendo uma espécie de estudo de caso. Não é disso que se trata aqui. O caso aponta para uma transformação metapsicológica, para o levantamento de um tema suscitado por ele. A metapsicologia não se reduz, de maneira nenhuma, a uma compreensão da dinâmica do paciente nem de sua estrutura clínica. Ela precisa ser ampla, como Freud o fez ao criar noções pertinentes à clínica como um todo.

Todavia, para a pesquisa clínica entendida aqui, a interpretação do caso constitui possibilidade de representação figurativa do mesmo a partir do vivido enigmático na clínica. Ao afastar-se do que pensa Figueiredo (2004), citado anteriormente, é possível pensar na construção de uma representação figurativa para o vivido da clínica (para o processo primário) como sendo

uma elaboração secundária, uma interpretação ou a possibilidade mesma de transformar vivência em experiência socialmente compartilhada.

Referências

ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. [Site]. São Paulo, c2016]. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org>. Acesso em: 20 set. 2016.

BERLINCK, M.T. Considerações sobre a elaboração de um projeto de pesquisa em Psicopatologia Fundamental. In: _____. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 313-320.

BERLINCK, M.T. O neutro. *Tempo psicanalítico*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p.183-199, 2011.

BINSWANGER, L. El caso de Ellen West. Estudio antropológico-clínico. In: MAY, R.; ANGEL, E.; ELLENBERG, H.F. (Ed.). *Existencia*. Madrid: Editorial Gredos, 1977. p. 288-434.

BINSWANGER, L.;WARBURG, A. *La curación infinita*: historia clínica de Aby Warburg. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.

CASTARÈDE, M.F. Escuta. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional da psicanálise*: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 592-593.

CLÉRAMBAULT, G. G. Automatismo mental e cisão do Eu (apresentação de pacientes). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 158-168, mar. 1999.

FÉDIDA, P. *Nome, figura e memória*: a linguagem na situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1991.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 75-86, mar. 2004.

FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 112-115. Originalmente publicado em 1905.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 4-5. Originalmente publicado em 1900.

FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: *Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 147-162. Originalmente publicado em 1912.

HIPÓCRATES. O caso Filiscos. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 22, n. 2, p. 57, 2009.

MIJOLLA-MELLOR, S. Caso (relato de). In: MIJOLLA, A. de. *Dicionário Internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

PONTALIS, J. B. Entre o sonho-objeto e o texto-sonho. In: _____. *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias & Letras, 2005. p. 33-73.

reflexões sobre meta-análise em psicanálise¹

Edilene Freire de Queiroz

A psicanálise freudiana nos legou não só uma terapêutica e uma teoria, mas um método de investigação da experiência humana. Seu objeto não se deixa captar por procedimentos experimentais ou qualquer instrumento de mensuração. A especificidade do objeto – o inconsciente –, suscitou o uso de um método igualmente específico que se distancia da objetividade positivista. Em função disso, a pesquisa psicanalítica sempre é interrogada na sua cientificidade. Há os que reivindicam a autonomia da Psicanálise, recusando o contato com as demais ciências, e há os que se rendem às exigências das ciências empíricas, acreditando com isso que a estão aproximando da “verdadeira ciência”. Segundo Herrmann (2000), uma e outra atitude negam a existência da pesquisa psicanalítica. Pureza e posições

1 Trabalho reformulado e expandido a partir da comunicação feita no Seminário sobre Metodologia de Pesquisa em Psicanálise, organizado pelo GT da Anpepp – Psicopatologia e Psicanálise, realizado em 29 de maio de 2015, na Universidade Católica de Pernambuco.

separatistas não ajudam em nada no sentido de entender e refletir sobre as possibilidades investigativas em e com psicanálise.

Este artigo apresenta uma discussão quanto ao uso de um método relativamente recente utilizado pelas ciências e que em muito se aproxima do que a psicanálise vem praticando. Ele surgiu quando se pretendia avaliar a eficácia da psicoterapia e logo se estendeu para diversos campos, justamente pela necessidade de comparar pesquisas e agrupar resultados diversos. Trata-se da meta-análise.

Revisões sistemáticas do conhecimento são uma prática frequente, para quem trabalha com pesquisa, até porque é fundamental, antes mesmo de apresentar e discutir os resultados da pesquisa, apresentar o estado da arte, fazer uma análise crítica de uma grande quantidade de resultados de pesquisas anteriores, cotejando diferenças e semelhanças.

Entretanto, o aumento da produção científica, a diversidade de tendências teóricas e enfoques metodológicos têm produzido uma variedade de resultados sobre um mesmo tema e tornado cada vez mais difícil fazer as revisões necessárias para situar o estado da arte. Contamos, hoje, com o recurso de bases de dados, mesmo assim não tem sido tarefa fácil. Esse acúmulo de informações dispersas acaba por produzir pouco impacto. O caminho tem sido eleger alguns segmentos para subsidiar as práticas e embasar as pesquisas. O olhar de um terceiro que possa se debruçar sobre os diferentes resultados para criticar e validar tais resultados tornou-se um caminho investigativo aceito no mundo científico.

Segundo Matheus (2009, p. 544):

As revisões sistemáticas reúnem uma grande quantidade de resultados de pesquisas clínicas e discutem as diferenças e semelhanças entre os resultados encontrados nos estudos primários. [...] Esse

movimento deu-se pela necessidade de validar os resultados obtidos de pesquisas sobre determinado assunto, assim como, subsidiar a tomada de decisões dos profissionais em meio a tantas informações.

Assim, do ponto de vista quantitativo, a metanálise permite determinar as melhores práticas, maximizar resultados e aplicar os melhores resultados em tempo mais curto com o menor preço possível.

Nesse cenário, fazer uma meta-análise, ou seja, uma reanálise de resultados obtidos por pesquisas anteriores ajuda, sobremaneira, a tomada de decisão pelos profissionais e pesquisadores em meio a tantas informações.

O trabalho de meta-análise tem sido necessário em vários campos do conhecimento no sentido de sistematizar conhecimentos diversos e promover uma crítica constante do que está sendo produzido e, como tal, ele é um método investigativo importante.

Neste trabalho, pretendemos fazer uma reflexão sobre o seu uso em pesquisas psicanalíticas. Começaremos fazendo uma pequena apresentação do método e suas variações com pesquisas qualitativas e quantitativas para então apresentar alguns trabalhos de cunho psicanalítico e a nossa própria experiência.

caracterização do método

A meta-análise é um método investigativo bastante utilizado nos Estados Unidos. Segundo Lovatto et al. (2007, p. 289), ele se baseia na “sistematização de um conjunto de dados obtidos principalmente na literatura científica”, ou numa re-análise dos dados de um trabalho com outro foco metodológico, ou teórico e se constitui em uma ferramenta importante para mostrar áreas onde a evidência disponível não se esgota, possibilitando assim novos estudos.

Segundo o mesmo trabalho, o termo foi utilizado pela primeira vez por Smith e Glass, em 1977, em um estudo qualitativo, sobre pesquisa em psicoterapia, no qual analisaram o resultado de 375 pesquisas sobre psicoterapia e concluíram que ela apresenta efeitos benéficos, pondo em questão os resultados encontrados por Eysenck (1952), que afirmava justamente o contrário.

A meta-análise se desenvolveu inicialmente nas ciências sociais, na educação, na medicina e, mais tarde, na agricultura. Antes disso, em diversos trabalhos foram utilizadas técnicas estatísticas para combinar ou reunir dados já publicados ou utilizados em outros estudos, sem, entretanto, ter-se cunhado um termo específico para definir o método utilizado. O surgimento de um termo específico para definir esse procedimento ocorreu ao mesmo tempo em que aumentava muito a sua utilização em diversas áreas do conhecimento. A explicação para esse aumento da popularidade da meta-análise nas últimas três ou quatro décadas pode estar na atual explosão de informação porque passa o mundo todo e, em especial, o mundo científico ou acadêmico.

Segundo Matheus (2009, p. 543), “o incremento dessa metodologia deveu-se aos estudos desenvolvidos, principalmente pela Fundação Cochrane, do Reino Unido, que, desde 1992 prepara, mantém e dissemina revisões sistemáticas de intervenções de saúde”. Isso significa que o método passou a ser um recurso importante utilizado pelas ciências para fazer revisões da literatura sobre um determinado tema. A proliferação de teses, dissertações e artigos tem inviabilizado que os pesquisadores possam ter acesso a todo esse material. Portanto, a consulta a trabalhos de revisão sistemática com o uso da meta-análise tem-se constituído num bom auxílio e tem poupado tempo de quem precisa se inteirar de um determinado assunto. Posso acrescentar, sem medo de errar, que há uma tendência em vários programas de pós-graduação de universidades brasileiras

de recomendar que tais revisões sejam tarefas empreendidas pelos mestrandos. O tempo curto para empreender uma dissertação muitas vezes inviabiliza fazer pesquisa na literatura e pesquisa de campo. Opta-se por fazer uma boa revisão crítica sobre um determinado tema, o que já indica uma contribuição científica significativa.

No nosso entender, o trabalho de meta-análise pode corresponder a um tempo da pesquisa de revisão sistemática da literatura que requer um estudo comparativo e crítico sobre o objeto em questão, ou seja, ele representa um método auxiliar de trabalho. Mas pode ser o método que direcionará o próprio trabalho. Nessa segunda alternativa, ele torna-se o recurso necessário para se empreender uma análise crítica de dados quantitativos ou qualitativos de pesquisas anteriormente realizadas, podendo tomar a psicanálise como referencial interpretativo.

Do ponto de vista da pesquisa quantitativa, a meta-análise visa extrair informação adicional de dados pré-existentes através da união de resultados de diversos trabalhos e pela aplicação de uma ou mais técnicas estatísticas. É um método quantitativo que permite combinar os resultados de estudos realizados de forma independente (geralmente extraídos de trabalhos publicados) e sintetizar as conclusões ou mesmo extrair uma nova conclusão. Praticamente qualquer técnica de análise estatística poderá ser aplicada em meta-análise, dependendo apenas da natureza dos dados e dos objetivos do estudo.

A forma como os dados poderão ser tratados dependerá quase totalmente da fonte de onde eles foram obtidos, pois essa determina o seu detalhamento. Se só dispusermos das estatísticas dos dados, como médias, coeficientes angulares e proporções, as técnicas disponíveis para a análise conjunta serão diferentes daquelas que poderão ser aplicadas quando se dispuser dos dados brutos ou originais.

Da mesma maneira, qualquer área do conhecimento poderá fazer uso da meta-análise para elucidar problemas cujas abordagens por experimentos ou levantamentos individuais abrangentes têm fortes impedimentos práticos ou custos muito elevados.

A meta-análise pode ser uma síntese de pesquisas anteriores sobre um tópico, que apresenta ênfase na produção de conclusões quantitativas ou qualitativas. Ela não constitui uma técnica específica de análise de dados, mas um paradigma a partir do qual o pesquisador adota um novo enfoque ao reunir resultados e conclusões alheias. Esses dados geralmente são provenientes de trabalhos publicados, mas podem ser obtidos de registros de diversas instituições, ou serem uma mistura desses dois tipos com dados novos, coletados pelo próprio executor da meta-análise. São recomendados cuidados na aplicação com relação à tendenciosidade dos dados e à sua adequação aos objetivos.

No caso dos dados serem provenientes de trabalhos já publicados, a sua obtenção é bastante simples, exatamente igual a que se utiliza em uma revisão bibliográfica comum. Não há necessidade de autorização para uso, pois os dados já são de domínio público, sendo apenas indispensável a citação correta da fonte.

A metassíntese, certa variação da meta-análise (Jutras; Beaucher, 2007), é um método de análise secundário de pesquisas qualitativas. Tal método permite reanalisar resultados de estudos qualitativos para se chegar a uma síntese, ou a certa generalização ou ainda a uma nova compreensão de um fenômeno dado. Segundo Matheus (2009), significa a integração interpretativa de achados derivados de estudos fenomenológicos ou etnográficos realizados por outros investigadores. Não se trata da soma dos achados, mas uma nova interpretação dos resultados, que não aparece em nenhuma das pesquisas anteriores:

[...] a função da metassíntese do ponto de vista qualitativo visa: fortalecer o papel de estudos qualitativos nas pesquisas de ciências de saúde, melhorar a aplicabilidade dos resultados de pesquisas qualitativas na prática clínica e explorar um corpo de conhecimento qualitativo para fundamentar a teoria, a prática, a pesquisa, e as políticas de saúde. (Matheus, 2009, p. 545)

Essa modalidade do método pressupõe a reunião de vários estudos para deles formular uma síntese ou aproximar vários métodos investigativos, como fizeram Dixon-Woodset et al. (2005), consoante Jutras e Beaucher (2007), que recensaram onze métodos reconhecidos pelas suas aproximações qualitativas e quantitativas, num artigo intitulado *Synthesising qualitative and quantitative evidence: a review of possible methods*.

Em meta-análise, há também a possibilidade de tomar uma única pesquisa e fazer uma nova interpretação dos resultados ou dos dados obtidos, abrindo uma perspectiva para estudos multidisciplinares e interdisciplinares. Isso nos leva a redimensionar o próprio trabalho de pesquisa de campo que oferece uma gama de respostas e alternativas muito além dos objetivos da pesquisa que o engendrou. Ou seja, toda vez que se vai a campo cria-se uma espécie de banco de dados abertos para novas inferências. O mesmo acontece com os casos clínicos e, nesse sentido, o uso de tal método já vem sendo feito pela psicanálise mesmo sem o nomear.

o uso da meta-análise em pesquisas psicanalíticas

No âmbito da pesquisa psicanalítica, não são poucas as vezes em que textos clássicos de Freud, principalmente os de casos clínicos, foram submetidos a novas interpretações. Assim como os sonhos, que são sempre passíveis de novas interpre-

tações sem que se abandonem as interpretações anteriores, os textos, resultados de pesquisas, guardam essa mesma característica: a de poderem ser superdeterminados. A superdeterminação dos sonhos tanto com relação aos conteúdos quando aos afetos mostrou que duas ou mais interpretações não são excludentes ou contraditórias. Essa característica não diz respeito somente aos conteúdos oníricos, mas a todas as outras manifestações psíquicas, como sintomas, discursos, comportamentos etc. Grande parte da literatura psicanalítica resulta da prática de reinterpretação ou superinterpretação de textos. Isso mostra a pluralidade de sentidos que pode advir de um texto.

No âmbito estrito da pesquisa psicanalítica, como nos ensina Caon (1994), o texto metapsicológico, resultado de tal pesquisa, é um casulo perfurado. Ou seja, é um texto inconcluso e marcado por um buraco, pela permanência de um enigma. Por conseguinte, abre-se para novos estudos e interpretações. Significa que os resultados obtidos por um pesquisador são sempre passíveis de novas significações.

Portanto, a prática de revisões sistemáticas de textos freudianos tem sido uma constante. Para Mezan (1998), é imperativo formar uma idéia de como os problemas foram surgindo, quais as soluções propostas e como essas soluções engendraram novos problemas. O método de pesquisa psicanalítica seguido por Laplanche (1987) consiste justamente numa leitura histórica, crítica, problematizante e interpretativa dos textos psicanalíticos. O próprio trabalho de Lacan (1979), quando propõe um retorno a Freud, guarda esse espírito. Revisitar Freud não significa ficar preso à letra do texto, mas dele extrair novos sentidos capazes de engendrar novas proposições, como assim fizeram vários pós-freudianos. Seguir o espírito de Freud é seguir o caminho da inventividade sem negligenciar o rigor dos conceitos.

Por outro lado, o campo psicanalítico tem conformação claramente interdisciplinar; não foram poucas as vezes que Freud recorreu à reinterpretação de textos literários, obras antropológicas. Se esse é um caminho bem conhecido e bem sucedido trilhado pelos psicanalistas, quando se trata de resultados de pesquisas psicanalíticas ou com a psicanálise,² no âmbito acadêmico, nem sempre é fácil identificar a recorrência ao método meta-analítico, ou seja, fazer reinterpretações de pesquisas psicanalíticas, psicológicas ou mesmos de outras áreas do conhecimento.

A primeira vez que tomamos conhecimento da referência ao uso do método meta-analítico, num estudo psicanalítico, foi através de um artigo de Contardo Calligaris, publicado em 1999, na revista *Pulsional*, com o título “A moral e o abuso sexual infantil”. Diferente da maioria dos estudos psicanalíticos que reinterpreta textos psicanalíticos, ele analisa resultados de pesquisas não psicanalíticas. Inicia o artigo caracterizando o método:

{...} chama-se de meta-análise um trabalho que reúne pesquisas que já existem, podendo assim chegar a novas interpretações dos dados ou mesmo descobrir tendências que não apareciam nas pesquisas originais. (Calligaris, 1999, p. 80)

2 Distinguimos a pesquisa psicanalítica da pesquisa com psicanálise. Segundo Renato Mezan (1998), há dois tipos de pesquisa psicanalítica: a que investiga a história das idéias psicanalíticas e a que investiga os processos psíquicos propriamente ditos. Mas há de se considerar também as pesquisas que fazem uso dos referenciais teóricos da psicanálise para interpretação de algum fenômeno. Estas não se situam nem no âmbito das idéias psicanalíticas nem investigam processos psíquicos e, portanto, não são propriamente psicanalíticas; são pesquisas com psicanálise. Se quisermos ser mais precisos, podemos dizer que somente serão consideradas pesquisas psicanalíticas aquelas que levam em consideração a transferência, o que significa dizer que a explicação do campo metapsicológico da pesquisa acompanha a explicação da posição do pesquisador e que o produto da situação psicanalítica de pesquisa é o texto metapsicológico.

No referido artigo, Calligaris comenta um artigo publicado pelo *Psychological Bulletin* sobre “Um exame meta-analítico das propriedades geralmente aceitas do abuso sexual infantil usando amostras de estudantes”, no qual os autores, Rind, Tromovitch e Bauserman (1998), chegam à conclusão de que 14 % dos homens e 27 % das mulheres disseram ter tido experiências classificáveis como abuso sexual infantil e que a avaliação dos efeitos dessas experiências é mais negativa para as mulheres do que para os homens. O estudo também conclui que o abuso sexual responde por apenas 1 % dos problemas que os entrevistados apresentam. Esse estudo meta-analítico contraria a idéia mais geralmente aceita de que o abuso sexual causaria danos permanentes e intensos na grande maioria das vítimas. Esse artigo causou uma reação muito intensa entre os americanos, a ponto de um deputado ter introduzido no Congresso uma resolução para condenar os achados do artigo, sob a alegação de que ele (o artigo) encoraja o abuso sexual de crianças.

Calligaris (1999) considerou os resultados do referido artigo discutível e sobre ele e a reação que o mesmo provocou faz um outro exame meta-analítico, mostrando que nossa atitude frente à sexualidade infantil continua nos mesmos moldes em que Freud a encontrou. Ou seja, negamos a sexualidade infantil e, contraditoriamente, sexualizamos nossas crianças, travestimo-as de adultos com roupas bem sensuais. Em contrapartida, nos tornamos paranóicos em defendê-las, pois achamos que o sexo vem às crianças só pelo caminho da violência dos adultos corruptores. Calligaris conclui o artigo dizendo que nem tudo que é errado moralmente é nocivo ou patogênico e nem tudo que é patogênico é necessariamente errado moralmente. Logo, o abuso sexual infantil pode não ser nocivo, como assim apontou o estudo de Rind, Tromovitch e Bauserman (1998), mas é errado moralmente.

Em 2000, na mesma revista *Pulsional*, Calligaris publicou outro artigo meta-analítico sobre “O amor dos pais não é panaceia”, no qual discute o artigo de dois criminologistas, Donohue e Levitt, sobre “Aborto legalizado e crime”, no qual os autores defendem que a legalização do aborto faz com que nasçam menos crianças não desejadas e que crianças não desejadas são facilmente vítimas de abuso e negligência e que estas tendem a adotar, com mais frequência, condutas criminosas. Os autores apresentam resultados de pesquisas que afirmam que, nos Estados onde se praticou mais abortos, nos anos 1970, houve uma diminuição marcante nos índices de criminalidade nos anos 1990. Os não adeptos da legalização do aborto acusaram os autores de imputar pena de morte pré-natal: não precisa matar os criminosos, melhor impedir que nasçam. A aposta de Donahue e Levitt (1999 apud Calligaris, 2000) é no poder do amor parental: será boa a criança que for esperada, desejada e que tem o afeto dos pais. Calligaris apresenta outra interpretação, mostrando que o amor dos pais não é panaceia e que o relatório do FBI aponta uma realidade diferente da apresentada pelos autores. Nos anos 1990, o maior declínio da criminalidade foi entre jovens negros e não nos Estados onde se praticou mais abortos. E que não diminuiu a criminalidade entre jovens e adolescentes brancos em zonas rurais e suburbanas. Portanto, esses jovens criminosos nunca foram candidatos a aborto, eles não sofreram por não terem sido desejados, mas, ao contrário, sofreram dos excessos de um amor narcisista.

A leitura desses dois artigos de Calligaris (1999, 2000) nos fez refletir sobre o quanto nós, pesquisadores, devemos nos colocar eticamente críticos em relação ao que lemos e em relação ao que está posto pelo estado da arte. Temos a obrigação de confrontar dados e colocar em suspeição certas generalizações.

Nesses últimos anos, temos utilizado a meta-análise como um recurso metodológico interessante para reinterpretar pesquisas já realizadas, adotando um novo enfoque e produzindo novos resultados, porém sem contradizer os resultados anteriores. Ou seja, sem tirar o mérito do estudo primeiro, ao contrário, só o enriquecendo. Se os dois trabalhos meta-analíticos de Calligaris chegaram a conclusões diversas do que defendiam os autores originais, nem sempre é isso que acontece. Pode-se chegar a conclusões complementares. A nossa experiência, por exemplo, tem sido nesta direção.

Cada pesquisador, ao analisar os resultados de sua pesquisa, o faz com os recursos teóricos que dispõe e que elegeu para sustentar seus argumentos. No entanto, o material de campo coletado pode-se prestar a diferentes leituras. No nosso entender, isso cria um espaço de debate e interlocução entre diferentes pesquisadores, ao mesmo tempo em que trata o objeto pesquisado de diferentes ângulos.

Como vimos, Calligaris, em vez de reunir resultados de várias pesquisas e fazer uma integração interpretativa de achados derivados desses estudos, critica os resultados apresentados em uma única pesquisa e agrega a eles novos elementos interpretativos. A nossa experiência de uso desse método seguiu essa mesma direção.

uma experiência de uso da meta-análise no Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise da Unicap

Nossa experiência no uso desse método iniciou em 2009, com o trabalho de dissertação de Elizabete Siqueira, sobre *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas corporais*. Ela fez uma nova interpretação da tese de doutorado em

antropologia de Fabiana Gama Pereira, sobre *Tatuagens, piercings e outras intervenções corporais: aproximações interetnográfica entre Recife e Madri*, defendida em 2007, na UFPE. Pereira (2007) reuniu um acervo etnográfico e iconográfico significativos, a partir de uma pesquisa semi-participante realizada em Recife e em Madri, coletando mais de 60 depoimentos de tatuadores e tatuados. Com alguns deles, ela conseguiu manter vários contatos e acompanhar, por um período de seis meses, suas atividades como tatuadores.

Por se tratar de uma tese em antropologia, o cuidado da pesquisadora foi fazer uma análise antropológica do fenômeno. No entanto, o rico acervo permitia outras interpretações, como a proposta por Siqueira (2009), que analisou os depoimentos coletados pelo viés da psicanálise, com o objetivo de estudar o estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais. Tomou para análise o depoimento de quatro dos sujeitos entrevistados por Pereira (2007) sobre a experiência e o sentido de se tatuar e alterar o corpo. Siqueira (2009) isolou elementos subjetivos relevantes que indicaram a dinâmica das identificações e a maneira como se articulavam as práticas corporais. Ela distinguiu duas formas de uso e sentido das marcas corporais: três dos sujeitos estudados se tatuavam para convocar o olhar do Outro, estavam organizados pela lógica do ter uma ou algumas tatuagens e buscavam, desta forma, pertinência e visibilidade em um claro endereçamento ao Outro na forma de tais demandas. Já um dos participantes, de quem Pereira (2007) coletou um extenso material, se diferenciava dos demais pois, ao contrário, tatuava-se, escarificava-se e se suspensava, solitariamente e sem trégua, e não havia endereçamento ao outro.

Este último era um jovem espanhol de 20 anos, que tentava, desesperadamente, com essas modificações corporais, inventar

uma forma de fazer algo com um gozo que o acossava. Ele fazia um esforço gigantesco para articular e circunscrever algo que insistia em reaparecer, mas sem sentido, o que o levava a retornar sempre ao mesmo lugar. Conforme Lacan (1985, p. 21), “ tudo que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung reaparece no real*”. Ou seja, a ordem simbólica não foi capaz de impedir que o gozo se voltasse maciçamente para o corpo próprio, conduzindo ele a uma servidão voluntariamente forçada.

Ao longo do estudo, foi ficando claro que sua identificação não era a uma marca simbólica do Outro, mas à marca de gozo presente na insígnia. Este jovem era uma dessas figuras do cotidiano que nos convoca a buscar operadores para compreender o que ele dava a ver e, ao final da pesquisa, ela identifica a possibilidade de se construir um nome pela via corpo. Nessa pesquisa, Siqueira (2009) conseguiu identificar e classificar dois grupos de sujeitos que marcam o corpo: o que marca para demandar o olhar do outro e ser reconhecido e o que não demanda o olhar do outro; a marcação é ponto de fixação do gozo, caracterizando assim um viés mais psicótico.

Esse trabalho de meta-análise ensejou novos questionamentos e a identificar o traço do caso de um dos participantes, o jovem espanhol de 20 anos, gerando um segundo trabalho, uma tese de doutorado sobre *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*, defendida em 2013. Tal estudo mostrou que o sujeito pode ter um nome de gozo e que esse nome se manifesta no corpo (Siqueira, 2013).

Há sempre possibilidades de novas inferências, tão ricas quanto as primeiras e que nos ajudam a entender determinados fenômenos sob perspectivas diferentes. Se Pereira (2007) trabalhou o ato de fazer marcas corporais considerando aspectos socioculturais que colocam o corpo em evidência e como uma modalidade do dizer, Siqueira (2009) tratou a questão

pelas possibilidades de identificação e de expressão do sofrimento, considerando tal sintoma um mecanismo neurótico e como um mecanismo psicótico.

Em outra ocasião, também trabalhamos com a meta-análise tomando para discussão e análise o material coletado por Carolina Lemos da Silva, sobre *O processo de tornar-se pai, mãe e filho na adoção de irmãos maiores*, uma dissertação defendida na Unisinos, em 2011. Da mesma forma que Pereira (2007), no primeiro caso, a pesquisadora Silva (2011) também reuniu um acervo importante sobre um caso de adoção de dois irmãos, pois ela era funcionária do Setor de Adoção do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e acompanhou essa adoção. A análise psicológica empreendida por ela se ateu aos aspectos indicativos da instalação de uma filiação adotiva. Entretanto, nos depoimentos dos pais e das crianças haviam indícios importantes de como a história anterior à destituição do poder familiar, ou seja, a vivência com a família biológica, se manifestava na convivência com a nova família, causando dificuldades na formação desse novo laço filial. Tais questões não foram objeto de análise pela pesquisadora original. Speck (2013) retomou tais dados, fazendo uma nova interpretação que enriqueceu o estudo.

Este trabalho gerou uma dissertação de mestrado, *O processo de filiação na adoção de crianças maiores*, defendida em 2013, que realçou os aspectos pregressos da adoção que interferem na formação dos novos vínculos. Uma contribuição importante para quem acompanha estágio de convivência na adoção. Para tanto, ela fez um estudo dos dados existentes sobre a convivência das crianças na família de origem e as imagos parentais que elas carregavam dos genitores, assim como sobre o desejo de ter filho dos adotantes.

Ela conseguiu identificar, com base nos depoimentos dos pais adotivos, nas observações feitas por Carolina Lemos da

Silva em sua dissertação e nos dossiês de desenhos das crianças, que muitas regressões e projeções vividas pelas crianças puseram à prova a nova filiação. Foram frequentes os endereçamentos ao lugar materno e paterno de sofrimentos vividos anteriormente que precisaram ser quase que “exorcizados”, até que se pudesse aproximar histórias e construir uma filiação. Isso significa que não basta chamar de mamãe ou de papai, sentir-se bem na convivência, é preciso reconstruir e ressignificar a história considerando a nova realidade e ter segurança de que pertence a ela. Portanto, foram aspectos relevantes abordados na nova análise que trouxeram para a cena não somente a história da relação das crianças com os novos pais, mas como se reintegraram as duas histórias: a anterior à adoção e a da própria adoção.

Reitero que muitas pesquisas com inserção de trabalho de campo apresentam uma riqueza de dados que somente uma pesquisa não poderá dar conta. Portanto, elas são passíveis de novos olhares e de novas interpretações. A meta-análise torna-se uma ferramenta importante para se identificar aspectos ainda não visibilizados.

Tal exercício mobiliza discussões intra e interinstitucionais, gera parcerias e trocas. O trabalho de meta-análise tanto pode acrescentar novas interpretações como pode mobilizar discussões polêmicas, como vimos nos estudos de Calligaris (1999, 2000), tanto em relação aos resultados gerados pelos primeiros autores quanto em relação aos dos autores da meta-análise. Afinal, os primeiros autores também podem não concordar com os demais.

Uma desvantagem deste tipo de análise é que raramente as revistas publicam artigos com os dados originais. Na maioria das vezes, só são apresentados os resultados já analisados, na forma de estatísticas como média, variância, coeficiente de determinação, etc., o que limita os tipos de técnicas que poderão ser aplicadas na meta-análise. Nos casos estudados por nós, como

participei das duas bancas de defesa, foi possível entrar em contato com os primeiros autores e obter deles os dados originais, não apenas os que estavam expostos nos trabalhos publicados.

considerações finais

Concluindo, sublinhamos que a meta-análise tem possibilitado pesquisas teóricas de realce para o avanço da ciência, uma vez que tal modalidade de método permite uma crítica constante ao que se tem produzido.

O emprego desse método, ao produzir reanálises e novas interpretações de dados coletados em pesquisa anteriores, atualiza resultados anteriores. Podemos reunir resultados de várias pesquisas relacionadas a um mesmo objeto, confrontando-os e cotejando-os, ou tomar os resultados de apenas uma pesquisa. Ele permite também que possamos agregar a resultados consolidados novos achados. A nova interpretação pode ir em direção contrária a conclusões anteriores ou pode representar acréscimos. Numa e noutra situação, o processo de reanálise proposto pelo método conduz a um processo de avaliação crítica da qualidade das pesquisas já realizadas.

O seu uso em pesquisas psicanalíticas – antes mesmo desse método ser formalizado pelas ciências empíricas e ter recebido essa nomenclatura –, possibilitou revisões importantes de conceitos e novas interpretações de sintomas, de formações do inconsciente, fazendo dele um método de investigação bem recomendado pelos próprios pesquisadores psicanalíticos. Nesse sentido, podemos dizer que a psicanálise foi pioneira na aplicação desse método. No entanto, é bem recente o aparecimento da nomenclatura meta-análise na literatura psicanalítica.

Nas pesquisas apresentadas por Calligaris (1999, 2000), os novos resultados colocaram em questão os resultados de pes-

quisas anteriores, mostrando que o modo de conceber e interpretar o dado pode gerar inferências distorcidas, razão pela qual é sempre importante analisar e comparar resultados de várias pesquisas, em vez de tomá-las aprioristicamente como verdades. A ciência sustenta o mito de que sua racionalidade e seu rigor metodológico garantem a veracidade e a confiabilidade dos resultados. Os estudos meta-analíticos de certo modo vem contribuir para tirar da ciência essa aura de infalibilidade e realçar o princípio de refutabilidade (Kaplan, 1972). E, nesse sentido, a psicanálise tem muito a contribuir.

Os estudos meta-analíticos de Calligaris (1999, 2000), por exemplo, mostram como podemos reinterpretar dados quantitativos à luz dos ensinamentos psicanalíticos e que tal leitura revela a outra face do número, ou seja, o que está oculto na evidência. A nossa experiência de uso do método realçou as diferentes interpretações que um dado pode suscitar, sem necessariamente entrarem em conflito entre si, mostrando que o viés interdisciplinar espelharia melhor o espírito científico. Ou seja, a verdade é plural e efêmera, depende de quem olha e como olha. O método pode ser rigorosamente empregado, mas a interpretação dos resultados depende do arsenal teórico que se lança mão.

No nosso entender, a meta-análise vem pôr em relevo a complexidade do objeto investigado e as questões de interação entre sujeito-objeto, sobretudo quando se trata de pesquisas com seres humanos.

Referências

- CALLIGARIS, C. A moral e o abuso sexual infantil. *Pulsional*. São Paulo, v. 12, n.127, p. 80-81, 1999.
- CALLIGARIS, C. O amor dos pais não é panaceia. *Pulsional*. São Paulo, v. 13, n.130, p.79-80, 2000.
- CAON, J. L. O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica da pesquisa. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 145-174, 1994.
- DIXON-WOODS, M. et al. Synthesising qualitative and quantitative evidence: a review of possible methods. *Journal of Health Services Research and Policy*, v. 10, n. 1, p. 45-53, 2005.
- DOWNE, S. Metasynthesis: a guide to knitting smoke. *Evidence Based Midwifery*, v. 6, n. 1, p. 4-8, 2008.
- EYSENCK, H. J. The effects of psychotherapy: an evaluation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v.16, p. 319-24, 1952.
- HERRMANN, F. Prefácio. O besouro e o método. In: MINERBO M. *Estratégias de investigação em psicanálise*. desconstrução e reconstrução do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- JUTRAS, F.; BEAUCHER, V. Étude comparative de la métasynthèse et de la, méta-analyse qualitative. *Recherches Qualitatives*, v. 27, n. 2, p. 58-77, 2007.
- KAPLAN, A. A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: Herder, 1972.
- LACAN, J. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. Originalmente publicado em 1953-1954.
- LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Originalmente publicado em 1955-1956.
- LAPLANCHE, J. *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LOVATTO, P. A. et al. Meta-análise em pesquisas científicas: enfoque em metodologias. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 36, p. 285-294, 2007. Suplemento.

MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. *Acta Paulista de Enfermagem*, n. 22, p. 543-5, 2009. Número especial.

MEZAN, R. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

RIND, B.; TROMOVITCH, P.; BAUSERMAN, R. A meta-analytic examination of assumed properties of child sexual abuse using college samples. *Psychological Bulletin*, v. 124, n. 1, p. 22-53, 1998.

SANDELOWSKI, M.; DOCHERTY, S.; EMDEN, C. Focus on qualitative methods qualitative metasynthesis: issues and techniques. *Research in Nursing and Health*, v. 1, n. 20, p. 365-371, 1997.

SILVA, C. L. *O processo de filiação: um estudo de adoção de dois irmãos maiores*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Unisinos, São Leopoldo, 2011.

SIQUEIRA, E. R. A. *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

SIQUEIRA, E. R. A. *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas corporais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009.

SPECK, S. *O processo de filiação na adoção de crianças maiores*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

revisão da literatura: os exemplos de Freud e Lacan

Susane Vasconcelos Zanotti

Paula Orchiucci Miura

Uma das etapas na elaboração de um projeto de pesquisa, e até mesmo no início do desenvolvimento do estudo, é realizar o levantamento de trabalhos existentes sobre o assunto a ser pesquisado (Silva; Menezes, 2005). No que concerne à realização de teses e dissertações, a revisão de literatura é uma das etapas fundamentais, com intuito de definir e clarear o problema de pesquisa, bem como de apresentar, contextualizar, atualizar e dialogar com diferentes pesquisadores que trabalharam com um determinado tema de pesquisa. Com o aumento significativo de publicações científicas em todos os campos de conhecimento, de grupos de pesquisas e de programas de pós-graduação, a revisão de literatura se faz cada vez mais necessária para que o pesquisador tenha conhecimento dos estudos que já foram realizados sobre seu tema de pesquisa.

No entanto, a importância dessa revisão, consenso em algumas áreas de conhecimento, parece não ser tão óbvia quando se trata de pesquisas em psicanálise. A partir da inserção como docentes em Programa de pós-graduação, temos observado certo descaso no que se refere a esse aspecto. Porém, vimos observando nas produções de teses e dissertações em psicanálise que essa etapa muitas vezes não é apresentada e nem referida. A escassez de uma revisão bibliográfica sobre o tema, especificamente na psicanálise, é acrescida a esse cenário.

A essa observação, a partir da experiência da orientação de pesquisas e da participação em bancas examinadoras, outra situação que merece destaque é a surpresa advinda de um dos avaliadores, de uma banca examinadora de doutorado em uma Universidade da França, ao destacar, no início de sua arguição, que a tese em questão não continha qualquer revisão sobre as publicações da temática da pesquisa. Ficou evidente que se tratava de um trabalho do doutorando com Freud e Lacan, sem qualquer mediação ou exame do que já havia sido produzido sobre o tema. E, mais ainda, como se aquela fosse a primeira investigação sobre o tema. Seria possível passar do zero ao um em uma pesquisa? Ou seja, partir do zero, como se esta fosse a primeira vez que o tema é abordado?

Sabe-se que a pesquisa em psicanálise tem, atualmente, um espaço bem definido nas universidades brasileiras. Os programas de pós-graduação em psicanálise, clínica ou em psicologia são constituídos por professores que desenvolvem pesquisa neste campo e a expansão do espaço da psicanálise nas universidades tem sido considerável nas últimas décadas, como demonstra pesquisa recente (Fonteles, 2015).

Os resultados da referida pesquisa (Fonteles, 2015), realizada por meio de levantamento de teses em psicanálise no Banco de Teses da Capes no período de 1987 a 2012, eviden-

cia como se configura o campo da psicanálise na universidade brasileira. No que concerne ao modo como as pesquisas são realizadas, destaca-se a frequência de investigações teóricas, com referencial freudo-lacanianiano e temas clínicos, com pluralidade de autores, métodos e temáticas. No entanto, a autora ressalta a ausência de descrição metodológica na maioria das teses e realiza algumas reflexões. Ressaltamos aqui uma delas, a falta de compreensão de “muitos pesquisadores em psicanálise do que seja de fato uma pesquisa psicanalítica” (Fonteles, 2015, p. 131). A partir disso, nos indagamos se essa lacuna também pode estar contribuindo para a escassez das revisões de literatura nas dissertações e teses em psicanálise. Talvez não apenas a falta de entendimento sobre pesquisa psicanalítica, mas também a dificuldade de compreensão do que seja uma revisão de literatura, é o que o autor a seguir ressalta.

Bento (2006), um dos poucos autores que aborda especificamente o método de pesquisa de revisão de literatura em Psicanálise, expôs sua vivência de mal entendidos diante do uso da revisão de literatura. Enfatiza que os alunos no primeiro ano realizavam a revisão, no segundo ano analisavam estudos de caso tentando encaixar o estudo nas teorias levantadas anteriormente, e foi percebendo que o uso que estava sendo feito da revisão de literatura não estava sendo aquilo a que ela realmente se propõe. Diante disso, o autor passou a investigar esse aspecto, estudar e esclarecer a importância do uso do método da revisão de literatura em psicanálise. Com isso, identificou que há inúmeros textos sobre estudos de casos, mas poucos que abordam a revisão de literatura em psicanálise. Acreditamos que não apenas o autor acima citado, mas inúmeros pesquisadores da psicanálise se deparam com essa questão.

Será então importante a revisão de literatura nas pesquisas em psicanálise? Freud atribui três significados para o nome *psicanálise* em “Psicanálise e a teoria da libido”:

1) de um procedimento para a investigação de processos psíquicos que de outro modo são dificilmente acessíveis; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação; 3) de uma série de conhecimentos psicológicos adquiridos dessa forma, que gradualmente passam a constituir uma nova disciplina científica. (Freud, 2001, p. 274)

Destacando o terceiro significado atribuído à psicanálise, Laplanche e Pontalis (1967, p. 495) reforçam dizendo que é “Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento”.

Enfatizando neste aspecto, percebe-se que Freud buscou conhecimentos, estudos teóricos que contribuíssem para a compreensão e o aprofundamento de questões que surgiam na sua prática clínica e até mesmo nas interrogações emergentes nas elaborações de sua teoria psicanalítica.

É nesse contexto que este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a importância da revisão de literatura nas pesquisas em psicanálise, com o intuito de fornecer mais elementos a essa discussão. Para tanto, optamos por inicialmente apresentar algumas considerações sobre a revisão da literatura definida nos materiais sobre método de pesquisa. Em seguida, apresentamos a produção científica de Freud e Lacan, especificamente por meio da pesquisa sobre os sonhos (Freud, 1996) e sobre a psicose paranoica (Lacan, 1987), com o intuito de extrair o que os referidos psicanalistas nos ensinam sobre a revisão da literatura. Resaltamos as revisões de literatura realizadas pelos referidos psicanalistas em suas pesquisas, apontando estas como primordiais no desenvolvimento de seus estudos.

revisão de literatura

O uso da literatura em uma pesquisa pode ser de três modos (Creswell, 2010): 1) para estruturar o problema na introdução do estudo; 2) apresentada em uma seção separada, como revisão da literatura; 3) apresentada no fim do estudo, como base para comparar e contrastar seus resultados.

A revisão de literatura organiza, esclarece e resume as principais obras e pesquisas referentes a um determinado tema, pode fornecer um panorama histórico para a melhor compreensão do fenômeno a ser estudado. Vosgerau e Romanowski (2014) dividem os estudos de revisão em dois blocos, compreendidos no mapeamento e na avaliação e síntese. As revisões de mapeamento têm o objetivo de levantar todas as referências sobre um determinado tema com o intuito de fornecer indicadores para futuras pesquisas. Estas revisões consistem nos seguintes tipos: revisão de literatura ou revisão bibliográfica (contextualização do tema), estado da arte (aprofundamento da análise acerca de um determinado tema) e a bibliometria (análise quantitativa e até mesmo estatística).

As revisões de avaliação e síntese têm como objetivo identificar pesquisas que conseguiram responder o problema pesquisado. Para isso, elas utilizam critérios de inclusão e exclusão de artigos. Tais revisões compreendem os seguintes tipos: revisão sistemática (método sistemático para buscar, selecionar e avaliar os estudos) (Silva; Otta, 2014), revisão integrativa (reúne, avalia de forma crítica e sintetiza estudos experimentais e não experimentais, teóricos e empíricos) (Teixeira et al., 2015), metassíntese (integração interpretativa dos resultados qualitativos (Lopes; Fracolli, 2008), meta-análise (utiliza a estatística para combinar e sintetizar os resultados de dois ou mais estudos) (Silva; Otta, 2014), metassumarização (reúne

resultados qualitativos e os apresenta de maneira quantitativa) (Lopes; Fracoli, 2008). Atualmente, a maioria destas revisões de avaliação e síntese segue as orientações do centro de referência UK Cochrane Centre (2016).

Diante do exposto, pode-se observar que existem diversas formas de realizar um estudo de revisão, dentre elas está a revisão de literatura ou revisão bibliográfica, objeto deste trabalho. Assim, para Vosgerau e Romanowski (2014) essa forma de revisão é feita por meio de um mapeamento, levantamento de literatura e/ou bibliografia do assunto a ser pesquisado com o intuito de contextualizar os trabalhos que já foram e os que ainda poderiam ser realizados sobre o tema de pesquisa.

Alves-Mazzotti (2002, p. 54) ressalta que a revisão de literatura, apesar de sua indiscutível importância, “é um dos aspectos mais fracos de teses e dissertações em pós-graduação em Educação”. A autora acredita que a má qualidade da revisão compromete todo o trabalho. Nesse sentido, enfatiza que a revisão deve estar a serviço do problema de pesquisa, não existe modelo a ser seguido, apenas orientações gerais.

A revisão bibliográfica deve levar o pesquisador a problematizar o tema, a refletir sobre as contribuições de sua pesquisa, a apresentar o problema de forma clara e sistematizada, a selecionar o referencial teórico e as pesquisas mais significativas que serão utilizadas para embasar a discussão de seu trabalho (Alves-Mazzotti, 2002). Para Bento (2012), a revisão de literatura pode contribuir para o desenvolvimento da pesquisa nos seguintes aspectos: a) delimitar o problema de pesquisa; b) identificar as lacunas a serem exploradas sobre o tema que deseja pesquisar; c) delinear melhor a pesquisa diante de estudos realizados que apresentaram resultados pouco significativos; d) ampliar as perspectivas metodológicas e; e) identificar recomendações para pesquisas futuras.

Com relação às recomendações de como realizar uma revisão de literatura, apontamos para alguns aspectos importantes. Primeiramente, é fundamental que os descritores ou palavras-chave definidos sejam significativos no desenvolvimento da pesquisa. Outro aspecto diz respeito às bases de dados utilizadas, ou seja, em algumas bases, por exemplo, Scielo, Capes, BVS, o material encontrado pode ser fruto de pesquisas mais de âmbito nacional e outras bases, por exemplo, Scopus, Science Direct, Cinahl, apresentam material de âmbito internacional. Assim, para evitar apresentar uma revisão dita por Alves-Mazzotti (2002) como “colonizado x xenófobo”, seria interessante realizar pesquisas em bases de dados diversas, contribuindo não só para a contextualização do que foi feito no âmbito nacional e internacional, mas ampliando também diálogos com os pesquisadores. Ainda com relação às bases de dados, a realização de uma pesquisa em plataformas autorizadas para acessar periódicos, principalmente de âmbito internacional, amplia o resultado da pesquisa, diferenciando significativamente da pesquisa realizada em plataformas não autorizadas. Vale lembrar que algumas plataformas só estão disponíveis em computadores específicos, por exemplo, em computadores de uma biblioteca de universidade pública.

Além disso, Alves-Mazzotti (2002) recomenda que a apresentação da revisão tenha uma linha de raciocínio que conduza o leitor e que deixe claro qual o intuito de citar determinados estudos, evitando o que a autora chamou de *Patchwork* e *Suspense*, respectivamente. Aponta ainda para a importância de referenciar todos os estudos citados na revisão, em vez de utilizar termos como “vários estudos”, “sabe-se”, sem colocar referência. Clareza e objetividade na apresentação dos estudos também são cruciais para a realização de uma boa revisão – evite o *Rococó*, recomenda a autora.

Bento (2012) também discorre sobre algumas orientações na realização da revisão de literatura. Primeiramente, identifique os descritores ou palavras-chave; depois, reveja as fontes secundárias, as quais são frutos de trabalhos de autores que interpretam estudos de outros; na sequência, recolha as fontes primárias, as quais são trabalhos originais de pesquisadores, e selecione livros, artigos, teses, dissertações que sejam relevantes sobre seu tema. Neste momento, o autor recomenda classificar os materiais em “Muito importante”, “Moderadamente importante” e “Algo importante”. Por fim, o autor orienta aos pesquisadores que façam uma leitura crítica e resumos da literatura selecionada, tendo como fio condutor deste trabalho seu problema de pesquisa.

Sendo a revisão de literatura tão importante e primordial como uma das etapas da pesquisa, vimos a seguir explicitar como Freud e Lacan apresentaram este tipo de revisão em suas obras, com o intuito de enfatizar a importância deste tipo de revisão nas pesquisas psicanalíticas.

Freud e *A interpretação dos sonhos*

Freud, em 1900, apresenta de forma sistemática sua teoria sobre os sonhos, temática com a qual se encontrava às voltas desde o início de suas investigações sobre o sofrimento humano. O enigma dos sonhos, nesse contexto, ganha destaque e o referido texto configura-se como uma explicação da interpretação dos sonhos, da formação dos sonhos, e o caracteriza como paradigma aos problemas da psicopatologia.

Trata-se de uma obra em dois volumes, estabelecida a partir dos seguintes capítulos: 1) A literatura científica que trata dos problemas dos sonhos; 2) O método de interpretação dos sonhos: análise de um sonho modelo; 3) O sonho é

uma realização de um desejo; 4) A distorção nos sonhos; 5) O material e as fontes dos sonhos; 6) O trabalho do sonho; 7) A psicologia dos processos oníricos.

Já no prefácio à primeira edição, Freud (1996) faz referência à literatura da época, ao justificar a ausência da mesma nos exemplos que serão utilizados a respeito da interpretação dos sonhos. “Tornar-se-à claro, no decorrer da própria obra, o motivo por que nenhum dos sonhos já relatados na literatura do assunto ou coligidos de fontes desconhecidas poderia ter qualquer serventia para meus propósitos” (p. 29). Nota-se que tal posicionamento difere de simplesmente apresentar os próprios sonhos ou de seus pacientes, sem qualquer referência ao que já foi publicado anteriormente. Parte-se aí do reconhecimento dos trabalhos anteriores e do uso possível ou não de ser feito na investigação pretendida/empreendida.

Em relação a essas palavras de Freud, dois aspectos merecem destaque. O primeiro deles é o lugar que essa revisão ocupa em sua investigação. Ele afirma que a mesma será apresentada “a guisa de prefácio” (Freud 1996, p. 39), ou seja, um texto introdutório à sua obra, no qual será explicitado seu objetivo, estrutura e conteúdo. O segundo aspecto, seu reconhecimento do valor do trabalho de outros autores, anteriores a ele, que se dedicaram ao tema dos sonhos. A partir disso, delineia a posição atual dos problemas dos sonhos no mundo da ciência, ao mesmo tempo em que circunscreve suas limitações. Dentre elas, ressalta a quantidade de material sobre os sonhos e observações interessantes, mas estas não se dedicam à natureza essencial dos sonhos e seus enigmas. Com base na revisão que realiza, Freud acredita que houve muito esforço nos estudos sobre os sonhos; porém, a compreensão científica sobre o tema pouco progrediu. Vejamos seu percurso e o que se pode extrair de seu método de investigação.

Freud (1996) faz uma revisão histórica sobre os sonhos desde a Antiguidade, visão pré-científica, até o período de sua pesquisa. Na Antiguidade, os sonhos eram considerados a partir de uma instância divina e não como um produto da mente que sonhava. Observa que o trabalho de Aristóteles é o primeiro em que os sonhos foram tratados como estudo psicológico. No decorrer de sua revisão, destaca a concepção dos autores a respeito do sonho e o modo de interpretá-lo que dela decorre como, por ex., seu caráter premonitório.

Na medida em que sua revisão avança, Freud (1996) observa que muitos trabalhos consideravam sono e sonho como um único tópico, no que concerne à vida onírica. Diante de sua proposta de pesquisa e por atribuir o problema do sono como um problema da fisiologia, descartou a literatura sobre esse tema, restringindo ao sonho. A revisão de Freud está completamente a serviço de seu problema de pesquisa, filtrando assim o material bibliográfico que possa contribuir para a reflexão, o esclarecimento e o aprofundamento do tema estudado.

O psicanalista destaca impasses e dificuldades na realização da revisão: “É difícil escrever uma história do estudo científico dos problemas dos sonhos porque, por mais valioso que tenha sido esse estudo em alguns pontos, não se pode traçar nenhuma linha de progresso em qualquer direção específica” (Freud, 1996, p. 43). Vale notar que esse é um resultado *relevante* da pesquisa por ele empreendida e que o mesmo é explicitado.

Ainda em relação a esse aspecto, Freud (1996, p. 43) afirma: “Não se lançou nenhum fundamento de descobertas seguras no qual um pesquisador pudesse edificar algo; ao contrário, cada novo autor examina os mesmos problemas de novo e recomeça, por assim dizer do início.” Assim, evidencia a ausência de aportes teóricos ao problema dos sonhos e

de uma linha de raciocínio a qual ser seguida ou contestada por pesquisas futuras. Além disso, chama a atenção para o fato de cada novo autor começar do zero, apesar dos autores examinarem sempre os mesmos problemas. Em virtude dos aspectos mencionados e da impossibilidade de apresentar os pontos de vista sobre os problemas dos sonhos a partir de um quadro geral sobre o conhecimento do assunto, Freud (1996, p. 43) descreve o método utilizado em sua revisão: “Optei, portanto, por estruturar meu relato de acordo com tópicos, e não com autores, e à medida que for levantando cada problema relacionado com o sonho, apresentarei qualquer material que a literatura contenha para sua solução.”

Os tópicos são: a) A relação dos sonhos com a vida de vigília; b) O material dos sonhos – a memória nos sonhos; c) Os estímulos e as fontes dos sonhos; d) Por que nos esquecemos dos sonhos após o despertar; e) As características psicológicas distintivas dos sonhos; f) O sentido moral dos sonhos; g) Teorias do sonhar e de sua função; h) As relações entre os sonhos e as doenças mentais.

Freud identifica na revisão bibliográfica sobre sonho que a literatura demonstra “uma gama de variação quanto ao valor que ela atribui aos sonhos como produtos psíquicos. Essa amplitude se estende desde o mais profundo menosprezo [...], até uma supervalorização [...]” (Freud, 1996, p. 66). Com base na revisão, Freud vai explicitando os diversos estudos convergentes ou não sobre o tema, possibilitando assim a construção de sua própria teoria sobre o assunto, exposta em sua obra na sequência do capítulo de revisão.

No pós-escrito de 1909, Freud justifica o fato de não ter estendido sua exposição sobre a literatura que trata dos problemas dos sonhos, incluindo o período entre a primeira e segunda edição do livro. Menciona que os motivos que o levaram

a fazê-lo se esgotaram com a conclusão deste capítulo introdutório e que os nove anos intermediários não trouxeram nada de novo ou valioso que pudessem lançar nova luz sobre o assunto. Esse é um primeiro aspecto que merece destaque. É com base na pesquisa que empreendeu sobre os sonhos, a partir da contribuição de outros autores, que ele pode afirmar tal limitação da produção científica nos anos que sucederam sua primeira versão do texto.

Além disso, realça que seu trabalho não foi sequer mencionado por grande parte das publicações subseqüentes ao seu texto sobre a interpretação dos sonhos, aspecto modificado nos anos que se seguiram, conforme destacado no pós-escrito de 1914. No entanto, esse aspecto merece nossa atenção, já que se trata do modo como essa pesquisa freudiana sobre os sonhos foi ignorada por alguns autores. No entanto, o próprio Freud (1996, p. 127) reconhece a quem cabe esse cuidado na investigação:

Recebeu, naturalmente, um mínimo de atenção dos que se empenham no que é descrito como “pesquisa” dos sonhos, e que assim forneceram brilhante exemplo da repugnância por aprender qualquer coisa nova que é característica dos homens de ciência. Nas irônicas palavras de Anatole France, “les savants ne sont pas curieux”.

Lacan e *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*

A tese defendida por Jacques Lacan e publicada em 1932 sobre a paranoia marca a sua entrada no campo psicanalítico. Neste trabalho, a tradição psiquiátrica é criticada, a partir de exaustivo trabalho de revisão sobre o tema e da análise de um

caso de paranoia, o caso Aimée. De acordo com a definição do próprio Lacan (1987b, p. 395), em escritos posteriores sobre esse trabalho de investigação:

A originalidade de nosso estudo é que ele é o primeiro, pelo menos na França, em que se tentou uma interpretação exaustiva dos fenômenos mentais de um delírio típico em função da história concreta do sujeito, restituída por um levantamento tão completo quanto possível.

Considerando as diferenças entre os distúrbios demenciais e a psicose, evidencia que nesta segunda, na ausência de qualquer lesão orgânica, existem distúrbios mentais específicos da síntese psíquica, relacionados à afetividade, ao juízo, à conduta (Lacan, 1987a). Essa síntese, a qual denomina personalidade, é objeto de sua pesquisa, qual seja, o problema das relações da psicose paranoica com a personalidade.

Vejamos o lugar da revisão de literatura nesse trabalho. A pesquisa é dividida em três seções. Lacan (1987b) intitula a primeira parte de “Posição teórica e dogmática do problema”; a segunda parte versa sobre o caso clínico que constrói: “O caso Aimée ou a paranoia de autopunição”; e a terceira parte denomina-se “Exposição crítica, reduzida em forma de apêndice, do método de uma ciência da personalidade e de seu alcance no estudo das psicoses”.

Lacan (1987a), ainda na introdução, destaca a importância da síntese psíquica, denominada personalidade, e a importância de uma concepção do jogo dessa síntese. Aponta ainda que a ausência de tal concepção manteria a psicose sempre como um enigma. Após a introdução ao tema e a justificativa pela escolha do problema das relações da psicose com a personalidade, Lacan (1987a, p. 3) define os fenômenos da personalidade e, em seguida, apresenta parte do caminho percorrido na revisão

que realiza sobre o tema: “[...] retraçamos a história das doutrinas, especialmente das mais recentes, sobre a psicose paranoica.”

Trata-se aqui da Iª parte, que nos interessa diretamente, “Posição teórica e dogmática do problema”, que é subdividida em quatro partes: 1) Formação histórica do grupo das psicoses paranoicas; 2) Crítica da personalidade psicológica; 3) Concepções da psicose paranoica como desenvolvimento de uma personalidade; 4) Concepções da psicose paranoica como determinada por um processo orgânico. Vale especificar o modo como reúne a contribuição dos diferentes autores ao seu problema de pesquisa.

Com o intuito de produzir uma definição objetiva dos fenômenos da personalidade, os primeiros itens incidem sobre a formação histórica do grupo das psicoses paranoicas e sobre a crítica da personalidade psicológica: a personalidade segundo a experiência comum; as análises introspectiva e objetiva da personalidade; a definição objetiva do fenômeno da personalidade. Em seguida, apresenta as concepções da psicose paranoica como desenvolvimento de uma personalidade a partir de 4 concepções: 1) As psicoses paranoicas afetam toda a personalidade; 2) As psicoses não herdam apenas tendências da personalidade; elas são o seu desenvolvimento, ligado à história (de Krafft-Ebbing a Kraepelin); 3) Na psicogenia das psicoses paranoicas, a escola francesa se prende a determinação dos fatores constitucionais (Sérieroux e Capgras) – Dificuldades de uma determinação unívoca (de Pierre Janet a Génil-Perrin); 4) Na psicogenia das psicoses paranoicas, a escola alemã se prende à determinação dos fatores reacionais (Bleuler) – Progresso desta determinação (de Gaupp a Krestchmer e a Kehrer). Por fim, no último item da seção sobre a posição teórica e dogmática do problema, apresenta as concepções da psicose paranoica como determinada por um processo orgânico.

Lacan (1987a, p. 3) apresenta a história das doutrinas a partir do problema que a própria exposição dessas teorias coloca: “Representa ela o desenvolvimento de uma personalidade, e então traduz uma anomalia constitucional, ou de formação reativa? Ou a psicose é uma doença autônoma, que remaneja a personalidade quebrando o curso de seu desenvolvimento?” Observamos assim que a investigação que efetua na história das doutrinas não é sem propósito, finalidade a qual define com precisão, a partir do que podemos considerar perguntas norteadoras no que concerne ao seu objeto, qual seja, às relações entre psicose e personalidade.

Ainda a esse respeito, enfatiza seus motivos para tal: “Se dedicamos algum cuidado a essa exposição, não foi apenas por um interesse de documentação cuja importância para os pesquisadores, no entanto, conhecemos, mas porque aí se revelam progressos clínicos incontestáveis” (Lacan, 1987a, p. 3). Lacan evidencia, a partir dessa afirmação, em primeiro lugar, o interesse inegável do pesquisador sobre a documentação sobre o tema, neste caso, a exposição das doutrinas sobre a psicose paranoica e os progressos clínicos que as mesmas proporcionam. A seguir, apresenta outro motivo para tal *expedição*: “As antinomias em que cada uma dessas doutrinas vai terminar, e que estão contidas na incerteza de seu ponto de partida, evidenciam-se ainda melhor” (Lacan, 1987a, p. 3). Com isso, ressalta ainda a importância dessa história das doutrinas, no que concerne à exposição das contradições entre elas e da precariedade do ponto de partida sob as quais se sustentam.

Ainda sobre a importância dessa revisão a partir da nosologia clássica, Lacan (1987b, p. 394), ao mencionar os trabalhos científicos que escreveu a respeito “Da psicose paranoica”, afirma:

Mostramos que a psicose paranoica, tal como ela foi definida pelos progressos da nosologia clássica,

só poderia ser concebida como um modo racional da personalidade, isto é, altamente organizado, a certas situações vitais que só podem se definir por sua significação humana ela mesma muito elevada, a saber, o mais frequentemente por um conflito da consciência moral.

Expõe dessa forma de que modo sua investigação insere-se nas produções científicas sobre o tema.

E continua: “Enfatizamos esta gênese ‘reacional’ da psicose, que nos opõe tanto aos teóricos da ‘constituição’ dita paranoica quanto aos partidários de um ‘núcleo’ da convicção delirante, que seria um fenômeno de ‘automatismo mental’.” (Lacan, 1987b, p. 394). Após a realização da referida revisão, Lacan pode delinear as diferenças entre as conclusões de seu estudo e as posições de outros autores. Ainda sobre esse aspecto, afirma:

Estudamos com muita atenção cada uma dessas teorias no decorrer de uma análise bibliográfica e crítica extremamente extensa dos trabalhos dos franceses e estrangeiros publicados sobre nosso assunto, insistindo mais especialmente nos mais recentes e menos vulgarizados na França [...]. (Lacan, 1987, p. 394)

Aqui, Lacan evidencia o modo como empreendeu o estudo das teorias sobre a psicose, a psicose paranoica e a personalidade e alguns critérios que utilizou para a seleção do material científico. Os capítulos que menciona concernem às concepções da psicose paranoica como desenvolvimento de uma personalidade e como determinada por um processo orgânico, respectivamente.

Ainda a respeito da revisão, Lacan (1987b) explicita algumas de suas funções: apresentar as teorias de forma sistemática, o que permite a análise das mesmas e das diferenças entre elas; expor dados que reduzem a verossimilhança de algumas delas; estudar o desenvolvimento das teorias as quais inspiram a investigação em curso; e evidenciar o que deve aos autores no

trabalho efetivado. No que concerne aos dois últimos aspectos, Lacan cita os trabalhos dos alemães – Gaupp, Bleuler, Kretschmer e Kehrler (analistas cada vez mais avançados das determinações “reacionais” da psicose) – e o que deve aos autores franceses, tais como Pierre Janet, Mignard e Petit, Guiraud etc.

Ao apresentar as conclusões de seu estudo, Lacan estabelece, mais uma vez, o paralelo com os autores clássicos, aos quais se dedica na primeira parte de sua tese. Vejamos alguns exemplos de como o faz. Ao mencionar a estrutura mental anômala que caracteriza até os fenômenos elementares da psicose, Lacan (1987b, p. 395) afirma: “É assim que colocamos em relevo o caráter indutivo, imediato, irracional da interpretação mórbida – o qual os clássicos são levados a considerar, como se sabe, uma anomalia ‘racional’”. E continua: “Assim, no sistema de delírio – que os teóricos clássicos concebem como explicativo –, reconhecemos anomalias da lógica [...]”

considerações finais

Este trabalho possibilitou a reflexão de que não se pode considerar a revisão da literatura como dispensável, ou em segundo plano, em pesquisas psicanalíticas. Tanto na pesquisa de Freud quanto de Lacan, notou-se sua relevância. Ressalta-se, a partir do percurso efetivado nessas duas pesquisas, de Freud e Lacan, a revisão não como algo à parte da pesquisa, ou mesmo que está lá apenas para cumprir com certo *protocolo acadêmico*, mas como fundamental para o delineamento do problema de pesquisa, na contextualização das pesquisas desenvolvidas acerca do tema, no diálogo com outros pesquisadores, na identificação das lacunas dos trabalhos sobre o tema, no aprofundamento de seus estudos e na proposição de futuras pesquisas.

A pesquisa de Freud sobre os sonhos evidencia alguns impasses e dificuldades por ele citadas na realização da revisão, especialmente pela ausência de progressos apresentados nos estudos anteriores sobre o tema. Na pesquisa de Lacan sobre a psicose paranoica em suas relações com a personalidade, entretanto, já existiam distintas concepções teóricas no campo da psiquiatria sobre o tema. Em ambos, tais especificidades do campo teórico-conceitual, no qual as referidas pesquisas se inseriam, determinaram o modo como os trabalhos foram estabelecidos, bem como o uso da revisão da literatura e a apresentação de seus resultados.

Considerando as devidas proporções e a comparações dos dois exemplos analisados no presente trabalho, qual seja, trata-se de momento crucial da *invenção* da psicanálise e de uma tese de doutorado, extraímos alguns aspectos que nos conduzem à reflexão sobre a revisão da literatura em pesquisas psicanalíticas nos diferentes níveis: PIBIC, mestrado, doutorado, pós-doutorado, produtividade em pesquisa (PQ).

A partir do que foi apresentado, concluímos que a revisão de literatura é essencial ao desenvolvimento de qualquer pesquisa em Psicanálise, com o intuito de definir e clarear o problema de pesquisa, bem como de apresentar, contextualizar, atualizar e dialogar com diferentes pesquisadores. Para que a revisão seja realizada e apresentada de maneira que venha a contribuir com o trabalho do pesquisador, notamos que é preciso levar em consideração algumas recomendações, tais como: definir descritores que compreendam o tema pesquisado, selecionar materiais significativos, realizar leitura seletiva e crítica pautada no problema de pesquisa e apresentar os estudos elencados na revisão de maneira clara e objetiva, articulando a escrita e conduzindo o leitor para uma melhor contextualização, compreensão e aprofundamento do tema.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis: o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44.
- BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. *Revista JA*, v. 7 n. 65, p. 42-44, 2012.
- BENTO, V. E. S. Seria a semiologia de Saussure fundamento e justificativa para o método de pesquisa de revisão de literatura em Psicanálise? *Estudos de Psicologia*, v. 23, n. 4, p. 407-423, 2006.
- COCHRANE UK. [Site]. [London, c2016]. Disponível em: <http://uk.cochrane.org>. Acesso em: 20 set. 2016.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 4-5. Originalmente publicado em 1900.
- FREUD, S. Psicanálise e teoria da libido. In: _____. *Obras Completas, Volume 15: psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 302-308. Originalmente publicado em 1920-1923.
- FONTELES, C. S. L. *Psicanálise e Universidade: uma análise da produção acadêmica no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- LACAN, J. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987a. Originalmente publicado em 1932.
- LACAN, J. Primeiros escritos sobre a paranóia. In: _____. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987b, p. 373-399. Originalmente publicado em 1933.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 771-778, 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, G. A.; OTTA, E. Revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais em Psicologia. *Revista Costarricense de Psicología*, v. 33, n. 2, p. 137-153, 2014.

TEIXEIRA, C. A. B. et al. Testes psicológicos utilizados para avaliar estresse na criança: uma revisão integrativa. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 19, n.1, p. 53-58, 2015.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

a marca do caso: uma proposta metodológica¹

Elizabeth Regina Almeida de Siqueira
Edilene Freire de Queiroz

O pesquisador psicanalítico trabalha com um campo e com objetos psíquicos situados além dos dados imediatos da experiência. Para tanto, ele precisa estabelecer, cientificamente, uma via de acesso a este campo e a este objeto explicando os processos psíquicos operantes neste domínio, nos ensina Caon (1994). Essa via, segundo o autor, é a transferência. Por essa via, o analista se confronta com os enigmas produzidos pelo sintoma e a construção do caso clínico constitui um dos recursos metodológicos para que o analista transforme o *a priori* teórico numa teoria inédita.

1 Este trabalho foi apresentado no Seminário sobre Metodologia de Pesquisa em Psicanálise, organizado pelo GT Psicopatologia e Psicanálise da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) realizado na Universidade Católica de Pernambuco, em maio de 2015, e posteriormente foi publicado na revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (online), v. 1, p. 3-15, 2015.

A construção do caso é um arranjo dos elementos do discurso visando a uma conduta. O caso dispõe de uma pertinência descritiva, é uma construção de uma *memória anacrônica* por parte do analista. Nesse sentido, ele é uma ficção, porque faz existir um ser abstrato que faz com que algo possa existir logicamente. Trata-se, por conseguinte de uma ficção operatória lançada para apreender uma verdade do inconsciente ou de um real impossível de dizer senão pela letra do caso.

Ao longo da história da Psicanálise, o caso clínico tomou diferentes estilos de narrativas, desde as narrativas puras aos romances psicológicos. O que pretendemos neste artigo é apresentar um tipo de construção de caso cujo foco não está na descrição do tratamento, tampouco se aproxima de um conto ou romance. Trata-se da marca do caso, um dispositivo formalizado e sistematizado por Dumézil, em 1983 (Dumézil; Brémond, 2010), e que utilizamos no trabalho de tese de doutorado, intitulado *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais* (Siqueira, 2013), escrita e defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco.

Como operador metodológico, ele é um instrumento que permite identificar o que está além do que foi observado pelo pesquisador ou analisar dados que não foram coletados por ele, ou seja, possibilita analisar o dito a outrem, pois faz parte da ferramenta que o aprofundamento teórico-clínico do que foi isolado como teorígeno possa ser feito por vários.

Utilizamos tal metodologia a partir da leitura clínica de dados de fala de um sujeito que apresentava a peculiaridade de ancorar seu ser em suas alterações corporais. Essa era a marca do seu caso, que dava conta do encontro entre estrutura e contingência, encontro esse que definiu o nome a que respondia seu gozo e a partir desse saber poder trabalhar para

a reordenação do traumático, mortificante desse modo de gozar, inscrito no corpo do sujeito, objeto da referida pesquisa.

O objetivo do nosso trabalho é propor a marca do caso, na forma como aqui a desenvolvemos e a utilizamos, como uma metodologia profícua para pesquisas no âmbito da psicanálise, quando o enfoque for algum aspecto clínico. Passaremos em seguida a uma discussão sobre as vicissitudes da apresentação em clínica psicanalítica, a fim de podermos fundamentar e destacar a que nossa proposta de utilização da marca do caso como abordagem metodológica responde.

do memorial às vinhetas clínicas

A apresentação da clínica varia ao longo das obras de Freud e Lacan. Partiu-se, com Freud (1976), do relato exaustivo e detalhado, tipo memorial do caso, para se chegar às chamadas vinhetas clínicas lacanianas, que visam indicar a marca singular, paradigmática, do caso em análise. Lacan não apreciava e até mesmo criticava a prolixidade do caso clínico. Interessava-se, sim, pelo ponto nevrálgico do caso que o tornasse a um só tempo singular e paradigmático. Para ele, o caso devia remeter-se à estrutura, primeiramente, como estrutura clínica considerada como sistema formal constituído por um conjunto de elementos e das relações entre eles, porque daí se podia extrair muito mais conhecimento do que da dimensão puramente histórica da narrativa. Em outras palavras, para Lacan (1983) sempre foi fundamental não somente considerar os elementos histórico-narrativos, mas principalmente descobrir a trama lógica, a sintaxe que rege as relações, a fim de operar cálculos que ajam sobre os elementos de tal sistema, uma vez que se conheça a organização deste, lembrando que o primeiro índice da operatória de uma estrutura é a repetição.

Destacar o ponto crucial de um caso seria a condição para que fosse um paradigma, como aquilo que é compreensível e como tal se presta à transmissão. É isso que se espera de um estudo de caso: que de um caso particular se consiga extrair consequências válidas para o gênero, que se possa enriquecer o que se pode saber sobre a estrutura a partir do que foi isolado. Segundo Miller (2010, p. 360), “não se trata simplesmente de desacreditar a narrativa, para substituí-la pela lógica, mas de recordar, no próprio fragmento do caso, o realismo da estrutura”.² Em outras palavras, o que merece o nome de caso é aquela construção que se dedique a uma rigorosa observação dos detalhes, capaz de formalizar uma metapsicologia.

A transmissão de um saber em Psicanálise tem a ver com um movimento de mão dupla, que implica aquele que ensina, o ensinante, e aquele que é ensinado, no sentido de que, ao transmitir a outrem, o ensinante ensina e aprende com aquele a quem ensina. Algo similar se passa no estudo de caso: no estudo de cada caso é a construção dele que se dá, posto que, em se tratando de caso clínico, não se aplica a categoria do *a priori*, porque um caso é algo que se constrói na relação. Sendo assim, entendemos que um caso é sempre um relato, e relatar um caso implica tecer sua ficção para se chegar ao que ele tem de mais singular e, ao mesmo tempo, de paradigmático (Siqueira, 2008). Esclarecemos, ainda, que a marca do caso produz um efeito de questionamento no investigador, que pode mobilizar uma discussão, um relato ou uma escrita e até transformar-se em teoria. O que produz, então, é um efeito de questionamento, um efeito significativo e não um efeito experimental palpável. Propomos, então, que a marca do caso (*le trait du*

2 No original: “No se trata de arrojar no sé qué descrédito sobre la narración para sustituirla por la lógica, sino de recordar, en la reseña del caso mismo, el realismo de la estructura.”

cas), como nos ensinam Dumézil e Brémond (2010), o distingue de todos os outros, uma vez que está diretamente ligado a quem o escuta ou a quem o lê. Isso porque a leitura de uma fala desloca o pesquisador para a posição de alguém que se deixa afetar pelo movimento significante do discurso daquele que ele lê, para localizar a marca do caso, precisamente como o que liga história e o mais singular da estrutura encarnada no sujeito. Logo, o mínimo que se pode esperar de um caso é que o ouvinte, ou o leitor, tenha um lugar, porque o caso, em psicanálise, produz-se sempre em relação a um Terceiro, seja ele um supervisor, um leitor ou um público.

A marca do caso (*le trait du cas*) é um dispositivo formalizado e sistematizado por Dumézil,³ a partir de uma indicação de Lacan, na quarta capa da 1ª edição da revista *Scilicet*, de 1968, e que propomos utilizar como o operador metodológico desta pesquisa. Encontramos em Santos (2000), numa referência a Foucault, um apoio à nossa proposta de utilização da marca do caso como operador metodológico neste exato ponto de suas proposições:

O grande mérito de Foucault foi ter mostrado as opacidades e os silêncios produzidos pela ciência moderna, conferindo credibilidade à busca de “regimes da verdade” alternativos, outras formas de conhecer, marginalizadas, suprimidas e desacreditadas pela ciência moderna. O nosso lugar hoje é multicultural, um lugar que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades. (Santos, 2000, p. 27)

³ Segundo o referido autor, essa indicação teria sido retirada das edições seguintes, para nunca mais aparecer.

Paco: o galo decapitado

Paco é um jovem espanhol de 20 anos, que se tatua, se escarifica, se suspende solitariamente, sem trégua, e com essas modificações corporais, nas quais ancora seu ser, tenta desesperadamente inventar uma forma de fazer algo, de responder ao excesso de gozo sem ordenamento fálico que o acosava, em virtude do seu confronto com a cena traumática das matanças de perus, que eram realizadas na fazenda do seu pai e que, em algumas ocasiões, era ele, Paco, quem, ainda muito pequeno, segurava os animais para serem degolados. Curiosamente, é com o nome de “O galo decapitado” que ele se apresenta (Pereira, 2007).

Paco saiu muito jovem da casa dos pais, ainda na adolescência, e viveu muita coisa nas ruas de Madri: drogas, sexo e violência. Vendia e consumia drogas. Consumia bastante haxixe, que o acalmava, pela manhã; e cocaína e comprimidos à noite, a fim de ajudá-lo a suportar seu ritmo frenético de vida. Diz que sempre esteve muito perto do perigo e que não sabia como ainda estava vivo. Considera sua vida muito louca e diz que sempre esteve perdido. Já foi atropelado e fazia parte de uma rede de comerciantes de drogas em que um de seus amigos foi morto. Após esse episódio, passou a se sentir perseguido, tinha a sensação de estar sendo seguido todo tempo. Informa que tudo começou aos 17 anos e que, desde então, submete seu corpo a transformações progressivas e ininterruptas: *piercings*, tatuagens, escarificações e implantes com fins de controle dos pensamentos. Admite que, para ele, essas práticas são como uma droga, que ele tem uma droga nova e natural: *a body modification*. Define-se como uma pessoa completamente louca, que muda a aparência e experimenta novas sensações. Diz que essas práticas lhe servem de tranquilizante.

Originalmente, Paco foi participante de uma pesquisa antropológica, onde não havia um caso (Pereira, 2007). A construção do caso se deu no trabalho do mestrado (Siqueira, 2009), justamente porque algo de um estranhamento-questionamento nos mobilizou quando da análise dos depoimentos dos sujeitos estudados, e cremos que também a Pereira (2007), pois é notória a concentração de material coletado referente a ele. Observamos que havia nele algo a mais, pois a perspectiva da marca corporal, como demanda ao Outro e desejo de aí ter um lugar, não dava conta. Nesse sentido, reconhecemos nas conclusões da nossa dissertação que não se podiam fechar os olhos para esse algo a mais, nem o denegando ou desconsiderando. E foi justamente esse encontro com o furo que nos relançou a novos estudos, objeto da pesquisa de doutorado.

a marca do caso: um operador metodológico

A grande inovação da utilização da marca do caso, na referida pesquisa, foi elevar este conceito a operador metodológico, porque compreendemos que ele é um instrumento que permite que um pesquisador possa destacar outros matizes, além dos que foram observados pelo pesquisador *in praesentia*. Em sua sistematização da referida indicação de Lacan, Dumézil e Brémond (2010) conceberam um dispositivo distribuído em três tempos: a exposição privada do caso, com a devida implicação do ouvinte, que se constitui na primeira elaboração; a exposição pública dessa primeira elaboração; e, em seguida, a constituição de grupos de trabalho com fins de aprofundamento teórico-clínico, visando a um efeito de transmissão em ato do discurso do analista. Vale aqui esclarecer que a utilização da marca do caso como instrumento metodológico, no presente trabalho, centrou-se nos momentos de pesquisa e posterior transmis-

são dos pontos que foram selecionados para investigação, posto que as etapas anteriores foram realizadas por Pereira (2007), pesquisadora do caso que foi estudado.

Um dos aspectos essenciais dessa proposta é atingir a “dimensão teorígena” (Dumézil; Brémond, 2010, p. 17)⁴ do caso, na medida em que propõe não reinventar conceitos pre-existentes, mas propiciar a formalização dos dados não por uma face fixa e dogmática, mas a partir da articulação dos elementos, saídos diretamente da experiência, em torno de um traço que convoca uma leitura e um trabalho, mas que admite a dimensão do imponderável e dá primazia ao ins tituinte, ao que se passa, e não ao já instituído. O objetivo da marca do caso como operador é a transmissão, a busca de liberdade – uma leitura própria – sem abandonar, ou melhor, com fins de rigor do enquadre científico. A marca do caso como “teorígena” não é da ordem do puro imaginário, no sentido de miragem, mas uma construção lógica, uma invenção de saber, a qual se sabe que nada vem a corresponder na realidade.

É uma ficção operatória, um agente de distanciamento, de deslocamento. É a passagem da enunciação à escrita. Escrita aqui tomada como algo que permite abrir para uma palavra, para um significante novo, posto que existe um “mais além” do caso que é transmissível, um a posteriori que permite um avanço no trabalho. Enquanto ficção, designa um processo a isolar, em que se trata de se inscrever. É o traço que está no entre dois, o que fala e o que escuta e que pode se manifestar como uma parada, um bloqueio ou como uma invenção, ou mesmo um avanço. Sendo assim, a marca do caso, ao possibilitar a passagem do privado ao espaço público, é uma forma preciosa e rigorosa de transmissão da Psicanálise como corpo teórico e clínico. Ela, a marca, aparece em um traço, em algo da

4 *La dimension “théorigène”.*

ordem do inesperado, em um questionamento, em um estranhamento como algo da ordem do que surpreende, da contingência, do imprevisto que permita a construção de uma ficção teorígena como aquilo que faz existir um ser abstrato.

A ficção é um operador abstrato que faz com que algo possa existir logicamente. A referência ao inconsciente autoriza o uso do termo ficção, totalmente diferente da sua definição dicionarizada ou do senso comum, que a compreendem como uma produção que tem sua origem no imaginário. É aqui considerada uma construção e, como tal, uma hipótese, uma ficção lançada para apreender uma verdade. No dizer de Freud (1976a), em “Construções em análise”, o que se busca é, com um simulacro de isca, agarrar uma carpa de verdade. Aqui Freud se refere à passagem do *Hamlet*, de Shakespeare, ato II, cena I, em que Polônio, querendo descobrir a conduta do seu filho Laertes, envia Reinaldo para espioná-lo e o orienta a se dirigir às pessoas do lugar com proposições hipotéticas sobre sua conduta para instar seus interlocutores a responderem a verdade. Ensina que é assim que agem as pessoas de talento e de experiência, com rodeios e por meios indiretos, indiretamente, atraem uma “carpa de verdade” (Shakespeare, 1605 apud Freud, 1976a). Isto porque, para Freud (1976a), nada se perde no aparelho psíquico: tudo está lá. Ao contrário da arqueologia, em que os elementos procurados podem ter sido queimados, destruídos ou modificados de uma época para outra e terem se constituído em outra coisa, na vida psíquica se pode reencontrar, reconstruir, porque o que foi perdido está perdido lá. Nesse mesmo texto, esclarece que as marcas são conservadas intactas, porém inacessíveis. Estão lá, mas de forma inacessível. Logo, o que é posto em jogo na construção é este caráter de inacessibilidade das marcas. Dessa forma, toda construção se faz sobre um fragmento de perdido da e na realidade psí-

quica, mais exatamente sobre um fragmento inacessível. Portanto, pode-se afirmar que a construção freudiana que nos interessa é uma ficção, uma verdade que tem forma de ficção. É muito importante que, com uma falsa isca, se pesque uma carpa de verdade. É aqui que nos situamos. Por meio de um dispositivo, reconhecido pelo seu formalizador (Dumézil) como da ordem da ficção, no sentido que viemos lhe dando, queremos pescar uma carpa de verdade. Isto porque compreendemos, com Freud, Lacan e Dumézil, que toda construção é uma ficção que permite fisgar uma verdade; que uma construção é uma hipótese, uma ficção lançada para pescar uma verdade. A nossa intenção foi, então, pescar, captar a marca inacessível, sem inscrição simbólica, perdida dentro do aparelho psíquico e que não cessou de retornar em acontecimentos no corpo.

De acordo com o acima postulado, não bastava referir as palavras do sujeito, foi preciso, a partir do seu discurso, isolar a marca do caso. Lembramos, uma vez mais, que esta última não diz respeito a relatos exaustivos de tratamento nem impulsiona na direção do conto. Não tem nada a ver com a proliferação imaginária desenvolvida no relato, como memorial de uma análise, porque a mera acumulação de saber não produz nada de verdadeiro (Dumézil; Brémond, 2010).

É uma ferramenta metodológica, a qual permite que pontos clínicos, localizados nos limites da representabilidade, possam ser postos em circulação. Possibilita articular o singular, o categorial e o geral que os distribui segundo uma configuração particular, ou seja, há um trabalho sobre o categorial e passagem do particular ao geral, na medida em que propicia que algo se aprenda, que as articulações se estabeleçam e as conexões se façam – na diferença – entre um caso e outro. Trata-se de uma progressão reflexiva, pois as definições de categorias

clínicas aí encontram um afinamento progressivo, ao mesmo tempo, com novas conexões ou com conexões já conhecidas.

A marca do caso como operador metodológico visa ao “que se passa”, ao fragmento como colofão que aponte o ponto agudo de uma questão atual. Tratou-se, pois, de fazer trabalhar posições enunciativas-instituintes, distinguindo-as da pura ficção denotativa. O que se evocou foi o que ligava história e estrutura, o que nos permitiu ir gradativamente passando do teorígeno à teoria. Teoria compreendida como corpo teórico, que admite o imponderável, como o que fura a série. Teoria que acolhe o novo, saído da reflexão e que acrescenta à construção, ao corpo teórico estabelecido, o risco de modificar sua harmonia e estabilidade. Na linguagem de Santos (2000), a crise propulsora da criação.

A razão da proposição da marca do caso como operador metodológico foi porque ela é um método que implica uma relação com a fala do sujeito, em busca do ponto preciso em que algo do real foi fisgado por aquele que lê ou escuta. Permite detectar a marca do caso no entre dois, e que só um terceiro, um outro, pode distinguir. É um método que permite o enlaçamento dos diferentes momentos, num mesmo movimento, daquilo que foi dito, escutado e, posteriormente, lido e exposto.

Para Dumézil e Brémond (2010), a marca do caso tem a ver com o traço unário freudiano, relido e sistematizado por Lacan (2003), enquanto ponto de partida, de onde se produz a incidência do significante no desenvolvimento. Ponto inaugural da estrutura de onde advirá a história. A marca do caso, como o traço unário, é o que dá o essencial, aquilo que está no coração do ser, não encontrável nem na história, na historiografia ou historieta. É o que possibilita uma nova edição do tempo pela via do ato enunciativo que abre acesso ao registro do inscritível, do representável que tem impacto no real da repetição de gozo.

A estrutura se funda por uma operação que escreve uma impossibilidade, que é a inscrição de uma marca. A marca não tem função de representação, mas de unir como cópula o idêntico com o diferente. É uma marca prévia à identificação que instaura a diferença, sobre a qual se assentam as identificações e suas significações. Quando cai uma identificação, há o encontro com a marca. A repetição é a operação que faz a marca se perder como originária e se transformar em situação repetida; neste nível, possível de inscrição.

Vê-se, claramente, que esse é o campo do pulsional como aquilo que escapa às nomeações do Outro e que instaura uma ligação entre o sentido e o real. Uma vez mais se desvela que há algo de inominável, de real, na estrutura, que está na origem do que é marcado no corpo. O que se buscou foi estudar a resposta singular engendrada pelo sujeito quando do seu confronto com o que havia de enigmático no desejo do Outro.

Buscamos a marca porque, paradoxalmente, o perdido não está inativo. Está vivo – como os galos de Paco – produzindo efeitos de gozo no corpo, como uma fonte radioativa, não localizada, mas cujos efeitos são medidos e comprovados pelos estragos produzidos e detectados pelos instrumentos adequados. Neste estudo, as marcas corporais são as provas vivas desse efeito radioativo do traço, da marca não, ou mal nomeada, perdida no coração da estrutura. Insistimos que nosso objetivo não disse respeito à expressão cultural do nome, mas ao nome que veicula o gozo. Também não nos interessou a realidade psicossocial, mas a dimensão real do nome, o que de inominável e de pulsional pode veicular um nome. Nome, insígnia, angústia, sintoma, eis a sequência que buscamos rastrear, em suma, identificar como um nome pode afetar um sujeito, pela via da marca do caso.

Em Paco, havia um indicativo do demasiado da experiência de satisfação na matança dos perus. Esse elemento perdido na estrutura inconsciente apareceu como buraco, como algo não

simbolizado, sem nome, onde o sujeito tropeçou e caiu nele sem cessar, repetidamente, das mais diversas formas. Por isso, a nomeação como arte de produzir um nome que dê conta do que se perdeu permite que um pesquisador-interpretante tome parte nesse jogo como mais um a nomear o que está como buraco na estrutura do inconsciente, enquanto cadeia significante, uma vez que o que conta na nomeação é menos o sentido e mais a nomeação-inscrição, que cria um campo e dá um lugar.

Não poderíamos deixar de destacar, tendo em vista a própria lógica da marca do caso, tomada como metodologia, ou seja, como uma ferramenta de trabalho, sem sublinhar seus limites. Como não poderia deixar de ser, é nas brechas de qualquer trabalho que outros surgirão. É da essência da marca do caso não se propor como totalizante e completa. É de sua essência “teorígena” pressupor que outras leituras poderão ser feitas. Esta nossa leitura só foi possível por isto, portanto aquilo que é um limite é também sua saída e não o contrário, segundo nosso ponto de vista. Casos que não estão em desenvolvimento são, de fato, uma saída e um limite, mas tem sido por essa dialética que a psicanálise tem avançado. A dialética psicanalítica não invalida a objeção, o limite, o resto; ao contrário. A contradição, por exemplo, ser saída e limite, é bem-vinda. Não seria esta uma metodologia propriamente psicanalítica, que acolhe em seu seio as saídas-limites, não as fazendo limitantes, mas teorígenas? É deste lugar que vemos o método escolhido. Sabe-dora de que todo método, exatamente por ser um conjunto de procedimentos utilizados, segundo um plano e determinadas regras, utilizando determinados instrumentos é, por natureza, saída e limite. Por isso, existem vários. Ser saída e limite não é defeito do método aqui utilizado, ao contrário, aí se concentra sua riqueza, riqueza esta procedente da própria natureza do conceito de método. Por essa razão, mais uma vez o defendemos e o utilizamos, acreditando ter feito a boa escolha.

considerações finais

A marca do caso foi utilizada como método e não como dispositivo, pois não estamos utilizando A Marca do Caso, com maiúsculas, esta sim, o nome de um dispositivo, não nos obriga a nos incluir para o nosso objetivo presente em todas as etapas do dispositivo. O que nos interessou na marca do caso, como método, foi extrair sua dimensão teorígena, a que faz passar do contato, da exposição, para a elaboração de um saber sobre o caso, construído justamente neste momento de tentativa de sistematização deste. Antes disso, o que se tem é o relato, ou o atendimento, mas não um caso clínico, devidamente sistematizado e elaborado.

A escolha de Paco, como um caso clínico propício a ser construído pela marca do caso, se deveu ao fato de ser originalmente objeto de uma pesquisa antropológica, onde não havia um caso. Nós construímos o caso no trabalho do mestrado (Siqueira, 2009), justamente porque algo de um estranhamento-questionamento nos mobilizou. Por ocasião da análise dos dados de fala dos sujeitos estudados, observamos que havia nele algo a mais que a hipótese inicial da marca corporal como adorno, demanda ao Outro, desejo de cavar um lugar no campo do Outro. Nada disso dava conta. Nesse sentido, as conclusões apontavam que estavam inconclusas, que havia um algo a mais, um mais além, para o qual não se podia fechar os olhos, denegando ou desconsiderando. Nesse sentido, Paco desconstruiu-construindo, apontando para novos caminhos, novas conclusões; para a necessidade de uma nova reconstrução, esta de agora, a de fazer surgir a marca do caso. Cremos que a marca deste caso é que o verdadeiro nome próprio deste sujeito é o nome que singulariza seu gozo: O galo decapitado. Para utilizar o método, foi preciso que tivesse havido uma construção anterior do caso, para que fosse desconstruído e reconstruído, indicando a marca do caso, e isso,

cremos verdadeiramente que o fizemos, na medida em que fomos questionadas por sua fala estranha aos demais sujeitos e fomos capaz de, a partir deste estranhamento, formular questões teórico-clínicas, como vimos tentado demonstrar.

Creemos que, como pesquisadora-intérpretes, fomos afetadas pela singularidade desse caso e com isso nos tornamos sua interlocutora. A partir disso, Paco nos disse alguma coisa, pois, para nós, suas marcas falam dele. Expõem-no ao olhar do outro, aparecendo como um típico *unheimlich* freudiano (Freud, 1976b). O que buscamos com este trabalho foi responder à afetação que esse caso produziu em nós, para daí produzir algo teorígeno-simbólico que nos tirasse do limite imaginário de ficar só imaginariamente afetada pelo olhar e pela estranheza que suas marcas provocaram. Eis aqui mais uma vez a marca do caso como um método que provoca a saída de uma viela, e aqui revira de método saída-limite para limite-saída, e eis que se completa o movimento dialético libertador e propulsor de criações.

Como a marca do caso advoga a queda do nome próprio e o advento da marca, pudemos aqui inscrever nossa tese e usar a presente metodologia, isto porque a fragilidade imaginário-simbólica do Nome próprio de Paco provocou o advento da marca como Nome próprio de gozo. O que em Paco nos afetou interrogando foi perceber que suas marcas não eram para serem vistas, mas para serem gozadas, e, como tal, não só nos ultrapassou, bem como ao saber da teoria, na medida em que a maioria dos autores as considerariam marcas feitas para o Outro.

Finalizando, diríamos que estudamos o caso Paco, buscando, pela via da metodologia da marca do caso, detectar o elemento medular de sua singularidade. *A posteriori*, autorizamos-nos a afirmar que a marca de seu caso é que seu verdadeiro nome próprio é seu nome de gozo: o galo decapitado.

Referências

- CAON, J. L. O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica da pesquisa. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 7, n.2, p. 145-174, 1994.
- DUMÉZIL, C.; BRÉMOND, B. *L'invention du psychanalyste: le trait du cas*. Toulouse: Érès, 2010.
- FREUD, S. Construções em análise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. v. 23. Originalmente publicado em 1937.
- FREUD, S. O estranho. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. v. 17. Originalmente publicado em 1919.
- FREUD, S. Uma neurose infantil e outros trabalhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976c.v. 17. Originalmente publicado em 1918.
- LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- LACAN, J. *A identificação. Recife*. Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- MILLER, J. A. *Extimidad*. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- PEREIRA, F. *Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.
- SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SIQUEIRA, A. A. *Atrasos de aquisição de linguagem: algumas considerações sobre o processo de espelhamento*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia)– Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

SIQUEIRA, E. R. A. *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia)– Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

SIQUEIRA, E. R. A. *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas corporais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009.

o método de observação de Esther Bick: contribuições à abordagem da intersubjetividade na pesquisa em psicanálise

Marisa Amorim Sampaio

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

A experiência psicanalítica é complexa e abrangente. Mezan (2006) adverte que os problemas colocados pela pesquisa – ontológicos, metodológicos e epistemológicos – não se reduzem à atividade habitual do analista. A pesquisa em psicanálise, território heterogêneo, aponta para a possibilidade de diversificar e refinar o modo como abordamos e compreendemos os processos psíquicos, sem cairmos numa simplificação, discriminando as salutares flexibilidade e criatividade que oxigenam essa ciência, zelando por aquilo que fundamenta a racionalidade da psicanálise.

Teorizando sobre a epistemologia da psicanálise, Mezan (2002) apresenta a tese de que não há só um modelo de ciência, porém diversas ciências construídas com base numa racionalidade própria para dar conta dos objetos que investigam. Esses objetos não apresentam a mesma estrutura, nem tampouco podem ser

abordados por um único método. Tomada por Plastino (2004) como o “quinto rombo”, a psicanálise surge para responder às necessidades do paradigma moderno de ciência sem desconsiderar o sujeito, e subverte as regras desse paradigma ao propor uma experiência de conhecimento que opera de sujeito a sujeito, uma verdadeira experiência de embate de corpos e afetos com a participação do inconsciente nos processos de apreensão do real. Sua particularidade está no fato de se constituir como uma ciência que não forclui a presença do sujeito, e o inclui enquanto causa que escapa à completa decifração (Guerra, 2010).

A psicanálise foi introduzida nos cursos de psicologia do Brasil na década de 1960 e na pós-graduação nos anos 1980. Apesar dos anos decorridos e da frequência das discussões sobre sua presença na pesquisa acadêmica, ainda persistem posicionamentos “puristas” que temem corromper a reputação da psicanálise com a sua inserção na universidade (Mezan, 2002). A crença de que há apenas um método de pesquisa em psicanálise dificulta a reflexão e sua inovação teórico-metodológica, desconsiderando que na pesquisa em psicanálise com o método psicanalítico¹ há uma dimensão clínica e até mesmo a possibilidade de se observarem efeitos terapêuticos, mesmo que fora de uma situação analítica no sentido estrito (Figueiredo; Minerbo, 2006).

1 Figueiredo e Minerbo (2006, p. 258-259) distinguem *pesquisa em psicanálise com o método psicanalítico* – focando os processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos transcorridos e contemplados fora da situação analítica, no sentido estrito – da *pesquisa em psicanálise* – “conjunto de atividades voltadas para a produção de conhecimento que podem manter com a psicanálise propriamente dita relações muito diferentes. Em certas circunstâncias [...] observa-se uma respeitosa distância: ora as teorias da psicanálise tornam-se ‘objeto’ de estudos sistemáticos, ora de estudos históricos, ora de reflexões epistemológicas; outras vezes, alguns conceitos psicanalíticos são mobilizados como instrumentos para a investigação e compreensão de variados fenômenos sociais e subjetivos”.

Poderíamos imaginar as diversas áreas em que se desdobram as investigações como raios de uma roda cujo centro é a clínica *stricto sensu*, [...] presente mais explicitamente em algumas, mais indiretamente em outras. Pois é nela e dela que surgem os conceitos cardeais da psicanálise, os instrumentos com que opera qualquer pesquisa em nossa disciplina. (Mezan, 2006, p. 233)

O espaço psicanalítico é o *locus* para a pesquisa, ampliando os campos empíricos, utilizando o método para validar as pesquisas desenvolvidas fora do processo analítico, mas mantendo a uniformidade teórica (Lowenkron, 2004). Teoria, método clínico e método investigativo são indissociáveis e “manter de uma maneira ou de outra o enodamento entre esses três registros é mais do que uma questão científica: é uma questão ética” (Guerra, 2010, p. 138-139).

Na investigação sobre a realidade psíquica, subjetivo e objetivo são relativizados. Remete-se a uma teoria geral da psique, a construtos metapsicológicos generalizáveis, pois o trabalho envolve o significante, não o signo (Iribarry, 2003; Oliveira, 2011). A abordagem do particular busca compor modelos abrangentes do psiquismo, admitindo que cada sujeito, apesar de compartilhar angústias semelhantes com outros, tem seu psiquismo singularmente estruturado (Safra, 1993).

Quando desenvolvida fora do *setting* clínico, a interpretação produz um olhar que desopacifica o “objeto”, fazendo-o ressurgir diferente, desconstruído, transformado, reinventado, capaz de ver coisas que não via antes (Figueiredo; Minerbo, 2006). Nesse sentido, a pesquisa psicanalítica “é sempre uma apropriação do autor que depois de pesquisar o método freudiano descobre um método seu [...] e o singulariza” (Iribarry, 2003, p. 3).

Figueiredo e Minerbo (2006) defendem que a verdade da interpretação é sempre parcial, provisória e relativa ao processo

que a produziu, e este processo é irrepetível e singular. Destacamos que a singularidade é parte não só da experiência subjetiva, mas também da intersubjetividade que situa o pesquisador.

Antes de avançarmos sobre a questão da intersubjetividade, apresentamos o método Bick de observação, aqui situado como uma das possibilidades na pesquisa em psicanálise, para então refletir sobre algumas contribuições deste à abordagem da intersubjetividade.

o método Bick de observação

O método Bick ou *Infant observation*, como é conhecido na língua inglesa – com *infant* significando “criança que ainda não fala” –, foi desenvolvido pela psicanalista Esther Bick, no final da década de 1940, na Clínica Tavistock, em Londres, a pedido de John Bowlby. O Bick também é conhecido no Brasil por técnica de Observação da Relação Mãe-Bebê na Família (Souza, 2008), com a palavra “relação” remetendo ao fato de não se tratar de uma observação do bebê exclusivamente, mas da observação da relação entre os presentes na situação: bebê, mãe, pai, outros familiares, o observador (Stoiani, 2007).

Trata-se de uma técnica baseada no método psicanalítico, constituindo-se como uma aplicação deste. Faz uso de elementos conceituais tais como atenção flutuante, associação livre e transferência², porém não adota a interpretação transferencial como ferramenta de modificação do curso das motivações inconscientes (Stoiani, 2007). O objetivo original de Bick era

2 Esses elementos estão presentes na observação Bick, uma vez que é estabelecido um *setting* que favorece o acontecimento da atenção flutuante por parte do observador, a associação livre por parte da dupla observada (na medida em que é solicitado à família que prossiga com suas atividades rotineiras) e o estabelecimento da relação de transferência entre a dupla e o observador (Stoiani, 2007).

observar a vida dos bebês em seu meio familiar, estimulando nos estudantes uma compreensão sobre os primórdios da vida psíquica e sua evolução, sensibilizando-os sobre os estados precoces na base do desenvolvimento infantil e adulto (Rustin, 2009).

O método Bick passou a fazer parte do currículo formal do curso de Psicoterapia Infantil da Tavistock em 1948, reconhecido como um importante recurso na formação de psicoterapeutas, psicanalistas e profissionais de saúde (Rustin, 2009). Em 1960, foi incluído no currículo da Sociedade Britânica de Psicanálise e atualmente ainda é empregado em institutos de formação em psicanálise, inclusive no Brasil. O Bick tem passado por adaptações necessárias aos diferentes contextos institucionais onde é praticado, mostrando uma aculturação do método (Corte, 2005).

O Bick tem suas origens, descrição e desdobramentos conceituais em três dos trabalhos de Bick (1962, 1964, 1968): *Child analysis today*, *Notes on infant observation in Psychoanalytic training* e *Further considerations on the function of the skin in early object relations*. O texto de 1964, peça central do método, apresenta exemplos de observações e discute as orientações a serem seguidas na observação.

Esther Bick almejava a objetividade científica na observação e o uso da experiência subjetiva na compreensão dos dados, refinando a capacidade para perceber as realidades psíquicas primitivas (Souza, 2008). Essa afetação do observador é aspecto central na técnica: sua mera presença produz efeitos no campo observado e a qualidade da observação depende da sua maturidade psíquica, teórica e técnica. Ao incluir o observador no campo emocional, Bick deslocou a psicanálise das ciências explicativas (Mélega, 2001), legitimando o singular na produção do conhecimento, por meio das relações entre o teoricamente posto, o empiricamente observado e o subjetivamente / intersubjetivamente apreendido.

Autores como Green (2000) fazem críticas ao Bick, incluindo-o no mesmo grupo de métodos observacionais proposto por Bowlby, Spitz e Stern. No entanto, é preciso atentar para a diferença fundamental da técnica de observação Bick: a afetação do observador descrita acima descarta a possibilidade de que este ocupe um lugar isolado e neutro, tal como nessas outras técnicas de observação (Sandler; Sandler; Davies, 2004).

O método Bick sintetiza os princípios científicos da psicanálise que permitem a investigação, norteiam a clínica e fundamentam a teoria. Apesar da sua simplicidade, que inclui três momentos – observação no ambiente natural, escrita posterior e supervisão – é complexa a tarefa de criar e manter *o setting* de observação. É por meio desse *setting* que se cria um ambiente adequado para que os processos psíquicos se manifestem, para que o inesperado ocorra (Lisondo, 2005). Trata-se de um exercício de escuta sucessiva, em níveis diferentes, do mais regressivo ao mais elaborado, caracterizando-o na contramão da irreflexão e do subjetivismo (Caron et al., 2012; Lisondo, 2005).

Nos moldes originais, o momento de observação (*primeiro tempo*) é desenvolvido na casa do bebê, com duração de uma hora, uma vez por semana, do seu nascimento aos dois anos. Observa-se o desenrolar das relações mãe-bebê-família, mediante postura de abstinência, não intrusiva, não crítica, sob atenção flutuante. Essa atitude estimula a mãe a encontrar seu jeito próprio de entender e lidar com as necessidades do bebê, ao mesmo tempo em que implica o observador numa receptividade psíquica, potencializando o processo transferencial. Este recebe, com sua afetividade, sua fantasia e seu corpo, as “comunicações” positivas e negativas, captando estados emocionais primitivos que devem ser transformados psicologicamente (Bick, 1964).

O *segundo tempo* – a escrita – acontece logo após a observação, registrando detalhadamente o que se recorda e os afetos experimentados. Essa meticulosidade implica no cuidado de não deduzir os sentimentos do bebê rapidamente, evitando perder a “evidência”, na qual a interpretação se baseará; os registros podem enriquecer ou distorcer o material, ficando sujeitos à análise cuidadosa (Bick, 1964).

As angústias e ansiedades vividas na transferência são analisadas na supervisão – *terceiro tempo* –, focando o que foi observado e o instrumento de observação (o observador, as projeções introjetadas). Essa reflexão e elaboração cognitiva dá sentido às vivências e projeções, resgatando a função do observador, para que sua participação psíquica intensa não inviabilize a construção de pressupostos e o *setting*, fornecendo suporte ético, no uso positivo dos fenômenos transferenciais (Rustin, 2009).

Nos moldes clássicos, não é desenvolvida intervenção interpretativa nas observações, pois o objetivo é compreender aspectos do fenômeno transferencial. No Bick, a meta não é terapêutica, apesar da implicação de poder sê-la; o observador deve renunciar ao *furor curandi* (Lisondo, 2005).

Além da observação, do relato e da supervisão, um grupo de pesquisadores do Rio Grande do Sul (Caron et al., 2012; Lopes et al., 2012) desenvolve um *quarto tempo*, destinado à publicação científica do material obtido por meio da observação. Nesse quarto momento, o material produzido na escrita pós-observação e numa escrita posterior fruto da supervisão é traduzido em linguagem dirigida a um público maior e desconhecido. São destacados os principais aspectos supervisionados, revisitando pressupostos, discussões e interpretações, numa percepção da experiência em nível mais integrado. Tenta-se criar no leitor as principais experiências emocionais do processo, compartilhando conclusões teórico-práticas.

Essa escrita destinada à publicação requer equilíbrio, podendo correr o risco de ceder às exigências acadêmicas, tornando-se excessivamente conclusiva e objetiva, eliminando a riqueza e o potencial para gerar novas formulações. Por outro lado, corre o risco de ceder à tentação de revelar com muitos detalhes a experiência intensa, expandindo excessivamente o material, tornando-o incompreensível. Se tomada como estratégia de análise acadêmica, a escrita fruto do quarto momento auxilia na construção de eixos norteadores, definidos a partir dos padrões que tendem a se repetir nas observações e supervisões e/ou de suas singularidades (Lopes et al., 2012). Em termos de controle de qualidade, talvez o quarto momento funcione como apoio ao observador, fornecendo estrutura e distância nas elaborações cognitivas, mais uma fonte de análise e triangulação entre pesquisadores (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015).

Em virtude da qualidade e da possibilidade de ressonância positiva nos envolvidos, o Bick se expandiu, desdobrando numa variação de *settings* e aplicações, na formação, na clínica e na pesquisa (Rhode, 2004). Ainda que o uso da observação Bick com outros propósitos seja recente, podem ser destacados trabalhos a partir da sua aplicação na clínica e na pesquisa, incluindo a intervenção terapêutica precoce – ou “observação terapêutica”, uma aplicação como modalidade de tratamento em casos de interrupção no desenvolvimento infantil, nesse caso com possibilidade de uso da interpretação transferencial (Wakelyn, 2012).

Apesar de variações no *setting* com relação ao local, duração e frequência das observações, os requisitos básicos dos três momentos são respeitados. Alguns observadores têm os seminários via Skype. Essa variedade e expansão de *settings* tem por trás a ideia de desenvolver, por exemplo, observações planejadas de fetos, acompanhados posteriormente (Piontelli, 1995),

em hospitais (Cohen, 2003), destacando situações de risco psíquico (Gretton, 2006) e/ou social (Briggs, 1999).

Em 1997, foi criado o *International journal of infant observation and its applications*, com publicações teórico-práticas sobre o método Bick. Em 2014, foi criada a Alobb (Associação Latinoamericana de Observadores de Bebê Método Bick), filiada à Associação Internacional para o Desenvolvimento da Observação de Bebês Método Bick. No Brasil, a observação Bick foi introduzida por Lygia Alcântara do Amaral e Virgínia Bicudo. Ambas psicanalistas estiveram em Londres na década de 1950 com Bion, Bick, Bowlby, dentre outros. Difundiram o método no Brasil, aplicando o Bick em São Paulo e em Brasília (Amorim, 2004; Guimarães, 1998).

No Brasil, das instituições que oferecem treinamento no Bick, duas estão no Rio de Janeiro, quatro em São Paulo, seis no Rio Grande do Sul, uma em Goiânia, uma em Brasília e uma em Belo Horizonte. Três novos grupos estão em constituição, todos no Sul. São apontados 54 profissionais responsáveis pela formação com o Bick: 27 no Sul, 23 no Sudeste, três no Centro-Oeste e um no Nordeste. Dos 21 grupos de observação Bick no Brasil, 57% (12/21) o aplicam na clínica e 15% na universidade (Caron; Lopes, 2015).

Caron (2000) aponta a aplicação do Bick em diversos contextos, com o observador como consultor no hospital, creche e escola, ilustrando seu caráter preventivo e multiplicador em clínica de ultrassonografia obstétrica, unidade de terapia intensiva neonatal, cardiologia pediátrica, em creche, no ensino médico. Mélega e Sonzongo (2008) abordam aplicações do Bick em contextos clínicos e não clínicos (pré-escola, com idosos, em instituição hospitalar e de saúde mental).

O levantamento sobre publicações brasileiras relativas ao método Bick (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015) identificou

que essas refletem sobre ou apresentam adaptações e/ou acréscimos ao Bick, no ensino e na clínica, apontando seu potencial na prevenção, no diagnóstico e no tratamento, porém geralmente resguardando a origem e a identidade epistemológica do método. Escosteguy (2012) filma observações a cada trimestre do bebê em seu primeiro ano de vida, por fim entregando à família as filmagens, marcando a despedida do observador. O observador também produz um relatório final, com o propósito de realizar trabalhos científicos longitudinais. Lisondo (2012) aplica o Bick na avaliação psicanalítica do desenvolvimento infantil, para o diagnóstico precoce de transtornos globais do desenvolvimento e na prevenção de distúrbios emocionais.

o método Bick e a pesquisa

A contribuição do Bick à pesquisa é reconhecida na compreensão do desenvolvimento emocional de indivíduos e grupos, e na interlocução com ciências que almejam incorporar a experiência subjetiva e intersubjetiva do pesquisador (Urwin; Sternberg, 2012). Entretanto, mais pode ser feito quando a pesquisa é o seu principal objetivo (Rustin, 2012).

Rustin (2006) identifica as produções com/sobre o Bick, mediante quatro áreas de investigação: a) o desenvolvimento da psique infantil e da integração corpo e mente; b) os diferentes padrões de continência emocional e suas falhas; c) o valor terapêutico da observação psicanalítica – seja nos moldes clássicos ou nas adaptações em que o observador assume postura interventiva; d) na revelação de variações culturais com relação ao desenvolvimento psíquico, auxiliando na compreensão como esses padrões variam entre as culturas e a extensão das variações.

O material advindo do estudo de caso baseado na observação Bick, uma base de dados significativa, geralmente é pouco utilizado e valorizado (Reid, 1997). Existe a possibilidade de cotejar resultados da observação Bick com pesquisas realizadas com outras metodologias (Rustin, 2012). Briggs (1999) utilizou o Bick observando cinco crianças expostas a maus tratos e abuso sexual, abordando sua capacidade de resiliência. Elaborou uma escala, comparando quantitativamente os casos, apontando a possibilidade de sistematizar estudos de casos múltiplos.

Numa tentativa de aproximar a psicanálise das ciências sociais, Urwin (2007) e seu grupo de pesquisas utilizaram o Bick juntamente com entrevistas semiestruturadas para explorar aspectos da identidade de mulheres que se tornaram mães (advindas de contextos étnicos e culturais diversos, mas desenvolviam a maternagem no contexto cultural de Londres). Realizaram ao menos duas adaptações no Bick, com o mesmo *setting* clássico, porém focando na compreensão da construção identitária das mulheres e na observação da díade, mediante observações e entrevistas.

Caminho metodológico semelhante foi trilhado por Sampaio et al. (2012), utilizando a observação Bick de modo adaptado, como um olhar que transdisciplinarmente acrescentou ao trabalho etnográfico desenvolvido. Buscaram compreender os processos envolvidos na comunicação entre profissionais de equipe saúde da família e mãe/díades (mãe e bebê) na vivência da amamentação/relação alimentar. Considerando as diferentes realidades em operação e um senso dos mundos internos observados em profundidade, entrelaçaram-se discursos, práticas e interações conscientes e inconscientes, constituindo um encontro de subjetividades e intersubjetividades.

No Brasil, as publicações sobre o método Bick podem ser incluídas nas categorias: divulgação do método, fragmen-

tos de observação da relação mãe-bebê, intervenção e formação de psicoterapeutas (Corte, 2005). Oliveira-Menegotto et al. (2006) sugerem que o Bick tem aplicações potenciais e atuais nos âmbitos da saúde, educação e no social. Citam trabalhos desenvolvidos no Brasil observando a interação mãe-bebê-ambiente hospitalar; parturientes na sala de parto; famílias de baixa renda, dentre outros.

Corte (2005) apresenta contribuições empíricas à discussão sobre o Bick como auxiliar na aquisição de capacidades psicoterapêuticas. Apesar de o escopo da pesquisa remeter às contribuições à atividade psicoterápica, estima-se que a ampliação da percepção dos sentidos do observador (da escuta, da continência, do lidar com o não-saber e da capacidade de relacionamento) pode ser considerada importante contribuição ao profissional de qualquer formação. Essa técnica instrumentaliza não só no nível profissional, como também no nível pessoal, aqueles que precisam continuamente desenvolver e refinar habilidades reflexivas e interpessoais.

Casseb (1993) aponta o Bick como uma proposta efetiva ao desenvolvimento das funções de continência do observador e do médico. A aproximação do fenômeno psíquico, a partir da experiência observacional, aparelhando o pesquisador no envolvimento emocional no campo, aponta para a contratransferência na prática clínica. “Não propomos uma aproximação ‘*ipis litteris*’ do método de observação de bebês, mas a possibilidade observacional que o médico pode desenvolver [...] focalizando o campo emocional” (Casseb, 1993, p. 58). “Ao invés de responsabilizar a mãe, ou a sociedade, ou o sistema, o médico poderá dispor de um equipamento de ajuda no sentido de construir um ambiente mais facilitador para o desenvolvimento do seu paciente” (Casseb, 1993, p. 156).

O mapeamento desenvolvido por Caron e Lopes (2015), quanto aos grupos de observação de bebês segundo o método Bick, no Brasil, identificou que aplicações na clínica/pesquisa foram relatadas em 57 % dos casos (12/21), sendo 15 % (3/21) realizadas na universidade. Em consonância com Oliveira-Menegotto et al. (2006), sobre o fato de que o Bick pode se expandir no meio acadêmico brasileiro, Sampaio, Amazonas e Queiroz (2015) acrescentam que o método pode se expandir particularmente no Nordeste. Essa revisão da literatura que almejou obter um panorama da produção científica brasileira sobre/com o método Bick identificou a predominância quase absoluta das regiões Sul e Sudeste quanto às publicações (revistas, instituições associadas aos trabalhos e local de origem dos autores), com apenas dois trabalhos do Nordeste, nenhum do Norte.

Os autores brasileiros vêm aplicando o Bick em contextos alternativos, explorando, ampliando e revitalizando sua aplicação preventiva, terapêutica e avaliativa, favorecendo a reflexão nas diferentes vertentes que o método oferece. A área de saúde figura fortemente nas publicações, embora a preocupação com aspectos sociais tenha aparecido de modo discreto. Observações sobre variações culturais no desenvolvimento psíquico não encontraram representantes, nicho talvez inexplorado no Brasil (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015).

Tal como apontado por Rustin (2012) a respeito da observação Bick orientada à investigação acadêmica, essa pesquisa identificou a necessidade de maior clareza na sistemática utilizada na construção dos significados e na análise. No Bick aplicado em pesquisas acadêmicas brasileiras, identificou-se uma variedade de *settings*, com modificações no local (apesar da maioria remeter às residências das famílias), na quantidade, na frequência e na duração das observações, na supervisão (quando houve) e quanto aos participantes. Pesquisas com material secundário

estiveram presentes, embora em menor quantidade. A área de saúde figurou fortemente nas publicações, embora a preocupação com aspectos sociais tenha aparecido de modo discreto. Observações sobre variações culturais no desenvolvimento psíquico não encontraram representantes, nicho talvez inexplorado no Brasil (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015).

Estima-se que haja diferenças na observação realizada sem fins acadêmicos e na observação como técnica de pesquisa acadêmica, com um foco direcionado, em parte, aos objetivos previamente estipulados no projeto. Bick (1964) preconizou o uso da atenção flutuante nos três momentos da observação, não estabelecendo um foco *a priori*. No trabalho acadêmico, existe a prerrogativa de um objetivo, com possíveis repercussões na atenção flutuante e na transferência. Recomenda-se que o fundamento da postura defendida por Bick seja perseguido pelo observador acadêmico, ao delimitar objetivos e pressupostos meramente norteadores, sem impedir a criação do espaço psíquico, com um mínimo de *a priori* (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015). No enquadre psicanalítico, a única intencionalidade possível é a do inconsciente, do imprevisível (Lowenkron, 2004), operando no *a posteriori*, com base no qual se pode extrair um saber acerca da verdade da questão colocada em jogo na investigação (Guerra, 2010).

Quanto às possíveis alterações no âmbito da transferência, o Bick aplicado na academia envolve um universo maior de alteridades com as quais o observador desenvolve transferência, ressonando nos momentos da observação à escrita do material. Estão envolvidos a mãe e seu bebê, o observador e a díade (e com cada um desta), o observador e o grupo de supervisão, o observador e o ambiente da academia (a quem dirige a escrita). Se a escrita em Psicanálise implica o pesquisador no modo como se relaciona com esses lugares de alteridade, na academia tem-

-se a comunidade científica, da banca às revistas. “A escrita em psicanálise não é coerente com o modelo positivista de ciência ou com a escrita desafetada, impessoal e neutra geralmente presente na academia” (Oliveira, 2011, p. 28), pelo contrário, deixa a marca da implicação do autor (Queiroz, 2005).

Embora adaptações, ampliações e combinações carreguem o salutar germe da criatividade e da transgressão, há que se refletir sobre as possíveis implicações, sob o risco de comprometer a essência da técnica, o próprio objeto de observação. O pesquisador precisa desenvolver um espaço específico para compreender e reencontrar seu lugar, sem atuar um papel dentre aqueles que lhe podem ser oferecidos consciente ou inconscientemente (Bick, 1964) – isso é o que mantém o *setting* observacional, sem o qual não há pesquisa possível. Esse cuidado deve servir de guia para não transformar o campo numa pesquisa silvestre, superficial, dos fatos manifestos, zelando pelas condições psíquicas internas e externas para observar o inconsciente (Lisondo, 2005). O primeiro passo para o conhecimento produzido em bases férteis e confiáveis deve ser o entendimento das características epistemológicas, possibilidades aplicacionais, vantagens e limitações do método Bick, para que seu potencial seja expandido adequadamente, minimizando o risco de diluir e perder a essência da psicanálise (Sampaio; Amazonas; Queiroz, 2015).

intersubjetividade e método Bick

A originalidade trazida pela psicanálise à investigação científica é a de que não há investigação se não se leva em conta o desejo (inconsciente) do pesquisador (Vieira, 2009). Figueiredo (2002) situa como fundamental ao desenvolvimento de uma pesquisa científica a coexistência dialética entre o

espaço da ignorância e o desejo de conhecer. Para a preservação da ignorância, deve haver a crença na alteridade do objeto, admitindo que este se diferencia e se separa, não se deixando dominar pelo sujeito do conhecimento. No entanto, um objeto que deixa de resistir ao domínio do sujeito perde a capacidade dinâmica de gerar pesquisa, pois esta tanto é movida, impulsionada e atraída pelo desconhecido, como também remete à necessidade de que haja certa visão antecipada do objeto, base do desejo de conhecê-lo (posição teórica).

É nesse complexo jogo entre alteridade radical e alteridade redutível ao domínio teórico-técnico de uma subjetividade soberana que há tanto perda de si como sujeito da razão, como também perda de objetos que se supunha estivessem sob o controle da teoria. Portanto, a pesquisa depende, paradoxalmente, de fatores do acaso, da sorte, surpresa, susto, decepção, frustração, que abalam a segurança narcisista do pesquisador e lhe impõem momentos dolorosos e prazerosos, desestruturantes (Figueiredo, 2002) e, acrescentamos, potencialmente ressignificadores.

A entrega do “pesquisador” ao “objeto”, o deixar-se fazer por ele e, em contrapartida, construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas faz desta “pesquisa” um momento na história de uma relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada. Isso é mais óbvio em uma situação “terapêutica”, mas a atitude clínica pode se manifestar em outras condições e sempre terá como efeito a transformação das partes em jogo, o “objeto” e o “sujeito” da pesquisa. (Figueiredo; Minerbo, 2006, p. 260)

O pesquisador psicanalítico se implica pela via da transferência; se insere na experiência com o outro por meio da dimensão pática (*pathos*), refletida na psicopatologia da contratransferência, na construção interpretativa de suas próprias

formações imaginárias (Queiroz, 2002; Rezende, 1993). Desse modo, o relato da pesquisa não se reduz à experiência em si ou à teoria nele envolvida, remete a uma ficção marcada pela transferência, cujos personagens são sustentados por eventos e pessoas reais. Tem-se a elaboração de uma hipótese metapsicológica advinda da singularidade da experiência na vivência do *pathos*, experiência essa que produz uma terceira subjetividade, uma organização ficcional que adquire valor de verdade (Queiroz, 2002, 2005).

Poder-se-ia aproximar aspectos da experiência do método Bick ao estilo de relato acima apresentado por Queiroz (2002, 2005). A narrativa do Bick remete para além da cronologia do desenvolvimento do bebê em interação, mas fundamentalmente à implicação do observador nessa interação e em sua escrita, bem como na escuta e na escrita da supervisão (o quarto momento do grupo do Rio Grande do Sul). Desenvolve-se uma fronteira entre vivência e intuição, perpassada pelo inaudível, pela reflexão sobre a transferência e sobre as formações imaginárias do observador partilhadas com outros (grupo de supervisão, academia), revelando uma narrativa fruto do *a posteriori*, próxima da organização ficcional, ancorada no mundo subjetivo e intersubjetivo inconsciente, e nos eventos e sujeitos reais.

Entretanto, é importante que esclareçamos sob que ponto de vista remetemos à intersubjetividade, conceito este que não é exclusivo da Psicanálise. O termo “intersubjetividade” é frequentemente utilizado como equivalente de conceitos como “relação”, “interrelação”, “interpenetração”, “interdependência”, “interjogo”, “vínculo”, “interação”, “mútua constituição”, “relacional”, “interpessoal” ou “interativo”. Existe uma diversidade de modos na compreensão dos discursos advindos das relações interpessoais, considerando o referente linguístico tomado na dialogia, o referente existencial por meio da expe-

riência compartilhada, bem como o referente existencial compreendido na experiência afetiva, transferencialmente compartilhada – intra e intersubjetividade (Coelho Junior, 2002). Aponta-se que a falta de diálogo entre os diferentes campos contribui para sua segmentação (Piva et al., 2010).

Apesar do crescente e largamente debatido uso na psicanálise e sua interface com outros campos de estudo, esse ainda é um conceito relativamente novo, sem que se tenha chegado a um acordo sobre sua definição (Coelho Junior, 2012). Destacam-se as contribuições de Ferenczi, Aulagnier, Winnicott, Green, Ogden, Kaës, Beresntein. Embora Berenstein seja referenciado como autor-chave na construção da metapsicologia intersubjetiva, admitindo os espaços intrapsíquico, intersubjetivo e transobjetivo (Piva et al., 2010), a vertente psicanalítica da intersubjetividade remonta a Ferenczi (Gerber, 1999).

Essas contribuições assinalam a valorização das relações intersubjetivas, mesmo que marcadas por importantes diferenças consideradas pelas escolas teóricas quanto aos aspectos envolvidos. De modo geral, existe o reconhecimento de que o conceito e a experiência da intersubjetividade inconsciente remetem ao interjogo dinâmico entre as experiências subjetivas do analista e do paciente (Piva et al., 2010), quando criam, experienciam e co-constróem o processo analítico (Levine; Friedman, 2000). Ou seja, o analista não é mais visto como um continente vazio à espera de ser preenchido pelas projeções do paciente, mas um observador participante desse processo de profunda interligação de duas subjetividades (Daudt, 2015). A intersubjetividade ganha substância na imbricação dos mundos internos dos dois parceiros do par analítico (Green, 2000), por meio da fantasia da dupla, construída pelo encontro das subjetividades que são resgatadas posteriormente nas suas diferenças, enriquecidas pelo encontro intersubjetivo (Goulart, 2009). “Ser analista,

num sentido pleno, implica tentar conscientemente fazer participar, do processo analítico, aspectos sagrados da própria personalidade” (Lisondo, 2010, p. 78).

Autores como Ogden têm desenvolvido uma reflexão teórico-clínica sobre as formas de comunicação (verbal e não verbal) na prática psicanalítica, com base na noção de intersubjetividade advinda da tradição fenomenológica de Husserl (Coelho Junior, 2012). Ogden (1982, p. 11) expõe uma de suas motivações para o estudo da intersubjetividade: “a teoria psicanalítica sofre em função da pobreza de linguagem e de conceitos que possam descrever o interjogo entre o fenômeno na esfera intrapsíquica e o fenômeno nas esferas da realidade exterior e das relações interpessoais”.

Chama atenção ao que se passa no processo analítico quando três subjetividades estão em jogo: a do analista, a do analisando e a do terceiro analítico. Essa última remete ao que é criado entre analista e analisando, ao mesmo tempo em que ambos são criados pelo “terceiro sujeito intersubjetivo”, com base na experiência de *reverie*, que será abordada com mais propriedade nas próximas páginas. Tal experiência não remete a uma relação entre dois sujeitos, mas a um novo sujeito, fruto da relação dialética entre subjetividade e intersubjetividade, numa mútua constituição (Ogden, 1996). Assim, o que ocorria na relação entre os sujeitos passa a acontecer como fruto da experiência de um terceiro sujeito, apoiada na verdade de uma experiência emocional inconsciente que pode ser utilizada para transformações psíquicas (Coelho Junior, 2012).

Na dimensão intersubjetiva denominada por Coelho Junior e Figueiredo (2004) como “transubjetiva”, a alteridade é inaugural, uma experiência de acolhimento e sustentação fruto de um solo transubjetivo, anterior à possibilidade de relação ou de oposição entre um eu e um outro. A alteridade surge

como constituinte das experiências subjetivas, de tal modo que “o analista precisa estar preparado para destruir e ser destruído pela alteridade da subjetividade do analisando, e para vir a escutar um som que emerge dessa colisão de subjetividades” (Boyer, 1996, p. 17).

Destaca-se nesse processo o papel da identificação projetiva, compreendida por Ogden (1996) como uma dimensão de toda intersubjetividade, às vezes como qualidade predominante da experiência, outras como sutil pano de fundo. Estão em jogo sensações e formas simbólicas associadas a experiências não-articuladas que vão ganhando forma na intersubjetividade do par analítico, na criação do terceiro-analítico (Coelho Junior, 2002).

Bion (1962/1991) utilizou a relação mãe-bebê como modelo ou metáfora para exemplificar o estado de mente do analista que possibilitaria uma maior proximidade ao que ocorre na experiência emocional do paciente, no nível inconsciente da relação analítica. Tomamos emprestada a sua definição de identificação projetiva, considerada por este não só como um mecanismo de defesa, mas como o primeiro modo de comunicação entre a mãe e o bebê, ao que ocorre entre eles e não ao que se passa em cada um deles isoladamente. Bion também compreende esse fenômeno como um processo situado na origem da capacidade de pensar – mecanismo saudável e promotor de crescimento psíquico, pois gerador de significado.

É por meio da identificação projetiva que o bebê exterioriza uma parte do seu *self* sentida como em perigo, por exemplo, como quando está com fome. A mãe recebe essa projeção graças às suas capacidades de compreensão e elaboração do seu próprio funcionamento psíquico (capacidade de pensar) e devolve ao filho um modelo de funcionamento mental, por meio de traduções desintoxicadas do excesso intolerável de sofrimento que continha – transforma os elementos beta

(sensoriais brutos) em elementos alfa (mentalizáveis, portadores de significado) (Bion, 1962/1991). Por meio de sua função continente, compreende a realidade do bebê e dosa o contato deste com a realidade. Essa descrição se aproxima daquela oferecida por Klein – embora esta a descreva a partir de uma perspectiva intrapsíquica –, bem como dos conceitos de preocupação materna primária e *holding* de Winnicott, considerando que esses autores partem de bases epistemológicas distintas.

Se a mãe e a criança estão ajustadas uma à outra, a identificação projetiva desempenha um papel importante neste manejo; o bebê é capaz, através da operação de um senso de realidade rudimentar, de comportar-se de tal modo que a identificação projetiva [...] funcione como um fenômeno realista. Estou inclinado a crer que esta seja sua condição normal. [...] A identificação projetiva manifesta-se como um comportamento que premeditadamente visa despertar na mãe sentimentos dos quais o bebê deseja livrar-se. Se o bebê sente que está morrendo, ele pode despertar na mãe o receio de que ele esteja morrendo. Uma mãe bem equilibrada pode aceitar este temor e responder terapêuticamente, ou seja, de uma maneira que faz o bebê sentir que está recebendo de volta sua própria personalidade amedrontada, mas em uma forma que ele pode tolerar – os temores são manejáveis pela personalidade do bebê. Se a mãe não pode tolerar estas projeções, o bebê fica reduzido à contínua identificação projetiva, realizada com força e frequência crescentes. Esta força maior parece despojar a projeção de uma penumbra de significado. (Bion, 1962/1991, p. 188-189)

Barbieri e Sarti (2011, p. 66), fazendo uma aproximação entre psicanálise e antropologia, refletindo a respeito da legitimidade do que é dito, frente não apenas aos pares acadêmicos, mas também do grupo pesquisado, reflexo da alteridade e da autoria no trabalho de campo, admitem que: “como em qual-

quer relação intersubjetiva, não há qualquer garantia de que o que se atribui ao outro é o que ele atribui a si mesmo”. Destaca-se o caráter interacional dessa experiência, não sendo possível atribuir nem a um nem a outro a verdade que é comunicada pela interpretação, verdade que emerge e vai se transformando pela experiência de ambos no transcorrer de um processo (Coelho Junior, 2012). Essa compreensão quanto ao uso da matéria-prima que emerge no campo intersubjetivo abrange uma concepção de ser humano que integra em sua constituição a experiência da alteridade.

O analista não inventa verdades emocionais, está mais para um observador participante, escriba; em seu próprio ato de pensar e criar, ao que intui ser fiel a uma experiência emocional, altera essa verdade. Ao interpretar, simboliza verbalmente o que ele sente que é verdadeiro para a experiência inconsciente do paciente e, ao fazê-lo, altera o que é verdade e contribui para a criação de uma nova experiência. Com base em sua experiência de *reverie*, ambos e nenhum dos membros do par analítico podem reivindicar a autoria no esforço para chegar a entendimentos preliminares sobre o que é verdadeiro (Ogden, 2003). A *reverie* remete, portanto, a um evento simultaneamente pessoal e intersubjetivo – criado em conjunto, embora assimetricamente (Ogden, 2013).

Definimos *reverie* com base em Bion (1962/1988), como um estado de mente que está aberto para receber as identificações projetivas do bebê, sejam elas sentidas por este como sendo boas ou más, e em Ogden (2013, p. 146): “são nossas ruminacões, devaneios, fantasias, sensações corporais, percepções fugazes, imagens emergindo dos estados de dormência, melodias e frases que atravessam nossas mentes”.

Embora alerte para o perigo na supervalorização dos *reveries*, que não devem ser tomados como via régia no acesso ao inconsciente, Ogden (2007) os descreve como indispensáveis para a compreensão e a interpretação da transferência e da contratransferência para ampliar seu sentido e compreensão na situação analítica. Utiliza seus próprios estados de *reverie* e os estados sobrepostos de *reverie* (dele e do analisando) para facilitar o processo analítico, compreendidos como “bússola emocional” com os quais lida, mas que não consegue claramente interpretar (Ogden, 2013).

Bion fazia uso semelhante da *reverie*, remontando à “gestação simbólica” que a mãe/analista realiza a serviço do bebê/paciente, pensando o impensado no “útero de sua mente”. É com base na *reverie* que a mãe atua como continente do filho, criando significados a partir da transformação, ligação e atribuição de sentido ao material bruto projetado pelo bebê, composto por fragmentos dispersos, impressões sensoriais e emocionais, que antes eram somente passíveis de serem projetados. O trabalho psíquico realizado por um objeto dotado de mente simbólica, capaz de exercer *reverie* e continência, possibilita o desenvolvimento de um novo “aparelho para pensar” (Stoiani, 2007).

É importante pontuar que a *reverie* materna abarca um nível ainda mais profundo de interação por contar com a intimidade e essencialidade do contato corporal na relação com o bebê. A esse respeito, remetemos o leitor a Lisondo (2010), no qual sustenta que o analista é convocado a exercer com o paciente a função alfa e o trabalho de sonho alfa em vez de *reverie*, porque não teve com esse uma gestação corporalmente compartilhada, mas metaforicamente construída.

Como aponta Ogden (2013), a experiência de *reverie* raramente é traduzível ao pé da letra e a tentativa de fazer interpretações imediatas dos conteúdos afetivos ou ideativos

geralmente resulta em interpretações superficiais: é uma descoberta retrospectiva que quase nunca pode ser antecipada. O uso da *reverie* requer tolerância para a experiência de “estar à deriva”. “A simbolização forçada é quase sempre facilmente reconhecida por suas qualidades intelectualizada, formatada e manipuladora” (Ogden, 2013, p. 148).

Bick (1964) aponta que o observador deve adotar a atitude de espera, tolerância e paciência, aguardando que sentidos surjam da regularidade do acompanhamento, mediante a singularidade de cada relação, observando a emergência de padrões interacionais. Pré-concepções e interpretações apresadas podem obscurecer a visão e fazer perder a oportunidade de ver algo se desenvolvendo.

A interpretação que leva à leitura subjetiva de conteúdos não manifestos acontece quando o observador/pesquisador, por meio da intuição, percebe situações que não estão objetivamente postas, deixando-se aberto para receber e conter as emoções (próprias e alheias), reconhecê-las e, posteriormente, nomeá-las, abrindo novas vias de indagação. O que intuímos ou o que observamos é um produto transformado, nunca a coisa em si. Como exemplo de produtos que podemos observar estão os derivados da contratransferência – as vivências emocionais do observador.

A constatação da existência de uma comunicação não-verbal, incluindo o reconhecimento da ação da identificação projetiva e dos derivados da contratransferência na mente do observador, é uma importante parte da formação de um psicanalista que é favorecida pela experiência de observação psicanalítica de bebês.[...] Esta técnica está ancorada na concepção de que o observador e a dupla mãe-bebê fazem parte de um mesmo campo de observação que é constituído pelos elementos do campo interno (intrapsíquico) e do campo intersubjetivo daqueles que participam da situação de observação.

[...] O observador procura observar a expressão corporal revelada através das nuances das condutas como, por exemplo, o ritmo, o tom, a “temperatura” das interações. [...] Observa-se também estas nuances em relação ao que se passa na mente do observador, isto é, seus próprios sentimentos, pensamentos, divagações. (Stoiani, 2007, p. 22-23)

Os recortes da escrita pós-observações desenvolvidas por Spessoto (2007, p. 105-107) com um bebê no primeiro ano de vida levam em consideração os recursos que se colocam além ou aquém da fala, que organizam a existência desde seus primórdios.

Assim que saí do elevador uma música intensa irrompeu em mim. [...] As notas do tema da música brotavam na minha cabeça espontaneamente, mas se eu modificava meu estado mental para maior concentração e racionalidade, isso me atrapalhava, pois parecia que tudo fluía com uma autonomia onírica. Aos poucos reconheci o tema inicial do primeiro movimento do concerto nº 1 para piano e orquestra de Tchaikovsky que tocara há mais de trinta anos. Fui me surpreendendo com o solfejar das notas, com a visualização da partitura e a sensação das minhas mãos executando os movimentos ao piano. Foram horas para a música sair completamente de mim. [...] Fui ao piano e procurei reconstituir as notas que eram solfejadas na minha cabeça, pois algo me parecia estranho e então percebi que naquele solfejo tocante (ou cantante) que surgira em mim havia a alteração de uma sequência, que se apresentava com intervalo menor do que o da melodia de Tchaikovsky. Esta descoberta me acalmou um pouco, mas uma inquietude ainda me perturbava e parecia ser a música a expressão possível desse estado mental naquele momento. Aos poucos, novos elementos foram se agregando ao meu pensamento e à medida que ganhavam sentido também ganhavam o poder de amenizar a música que tocava incessantemente em mim. Uma constatação

surgiu ao redigir minha observação: por duas semanas o processo fora interrompido, primeiro porque a família viajara para o batizado da bebê em outro estado e depois porque eu também precisara viajar de forma imprevista por problemas de doença na família. Nesse instante pensei no intervalo musical que eu reduzira no meu solfejo, aproximando as notas que no original tinham um intervalo maior. Tais conexões me remeteram a outras e me levaram a lamentar minha ausência na observação por duas semanas (intervalo maior que o esperado pela proposta original), pois me parecia ser eu um contato emocional para a bebê, que ficava muito entregue à babá. Esta pouco interagiu afetivamente com ela. [...] O silêncio e a impossibilidade de verbalização de ambas as partes aguçava outras formas de expressão e surgia em mim a reflexão, a necessidade de distinguir o que são hipóteses minhas sem que necessariamente traduzam a verdade para aquela pequena criatura. Aprendi a aguardar para poder em algum momento aglutinar observações e construir nova hipótese, mesmo sabendo que talvez a desconstrua ou substitua em breve. Desenvolvi muito a observação de construções oníricas que surgiam para mim a partir das situações ali vividas. A bebê não falava e, portanto, seus gestos por mim traduzidos de uma ou outra forma colocam o risco de me perder se me trancar em uma suposta verdade, mas ao mesmo tempo me estimulam a ser sensível às suas demandas demonstradas por diversos modos. [...] Nesta observação a música foi uma possibilidade que se apresentou para que eu conseguisse expressar e ampliar a compreensão do que vivera, não de modo friamente racional, mas profundamente tocada emocionalmente. Todas as associações minhas que se seguiram, percebi que se multiplicam cada vez que me detenho a examinar o vivenciado remetendo a uma rede que se não infinita, muito extensa. Porém, o registro emocional mais forte ainda ecoa junto com o som da música,

como se esta fosse o germe potencial para muitas versões, mas mantendo seu poder de onde emana sempre a emoção viva. Nenhum substantivo surge definitivamente para nomear o vivido, mas vêm os adjetivos, como nos movimentos musicais: *allegro maestoso*, *allegro ma non troppo* [...].

A construção advinda das observações advém não só do acompanhamento sistemático das relações em jogo, mas também e essencialmente, como exemplificado pelo recorte acima, da implicação do observador, que passa a fazer parte ativamente da cena, recebendo e transmitindo impressões sensoriais e impactos emocionais (Spessoto, 2007).

Stoiani (2007) defende a postura de “implicação reservada” por parte do observador Bick: implicado ao colocar seu corpo e sua mente à disposição da experiência, mas em reserva a fim de preservar um espaço para pensar sobre o vivido. Esse pensar acontece quando proporciona a si próprio (na escrita) e é submetido (na supervisão) a um contato diferente com o material observado, procurando levantar conjecturas imaginativas, intuitivas e racionais ao nomear e elaborar as experiências emocionais primitivas vividas nas observações e revividas na supervisão, desenvolvendo a capacidade de continência (Silva et al., 2007). Desse modo, já não é o destinatário das projeções vindas da observação; pode tornar-se seu agente ativo, liberando-as (Caron et al., 2012).

Cabe ressaltar que a senhora Bick (1986) não descreveu em sua proposta de observação a concepção de intersubjetividade e que teorizou sobre a constituição da pele psíquica como base para o desenvolvimento da identificação projetiva – remetendo a um funcionamento anterior a esta. Tomamos a liberdade para trabalhar com aproximações, pois em sua técnica a postura do observador é fruto de uma visão segundo a qual a linguagem para expressar estados psíquicos é essencial-

mente pré-verbal, sendo a comunicação via identificação projetiva e *reverie* a matéria-prima desse trabalho subjetivo e intersubjetivo.

Bick (1964) sugere que essa observação beneficia as mães e seus bebês, abre um espaço de alívio e descarga psíquica às díades, pois contam com um observador empático e não intrusivo. Menciona que as mães ficavam contentes por receber regularmente uma pessoa para poder falar sobre o bebê e seu desenvolvimento, bem como sobre seus próprios sentimentos para com ele. O aspecto mais positivo dessa observação, do ponto de vista das famílias observadas, parece ser o fato de fornecer um “espaço reflexivo” adicional para a mãe. A regularidade e a consistência do processo, além da disposição do observador para compreender e não criticar, adquire valor para as famílias, facilitando seu pensar sobre as interações familiares (Rustin, 2006).

Embora a reflexão seja inicial, admitimos que os conceitos de intersubjetividade, identificação projetiva e *reverie* designam diferentes fenômenos e processos ou diferentes aspectos de um mesmo processo, seja na experiência analítica, nas relações iniciais mãe-bebê, seja na pesquisa. Estimamos que o Bick possa contribuir ao aprimoramento de metodologias que têm no pesquisador seu principal instrumento, refinando sua capacidade de observação e a construção de significados no campo, por meio da valorização de angústias vividas no processo intersubjetivo.

Se, como aponta Ogden (1996), um processo de análise bem sucedido envolve a superação do terceiro intersubjetivo e a reapropriação das subjetividades, transformadas pelos participantes como indivíduos separados e, ainda assim, interdependentes, o esperado ao fim do processo de uma observação bem conduzida se aproximaria de uma narrativa fruto da relação entre subjetividades e intersubjetividades. Esse processo observacional também favoreceria, de certo modo, numa perspectiva preventiva, a contenção de aspectos emocionais da dupla mãe-bebê.

Essas duas lógicas se mesclam na complementaridade que “sujeito de pesquisa”, “objeto de pesquisa” e “meios de investigação” podem se constituir e se deixar transformar, perdendo cada um a sua identidade monolítica e empedernida e existindo no regime do paradoxo: descobertos e inventados simultaneamente. (Figueiredo; Minerbo, 2006, p. 262)

Tem-se a alteridade fruto do processo de pesquisa, resultante da transformação do impacto emocional sofrido na situação de observação em elaboração psíquica (tanto do observador como dos sujeitos), construindo um texto/significado que reflete uma alteridade que não é mais o observador, nem tampouco os que foram observados, mas resultante dos movimentos de aproximação e afastamento. Do mesmo modo que “um bebê é algo que não existe” – ou não existe sem os cuidados maternos (Winnicott, 1996, p. 39) e que “não há algo como um analisando separado de um analista, [...] ao mesmo tempo em que são indivíduos separados, cada qual com sua própria mente, corpo, história” (Ogden 2013, p. 147), poderíamos dizer que uma observação é algo que não existe por si só, seria uma criação ancorada nas subjetividades e na intersubjetividade.

Referências

- AMORIM, M. L. G. A observação de bebês, segundo Esther Bick: uma contribuição à formação e à clínica psicanalítica. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Marcos, São Paulo, 2004.
- BARBIERI, N. A.; SARTI, C. A. Psicanálise e Antropologia: diálogos possíveis. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 14, n. 1, p. 57-69, 2011.
- BICK, E. Child analysis today. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 43, p. 238-332, 1962.

BICK, E. Further considerations on the function of the skin in early object relations. In: BRIGGS, A. *Surviving space*. papers on infant observation. London: Karnac, 2002. p.60-71. Originalmente publicado em 1986.

BICK, E. Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 43, p. 558-566, 1964.

BICK, E. The experience of the skin in early object-relations. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 49, p. 484-486, 1968.

BION, W. R. *Learning from experience*. London: Marisfield Library, 1988. Originalmente publicado em 1962.

BION, W. R. Uma teoria do pensar. In: SPILLIUS, E.B. *Melanie Klein hoje*. desenvolvimento da teoria e da técnica. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p.185-190. v. 1. Originalmente publicado em 1962.

BOYER, B. Prefácio à edição brasileira. In: OGDEN, T.H. *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 14-20.

BRIGGS, S. Links between infant observation and reflective social work practice. *Journal of Social Work Practice*, v. 13, n. 2, p. 147-156, 1999.

CARON, N. A. (Org.). *A relação pais-bebê* da observação à clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

CARON, N. A. et al. Writing as a challenge in the observer's journey through the Bick method of infant observation. *Infant Observation*, v. 15, n. 3, p. 221-230, 2012.

CARON, N. A.; LOPES, R. C. S. *Mapeamento dos grupos de observação de bebês segundo o método Bick no Brasil*. [S.l.: s.n.], 2015. Manuscrito não publicado.

CASSEB, A. R. Repensando a relação médico-paciente a luz do método observacional-compreensivo: considerações balintianas sobre a prática médica em consultórios de médicos de família. 1993. Tese (Doutorado em Saúde Mental). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

COELHO JUNIOR, N. E. Intersubjetividade: conceito e experiência em psicanálise. *Psicologia Clínica*, v. 14, n. 1, p. 61-74, 2002.

COELHO JUNIOR, N. E. Thomas Ogden e a alteridade em psicanálise. *Impulso*, v. 22, n. 55, p. 59-76, 2012.

COELHO JUNIOR, N. E.; FIGUEIREDO, L. C. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

COELHO JUNIOR, N. E.; SALEM, P.; KLAUTAU, P. *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2012.

COHEN, M. *Sent before my time: a child psychotherapist's view of life on a neonatal intensive care unit*. London: Karnac, 2003.

CORTE, J. *O método de observação da relação mãe-bebê*. de Esther Bick, e a formação do psicoterapeuta. 2005. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAUDT, P. R. Alguns aspectos teóricos sobre o campo em uma psicoterapia de orientação analítica. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, v. 17, n. 1, p. 13-24, 2015.

FIGUEIREDO, L. C. A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em Psicanálise: o encontro possível na pesquisa psicanalítica. In: QUEIROZ, E. F.; SILVA, A. R. R. (Org.). *Pesquisa em psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2002. p. 129-142.

FIGUEIREDO, L. C. MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, n. 70, p. 257-278, 2006.

GOULART, A. A. Intersubjetividade e especificidade em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 43, n. 3, p. 59-70, 2009.

GERBER, I. *Caminhos da intersubjetividade*. Ferenczi, Bion, Matte-Blanco. *Psicologia USP*, v. 10, n. 1, p. 141-155, 1999.

GUERRA, A. M. C. Psicanálise e produção científica. In: KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. O. (Org.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena: EdUEMG, 2010. p. 130-145.

GREEN, A. The intrapsychic and intersubjective in psychoanalysis. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 1-39, 2000.

GRETTON, A. An account of a year's work with a mother and an 18 month old at risk of autism. *Infant Observation*, v. 9, n. 1, p. 21-34, 2006.

GUIMARÃES, M. L. Z. Observação da relação mãe-bebê. *Alter*, v. 17, n. 1, p. 71-78, 1998.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6, n. 1, p. 115-138, 2003.

LEVINE, H. B.; FRIEDMAN, R. J. Intersubjectivity and interaction in the analytic relationship: a mainstream view. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 63-92, 2000.

LISONDO, A. B. D. O método de observação de bebês Esther Bick, a psicanálise de crianças e adolescentes: ateliê privilegiado para a Psicanálise contemporânea. *Revista de Psicanálise*, v. 9, n. 2, p. 321-340, 2007.

LISONDO, A. B. D. Rêverie re-visitado. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 44, n. 4, p. 67- 84, 2010.

LISONDO, A. B. D.; SPESSOTO, L. B.; MATTOS, L. T. L. O método de observação de bebês de Esther Bick e seu potencial diagnóstico através da comparação de dois casos observados. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 19, n. 3, p. 543-563, 2012.

LOPES, R. C. S. et al. Desafios ao percurso do pesquisador psicanalítico: reflexões a partir da pesquisa com o método Bick de observação de bebês. In: MACEDO, M. M. K.; WERLANG, B. S. G. (Org.). *Psicanálise e universidade*: potencialidades teóricas no cenário da pesquisa Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 212-229.

LOWENKRON, T. S. O objeto da investigação psicanalítica. In: HERRMANN, F.; LOWENKRON, T. S. (Org.). *Pesquisando com o método psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 231-31.

MÉLEGA, M. P. A contribuição de Esther Bick à clínica psicanalítica. *Psyche*, v. 5, n. 7, p. 69-83, 2001.

MÉLEGA, M. P. SONZONGO, M. C. (Org.). *O olhar e a escuta para compreender a primeira infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEZAN, R. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, n. 70, p. 227-241, 2006.

OGDEN, T. H. *Projective identification and psychotherapeutic technique*. New York: Jason Aronson, 1982.

OGDEN, T. H. *Reverie e interpretação*. São Paulo: Escuta, 2013.

OGDEN, T. H. Os sujeitos da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

OGDEN, T. H. What's true and whose idea was it? *International Journal of Psychoanalysis*, v. 84, p. 593-606, 2003.

OLIVEIRA, N. R. Costurando rupturas: o trauma na clínica psicanalítica com uma criança. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)– Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. et al. O método Bick de observação de bebês como método de pesquisa. *Psicologia Clínica*, v. 18, n. 2, p. 77-96, 2006.

PIONTELLI, A. *De feto à criança: um estudo observacional e psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

PIVA, A. et al. Origens do conceito de intersubjetividade: uma trajetória entre a filosofia e a psicanálise contemporânea. *Contemporânea Psicanálise e Transdisciplinaridade*, v. 9, p. 71-91, 2010.

PLASTINO, C. A. O quinto rombo: a psicanálise. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado* São Paulo: Cortez, 2004. p. 429-456.

QUEIROZ, E. F. O estatuto do caso clínico. *Pulsional*, v. 15, n. 157, p. 33-40, 2002.

QUEIROZ, E. F. Inclinarse para a escuta e inclinar-se para a escrita. *Pulsional*, v. 18, n. 184, p. 60-64, 2005.

REID, S. The development of autistic defences in an infant: the use of a single case study for research. *Infant Observation*, v. 1, n. 1, p. 51-110, 1997.

REZENDE, A. M. A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e interpretação. In: SILVA, M. E. L. (Org.). *Investigação e psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 103-118.

RHODE, M. Infant observation as research: cross-disciplinary links. *Journal of Social Work Practice*, v. 18, n. 3, p. 283-98, 2004.

RUSTIN, M. Esther Bick's legacy of infant observation at the Tavistock: some reflections 60 years on. *Infant Observation*, v. 12, n. 1, p. 29-41, 2009.

RUSTIN, M. Infant observation as a method of research. In: URWIN, K.; STERNBERG, J. (Org.). *Infant observation and research*. London: Routledge, 2012. p. 13-22.

RUSTIN, M. Infant observation research: what have we learned so far? *Infant Observation*, v. 9, n. 1, p. 35-52, 2006.

SAFRA, G. O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. In: SILVA, M. E. L. (Org.). *Investigação e psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1993. p.119-132.

SAMPAIO, M. A.; AMAZONAS, M. C. L. A.; QUEIROZ, E. F. *Produção científica brasileira sobre aplicações do método Bick de observação*. [S.l.: s.n.], 2015. Manuscrito não publicado.

SAMPAIO, M. A. et al. Anthropological and psychoanalytical observation: theoretical and methodological dialogues in a doctorate programme in mother and child health. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, v. 12 n. 1, p. 75-81, 2012.

SANDLER, J.; SANDLER, A. M.; DAVIES, R. (Org.). *Clinical and observational psychoanalytic research: roots of a controversy*. London: Karnac, 2004.

SILVA, M. C. P. et al. O impacto emocional da observação do bebê no observador e na relação mãe-bebê. *Percurso*, v. 20, n. 39, p. 69-80, 2007.

SOUZA, M. S. I. *Intervenções terapêuticas conjuntas na unidade de terapia intensiva neonatal e pediátrica*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SPESSOTO, L. B. Aquém e além da linguagem: o que observa o observador psicanalítico da relação mãe-bebê? *Ide*, v. 30, n. 45, p. 103-108, 2007.

STOIANI, L. P. *As interações corporais entre a mãe e o bebê nos primórdios da constituição psíquica*: um estudo a partir da experiência de observação na técnica Esther Bick. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

URWIN, C. Doing infant observation differently? Researching the formation of mothering identities in an inner London borough. *Infant Observation*, v. 10, n. 3, p. 239-251, 2007.

URWIN, C.; STERNBERG, J. (Org.). *Infant observation and research: emotional processes in everyday lives*. Hove: Routledge, 2012.

VIEIRA, M. M. R. A psicanálise e o DSM-IV: sabores e dissabores das investigações. In: SANTOS, T. C. (Org.). *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 21-32.

WAKELYN, J. Observation as a therapeutic intervention for infants and young children in care. *Infant Observation*, v. 15, n. 1, p. 49-66, 2012.

WINNICOTT, D. W. The theory of the parent-infant relationship. In: _____. *The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development*. New York: Karnac; 1996. p. 37-55. Originalmente publicado em 1960/1965.

2ª parte: pesquisas em psicanálise

em Saint-Martin, que pais do Édipo?¹

Laurent Ottavi e Soizic Bernard

Nenhuma outra noção freudiana conheceu tal difusão e extensão popular para além de seu campo como a do Édipo. Nem, em contradição com o seu evidente sucesso, recebeu tantas críticas contundentes. Sua popularidade, geral, mas correlativa às implacáveis reservas sobre o rigor de sua construção, amplia a extensão do mal-entendido. Tanto no que tange a seus valores heurísticos quanto a suas construções clínicas, mas também seus usos plurais que, sem cessar, provocam empregos extensivos, cada vez mais amplos, como um eco infinitamente refratário ao argumento da autoridade – o do Universal – que Freud (1987, p. 307)² invocou, explicitamente, em 15 de outubro de 1897:

1 *A Saint-Martin, quels pères de l'Œdipe?* Traduzido por Carla O. Fernandes e revisado por Alain e Vera Besset.

2 N.T. Nesta versão em português, as citações da obra de Freud, equivalentes aos trechos citados no texto original, foram extraídas da Edição *Standard* Brasileira.

Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância, mesmo que não tão precoce como nas crianças que se tornaram histéricas (algo parecido com o que acontece com o romance de filiação na paranoia: heróis, fundadores de religiões). Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de *Oedipus rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição de destino; e podemos entender por que o posterior os “dramas do destino” estavam fadados a fracassar lamentavelmente.

Conhecemos essa primeira menção de Freud ao complexo de Édipo, ocorrida quase exatamente um ano após a morte de seu próprio pai. Igualmente, estamos cientes do valor de pedra angular da psicanálise que ele atribuía ao complexo “Aventure-me a dizer que, se a psicanálise não pudesse se gabar de mais nenhuma outra realização além da descoberta do complexo de Édipo reprimido, só isso já lhe daria o direito a ser incluída entre as preciosas novas aquisições da humanidade” (Freud, 1975, p. 221). Em outro momento, referindo-se ao caso do pequeno Hans, refere-se ao Complexo de Édipo como “o complexo nuclear das neuroses” (Freud, 1974, p. 156). Sobre o tema, Lacan (1996, p. 11) declarou: “retirem o Édipo e a psicanálise em extensão, diria eu, cai totalmente no domínio do delírio do Presidente Schreber”.³

Uma leitura longitudinal que partiria de “Os complexos familiares na formação do indivíduo” (Lacan, 2003) até o Seminário XXI (Lacan, 2008b), passando por “O mito individual do neurótico” (Lacan, 2008a) e tantas produções no período entre 1938 e 1980, mostraria o quanto o ensino de Lacan estava

³ A referência em português corresponde à versão francesa consultada: Lacan, J. (1968). Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École. *Scilicet* I, 14-30.

norteado por essa noção. Isto, no sentido da hipótese que explicitaremos a seguir. Um dos principais eixos epistemológicos de seu ensino é dissociar o Édipo do núcleo da família moderna para fundar sua consistência fora das formas do drama e distinguir o *complexo* independentemente de uma suposta normatividade da família. Vejamos, primeiramente, trechos extraídos de “Os complexos familiares na formação do indivíduo” (Lacan, 2003, p. 29-30):

Se, com efeito, a família humana permite observar, em todas as fases iniciais das funções maternas, por exemplo, alguns traços de comportamento instintivo identificáveis aos da família biológica, basta refletir sobre o que o sentimento de paternidade deve aos postulados espirituais que marcaram seu desenvolvimento para compreender que, nesse domínio, as instâncias culturais dominam as naturais, a ponto de não podermos considerar paradoxais os casos em que, como na adoção, umas substituem as outras.

E, ainda:

[...] Mas outros traços objetivos – os modos de organização dessa autoridade familiar, as leis de sua transmissão, os conceitos de descendência e parentesco que lhe estão ligados, as leis da herança e da sucessão que com ela se combinam, enfim, suas relações íntimas com as leis do casamento – obscurecem relações psicológicas, embaralhando-as. A interpretação delas tem então de ser esclarecida pelos dados comparativos da etnografia, da história, do direito e da estatística social. Coordenados pelo método sociológico, esses dados estabelecem que a família humana é uma instituição. A análise psicológica deve adaptar-se a essa estrutura complexa e nada tem a fazer com tentativas filosóficas que tenham por objetivo reduzir a família humana seja a um fato biológico, seja a um elemento teórico da sociedade. (Lacan, 2003, p. 30)

É preciso sublinhar o ponto principal: a família não provém da natureza, certamente necessária à reprodução, mas é marcada por suas formas etnológicas e sociológicas. E, para considerar apenas essa característica, o termo *função materna* – particularmente raro e antagônico aos desenvolvimentos posteriores – destaca que qualquer referência à *naturalidade* (*mater semper certissima est*) deve estar subordinada e dependente de outro registro. Registro que não seria nem natural nem biológico, mas *humano*, no qual a paternidade se inscreveria em formas sociais, cuja organização é sempre variável, mas sempre tributária de *postulados espirituais*. Isto é fundamental para “compreender que nesse domínio, a ponto de não podermos considerar paradoxais os casos em que, como na adoção, umas substituem as outras” (Lacan, 2003, p. 30).

E, se o sentimento de paternidade controla tudo, não é em função da prevalência do sexo masculino, mas do efeito do signo necessário nesse nível de separação dos corpos (*Pater semper incertus est*). E no âmbito de marcas culturais variáveis que, como uma espécie de *Aufhebung* significativa, ultrapassam dialeticamente a natureza. Assim, é na ordem original da realidade que constitui as relações sociais que é preciso entender a família (Lacan, 2003).

A reflexão de Lacan (2003, p. 32), em diálogo com Durkheim, dá a este toda sua legitimidade, pela retomada de sua análise da família romana:

[...] pelo exame dos sobrenomes de família e do direito sucessório, descobrimos que aparecem três grupos sucessivamente, do mais amplo ao mais estreito: a *gens*, agregado muito amplo de linhagens paternas; a família ágnata mais estreita, porém indivisa; e por fim, a família que submete à *patria potestas* do avô os pares conjugais de todos os seus filhos e netos. [...] a família primitiva desconhece os laços biológicos do parentesco [...] [e este] só é reconhecido por meio de ritos que legitimam os laços de

sangue e criam, se necessário, laços fictícios: os fatos do totemismo, da adoção, da constituição artificial de um agrupamento ágnato, como a zadruga eslava. [...] se a estrutura dos grupos familiares primitivos não excluem a existência, em seu seio, de famílias limitadas a seus membros biológicos – fato tão incontestável quanto o da reprodução bissexuada –, a forma assim arbitrariamente isolada nada nos pode ensinar sobre sua psicologia, e não podemos assimilá-la à forma familiar atualmente existente.

E Lacan (2003, p. 33) especifica a família moderna:

O grupo reduzido composto pela família moderna não parece uma simplificação, mas, antes, uma contração da instituição familiar. Ele mostra uma estrutura profundamente complexa, da qual mais de um aspecto se esclarece muito melhor pelas instituições positivamente conhecidas da família antiga do que pela hipótese de uma família elementar que não se apreende em parte alguma. Isso não quer dizer que seja ambicioso demais buscar nessa forma complexa um sentido que a unifique e, talvez, dirija sua evolução. Esse sentido é dado precisamente quando, à luz desse exame comparativo, apreende-se a reformulação profunda que conduziu a instituição familiar a sua forma atual; reconhecemos, ao mesmo tempo, que convém atribuí-la à influência preponderante aí assumida pelo casamento, instituição que devemos distinguir da família. Daí a excelência do termo “família conjugal” com a que designa Durkheim.

Não há, então, *família elementar*, que não pareça, em seu fundamento ou em sua necessidade natural, em lugar nenhum. Sim, mas como não suspender nossa leitura e nos voltarmos, com uma interrogação, em direção ao que parece implicado no Édipo freudiano? Explicitando: uma *geografia elementar* de três personagens marcada pelos afetos centrais de ódio ao pai e de amor à mãe, que Freud propõe como necessariamente universais... Quer dizer, “em

mim mesmo como em Sófocles”, como afirma, criando uma proximidade tão ampla que perdemos o nosso senso de história.

Édipo? Sófocles?

Em Sófocles? Partindo dessa questão, Vernant (2005) escreve “Édipo sem complexo”, verdadeiro ataque contra as leituras superficiais do complexo de Édipo, em particular a de Anzieu (1966). O autor denuncia a ingenuidade e a inconsistência cultural de certos psicanalistas de sua época, em seus contra-sensos evidentes em relação à doxa grega e de Sófocles. Em primeiro lugar, recusa o argumento referente ao *universal* e denuncia dois desvios das leituras freudianas: 1) o Édipo *deseja* sua mãe – em Sófocles não se encontra isso; 2) ele se castiga por isso – contudo, a tragédia mostra que, definido como aquele que sabe resolver as coisas obscuras, Édipo desconhece o ponto cego de seu destino, anunciado, porém, pelo deus de Delfos, mas sob uma forma a ser interpretada, como toda palavra divina. Para avaliá-lo, seria necessário voltar a ser ignorante, em espera, e não suspeitar das intenções de seus próximos, de seus servidores: seu orgulho de ser poderoso e sábio vai contra isso. “O Édipo define-se, seguro de si: aquele que sabe decifrar os enigmas” (Vernant, 2005, p. 17).⁴

Édipo sabe, então. Permanece surdo às mensagens e, no pavor de ser, talvez, despossuído de seu trono tebano, não pode se calar diante da necessária *interpretação*. Assim, mesmo tendo conseguido triunfar nos enigmas da Esfinge, não pode antecipar que foi ele mesmo o assassino de Laio e esposo de Jocasta, por necessidade trágica... Quanto ao seu suposto *desejo*, os autores

4 N. T. No original: *O Edipe se définit, avec une altière assurance: celui qui sait déchiffrer les énigmes.*

ênfatizam que o amor grego é uma regulagem da relação com o outro e distribui-se em várias classes, sem nenhuma confusão:

A afeição recíproca entre pais e filhos, por um lado, e irmão e irmã, por outro, representa o modelo o qual os gregos denominaram como *philia*. A palavra *philos*, que tem um valor de posse e corresponde ao latim *suus*, designa primeiro aquilo que se é bem, quer dizer, para o familiar seu próximo familiar. Aristóteles, a propósito da tragédia, indica que essa *philia* repousa sobre uma sorte de identidade entre todos os membros da família nuclear. Cada familiar é para seu familiar um *alter ego*, um duplo ou um múltiplo de si mesmo. Nesse sentido, a *philia* se opõe ao Eros, ao desejo amoroso, que porta sobre um outro aquilo que é ele, outro para o sexo ou outro para a pertinência familiar. (Vernant, 2005, p. 13)⁵

Philia da família, *philia* da realeza e não Eros do “outro”. Édipo deve conformar-se com isso para sentar-se em seu trono, quando, uma vez rei, deve à *philia* a obrigação de tratar todos os sujeitos como seus e casar-se com a viúva do rei anteriormente assassinado. Trata-se do dever, com suas insígnias e obrigações, não da libido por essa rainha que corre o risco de ser deposta. Orgulhoso até mesmo em suas evitações, ele só pode identificar sua mãe tarde demais.

5 N.T. No original: *L'affection réciproque entre parents et enfants d'une part, frère et soeur de l'autre, représente le modèle de ce que les grecs nommaient "philia". Le mot "philos", qui a valeur de possessif et correspond au latin "suus", désigne d'abord ce qui est sien, c'est-à-dire pour le parent son proche parent. Aristote, à propos de la tragédie indique que cette philia repose sur une sorte d'identité entre tous les membres de la famille restreinte. Chaque parent est pour son parent un alter ego, un soi-même dédoublé ou démultiplié. En ce sens la Philia s'oppose à l'Éros, au désir amoureux, qui porte sur un "autre" que ce soi, autre par le sexe, ou autre par l'appartenance familiale.*

Édipo, o pai...

Creonte assassinado em Antígona, sua “filha-irmã” e seu sacrifício é, no fundo, do *pai* que se trata nos vínculos do Édipo. O pai ou os pais que teve, por fim e depois o pai paradoxal que ele se torna no final da tragédia. A construção freudiana parece então complicada. Lacan (1992, p. 117) afasta-se dela, como lemos no Seminário XVII: “O mito de Édipo, tal como Freud o faz funcionar – posso dizer isso para aqueles que não o sabem –, faz os mitógrafos sobretudo zombarem. Julgam-no absolutamente mal-ajambrado”. E não é evidentemente a única construção freudiana do pai: “[...] o que é que Moisés, em nome de Deus – é o caso de dizer – tem a ver com o Édipo e o Pai da horda primitiva?” (Lacan, 1992, p. 117).

Há uma profunda heterogeneidade e esses três mitos aparecem ligados em uma relação de não coincidência e de contradição. Pois, tomados um a um, parecem estranhos para os mitólogos, historiadores e até mesmo os exegetas; inclusive o próprio Lacan, apesar de se apresentar como freudiano. Ele postula, então, que o Édipo freudiano é uma apresentação que deve ser interpretada também: “[...] direi que o que nos propomos é à análise do complexo de Édipo como sendo um sonho de Freud” porque “não se trata de saber se vai se transar ou não com mamãe” (Lacan, 1992, p. 123).

Lembra que o mitógrafo Kroeber, que havia escrito um livro polêmico sobre *Totem e tabu* (Freud, 1974), adivinhava algo a mais no Édipo, situado em outro plano, mas não o apontava claramente. Lacan (1992) acrescenta a isso: “*Totem e tabu* seria bom – não sei se querem que o faça este ano – estudar sua composição, que é uma das coisas mais retorcidas que se possa imaginar”. O autor prossegue:

É por isso mesmo que temos que retornar a Freud – para perceber que se é assim meio torto, dado que ele era um rapaz que sabia escrever e pensar, isso deve ter uma boa razão. Não gostaria de acrescentar – Moises e o Monoteísmo, nem se fala – porque é o contrário, vai dar o que falar. (Lacan, 1992, p. 117)

Então, são três mitos “tortos”.

Lacan (1992, p.117) lembra que, ele, contrariamente aos pós-freudianos, criou a necessidade do *retorno a Freud*: “não seria para, agora, simplesmente, ele comece a fazer piruetas em torno de Freud e do resto de sua descoberta”. Assim, Lacan pondera que o Édipo não é inútil, ele esboça algo do ato analítico. Em primeiro lugar, deslocando o olhar, convidando-nos examinar o papel da mãe:

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso. (Lacan, 1992, p. 118)

O maior risco é que essa boca se feche violentamente. Felizmente, podemos dizer que é possível colocar uma vara que pode fazer obstáculo a isso: “há um rolo, de pedra, é claro, que está lá em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que nos põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha” (Lacan, 1992, p. 118). Trata-se da construção de uma regulação, de uma distância, do desejo, quer dizer, a qualquer desejo do Outro através da mediação do falo – e esse é o papel da *metáfora paterna*, essa forma de abstração simbólica e não de presença carnal, perene ou de um papel social. Assim, o Édipo lacaniano parece fundado em um plano distinto daquele proposto por Freud, Bouvet e outros, porque constitui a porta de entrada para a dialética do desejo.

Eis-nos bem agarrados ao pai, ainda um pai mortificado, como despositivado, *des-psicologizado*. Princípio regulador externo à presença materna, na medida em que instaura uma função simbólica de separação dela. Isto, fora ou para além de qualquer adaptação à forma reconhecida, convencional ou não, do *papai*. “Nunca falei do Complexo de Édipo a não ser dessa forma. Isso deveria ser um pouco sugestivo, não é? Disse que era a metáfora paterna, no entanto não é assim que Freud nos apresenta as coisas” (Lacan, 1992, p. 118).

Agora, retornemos ao primeiro Lacan (2003, p. 46), em “Os complexos familiares na formação do indivíduo”:

A identificação afetiva é uma função psíquica cuja originalidade a psicanálise estabeleceu, especialmente no complexo de Édipo, como veremos. Mas o emprego desse termo, na etapa que estamos estudando, é mal definido na doutrina; foi isso que tentamos suprir com uma teoria da identificação cujo momento genético designamos pela denominação de estágio do espelho.

Lacan, já em 1938, especifica a identificação afetiva que ele extrai do complexo de Édipo graças à sua tese do *Estádio do espelho*⁶ (Lacan, 1966), como responsável pela formação do campo imaginário. É aquela que implica o outro e, primeiro, a imagem do outro [i (a)], que instaura uma alienação fundamental, pelo campo escópico, cuja assunção total só será colocada em assíntota.⁷

6 Apresentada em 17 de julho de 1949, no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Zurique.

7 N.T. Um dos sentidos de “assíntota” é matemático segundo o *Petit Robert*: direita tal que a distância de um ponto de uma curva a essa direita tenda a zero quando o ponto se distancia. *L'asymptote s'approche de la courbe sans jamais la rencontrer. Fig. (Littér.) “La science est l'asymptote de la vérité. Elle approche sans cesse et ne touche jamais”* (Hugo).

Reservemos esses dois elementos: a metáfora paterna compreende representantes que certamente lhe servem de suporte, mas ao preço de uma ausência fundamental, enquanto as identificações imaginárias, correlacionadas à alienação, desenham os contornos culturais dos traços que lhe inscrevem.

as insígnias do feminino e do masculino nas Antilhas, território pós-colonial... ou como a história produz impacto nas posições subjetivas

Saint-Martin é uma ilha do Caribe, metade holandesa e metade francesa. Entretanto, é anglofônica. Vizinha das Antilhas, tanto quanto Guadalupe e Martinica, ela recebeu de seus contextos histórico, econômico e cultural traços próprios e específicos. A grande imigração densificou os 54 km² da parte francesa em um território composto por quase cem nacionalidades diferentes, enquanto sua população foi multiplicada por cinco no espaço de trinta anos. Após ter conhecido a escravidão, a dominação, as rivalidades, guerras entre colonos e a imigração em massa, Saint-Martin passou ao estatuto de coletividade ultramarina francesa em 2007, despertando a esperança, difusa entre seus habitantes, de inscrever ali uma identidade já procurada junto à Inglaterra e aos Estados Unidos, no início dos séculos XIX e XX. Sua especificidade linguística não é levada em conta pela Educação Nacional e o ensino ainda está marcado com o selo do colono branco, que mascara ou nega a riqueza do *broken english* e marca as diferenças de pertencimento cultural: a Ilha, as Antilhas, Guadalupe, a metrópole.

Descendentes de escravos, filhos ou filhas de colonizados, ou de administrados por Guadalupe, os habitantes de Saint Martin, mesmo os novos, carregam os vestígios dessa história e são testemunhas das marcas das sucessivas tensões. E ali, como

em outro lugar, o advento do sujeito, considerado no um a um da clínica, se marca com as respostas particulares que, formuladas no interior de legados culturais, simbólicos e imaginários, veem influenciar sua escolha quanto às duas contingências fundamentais de sua existência. Essas duas questões, como sabemos, são as seguintes: “estou vivo ou morto” e sou eu “homem ou mulher”, denotadas pela *via* de respostas próprias, pessoais, que são dadas a elas. Questões essenciais na clínica, elas determinam a escolha da neurose obsessiva ou da histeria, da neurose ou da psicose, até mesmo da melancolia. E invariavelmente marcadas de traços e valores, imaginários, de doxa.

Em Saint-Martin, tudo se passa como se o mestre, figura herdada da escravidão, do déspota, se reativasse no momento em que as identificações adolescentes se cristalizam. As respostas, mas também as rupturas e as violações do laço social, que marcam as modalidades desse *enlaçamento do desejo com a lei* colocam em cena, na maioria das vezes, a relação com o mestre, como uma condensação agora imaginária da constelação do pai, que abordamos antes. As reivindicações, mas também as instabilidades sociais ou de território, determinam, com frequência, mais do que a obtenção da soberania, as marcas requeridas de igualdade ou de semelhança com o mestre, ou inversamente, como no interior das dependências às diferentes servidões, masculinas e femininas: de escravo, de colonizado, de subordinado. A análise psicológica deve se adaptar a essa estrutura complexa, conforme abordamos anteriormente, a partir de Lacan.

As heranças narrativas das antigas rupturas respondem os atos de rupturas atuais e, com as infrações, surgem as restrições judiciais, por vezes uma pena implicando obrigação de tratamento psicológico. O trabalho com os adolescentes de Saint Martin sempre recolhe as significações, às vezes latentes, às vezes explícitas dos ecos das servidões. É no âmbito desses

traços imaginários que se inscreve a determinação simbólica do sujeito, marcando sua relação com o desejo e delineando os caminhos das escolhas inconscientes.

os homens e as mulheres em Saint-Martin

Seria essa estrutura cultural da família humana inteiramente acessível aos métodos da psicologia concreta:

Observação e análise? Sem dúvida, esses métodos bastam para evidenciar traços essenciais, como a estrutura hierárquica da família, e para reconhecer nela o órgão privilegiado para a coerção do adulto sobre a criança, coerção esta a que o homem deve uma etapa original e as bases arcaicas de sua formação cultural. (Lacan, 2003, p. 30)

Saint-Martin, engajada no comércio triangular também com as Antilhas, a plantação se impôs como unidade socioeconômica principal e determinou modos especialmente endógenos na relação homem-mulher, singulares, marcados por fatores sociais, culturais, sexuais e familiares específicos. Desde o início, durante a travessia do Atlântico, os mestres fizeram valer seu peso decisório e os escravos africanos foram divididos por sexo. Os homens foram separados das mulheres e crianças. As mulheres tornaram-se propriedade dos mestres. E, do barco às plantações, todos foram separados e isolados, aprisionados aos usos que seus senhores esperavam deles. Os homens conduzidos aonde sua força física tinha serventia, enquanto as mulheres deveriam executar tarefas econômicas e sexuais.

Observa-se um paradoxo: a mulher escrava pode encontrar um terreno particular, conseguindo às vezes um lugar, uma autonomia, por vezes liberdade para os seus filhos. Em sua condição de escrava, essa mulher foi marcada pela garantia

de sobrevivência representada por seus filhos. Isto porque seu corpo, transformado em moeda de troca, permitia fornecer a baixo custo novos escravos. Se a criança fosse mestiça, a mãe podia esperar por melhores condições de trabalho. Ao contrário, a criança negra era integrada na plantação para servir de mão de obra. As mulheres ficavam perto de seus filhos, propriedades das plantações, enquanto os homens estavam longe.

Os costumes e as regras culturais, do sexo, da maternidade e da paternidade foram assim completamente subordinados ao mestre, à sua ordem social, impostas pela necessidade econômica deste. Os limites entre o social e o íntimo não estavam em vigor e a mulher se subordinava também ao capricho privado, sexual sem dúvida, certamente marcado pelo *socius* do mestre. Com as antigas relações de parentesco e grupo destruídas, o que se impunha era, em primeiro lugar, a sobrevivência individual. A reorganização das posturas e das relações tanto da maternidade quanto dos padrões sexuais garantiam, no privado, os meios de se obter melhores condições de vida, de trabalho para essas mulheres ou para seus filhos.

Elas poderiam modificar seu futuro clareando a pele de seus filhos. Não é surpreendente que essas mulheres tenham parecido perigosas, dotadas de comportamentos sexuais agressivos, que justificavam a retomada de uma opressão sexual renovada, sempre em nome da sexualidade dos mestres e não daqueles que eles temiam. Os homens, que não podiam protegê-las, foram relegados à impotência e excluídos da intimidade, enquanto que à mulher, assujeitada à intimidade do mestre, não restava nada além da possibilidade de garantir a reprodução de novos corpos, escravos negros futuros ou mestiços, garantia para melhores condições de vida. Isso é submissão, acrescida de degradação social, emocional e física. E o homem negro, vetor de poder reconhecido na família e

sociedade africana, nada mais era que decadência humilhada, despossuído de sua humanidade. Degradados, os homens eram considerados como voltados à deriva e à irresponsabilidade.

pais e mães à Saint-Martin

O pai banido contrasta com a mãe, cujo papel foi ampliado. O *Code noir* aprovou essa destituição, fazendo do escravo uma força de produção, não reconhecido como um indivíduo, mas como um bem que não tinha então nem o direito à posse, nem à filiação, nem à transmissão. Ainda menos à paternidade humana e ao *sentimento* a ela ligado: as crianças pertenciam ao mestre da plantação, proprietário da mãe. Ao pai biológico e à potência perigosa da mãe substituíu-se o mestre como figura do social.

Após a abolição da escravatura, o padrão familiar modificado pela servidão foi mantido. O desaparecimento do mestre, e seu lugar deixado vazio, assegurou a transmissão do poder de mãe para filha, fazendo assim aparecer um modo de funcionamento matriarcal. Essa matriarcalidade, política herdada da servidão, porta seus efeitos intersubjetivos, na medida em que se constitui a partir de uma configuração de desejos, na qual o da mãe aparece como *princeps*. E podemos ler nos detalhes dos testemunhos que o homem adulto não é e não pode ser aquele investido de seu lugar, a título perene. O grupo homogêneo de mulheres, ou qualquer outra composição com o domínio da mãe, aparece como princípio mesmo do *sentimento* familiar. Longe de pensar que estas são formas *fracassadas* ou desorganizadas da família nuclear, é preciso, ao contrário, vislumbrar que, para os sujeitos os modos de reconhecimento e as assunções subjetivas se enodam a partir dessas relações matrifocalizadas.

É também no âmbito dessa lógica social que encontramos a proximidade máxima, por vezes incestuosa, do laço mãe/

filho, como a reivindicação em ato da posição insustentável a qual o pai é relegado. Observa-se, igualmente, a rejeição radical das expressões da sexualidade feminina e a exigência *sine qua non* da expressão de virilidade dos homens.

As posições se dividem: aos homens, a exibição das conquistas sexuais e, às mulheres, a sexualidade entre quatro paredes. Espera-se que os primeiros manifestem sua liberdade sexual, através de fanfarronice, um dar a ver e por parcerias múltiplas, enquanto a mulher demonstra inibição, moralidade e fidelidade. O sexual que se expõe ao público parece ser um caso de homens, que mostram suas diferenças e dominação do sexo feminino. Aos homens também a condenação da feminização: o insulto “*makomê*” significa não tanto homossexual, mas aquele que, ocupado com tarefas de mulher, aparece como o autor de uma transgressão de papéis.

Pudor e decência de um lado, marcas de uma virilidade reafirmada pelas insígnias sexuais do outro. O masculino e o feminino não devem ser confundidos e o pai, homem de fora, e a mãe se colocam de forma clara, cada um devendo respeitar a distância e as diferenças. A moça deve ficar no interior das casas, enquanto os espaços exteriores estão sob a dominação do sexo masculino, que os utilizam como lugares de demonstração de suas capacidades de conquista. As mulheres também, mesmo que os laços entre os sexos se reduza à brevidade da relação (sexual). E cada um desses papéis é marcado pelo corpo e pela língua.

Da menina, espera-se que seja discreta sobre tudo o que diz respeito ao sexual. Do menino, espera-se que ateste sua virilidade e o *broken english*, língua usada entre pares, se opõe ao francês das trocas econômicas e da burocracia. Os homens

se dizem em crioulo,⁸ mas uma mulher corre o risco de ser vulgar se fizer o mesmo.

A liberdade do homem permanece sufocada, até mesmo ameaçada. O sacrifício maternal obriga o filho a demonstrar sua masculinidade, sua reputação e sua respeitabilidade. No espaço social, ele deve mostrar sua virilidade de forma clara e atender às expectativas maternas. As mães induzem em seus filhos o que elas criticam em seus parceiros, esperando assim que as desloquem do lugar de mulher abandonada para o de mãe poderosa. O filho é apenas o encarregado das performances viris e deve-se conformar às exigências do código, porque ele incorre, a exemplo do que se passa com as filhas, uma sanção social em caso de transgressão. Nessas condições, o suporte materno é total, inclusive quando ocorre delito.

Existe aí uma marca particular de identificações. A posição focal da mãe é ser uma figura marcante, enquanto o pai é objeto de um discurso de depreciação do homem. É a mãe quem distribui os papéis e sua relação com sua filha é o contexto no qual ela aprende a se calar (respeitabilidade e apagamento do sexual), lugar privilegiado da sua emergência (de uma criança entregue à mãe ou de uma fecundidade mascarada por uma esterilidade útil). Ao mesmo tempo, a relação mãe/filho instaura as insígnias viris para o mundo exterior.

O sexual faz irrupção não entre o homem e a mulher, mas entre a mãe e a filha. As numerosas maternidades são, então, atribuídas à obrigação de se submeter aos avanços permanentes dos homens e suas infelizes traições forçadas. A paternidade biológica, quando ela é reivindicada, não é um reconhecimento, mas a marca da performance sexual.

8 N. T. Rubrica: linguística: diz-se de ou cada uma das línguas mistas nascidas do contato de um idioma europeu com línguas nativas, ou importadas, e que se tornaram línguas maternas de certas comunidades socioculturais (*Houaiss*).

que insígnias? que famílias, qual sujeito, qual clínica?

Sabemos que essa distribuição cultural pode desconcertar o psicólogo e o educador, o juiz e o professor metropolitano que chega ao Caribe. Os riscos maiores são os de avaliar essas famílias, a partir do nada, como sendo falhas ou defeituosas, como simples fracasso referido ao trio da família nuclear normal. Modelo que foi argumento das interpretações edipianas e que Lacan, mas também Vidal-Naquet, recusaram. Ali, como em outros lugares, não é da assunção do *normal* que se trata, mas da operação de códigos distintos que marcam o simbólico, no um por um dos sujeitos em questão.

Abordaremos uma vinheta clínica que consideramos paradigmática, com as questões postas por Gaëtany. Ele se descontrolou e agrediu fisicamente uma pré-adolescente que acabara de insultá-lo. Ela o ofendeu, segundo ele: “*Makomé!*”. Era preciso, então, que ele reagisse, mas por uma razão que está além de si mesmo. Ele argumenta que não seria um homem se não se defendesse. E isso requer a demonstração de traços característicos: a violência.

A consulta psicológica ocorre no âmbito do processo judiciário para menores que resultou dessa violência. Gaëtany tem quase 16 anos. Depois da agressão, por iniciativa própria, ele foi à casa da jovem para pedir desculpas, a ela e a sua mãe. Esta última reclamou de sua violência e mostrou-lhe as radiografias de sua filha. Em seguida, aceitou o pedido de desculpas de Gaëtany. Explicou também que ela deve, entretanto, apresentar queixa contra ele para prevenir qualquer represália consequente.

Trata-se de um rapaz bem grande, mas que tem muita dificuldade para se expressar nas consultas com a psicóloga. Gaëtany relata suas questões, descreve-se como *bricoleur*⁹ e calmo. Ele se

9 Não há um substantivo equivalente em português. Designa aquele que faz bricolagens, reparos caseiros.

inquieta por essa súbita violência, assim como por sua semelhança com sua mãe. É o único filho do casal, mas tem cinco irmãos e irmãs do lado materno e cinco outros do lado paterno. Do lado materno, a frátria é múltipla. A mãe teve várias uniões, mas não deu nenhuma informação sobre os pais. Gaëtany identifica bem as outras crianças, mas não as conhece. Todas elas foram submetidas à medida social de proteção da infância, na parte holandesa da ilha. Do lado do pai, ele é o último filho e seus cinco irmãos e irmãs são de duas uniões diferentes.

Seus pais, Gaëtan e Judy, se encontraram após ela ter sido rejeitada por uma vizinha que a tinha acolhido anteriormente. Então, Gaëtan a acolhe e Judy engravida. Pouco tempo depois do nascimento de Gaëtany, Gaëtan expulsa Judy. E a separação efetiva deles é acompanhada das violências perigosas de Judy, com cóleras súbitas e frequentes. Ela é afastada e separada de Gaëtany. Ele não detalha toda a sua infância, mas sua irmã Isabelle se encarrega de descrever as violências da mãe e as visitas episódicas desta para mostrar o que ela obteve: um bom carro, coisas novas. Mas, certa vez, essa mãe quase o empurrou das escadas.

Então, é Gaëtan que o cria, da mesma forma que seus filhos anteriores, também na ausência de suas outras mulheres, as mães deles. Mas logo as dificuldades se tornam maiores, incluindo a perda da casa e problemas no trabalho. Os eventos se sucedem e é a filha mais velha de Gaëtan, Isabelle, quem o substitui, com a ajuda irregular dos dois filhos mais velhos, uma vez que os dois foram encarcerados.

Nesses encontros introduzidos por decisão da justiça, Gaëtany logo se interroga sobre os comportamentos da mãe e sobre sua própria culpa. Era uma criança calma, como se descreve, e se pergunta sobre o surgimento dessa violência. Recorre à crença na magia (espíritos, crenças mágico-religiosas) para encontrar uma explicação, ao tempo em que afirma

que foi seu próprio nascimento que desencadeou as posturas agressivas de sua mãe. Ele é culpado pelo fato de ela estar sempre “zangada”. E quando a garota o tratou de homossexual, não poderia responder senão com a violência. Mas é uma violência que deve ser vista como colocação em ato de um traço feminino e materno, que se impõe a ele como *acting out*, em resposta à injúria da garota. Verdadeira negação de sua masculinidade, que ele logo converte em compartilhamento da violência de sua mãe. Gaëtany mostra no só depois¹⁰ uma vacilação de sua posição subjetiva induzida pelo surgimento do *acting out*. Por vezes, culpado por essa violência estranha a ele, radical, por vezes, maximalista no intuito de destruir a autora da injúria que negou seu traço masculino.

Gaëtany é, seguramente, filho de Gaëtan. Sua filiação está inscrita na própria variação do prenome do pai, como uma espécie de derivação significativa, que passa pelo símbolo de pai para filho e permite, por sua vez, ao pai identificar-se, ao longo de suas numerosas companheiras. Alise inscreve para ele essa filiação simbólica que determina, também, o lugar de sua mãe como externa, que foi embora tão rápido quanto apareceu. Contudo, Gaëtan, seu pai, é um homem, a prova? É que, sob as marcas sociais, ele teve mulheres e muitos filhos.

Seu pai não é “*Makomé*” e Gaëtany não pode ser classificado sob esse termo ofensivo. Mas, outro pólo do curto-circuito do *acting out*, ele não pode responder a não ser por meio da violência, a de sua mãe, violência da qual ele talvez tenha sido a causa. Seu dizer: “Eu não sou homossexual” é um traço simbólico do pai, um: “Eu sou um homem que tem muitas mulheres”, e seu ato de violência é o *acting out* dessa fúria enigmática e gozante de sua mãe enquanto expulsa. Ao mesmo tempo em que se mostra homem, realiza o desaparecimento das mulheres, mulheres que

10 N.T. No original: *après-coup*.

ele terá e que partirão, violentas também. É o poder do masculino, poder criador, que ele invoca através do pai.

Com a sua questão sobre o gozo, Gaëtany aceita a lógica da consulta psicológica e relata sua história. Longe da concepção linear da família edipiana nuclear e sua permanência, é a reafirmação nele das insígnias do masculino – significante de identidade, mesmo que o pai tenha se tornado agora um lugar vazio. A exclusão do feminino, traço de violência reativa imprevisível, que Gaëtany inscreve em seu nome, suas identificações masculinas escolhidas e seu *acting out* surpreendente: a mulher, toda mulher se verá imediatamente expulsa depois de permitir a fabricação de corpos.

As declinações dos prenomes do pai, carregados de escolhas subjetivas variáveis e singulares, com biografias particulares, são muito numerosas nas Antilhas. É um marcador simbólico específico da genealogia que parece estar ali implicado.

Por fim, o Édipo: Universal?.. Ou não se trataria, ao contrário, e largamente, das formas canônicas como as normativas eurocêntricas da família nuclear, para indicar a orientação das marcas do desejo do sujeito no curso do que pode funcionar como barra ao gozo destrutivo?

Referências

ANZIEU, D. Oedipe avant le complexe ou de l'interprétation psychanalytique desmythes. *Les Temps Modernes*, n. 245, p. 675-715, 1966.

FREUD, S. Carta 71 (15 de outubro de 1897). In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 1.

FREUD, S. Esboço de psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.p. 163-237.v. 13. Originalmente publicado em 1940.

FREUD, S. Totem e tabu. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 11-191. v.8. Originalmente publicado em 1913.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. p. 29-90. Originalmente publicado em 1938.

LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, J. *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola. *Opção Lacaniana*, n. 17, p. 5-12, 1996.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b. Originalmente publicado em 1964.

LACAN, J. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. Originalmente publicado em 1969-1970.

VERNANT, J. P. Oedipe sans complexes. In: _____.; VIDAL-NAQUET, P. *Mythe et tragédie dans la Grèce ancienne*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2005. p. 3-20. Originalmente publicado em 1974.

interloquções entre saberes e práticas no território: os efeitos do método da pesquisa-ação

Ivo de Andrade Lima Filho e
Vera Lúcia Dutra Facundes

A crítica ao modelo de atenção em saúde mental elaborado pelos diferentes movimentos na saúde, no social e na saúde mental, por excelência, desenvolveu-se nas últimas décadas e contribuiu para as novas estratégias de cuidado em saúde mental, observadas no redirecionamento na lógica do cuidado: a lógica hospitalocêntrica, na qual o hospital psiquiátrico ocupava o lugar central, fora substituída pela lógica territorial, em que se privilegia a atenção primária e os serviços substitutivos.

No Brasil, os diferentes dispositivos em saúde mental¹ originários do processo da Reforma Psiquiátrica se constituem como modalidades territoriais, de base comunitária, descentralizadas,

1 Um conjunto de leis e portarias ministeriais foi publicado e embasa o modelo de atenção à saúde mental brasileiro. Destacamos a Lei nº 10.216/2001, conhecida como lei da Reforma Psiquiátrica, e as portarias do MS 336/2002 e 3081/2011, que tratam dos serviços substitutivos e da rede de atenção psicossocial.

que instigam os protagonistas, profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a se deslocarem no espaço da cidade, da rua, das comunidades. Tal deslocamento leva em consideração dois aspectos essenciais: deslocamento na geografia da cidade e os deslocamentos pelos saberes transversais, transdisciplinares.

Nessa lógica, muito se tem falado sobre a noção de rede, articulação de serviços, saberes, pessoas. O Território é lembrado como um lugar de encontro de sujeitos em sofrimento psíquico que não se reduz à área geográfica, mas ao conjunto de práticas, serviços, pessoas, que transitam e vivem na/em comunidade.

O termo “Território” é interdisciplinar e polissêmico, e ao longo da história teve sua construção marcada por contribuições do senso comum e da ciência, principalmente nos campos da biologia, ciência política e antropologia. No campo da saúde, a noção de Território desvela um campo de fronteiras, na qual se inter-relacionam os objetos naturais, os aspectos geográficos e a sociedade em movimento. Essas relações são mediadas pelos aspectos cultural, social, legislativo, político, econômico e social, e produzem transformações que são refletidas nos modos de viver dos atores sociais (Santos, 2007, 2008).

Dessa forma, o Território é visto como um lugar que comporta recursos, e, sobretudo, as pessoas, os trabalhadores, os familiares, a comunidade. Caracteriza-se como um espaço potente para o desenvolvimento de estratégias voltadas para a convivência e o estabelecimento de redes de afetos e de sociabilidades. Daí ser considerado, atualmente, como o cenário principal da atenção e cuidado em saúde mental, com todos os desafios e pluralidade de possibilidades que ele apresenta, diferentemente do cenário da institucionalização, onde o hospital era fortemente marcado pela cultura asilar.

Temos diferentes argumentos para continuar apostando na implementação e no fortalecimento desse descen-

tramento lógico proposto pela Reforma Psiquiátrica. A história mostra que a lógica hospitalocêntrica de tratar as pessoas em sofrimento psíquico e/ou transtorno mental não foi amparada por uma ética do sujeito, uma ética da singularidade. Em situação de asilamento e institucionalização, tais pessoas ficaram à deriva em uma massa informe humana, destituída da possibilidade de subjetivação e singularização.

Interessa destacar que a mudança do modelo de cuidado em saúde mental deve considerar três aspectos significativos: primeiro, a complexidade que envolve o processo de desinstitucionalização dos pacientes internos; segundo, o fato paradoxal do trabalho que envolve o processo de desinstitucionalização em saber que muitos dos pacientes psicóticos institucionalizados fizeram do hospital uma referência para si mesmos; terceiro, o lugar e a função que os profissionais foram convocados a ocupar para facilitar a passagem de um modelo de tratamento psiquiátrico tradicional para um modelo descentrado de cuidado em saúde mental. Sobre a relação paradoxal que os psicóticos internos tinham com o manicômio, Viganò (2007) lembra que o muro do manicômio tinha uma importância muito grande para os psicóticos, pois servia para manter longe o temor e o perigo da morte. “Para o psicótico a vida social é perigosa, é persecutória e o muro o defende disto. Se nós tiramos o muro o risco é que reste a perseguição” (p. 67). Diante dessa constatação, Viganò propõe que o muro de pedra do manicômio seja substituído pelo muro vivo de uma enfermeira. Ele destaca a enfermeira, pois é a profissional que mais tempo passa em contato com os psicóticos, mas pode ser qualquer profissional, a equipe, que venha a se ocupar deles, desenvolvendo uma função específica de conferir a eles um lugar simbólico.

Esse trabalho da equipe de profissionais que dá um lugar ao psicótico só é possível se o próprio profissional desenvolver

um discurso. Conferir ao outro um lugar e produzir um lugar próprio é possível por meio de um discurso. Quando a equipe de profissionais está conflituosa, quando um médico rivaliza com a enfermeira, o assistente social com o terapeuta ocupacional, etc., mostra que a equipe carece de um discurso que produza lugares, desejo; isso compromete a construção do vínculo social, porque, como lembra ainda o autor, para que haja vínculo social é necessário que haja um discurso.

A estabilização da psicose ocorre quando se tem um discurso. Se o manicômio era um discurso no qual o psicótico o tinha como referência, e se agora o tiramos dessa possibilidade, resta a todos os protagonistas do movimento da mudança na lógica de cuidado em saúde mental refletir sobre o discurso em que se operam suas práticas.

Da mesma forma que o autor reflete sobre a necessidade da equipe de profissionais da saúde mental construir um discurso que favoreça o trabalho terapêutico com psicóticos, podemos também discutir como se constrói um discurso no campo da saúde mental no Território, a saber, na prática dos profissionais que trabalham na atenção primária à saúde, especialmente as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), objeto de nossa investigação e intervenção, conforme veremos posteriormente.

Tal empreendimento é uma necessidade ética e clínica, ou melhor, uma necessidade do estabelecimento e empoderamento de uma ética na clínica. Uma ética entendida como uma disposição e respeito ao outro na sua mais autêntica diferença; em uma inclinação a escutar o outro em sua dimensão alteritária, dimensão estrangeira. Ética, conforme lembram Figueiredo e Coelho Junior (2000, p. 7), “entendida como posição e como lugar (morada), como postura fundamental, como modo de escutar e falar ao e do outro na sua alteridade – a alteridade do inconsciente. Uma ética compreendida como abertura, respeito,

resposta e propiciação ao outro”. Defender uma ética na clínica aponta para diferentes dimensões: a dos sujeitos singulares e as formas de expressarem sofrimentos; a do contexto familiar, social, político, cultural e comunitário; a dos dispositivos clínicos, assistenciais e teóricos; e das estratégias reflexivas e de intervenções que os profissionais no campo da saúde mental encontram para compartilhar com os usuários do SUS alternativas às situações paralisantes, de adoecimento e de sofrimento deles.

Pensamos que tal dimensão ética é produtora de novos discursos. Viganò (2006, p. 37), tomando como referência a contribuição teórica de Lacan, afirma:

A teoria dos discursos não é uma teoria social que se limita a descrever as mutações dos fenômenos coletivos. Esse é um modo de pôr a experiência do sujeito e de seus vínculos sociais não mais em função do sintoma, mas em função do fantasma e, por isso, da economia de gozo.

A noção de discurso, em Lacan, altera-se ao longo do seu percurso teórico, principalmente quando se observa o autor fazer a travessia do primeiro para o seu segundo ensino. Inicialmente, a noção da cadeia significante, que é regida preferencialmente pelo registro simbólico, produz um discurso sobre o efeito da inversão das posições do significado sobre o de significante desenvolvido pela linguística de Saussure. Diferentemente de Saussure, que estabeleceu uma relação simétrica entre o significado e o significante na estrutura do signo linguístico, Lacan privilegiou a supremacia do significante sobre o significado promovendo uma subversão na estrutura do signo. Essa função primordial do significante é que vai governar no discurso do sujeito, ou seja, vai governar o próprio sujeito; mas foi com a descoberta do real e do objeto a que se pôde observar uma nova contribuição para a noção do

discurso. No Seminário 17, *O avesso da psicanálise*, Lacan (1992) discorre sobre os quatro lugares que constituem o discurso. Dois à esquerda, sendo um acima e outro abaixo da superfície que o divide, correspondendo ao lado do sujeito. De início, eles foram nomeados como lugar de Agente e lugar da Verdade, respectivamente. No lado do outro significante, à direita, também existem dois outros lugares, um acima e outro abaixo da superfície que o divide e que são nomeados, respectivamente, de lugar do outro e lugar da produção. É importante destacar que a noção de discurso desenvolvido no Seminário 17 estabelece um tipo de laço social entre esses dois lugares, a saber, o do lado do sujeito e do “outro significante”.

Embora a noção de discurso estabeleça um tipo de laço social entre os lugares referidos acima, constata-se, conforme lembra Souza (2003, p. 102), que “não se produz uma interlocução, nem mesmo a possibilidade de um diálogo entre eles. Essa noção de discurso, portanto, não contempla qualquer relação intersubjetiva”. Ainda segundo Lacan (1992), em razão do movimento que se estabelece entre os diferentes lugares que constituem a estrutura rudimentar para esses discursos, o lugar de agente pode ser ocupado por diferentes discursos. Como lembra Souza (2003, p. 104), o lugar do agente funciona como matriz para que a fala possa produzir diferentes efeitos sobre o “outro”.

Assim, quando essa “agência” estiver ocupada por [S1], o significante mestre, o discurso será dito do mestre. Quando se tratar de [S2], o Saber, fala-se de discurso do universitário. Se for [S], o sujeito dividido, nomeia-se de discurso do histérico. Por fim, quando estiver ocupado por [a], vai corresponder ao discurso do analista.

A contribuição lacaniana acerca da estrutura do discurso e dos elementos posicionais, conforme descrevemos acima (S1; S2; \$; a), ocupando o lugar do agente, contribui para a formalização da noção de discurso. O discurso, então, passa a se constituir a partir da relação posicional dos elementos e em uma tentativa de formalização de diferentes laços sociais.

Nessa perspectiva, destacaria, para nosso estudo, o discurso do mestre efeito do significante-mestre ocupando o lugar de agente e intervindo sobre o lugar do outro significante, lugar do Saber (S2), fazendo de forma imperativa e gerando seus efeitos. O que esse discurso busca é o poder e a ordem. Tal contribuição lacaniana sobre o discurso do mestre nos ajuda a pensar acerca dos imperativos que governam as instituições. Encontramos, por exemplo, na história da loucura, as instituições psiquiátricas funcionando sob o imperativo do saber do mestre que ordena o que seria melhor para todos. Esses ordenamentos das instituições se organizam em um sistema de regras rigidamente formatadas veiculando, assim, o discurso da própria instituição. Essa constatação possibilitou a necessidade de se atentar para o discurso do sujeito singular fazendo furo no discurso da instituição. Esse empreendimento é possível quando a política da instituição possibilita uma inversão em seus objetivos: não mais produzir uma nova instituição, mas, ao contrário, favorecer uma “revolução dos discursos como ato de fundação e por uso de mudança do instituído” (Viganò, 2006, p. 30).

Lacan denominou de ato analítico aquele capaz de instaurar o sujeito da palavra, conforme discute Brodsky (2004). Isso tem uma consequência no destino do sujeito, dado que o possibilita falar em nome próprio, movido pelo desejo. Inserir no trabalho institucional o ato da palavra é condição para que os sujeitos em sofrimento psíquico possam inventar uma forma de existência singular facilitada pelo vazio de sentido que gravita

as instituições e os seus profissionais que não estão submetidos ao imperativo de Um Mestre.

Souto (2011) refere que Miller, no texto denominado *A salvação pelos dejetos*, mostra como o Outro social acredita na saúde mental para todos como um ideal de bem-estar e de salvação. Essa construção imaginária e “delirante” de salvação pelos ideais se sustenta naquilo que Lacan denominou de discurso do Mestre. Um discurso que define o que é melhor para todos, instituindo as crenças universalizantes acerca da saúde, dos diagnósticos e tratamentos. Porém, como comenta, ainda, a autora:

[...] o Outro social apoiado no discurso do mestre exclui o que há de mais próprio e singular em cada um: seu modo de gozo [...] E ao fazê-lo, o Outro social acaba, pela via de sua boa vontade, do querer o bem para o outro, procedendo a uma normatização do gozo pela via dos ideais, a uma padronização que prescreve um bem igual para todos. (Souto, 2011, p. 177-178)

Isso tem consequências impeditivas ao trabalho clínico que se debruça sobre o sujeito do desejo e seu modo particular de se inventar com sua forma de gozar. Daí a necessidade de estarmos em constante reflexão teórico-clínica acerca das estratégias terapêuticas e de intervenção destinadas aos usuários de saúde mental que circulam nos diferentes dispositivos que acolhem e tratam tais sujeitos. Esse é um trabalho para além dos muros dos serviços, para além das estruturas físicas dos dispositivos. É um trabalho eminentemente clínico, a saber, de uma clínica do singular, do um a um. Uma clínica que privilegia o sujeito singular e suas possibilidades de fazer laço com o outro e a cultura. Um empreendimento possível quando os sujeitos-terapeutas se dispõem ao outro em uma posição de implicação, acolhimento e interpelação, conforme lembra Figueiredo (2009). Nesse sentido, pensamos que um antídoto ao discurso

do mestre que define e orienta o que é o melhor para todos é assegurar a escuta a cada um com a sua alteridade. Esse desafio é, ao mesmo tempo, clínico e político, pois possibilita tanto a efetivação e perpetuação do ideário da reforma psiquiátrica quanto engendra no Território, por exemplo, novas possibilidades nos destinos dos sujeitos em sofrimento psíquico e/ou com quadros psicóticos e neuróticos graves.

Para tanto, há de se pensar, também, em estratégias de cuidado e escuta aos profissionais que estão convivendo cotidianamente com os desafios da clínica em saúde mental no Território. Contribuir no empoderamento de tais profissionais significa criar alternativas de cuidado a eles também: espaços de fala e escuta que os ajudem a emprestar e/ou a se utilizar de suas funções psíquicas, de sua subjetividade sem se deixar aprisionar e/ou se defender do outro. Em última instância, esses espaços têm por objetivo produzir na equipe um discurso aberto ao inusitado das experiências estrangeiras advindas do encontro com a loucura, com a miséria humana, enfim, com as questões da dor psíquica, do sofrimento, da angústia.

Conforme afirmamos acima, o manicômio é um discurso, uma referência, mas uma referência que destituiu ou não possibilitou o sujeito da enunciação. O que pode então substituir o manicômio, conforme lembra Viganò (2012), é um discurso. Um discurso, uma estrutura simbólica que dê um lugar ao psicótico e aos sujeitos em diferentes situações de vulnerabilidade e sofrimento, o que é possível por meio dos profissionais que se dispõem a transitar pelos labirintos da estranheza humana, da estranheza das mais diversas formas de sofrimento.

Nesse sentido, gostaríamos de descrever uma experiência desenvolvida em uma Unidade de Saúde da Família (USF), mediante um projeto originalmente criado no Departamento de Terapia Ocupacional da UFPE, intitulado: Atenção a Pessoas

com Problemas Psicossociais em Situação de Vulnerabilidade Social. O objetivo desse projeto de pesquisa-ação é juntar esforços na atenção primária à saúde no enfrentamento às situações de vulnerabilidade em que se encontram as pessoas em sofrimento psíquico. Um recorte desse projeto tratou das possibilidades de intervenção entre os profissionais da equipe, mais especificamente as ACSs. Inicialmente, a ideia dos pesquisadores foi a de desenvolver ações de atualização e capacitação no tema da saúde mental. No entanto, a demanda apresentada pelas ACSs caracterizou-se pela perspectiva de Cuidando do Cuidador, como citado mais adiante. Dessa forma, buscou-se destacar, neste artigo, a experiência de uma metodologia de trabalho que privilegia ao mesmo tempo a intervenção e a pesquisa na atenção primária à saúde. Trata-se da metodologia da pesquisa-ação desenvolvida por Michel Thiollent, que será abordada posteriormente. A escolha das ACSs como sujeitos da pesquisa e intervenção se justifica por três fatos iniciais: 1) pela convocação que nos fizeram para que fossem desenvolvidas ações de cuidado destinadas a elas; 2) pela especificidade da intervenção que preconiza a escuta livre do desejo pela possibilidade de fala dos mais variados temas em situação de grupo; 3) pelo fato de se acreditar que o trabalho desenvolvido de cuidado às ACSs é um dispositivo clínico que as ajudam no manejo das situações adversas encontradas no Território.

introduzindo o projeto e a convocação das ACS

O Projeto de Pesquisa-Ação denominado Atenção a Pessoas com Problemas Psicossociais em Situação de Vulnerabilidade Social foi idealizado e planejado por nós, professores no Departamento de Terapia Ocupacional da UFPE. Ele tem por objetivo geral descrever ações de promoção de saúde, prevenção

e assistência a pessoas com problemas psicossociais. De forma geral, a ideia é contribuir nas estratégias de cuidado em saúde mental no território, fortalecendo e colaborando nas ações de saúde da atenção primária. Por isso, o Projeto foi apresentado em uma USF do município de Recife e aprovado pelo Comitê de Ética da própria Universidade, antes do início da sua operacionalização para que houvesse seu consentimento e para se somar aos esforços e estratégias dessa Unidade no trato cotidiano aos desafios enfrentados pelos usuários dos serviços de saúde mental e/ou que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Para os objetivos propostos neste artigo, conforme referimos acima, não despreveremos as diferentes estratégias preconizadas no projeto. Apenas nos deteremos em uma ação desenvolvida com as ACS. Essa ação nasceu por solicitação delas em uma primeira reunião realizada com toda a equipe da USF, conforme discutiremos a seguir. Articularemos tal ação com as estratégias metodológicas da Pesquisa-Ação.

Antes, porém, vale lembrar que esse projeto tem por princípio relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. É a própria Universidade deslocando-se para o Território, onde habita a comunidade e tudo o que se pode pensar e esperar sobre a sua potencialidade, criatividade, adversidade e diferentes situações de sofrimento humano. Pensamos também que, dessa forma, o projeto, além de contribuir no fortalecimento das estratégias da saúde da família, contribui na formação de recursos humanos, na medida em que estudantes da graduação do curso possam experienciar no próprio Território a realidade social e de saúde tantas vezes descrita em livros e artigos. E mais, que possam desenvolver um olhar clínico articulado com os contextos dessa realidade. Uma clínica que preconiza o sujeito singular em seu contexto familiar, social, cultural.

Nesse desafio cabe uma constante discussão entre o saber instintivo e universal sobre saúde, doença, sofrimento etc., e as respostas singulares que cada usuário pode inventar para criar ou recriar sua posição subjetivante.

a pesquisa-ação na linha do cuidado: produzindo conhecimento e transformação da prática

A utilização de metodologias participativas nos processos formativos e de qualificação dos profissionais vem crescendo no Brasil. Nesse cenário, a pesquisa-ação tem merecido destaque, principalmente no campo da saúde, uma vez que esse método tem por característica a provocação de mudança, ou seja, desenvolver possibilidades mais eficazes de enfrentamento aos problemas da realidade, tendo como consequência a transformação da práxis social.

De acordo com Thiollent (2008, p. 16), a pesquisa-ação “é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”, em que todos os atores (pesquisadores e população-alvo) são sujeitos ativos e estão centrados na ação e no compartilhamento das soluções ao problema estudado.

Embora a pesquisa-ação seja considerada uma pesquisa participante, pelo seu caráter de envolvimento dos pesquisadores no campo de pesquisa, esses termos não são sinônimos. A pesquisa participante problematiza a relação entre o pesquisador e o pesquisado no sentido de estabelecer melhor observação e coleta de informações, e cabe ao pesquisador a centralidade do processo na condução da pesquisa. A condição de participação na pesquisa-ação vai além, “supõe uma participação dos interessados (pesquisador e pesquisados) na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação”

(Thiollent, 2001, p. 83); uma ação planejada por meio de um problema prático visando mudanças na situação investigada (Tripp, 2005).

Na pesquisa-ação, a prioridade dos problemas a serem enfrentados e o encaminhamento das soluções, caracterizados pela forma de ação concreta, resulta da relação de interação dos pesquisadores e sujeitos envolvidos na situação-problema, em que o objeto de investigação é constituído pela situação social. A pesquisa não se limita a uma forma de ação, mas pretende ampliar o conhecimento ou o “nível de consciência” dos participantes envolvidos. A ação é geralmente desencadeada por um problema de ordem prática e cabe ao pesquisador organizar a investigação, concebendo, acompanhando e avaliando a ação planejada em conjunto com os sujeitos da pesquisa (Thiollent, 2008, p. 18).

Considerando o contexto pesquisado relatado neste artigo, destacamos o alcance da proposta transformadora e a função política da pesquisa-ação como elementos significativos. A pesquisa-ação pode ser utilizada no sentido de fortalecer a organização e autonomia, ou, mesmo, estreitar as relações existentes entre os membros da equipe (no caso das ACS, entre elas e com a USF), agregar um maior número de sujeitos e servir à ampliação da consciência de seus participantes sobre a compreensão e as possibilidades de resolução do problema (Thiollent, 2008).

A pesquisa-ação é desenvolvida em etapas e tem flexibilidade quanto à sua ordenação. As fases: 1) exploratória; 2) definição do tema da pesquisa e dos problemas; 3) lugar da teoria e hipóteses; 4) seminário; 5) campos de observação e coleta de dados; 6) aprendizagem; saber formal/saber informal; 7) plano de ação; e 8) divulgação externa, inter-relacionam-se e representam um ponto de partida e de chegada do método.

Para descrever as fases preconizadas durante o processo de trabalho da pesquisa-ação, vamos destacá-las a partir das situações concretas vivenciadas quando da implementação do Projeto em uma USF:

1) Fase exploratória – deu-se quando nos aproximamos do campo da pesquisa, o que ocorreu por meio de uma primeira reunião com toda a equipe de uma USF para discutir e apresentar o Projeto. Nosso objetivo era tanto apresentar o que havia sido esboçado no Projeto quanto ouvir da equipe as necessidades essenciais, as situações-problema que as afligiam. Dessa primeira reunião, destacaremos um acontecimento que interpretamos como uma convocação das ACS. Elas nos dirigiram uma pergunta: “Nesse Projeto, há alguma atividade destinada para nós, ACS, para a nossa saúde?”. Essa interpelação foi objeto de reflexão dos pesquisadores, uma vez que, inicialmente, as ACS não haviam sido contempladas no Projeto com atividades de cuidado direcionadas a elas. De imediato, propomos uma reunião com esse grupo de profissionais, com o objetivo de compartilhar ideias e estabelecer estratégias que as contemplassem como uma atividade específica. Dessa reunião, ficou acordado que, semanalmente, nos encontraríamos para conversar sobre a experiência delas nas ações no Território e, mais especificamente, no manejo com as pessoas que se encontravam em sofrimento psíquico e/ou que apresentavam transtorno mental. Denominamos esse grupo reflexivo realizado com as ACS de “Cuidando de quem cuida”. Ele passou a atuar em dia e horários preestabelecidos. A temática podia variar de acordo com as necessidades de fala das ACS. O local também era combinado e definido com elas: os grupos reuniam-se na própria USF, nas residências das ACS e em espaços públicos previamente definidos, quando alguma atividade era proposta

pelo grupo, no sentido de favorecer e sensibilizar ações de cuidado e lazer com elas mesmas.

2) Tema da pesquisa e dos problemas – inicialmente, destacou-se dos relatos das ACS o difícil manejo dos casos/sujeitos que estão em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental. Tais situações as inquietavam e angustiavam, principalmente pelas dificuldades nos encaminhamentos desses casos aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Os casos relatados com transtorno mental sempre vinham acompanhados pelas situações de vulnerabilidade social e familiar dos usuários, além de situações que envolviam o uso e abuso de drogas na comunidade. Com frequência, também se discutia no grupo a sensação de impotência diante dessas situações e a dificuldade de trabalhar e viver na própria comunidade. A duplicidade de papéis: ser ACS e, ao mesmo tempo, ser habitante da própria comunidade foi objeto de reflexão. Muitas chegaram a relatar o sofrimento por que passavam pelo fato de trabalhar e morar no mesmo lugar. A falta de delimitação nas fronteiras entre ser comunitária e ACS comprometia a própria saúde delas.

3) O lugar da teoria e hipótese – os fundamentos teóricos e hipótese são essenciais para a problematização e articulação com os fenômenos dialogados ao longo dos grupos. Com frequência, as próprias ACS nos solicitavam uma explicação teórica sobre determinados fenômenos de sofrimento e/ou transtorno mental que conheciam no Território. Elas sugeriram que o pesquisador trouxesse algumas referências teóricas que ajudassem a entender, por exemplo, o que era uma neurose, psicose, perversão. Houve a possibilidade de apresentar, em forma de seminários dialogados, fundamentos teóricos sobre as estruturas clínicas articuladas com os casos clínicos do Território. O objetivo era contribuir na ampliação e compreensão dos fenômenos clínicos dos diferentes casos em sofrimento psíquico da

comunidade. Tal iniciativa teve por objetivo contribuir não só para o conhecimento/aprendizagem delas, mas também para ajudar no manejo com os casos clínicos. É importante ressaltar que dois campos de investigação teórica são permanentemente visitados para dialogar com os fenômenos clínicos psicossociais encontrados: o campo da saúde mental e o da psicanálise. Diferentes autores têm articulado esses dois campos, o que muito contribui para o desenvolvimento de uma clínica da saúde mental que preconiza o sujeito singular e desejante habitado pelo inconsciente.

4) Seminários – são considerados uma técnica importante para a coleta de dados. Os dados coletados nos seminários servem para futuras interpretações. No caso específico das intervenções com as ACS em grupo, utilizou-se o seminário com dois propósitos diferentes: o primeiro, conforme relatado acima, no item 3, teve como objetivo discutir teoricamente determinados fenômenos clínicos com que as ACS deparavam no Território, e isso aconteceu por solicitação delas; o segundo propósito relacionou-se com a necessidade de aplicar uma dinâmica grupal orientada para as ACS refletirem sobre os papéis ocupacionais desempenhados na vida familiar, de trabalho, lazer, enfim, sobre seus projetos e sonhos. Tal seminário contribuiu para que o grupo de ACS refletisse que era necessário ampliar os objetivos do grupo, que antes era destinado a discutir sobre as situações difíceis encontradas no Território, ou seja, como manejar os casos com transtorno mental e/ou em sofrimento psíquico, para o objetivo de que poderiam falar delas mesmas no grupo, suas angústias, suas histórias familiares e em comunidade. Elas agora solicitam ao pesquisador um espaço para refletir sobre elas mesmas em situação de grupo, o que foi de imediato atendido. Houve aí uma reconfiguração dos objetivos iniciais do grupo, a partir das demandas das próprias ACS.

5) Campo de observação e coleta de dados – elegemos o próprio Território como o campo observacional, embora se tenha destacado o grupo reflexivo com as ACS como um lugar instituído por demanda delas para se realizar a coleta de dados. As narrativas de cada grupo foram registradas por duas estudantes do curso que participavam do projeto. Após cada encontro semanal com as ACS, o pesquisador e as estudantes discutiram os registros das narrativas das agentes. Esse momento também foi significativo no sentido de compartilhar pontos de vista sobre os discursos delas. Esse material discursivo foi fonte de pesquisa e construção de artigos sobre temáticas diferentes que apareceram nas narrativas.

6) Aprendizagem; saber formal/informal – essa é uma fase importante do processo, na medida em que é possível, através dela, produzir e circular informações, compreender os fatos, as situações, para que seja possível tomar decisões, inclusive, práticas. O processo dinâmico que ocorre entre pesquisador e pesquisado possibilita uma troca rica de informação e experiência entre ambos. No caso da experiência com o grupo de ACS, constatou-se a rica circulação do saber. Muitas vezes o pesquisador foi surpreendido pelo saber do grupo, pela sua visão de mundo, pelas atitudes solidárias. No fim da experiência, todos aprenderam com o inusitado dos encontros marcados pelas falas de cada um, pelos afetos, pelos enigmas, compondo um tipo particular de aprendizagem, para além das esferas cognitivas. Nesse sentido, essa metodologia de trabalho e pesquisa tem uma característica particular em favorecer uma aprendizagem que se faz pela experiência do encontro. Pesquisador e pesquisado, embora ocupem posições específicas durante a intervenção, estão sujeitos às afetações inevitáveis do inusitado da experiência.

7) Plano de ação – a metodologia da pesquisa-ação presuppõe que haja uma ação concreta combinada entre o pesquisador e os pesquisados, com o objetivo de solucionar um problema existente. Diferentes ações foram propostas pelo grupo durante todo o processo de trabalho. Destacamos duas que tiveram objetivos distintos. A primeira, quando o grupo refletiu sobre uma situação na comunidade em que uma criança era abusada sexualmente por um padrasto. As ACS relataram que o agressor era muito violento e que já tinham sido feitas várias tentativas para barrá-lo, mas todas sem sucesso. A angústia gerada nos grupos reflexivos sobre esse fato gerou nas ACS a necessidade de planejar uma ação resolutiva. Foi quando uma ACS procurou a avó da criança e a sensibilizou para intervir na casa de sua filha, que era conivente com a situação de violência. A ida da avó para morar na casa da filha libertou a criança das garras do padrasto agressor e isso teve consequências para a criança: ela retornou à escola e voltou a brincar na rua. Uma segunda ação foi voltada para as próprias ACS, para o cuidado delas. Por iniciativa do grupo, planejou-se uma atividade de lazer em um jardim botânico. O grupo sentiu a necessidade de se deslocar do espaço de trabalho (na USF) para um espaço aberto, em contato direto com a natureza. A mudança do contexto em que se realizou o grupo foi possível mediante uma ação planejada entre o pesquisador e as pesquisadas. Tal experiência possibilitou, dentre outras coisas, uma reflexão sobre como cada uma conseguia desenvolver outras atividades na vida além das do trabalho. Constatou-se que o tempo de lazer, de realizar atividades significativas dirigidas ao cuidar de si mesmas, encontrava-se em muitas delas bastante diminuído. A experiência concreta nessa ação contribuiu para que o grupo criasse outros momentos de encontro e compartilhamentos fora do espaço do trabalho.

8) Divulgação externa – considera-se importante divulgar os resultados obtidos e as ações realizadas. A divulgação dos resultados da ação entre os participantes contribui para as mudanças em torno do problema prático; a divulgação mais ampla pode ser realizada em eventos, congressos, na universidade, na gestão, aumentando o poder de abrangência dos resultados das ações. O projeto e, mais especificamente, a experiência com os grupos reflexivos com as ACS foram divulgados em artigos científicos, trabalho de conclusão de curso de estudantes da graduação, eventos diversos e na própria Unidade de Saúde, quando as ACS retornaram para os colegas de trabalho de outras profissões o resultado da experiência com o próprio grupo.

O grupo reflexivo instituído com as ACS teve por objetivo criar um espaço de fala para não só relatar o vivido nos desafios cotidianos, mas também para instituir um espaço que favoreça os processos de subjetivação das ACS. Partiu-se da ideia de que esses espaços são imprescindíveis e favorecem a construção de um discurso entre os profissionais capaz de utilizar a própria subjetividade no manejo das situações do trabalho, a saber, no manejo das situações de sofrimento psíquico dos comunitários e seus possíveis endereçamentos.

Campos (2012, p. 84) chama a atenção para as possíveis situações que podem ocorrer entre os profissionais e usuários nos equipamentos de saúde.

Nos equipamentos de saúde e educação acontecem processos de identificação entre trabalhadores e usuários. Se a população da área de abrangência é vista como pobre, desvalida, desrespeitada, sem valor, após um tempo, a própria equipe se sentirá assim. Pensamos que mecanismos como esse estão por trás da produção de impotência em série de que adoecem muitas equipes de saúde. Também pode acontecer que, na

tentativa de se defender desse espelho desagradável, a equipe se fecha tentando uma discriminação maior entre o nós e os outros, e assim a equipe monta fortes barreiras que evitam pôr-se em contato com aquilo que tanto dói. Ou, pior ainda, pode tornar-se agressiva e retaliadora com os usuários.

Essa constatação da autora contribui para se pensar na necessidade de se atentar para as equipes que trabalham no campo da saúde mental e, mais especificamente, nas ACS. É também com esse objetivo que a autora refere que Kaës (1991) propõe criar dispositivos de trabalho que favoreçam o restabelecimento de um espaço subjetivo conjunto, a saber, uma área transicional comum, que ajude no estabelecimento de estratégias operatórias. Tal espaço não se configura simplesmente pelo encontro de pessoas e nos estabelecimentos das relações individuais e grupais, mas em um espaço onde possa acontecer alguma coisa. Algo de inusitado, criativo, inventivo só acontecerá se os profissionais não reduzirem suas intervenções ao domínio das técnicas e dos procedimentos.

Eles precisarão agregar a técnica aos processos de subjetivação. Ou melhor, quando os serviços consideram os profissionais uma parte integrante e fundamental nos processos de intervenção, a técnica fica a serviço da criatividade e de produção de respostas singulares. Quando, ao contrário, os serviços restringem suas intervenções a procedimentos, a técnica pode funcionar muitas vezes como uma ação defensiva contra aquilo que no outro ameaça; e isso se constituindo compromete o estabelecimento e a construção de um discurso na equipe que favoreça a produção de respostas singulares nos usuários e nos comunitários. O conhecimento técnico agregado à experiência subjetivante do encontro entre sujeitos é imprescindível aos destinos criativos tanto dos usuários em sofrimento psíquico

quanto dos profissionais da saúde mental, especificamente nas ACS, objeto de nossa intervenção.

possíveis endereçamentos do método da pesquisa-ação ao campo da saúde mental e da psicanálise

O método da pesquisa-ação, quando da sua utilização na intervenção realizada em uma USE, foi proposto pelo pesquisador que, desde o início, estava advertido quanto ao duplo lugar que possivelmente ocuparia durante o processo da intervenção: a do pesquisador e psicanalista. Estar advertido como pesquisador é atentar para o percurso metodológico que facilite e possibilite a apreensão do objeto/fenômenos da pesquisa. De outra forma, estar advertido como psicanalista é considerar, quando em contato com esses fenômenos, as dimensões pulsionais e inconscientes operando entre os sujeitos – população-alvo da pesquisa – e o psicanalista-pesquisador no campo transferencial.

Desde o início da pesquisa, o pesquisador se assegurou de um princípio ético pautado na escuta do desejo do outro, ou melhor, na escuta do desejo do grupo das ACS. Sujeitos singulares que se constituem em uma coletividade com objetivos comuns e em torno da tarefa de trabalho. Há algo que as aproxima, identificam e as organizam como um grupo. Isso ficou evidenciado quando discutimos a convocação feita por uma ACS para que fosse instituída alguma atividade de cuidado voltada para o grupo delas. Uma porta-voz enuncia o que o grupo precisava: ser cuidado-escutado. A solicitação dessa porta-voz foi escutada como uma demanda do grupo. Acolher essa solicitação-demanda, essa palavra movida pelo desejo de falar, inaugurou a abertura necessária para se constituir, já na primeira reunião, o ato da palavra no centro do trabalho institucional.

Para tanto, é necessário reconhecer o que Viganò (2012, p. 79) reflete sobre o funcionamento institucional. O autor destaca:

A instituição é uma forma de autoconservação que, portanto, deve ser animada por uma equipe, por pessoas que coloquem aí algo de si próprias [...]. Eu creio que o verdadeiro dever, o compromisso com a desinstitucionalização, deve cuidar do pessoal e do enfermeiro, em particular. Os enfermeiros são institucionalizados, são eles que devem ser desinstitucionalizados.

Da mesma forma que Viganò (2012) privilegia o enfermeiro como o profissional que deva ser cuidado para ser desinstitucionalizado, ou seja, liberto do discurso normativo da instituição que impossibilita a enunciação do sujeito de desejo, privilegamos o trabalho com as ACS. Essa escolha não foi aleatória, foi uma escolha por demanda delas mesmas. Destaco essa questão porque aí encontramos a contribuição da psicanálise, ou melhor, do discurso do analista operando na clínica da saúde mental no Território. O discurso do analista para ser operante deve estar centrado em torno de um vazio real de saber-poder. Para o analista, a instituição é o lugar da obra, na qual se institui o sujeito do discurso (ou melhor, no discurso). Por essa razão, Lacan não quis fundar a sua escola sobre um, mas sobre o objeto posto em jogo nos pequenos grupos.

O pequeno grupo das ACS foi o lugar da obra no qual o discurso do analista contribuiu para o movimento do grupo pelos labirintos de suas falas. Lembremos que o grupo foi delimitado por dois tempos significativos: o primeiro, quando se falava dos casos difíceis da comunidade que apresentavam sofrimento psíquico e/ou transtornos mentais; e o segundo, quando, por solicitação das próprias ACS, centrou-se em falar delas mesmas, suas histórias, seus sofrimentos, enfim, a vida em comunidade. Esses dois tempos vividos no transcorrer

do processo de intervenção grupal foram sustentados por uma ambiência transferencial, a qual pôs o grupo a trabalhar com a própria subjetividade.

Em nosso entender, essa ambiência foi o que facilitou e possibilitou a passagem do primeiro para o segundo tempo da experiência grupal. Uma passagem significativa, pois revela o tempo no qual se falava do outro (do outro da comunidade e em sofrimento psíquico) para o outro de si mesmo, a saber, o outro estrangeiro, que habita o sujeito e se revela nos troços do discurso: o outro/inconsciente. Nesse tempo, embora as narrativas das ACS fossem escutadas sem o objetivo de aprofundar nas histórias individuais – privilegiou-se o plano da horizontalidade discursiva do grupo reflexivo –, puderam-se constatar nessas narrativas as identificações com o sofrimento do outro comunitário, as angústias paralisantes diante das situações difíceis vivenciadas e, conseqüentemente, as atitudes defensivas utilizadas para se relacionar com essas situações. Não obstante essas questões, o grupo também refletia sobre alternativas criativas ao enfrentamento do mal-estar e do sofrimento psíquico delas próprias e do outro, especialmente os outros do grupo. A disposição, inclinação e solidariedade dirigidas ao outro durante o grupo foram amplamente observadas, assim como o cuidado que as ACS tinham na continuidade da existência do próprio grupo.

Cuidar dos vínculos afetivos no trabalho era também uma condição facilitadora para a experiência da saúde psíquica no cotidiano da realidade familiar e social de cada uma. Interessa destacar que a reconfiguração dos objetivos do grupo teve um efeito direto na posição do pesquisador que, valendo-se da sua escuta analítica, pôde utilizar-se dela no manejo do grupo. Nesse sentido, enfatizamos que o método da pesquisa possibilitou um endereçamento para além do que preconiza

Thiollent (2001), quando afirma, conforme nos referimos, que o método supõe uma participação e o envolvimento dos interessados (pesquisador e pesquisados) na organização da pesquisa e na sua ação, ampliando a consciência dos pesquisados.

Um endereçamento para além desses descritos por Thiollent pensamos ser possível quando o próprio método favoreceu o pesquisador valer-se do discurso analítico para manejar e interpretar as demandas das ACS. Não seria esse fato significativo no momento da escolha de um método a ser aplicado nas pesquisas/intervenções entre as equipes de saúde mental no Território? Uma metodologia que pela sua lógica esburacada, aberta ao inusitado da experiência, produz algo de novo e necessário na tessitura dos nós na rede de cuidados em saúde mental. Como circular pela rede de serviços substitutivos em saúde mental, pelas comunidades adscritas das USF, com suas particularidades na forma de sofrer e viver, se as equipes não instituírem um espaço de cuidado para elas mesmas com o objetivo de que se produza um discurso que anime esses profissionais a continuar circulando pelo Território? Nessa direção, lembramos mais uma vez da contribuição de Viganò (2012, p. 80), quando afirma:

A rede não produz nada. A rede é *Internet*. O modelo de toda rede é a *Internet*. A *Internet* nunca curou ninguém porque não tem um sujeito *Internet*. A rede é uma possibilidade de circulação. O problema é como a equipe viaja na rede, se a usa para criar o parceiro do paciente, ou se a usa simplesmente para fazer o próprio percurso.

Se o trabalho no Território é preconizado pela lógica em rede, o problema que se coloca é como criar uma equipe com

uma atitude ética marcada por uma posição pedagógica sem o saber, ou seja, uma equipe que possibilite um lugar vazio para acolher o saber do paciente ou do outro comunitário. Esse desafio está posto aos profissionais que trabalham no campo da saúde mental inspirados em desenvolver uma clínica ampliada, conforme lembra Campos (2012), ao afirmar que a clínica ampliada é uma clínica que envolve as diversas dimensões do sujeito: social, biológico, subjetivo, histórico. “Assim clínica ampliada seria a que incorporasse nos seus saberes e incumbências a avaliação de risco, não somente epidemiológico, mas também social e subjetivo, do usuário, ou grupo em questão” (Campos, 2012, p. 101). A autora continua refletindo que, para desenvolver esse tipo de clínica preconizada no campo da saúde pública e da saúde mental, é necessário um trabalho de equipe que deva acontecer como uma nova práxis. Tal práxis envolve, dentre outras coisas, considerar o sujeito singular em seu contexto comunitário e metodologias de trabalho e pesquisa que contribuam na efetiva experiência dessas práticas terapêuticas ampliadas.

Dessa forma, apostamos que outro endereçamento do método da pesquisa-ação é contribuir em ações práticas que revelem os impasses, as dificuldades e alternativas ao trabalho dos profissionais da saúde da família, especialmente aqueles que cuidam dos comunitários em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental. E, ainda, que favoreça aos profissionais da saúde mental no Território – e, em especial, às ACSs – o uso mais eficiente dos dispositivos da clínica ampliada destinada ao cuidado dos sujeitos psicóticos que antes se encontravam institucionalizados e agora precisam circular no Território com sua forma singular de existir.

considerações finais

O trabalho grupal desenvolvido com as ACS pela metodologia da pesquisa-ação tem sido objeto de investigação e de compreensão da realidade do Território onde elas habitam e trabalham. A noção de Território é invariavelmente discutida entre os profissionais que trabalham no campo da saúde mental, e é nele que as intervenções ocorrem. Isso passou a ser possível mediante o movimento da Reforma Psiquiátrica, que descentrou e deslocou as intervenções terapêuticas antes reduzidas ao hospital psiquiátrico para o espaço/lugar complexo da realidade social e comunitária – o Território.

Muitos desafios são vividos e esperados ao longo desse deslocamento lógico proposto pela Reforma. Desafios esses enfrentados pela clínica psicossocial e, especialmente, pelos profissionais da saúde mental. Constatar os desafios enfrentados pelos serviços substitutivos em saúde mental e seus profissionais na organização e efetivação de uma rede de cuidado e acolhimento ao sujeito em sofrimento psíquico, e/ou com transtorno mental, favoreceu a motivação e a criação de estratégias direcionadas ao profissional que trabalha na atenção primária à saúde.

As USF são constituídas por diversas ações dirigidas à saúde integral dos comunitários de uma determinada área adscrita. Dentre essas ações, muitas estão voltadas para o campo da saúde mental. Observou-se que, dentre os profissionais da atenção primária, as ACS se destacam com suas características, tanto no que se refere às funções desempenhadas por elas quanto por desenvolverem suas funções de trabalho em uma mesma área territorial e comunitária que habitam.

Diferentes estudos (Jardín; Lancman, 2009; Simões, 2009; Resende et al., 2011) discutem a vulnerabilidade das ACS

pelo fato de trabalharem na mesma comunidade onde vivem. As demandas que chegam para elas vindas dos comunitários e usuários envolvem a problemática nas áreas da Saúde e do Social. Muito do que é solicitado pelos comunitários está para além das possibilidades concretas de resolutividade e isso se configura como campo de tensão, frustração e angústia por parte das ACS. Nesse contexto, as ACS também sentem dificuldades em lidar com as situações específicas relacionadas com o campo da saúde mental.

Observou-se que a metodologia da pesquisa-ação contribuiu para a criação de estratégias de cuidado voltadas para as ACS. Tal metodologia, além de articular pesquisa e intervenção, favorece os processos de subjetivação do público-alvo, no caso das ACS. Isso tem consequências significativas na qualidade do envolvimento desses profissionais, em suas atividades de trabalho, lazer e autocuidado. Refletir sobre si mesmos, em situação de grupo, foi possível porque a própria metodologia descrita possibilita uma abertura ao inusitado do encontro entre os pesquisadores e os pesquisados.

O pesquisador, utilizando uma escuta aberta ao desejo do outro (pesquisado), atendeu à demanda desse outro, quando, em uma convocação referida por uma ACS, conforme apresentado acima, sugere-se o estabelecimento de um grupo para falar sobre essa solicitação/convocação. Foi a partir da escuta desse outro e do estabelecimento de um espaço/lugar instituído que as vozes das ACS se entrelaçaram em uma teia discursiva. Dessa teia discursiva, produziu-se um espaço em que desejo, pensamento e ação dialetizaram, permanentemente. Os destinos dessa intervenção foram a criação de práticas no grupo pesquisado e a produção científica por meio de artigos e da divulgação dessa experiência em diferentes espaços de transmissão do saber.

Referências

- BRODSKY, G. *Short story: os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- CAMPOS, R. O. *Psicanálise e saúde coletiva: interfaces*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- FIGUEIREDO, L. C. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009.
- FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. C. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.
- JARDIN, T. A.; LANCMAN, S. Aspectos subjetivos do morar e trabalhar na mesma comunidade: a realidade vivenciada pelo agente comunitário de saúde. *Interface*, v.13, n. 28, p. 125-133, 2009.
- KAËS, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: KAËS, R. et al. (Org.). *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 1-39.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- RESENDE, M. C. et al. Saúde mental e ansiedade em agentes comunitários que atuam em saúde da família em Uberlândia (MG, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 4, p. 2115-2122, 2011.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SIMÕES, A. R. O agente comunitário de saúde na equipe de saúde da família: fatores de sobrecarga de trabalho e estresse. *Revista de Saúde Pública*, v. 2, n. 1, p. 7-8, 2009.
- SOUTO, S. Delírio e sintoma: a loucura de cada um. In: GLAZE, A.; BARROS-BRISSET, F.; MONTEIRO, M. E. D. (Org.). *A saúde mental para todos, não sem a loucura de cada um: perspectivas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Wak, 2011. p. 175-184.

SOUZA, A. *Os discursos na psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 82-103.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VIGANÒ, C. Da instituição ao discurso. *Mental*, ano 4, n. 6, p. 33-402, 2006.

VIGANÒ, C. A construção do caso clínico. In: ALKMIM, W. D. (Org.). *Carlo Viganò: novas conferências*. 2. ed. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

VIGANÒ, C. Trabalho em equipe na rede: a enfermeira e a instituição parceira. *CliniCAPS*, v. 3, p. 1-22, 2007.

filicídio institucionalizado: a escuta de um projeto de redução da idade penal

Samanta Antoniazzi e Amadeu de Oliveira Weinmann

Ao abordar o filicídio na teoria psicanalítica, parece relevante perguntar que espaço foi concedido a esse conceito na teoria freudiana. O tema do parricídio já aparece na *Carta 71* a Fliess, quando Freud (1897/2006b) começa a esboçar o complexo de Édipo, e segue sendo teorizado ao longo dos escritos freudianos como uma das peças fundamentais na engrenagem da conflitiva edípica. O conceito filicídio não aparece nos escritos de Freud. O desejo do filho de matar o pai possui espaço na teoria freudiana. Mas, e o desejo dos pais de matarem os filhos? Por que o parricídio assumiu tamanha relevância na psicanálise e, ao filicídio, foi relegado um papel secundário?

Na leitura freudiana do mito edípico, encontramos um Édipo desejoso do amor de sua mãe e da morte de seu pai. Está na *Carta 71* o filho atormentado pela obscura lembrança de que ansiou matar o pai em razão de sua paixão pela mãe.

A partir da proximidade dessa Carta com a *Carta 69* (Freud, 1897/2006a), escrita um mês antes, pode-se pensar na importância que Freud estava colocando em sua mais nova descoberta: a força da fantasia.

O mito de Édipo revela as fantasias de um filho quando, ainda em Corinto, ao descobrir sua sentença, decide abandonar a casa dos pais para não cometer seu delito/destino. A sina, contudo, é mais forte que seus intentos: a fantasia torna-se ato e o parricídio e o incesto efetuam-se. A questão que se coloca é: de onde vem essa sentença/destino? No mito edípico, a sentença vem de um delito que, antes de Édipo nascer, seu pai, Laio, cometeu. É o delito de um amor proibido, de um gozo que se dá em uma paixão que ofende a hospitalidade de Pélops, já que Laio rapta seu filho quando Pélops estava a lhe proteger em sua corte. A partir desse rapto, dá-se a sentença de que, caso Laio viesse a ter um filho, este o mataria (Brandão, 1995).

Esse início da história de Édipo parece remeter ao pai primevo, descrito por Freud (1913/2013), em *Totem e tabu*. O ato parricida se dá pela união dos filhos para destronar o pai de um puro gozo, dotado de poder para desposar todas as mulheres e expulsar ou matar os filhos. Pode-se pensar que, tanto no mito edípico quanto na horda primeva descrita em *Totem e tabu*, o filicídio se apresenta antes do parricídio e, de certa forma, sustenta o ato parricida. É pelo delito de Laio que Édipo é sentenciado; pela violência e puro gozo do pai primevo, os filhos se unem para destroná-lo. É evidente que o desejo incestuoso está em jogo no ímpeto de matar o pai, mas não teria o filicídio participação no desejo parricida?

A partir deste interrogante, o conceito de filicídio é investigado em escritos psicanalíticos sobre esse tema e propomos uma leitura metapsicológica desse conceito com base na teoria freudiana. Por filicídio, entende-se o caráter mortífero da não

incidência da castração parental, ao longo do processo de constituição narcísica da criança. Na esfera da cultura, a impossibilidade de dialetizar os lugares de pais e filhos pode ser evidenciada na ameaça que uma velha geração percebe em uma nova, tomando-a como parricida, de forma a autorizar atos de barbárie.

O mote desta investigação é o encontro entre o Édipo trágico – destinatário do crime de seu pai – e o tema da redução da idade penal no Brasil. A ligação desses temas decorre de uma cena atual da política brasileira. São inúmeras as propostas para reduzir a idade penal ao longo da história do Brasil. Porém, em 2014, ano de eleições presidenciais, o tema assumiu os debates políticos e da opinião pública como um dos grandes divisores dos partidos que concorriam à presidência da República.

Neste cenário, a ideia de tomar a proposta de redução da idade penal como dispositivo para pensar o filicídio na cultura ocorreu-nos a partir da leitura de um texto publicado na página do Facebook do Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo (2014). Nele, constava o posicionamento do parlamentar frente aos candidatos à presidência, no segundo turno das eleições, e os comentários que se seguiam a este escrito. Freixo (2014) não fazia parte de nenhum dos partidos dos presidencialistas e colocava a questão da redução da idade penal como eixo de seu posicionamento:

A redução da maioria representa um maior encarceramento da juventude pobre e preta das favelas e periferias. Ela confunde Justiça com vingança, e reforça um ciclo cruel de violência. A medida não representa qualquer avanço para superarmos os problemas com Segurança Pública. O governo tem que trabalhar para colocar a juventude no banco das escolas, não no banco dos réus.

Nos comentários a respeito deste posicionamento, a expressão “filho morto” insistia em aparecer, acompanhada de um enlace entre, de um lado, Estado e sujeitos em questão na redução da idade penal e, de outro, entre pais e filhos. O perigo que a não penalização do sujeito em questão na redução da idade penal implicava acabava por ser sempre a morte de um filho, seja dos comentadores – que temiam que seus filhos fossem mortos –, seja do próprio deputado, que acabaria por reconhecer o equívoco de sua posição, caso um filho seu fosse assassinado por um desses “delinquentes”. Portanto, restava sempre um filho morto, justamente na discussão de um tema que trata da infância e adolescência no Brasil.

Para pensar o enlace entre filicídio e propostas de reduzir a idade penal no Brasil, tomamos como material de investigação os escritos favoráveis à redução da idade penal que tiveram grande repercussão nas plataformas virtuais nos anos de 2014 e 2015, bem como a justificativa do Projeto de Emenda à Constituição (Brasil, 1993), que propõe reduzi-la de 18 para 16 anos, aprovada na Câmara dos Deputados, em 2015, e, atualmente (2016), em tramitação no Senado Federal.

O enfoque metodológico é o psicanalítico, pois entendemos que este não se efetiva somente em pacientes no divã, mas também em produções culturais, mediante a escuta do inconsciente nas tramas do discurso social. Para tanto, tomamos como referência o texto “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen”, já que nele identificamos – a partir da forma como Freud (1907/1986b) opera sua escuta – a torção necessária para que o método clínico possa ser utilizado na leitura de um texto da cultura.

A escuta desse material evidencia elementos que insistem ao longo dos textos: o *tempo* é um aspecto que marca as justificativas de reduzir a idade penal; os termos *pais e filhos* se repetem enlaçados com as discussões acerca do papel do

Estado; diferentes *nomes* são articulados para designar o sujeito em questão na redução da idade penal; e diversos *personagens* são enunciados e tomados para análise como possíveis alegorias do que os textos estão tratando. A análise destes elementos nos leva a pensar em algo de originário que vincula a história do Brasil ao filicídio. Com base na noção freudiana de *construção em análise*, nomeamos *cena originária* a hipótese de que o processo civilizador, em nosso país, é indissociável de um ato bárbaro: o filicídio. O filicídio, que se mostra nas entrelinhas das justificativas de reduzir a idade penal, traz à tona o período colonial brasileiro: os intercâmbios sexuais entre senhores e escravos, o destino mortífero dos filhos desses intercursos e a repetição de uma violência originária, que mira sua máquina de extermínio no jovem negro e pobre.

filicídio

Insuportável é a morte da criança: ela realiza o mais secreto e o mais profundo de nossos anseios. (Leclaire, 1977, p. 10)

No artigo “Por que Édipo matou Laio?”, Devereux (1953) aponta para as escassas referências dadas, nos escritos psicanalíticos, ao complexo de Laio e de Jocasta, aos componentes sádicos e homossexuais neles contidos. O autor supõe que essa ausência esteja ligada à necessidade dos adultos de colocarem a responsabilidade pelo complexo de Édipo na criança, para não se depararem com as fantasias parentais que introduzem tendências edípicas no infante. Em *Mata-se uma criança*, Leclaire (1977) relaciona tal escassez à dificuldade que é abordar um assunto insuportável. O autor observa que todo bom analista

está familiarizado com o desejo de morte dos pais. O parricídio já possui seu lugar na psicanálise. Mas, e matar os filhos?

O filicídio como conceito psicanalítico foi elaborado pelo psicanalista Arnaldo Rascovsky, que se torna pioneiro ao pensá-lo teoricamente. Rascovsky escreve, em 1974, o livro *O filicídio*, em que trabalha esse conceito por meio de uma leitura do texto freudiano *Totem e tabu*, relacionando-o a um estudo antropológico, no qual mapeia elementos para pensar o filicídio articulado às proibições fundamentais da cultura: as do parricídio e do incesto. Nesse sentido, o autor situa o desejo filicida como uma característica da espécie humana e acrescenta que ele está diretamente ligado ao desenvolvimento do processo sociocultural.

O sacrifício dos filhos seria o método e o preço necessários à passagem da organização individual e endogâmica à organização social e exogâmica. Rascovsky (1974) sustenta essa afirmação a partir da recorrência da morte dos filhos nos ritos de iniciação, postulando que o sacrifício do filho é algo do homem primitivo e do primitivo do homem. A partir desse estudo, questiona a ênfase dada por Freud ao parricídio em uma história que inicia com a violência paterna. Em termos metapsicológicos, situa o parricídio como uma identificação da criança com a prévia atitude agressiva dos pais, sendo a consequência, não a causa da conduta filicida. O autor também articula o filicídio à interdição do incesto, uma vez que esta teria tido na imolação infantil sua forma primordial.

Em data próxima à publicação de Rascovsky, encontramos o texto *Mata-se uma criança*, de Serge Leclair (1977). Embora o escrito de Leclair não se proponha a trabalhar com o conceito de filicídio, a reflexão que o autor faz a respeito do espaço concedido à morte da criança na teoria psicanalítica, entrelaçada com a escolha freudiana pelo parricídio, parece entrar em ressonância com o texto de Rascovsky e com a questão que

este trabalho se propõe a pensar, isto é, o estatuto teórico do filicídio na teoria psicanalítica.

Leclaire (1977) afirma a concepção de uma criança maravilhosa, que seria o núcleo narcísico de cada sujeito, Eu Ideal apresentado por Freud (1914/2004), em “À guisa de introdução ao narcisismo”. O trabalho da análise seria buscar matar a criança ideal que nos constitui, mesmo que jamais seja possível matá-la completamente. Para Leclaire, em algum momento da análise cada analisante deverá empreender esse assassinato, já que permanecer alienado a essa criança maravilhosa seria morrer em vida. Tomando as elaborações de Leclaire para pensar o filicídio, pode-se propor que a morte da criança maravilhosa é estruturante de um sujeito desejante, pois opera um corte na alienação ao desejo parental. Em contrapartida, a perpetuação da identificação à criança ideal é mortífera. Nessa perspectiva, o filicídio consiste em um efeito da não incidência da castração na instância parental.

A partir desta leitura, parece que encontramos novos elementos para pensar o filicídio, relacionando-o aos conceitos de narcisismo primário e de castração. A morte em vida colocada por Leclaire, advinda da fixação no desejo parental constitutivo do narcisismo primário, aponta para algo de mortífero na alienação ao Eu Ideal, alienação esta que, como Freud sugere em *À guisa de introdução ao narcisismo*, é fundante do psiquismo. Na medida em que o desejo parental não é barrado, a identificação ao Eu Ideal torna-se mortífera. A não incidência da castração nos investimentos libidinais constitutivos do narcisismo primário é filicida.

Em leituras mais recentes do conceito de filicídio, retomam-se as articulações entre esse e o problema da passagem da barbárie à civilização. No texto “Reflexiones sobre el rumbo paterno y el filicidio”, Kantor (2009) faz uma leitura de *Totem e tabu*, da qual decorre que as leis do totemismo proíbem o par-

ricídio, o incesto e o filicídio. Assim como Rascovsky (1974), o autor situa o filicídio nas origens do processo civilizatório, mas o coloca como uma consequente proibição que a cultura estabelece, não como o preço que esta cobra para manter a lei da exogamia. Para Kantor (2009), a partir do totemismo deixamos como espécie de usurpar o poder via assassinato do pai ou de prolongá-lo matando os filhos. De acordo com esse psicanalista, a interdição do incesto teria engendrado a exogamia, a do parricídio, a devoção religiosa e a do filicídio, a lei da herança.

Paneraí (2006) elabora sua concepção de filicídio a partir do estudo do texto de Rascovsky (1974) e de *Totem e tabu*. A autora pensa o totemismo – a adoração do pai morto – como podendo ser uma forma de silenciar o filicídio e, desse modo, permitir que ele continue a ser praticado, em uma identificação com o pai tirânico. Nesse sentido, postula que todas as formas de perpetuação do filicídio dependem de uma idealização das figuras de poder, de forma direta, em relação aos pais, ou simbólica, nas figuras hierárquicas, na pátria, etc. Educa-se para evitar o parricídio, sem que se perceba a submissão implicada nesse processo. A autora ressalta a mãe gentil do Hino Nacional Brasileiro, que encaminha os filhos à própria morte: “verás que um filho teu não foge à luta, nem teme, quem te adora, a própria morte”. Para Paneraí (2006, p. 26), na cultura “mata-se primeiro o filho, ou, o que seria uma forma atenuada, as ideias do filho, em uma das formas mais graves de violência – a violência ideológica”.

Nessa perspectiva, a civilização repousa sobre a necessidade de reprimir os jovens, em uma tentativa de conter suas forças parricidas. Porém, a autora observa: “o cristianismo, a morte do filho na cruz, decreta a lei cujo conteúdo latente é a permanência do filicídio em troca do processo civilizador – um engano milenar” (Paneraí, 2006, p. 28). O texto de Paneraí parece acrescentar aspectos importantes para pensar o filicídio na

cultura, propondo-o para além das relações entre pais e filhos – questão que Rascovsky já havia tocado – e considerando-o como um efeito de uma cultura que encontra no filicídio a garantia de que não sofrerá o parricídio.

Assim como Panerai, Maltz et al. (2008) também articulam o filicídio às relações de poder entre as gerações e situam no desamparo humano o início do poder de um outro – afirmado no texto na figura dos pais – de quem o bebê humano depende totalmente. A situação em que a criança se encontra ao nascer possibilita que os pais a utilizem a serviço de suas demandas narcísicas. Nesse sentido, os autores propõem que a relação mãe-bebê é permeada pelos conteúdos maternos inconscientes, que precisam ser negociados para que uma existência seja possível à criança. Tal perspectiva assemelha-se à de Leclaire (1977), que localiza algo violento no narcisismo primário. Em sintonia com esses autores, Borges e Paim Filho (2009) também pensam o filicídio ligado às demandas narcísicas dos pais. Os autores retomam o conceito de identificação primária e postulam que o filicídio decorre da perpetuação da ligação da criança ao desejo parental de plenitude. Em “Sobre o filicídio: uma introdução”, Borges e Paim Filho (2014) realçam que a alienação ao desejo parental implica o compromisso do filho de desmentir a castração dos pais – do que decorre seu caráter mortífero.

No que nos concerne, pensamos metapsicologicamente o conceito de filicídio a partir das duas vertentes tomadas pelos trabalhos mencionados acima. Por um lado, uma reflexão sobre os fundamentos da cultura, sustentada na leitura de *Totem e tabu*. Por outro, uma reflexão sobre a constituição do sujeito, inspirada em “À guisa de introdução ao narcisismo”. No que diz respeito ao primeiro ponto, assumimos a formulação de Rascovsky (1974) de que o filicídio é logicamente anterior ao parricídio. No entanto, divergimos desse autor e, em sintonia com Kan-

tor (2009), afirmamos que a interdição do filicídio, não sua realização, é condição da civilização. Além disso, também discordamos das articulações que Rascovsky propõe entre filicídio e incesto. Se o pai primordial é filicida e incestuoso, parece coerente pensar que a produção de cultura se sustenta nessa dupla interdição. No que tange ao segundo ponto, endossamos as proposições de Leclair (1977), Maltz et al. (2008) e Borges e Paim Filho (2009, 2014). Todas elas realçam o caráter filicida da não incidência da castração no desejo parental constitutivo do narcisismo primário, de que decorre a identificação à criança ideal. Em outras palavras, as demandas narcísicas dos pais, quando não conhecem limites, são mortíferas.

Panerai (2006) introduz outro problema, nesse debate. A autora salienta a existência de uma tendência cultural conservadora, de acordo com a qual a velha geração toma como paricida o advento de uma nova. Disso decorre uma exaltação do pai morto, operada de modo a tornar tolerável o filicídio. No entanto, parece importante perguntar: de que pai estamos falando? O pai do totemismo é simbólico e, portanto, inscreve-se em um registro distinto do pai da horda primitiva – pai de puro gozo, diante do qual os outros só podem estar em posição de objeto. A partir das formulações de Panerai, podemos pensar que a rigorosa distinção conceitual entre pai totêmico e pai da horda, fundamental para as análises psicanalíticas da cultura, não impede que essa diferenciação vacile, isto é, que ela seja incerta, instável, suscetível de dissolução. Nesses momentos, a interdição do parricídio pode revelar uma face filicida. E isso porque as relações entre barbárie e civilização são tensas. Entre elas, há interpenetração e mútuo pertencimento, tanto quanto diferenciação ou oposição, como nota Benjamin (1987), em “Sobre o conceito da história”. Se podemos falar em desejo filicida, é porque o filicídio é interdito. Por esse motivo, ele é

um fantasma que assombra, permanentemente, os projetos civilizadores. Nosso conceito de filicídio alude a um pai não castrado que, há qualquer momento, pode retornar à cena.

pontes verbais

O material empírico desta investigação é o Projeto de Emenda à Constituição nº 171 (Brasil, 1993) e textos de defensores da redução da idade penal. O PEC 171/1993 busca alterar a redação do artigo 228 da Constituição Federal, referente à idade mínima para a imputabilidade penal, buscando reduzi-la de 18 para 16 anos. O presente trabalho parte de uma leitura preliminar do PEC 171/1993, a qual suscitou a hipótese de que nesse texto ecoa um desejo filicida. A partir dessa hipótese, busca-se analisar o conteúdo desse PEC, bem como de escritos representativos a favor da redução da idade penal. O trabalho de leitura destes textos é efetuado por meio do que entendemos ser uma escuta psicanalítica das produções culturais. Para tanto, utilizamos “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen”, de Freud, como modelo de análise de um texto.

Pensar a escuta psicanalítica para além da clínica é problemático. No entanto, Freud dá esse salto. Em *A interpretação dos sonhos* e *Psicopatologia da vida cotidiana*, o psicanalista não trabalha com ditos de pacientes, mas também não prescinde das associações dos sonhadores ou dos sujeitos que cometem um lapso ou ato falho. No entanto, como analisar um texto, uma vez que este não responde às interpretações do analista? Dito de outro modo, se a atenção flutuante do analista e a livre associação do paciente, articuladas aos conceitos de transferência e de inconsciente, são as ferramentas primordiais da escuta analítica (Freud, 1912/2006e), de que modo

podemos pensar a pesquisa psicanalítica de uma produção cultural sem que os fundamentos da escuta analítica se extraviem?

Em “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen”, Freud (1907/1986b) nos indica a torção necessária para que o método clínico possa ser utilizado na leitura de uma produção da cultura. No início da parte II desse texto, Freud observa que, para analisar os sonhos presentes no romance *Gradiva*, é necessário um trabalho de preparação. Esta preparação é a mesma utilizada na escuta de pacientes: “averiguar não só as vivências tidas pouco antes do sonho, mas também aquelas de um passado remoto” (p. 35). No comentário freudiano à *Gradiva*, o trabalho preliminar consiste em dissecar o conteúdo da novela de Jensen para, ao tomar em análise um sonho, pensar as associações deste com outros fragmentos do romance. Dessa forma, são realçados no texto os elementos que se remetem uns aos outros – as pontes verbais –, de modo a permitir uma interpretação.

Os sonhos analisados em *Gradiva* referem-se à narrativa de Jensen sobre o personagem Norbert Hanold, que seria o sonhador em torno do qual o texto se organiza. O sonho analisado na parte III de “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen” parece bastante elucidativo dos procedimentos adotados por Freud na escuta de um texto. Inicialmente, Freud (1907/1986b, p. 54) pontua dois episódios que incitam o jovem arqueólogo Norbert Hanold a viajar a Pompéia, cidade onde ocorrerá a produção onírica em questão:

Debruçado em sua janela, crê ver na rua uma figura com o porte e o andar de sua Gradiva; corre atrás dela, apesar do vestuário inadequado, mas não a alcança. [...] De regresso a sua casa, o canto de um canário, cuja gaiola pende de uma janela da casa vizinha, lhe produz o sentimento de que também ele aspira à liberdade em sua prisão.

No entanto, a ida a Roma, Nápoles e Pompéia não altera seu estado de inquietação. Sobretudo, incomodam-lhe os casais em lua de mel e as moscas que pululam nos albergues de Pompéia. Um pensamento o consome: encontrar na cidade soterrada pela erupção do Vesúvio as marcas de sua amada. É a esta procura por Gradiva que Freud (1907/1986b, p. 61) reporta o sonho de Hanold: “em algum lugar do Sol estava Gradiva; fazia um laço com fio de ervas para caçar uma lagartixa e dizia sobre isso: ‘por favor, te mantém imóvel; a colega tem razão, o recurso é realmente bom e ela o tem empregado com sucesso’”. A fim de analisar este sonho, Freud concentra-se em cada um de seus fragmentos, interpretando-os à luz dos elementos textuais a que se remetem.

“Em algum lugar do Sol está Gradiva, caça lagartixas e fala sobre isso”. Esse fio do sonho alude ao encontro com o senhor que caçava lagartixas ao sol, na véspera. No sonho, ele é substituído por Gradiva, que repete suas palavras: “o recurso indicado pelo meu colega Eimer é realmente bom, já o empreguei várias vezes com sucesso. Por favor, mantenha-se imóvel” (Freud, 1907/1986b, p. 61-62). Além disso, o colega Eimer é substituído no sonho de Hanold pela colega anônima e outras modificações são introduzidas no relato. Freud assinala um traço identificatório entre Gradiva e o senhor idoso: “Gradiva caça lagartixas como aquele ancião, conhece como ele a arte de fazê-lo” (Freud, 1907/1986b, p. 62). Ademais, sugere que a colega anônima outra não é senão a moça que usava uma rosa vermelha no vestido, aludindo ao comentário de Zoe Bertgang – a suposta Gradiva – de que as mulheres felizes são obsequiadas com rosas na primavera, enquanto ela recebera de Hanold flores funerárias brancas. Há mulheres que sabem laçar marido.

Outro fio do sonho é puxado por Freud (1907/1986b): a descoberta por Hanold do *Albergo del Sole*, na véspera. É a

ele que alude o fragmento: “em algum lugar do Sol estava Gradiva” (Freud, 1907/1986b, p. 68). Subitamente, o arqueólogo é tomado pela certeza delirante de que o Prof. Bertgang – o senhor que caçava lagartixas – e sua filha Zoe estão alojados no Albergue do Sol. Gradiva não é um fantasma da Antiguidade, mas vive na época de Hanold e é a amiga de infância, que ele viu na rua, e a vizinha, de cuja casa veio o canto do canário que o lançou em viagem a Pompéia. A identificação entre Gradiva e Zoe também se apoia em uma ressonância linguística, como observa o próprio Hanold, no fim da novela: “‘Bertgang’ tem o mesmo significado que ‘Gradiva’ e designa ‘a do andar resplandecente’” (Freud, 1907/1986b, p. 31).

Os elementos que compõem a narrativa de Jensen possuem um enlace, mas este não está dado *a priori*. É necessária uma meticolosa análise da novela para apontar os nexos existentes entre os enunciados do sonho e outros que abarcam a trama da *Gradiva*. E tais conexões decorrem da premissa freudiana da equivocidade da palavra, isto é, de que “os ditos mesmos são sintomas e, como estes, provêm de compromissos entre consciente e inconsciente” (Freud, 1907/1986b, p. 71). É porque constituem formações de compromisso, que os ditos sempre são de duplo sentido. Na análise feita por Freud (1901/1986c) do esquecimento de nomes, em *Psicopatologia da vida cotidiana*, esta questão é ressaltada: há umnexo formal em um lapso, no qual os elementos recordados estão enlaçados por meio de uma associação linguística com os elementos recalçados. Da mesma forma, a noção de pontes verbais é articulada na escuta de Freud (1909/2006d, p. 186), em “Notas sobre um caso de neurose obsessiva”, acentuando que todas as ideias relacionadas ao legado do pai articulam-se “com a ponte verbal *Raten-Ratten*”, por meio da qual os conteúdos inconscientes dessa neurose obsessiva estariam interligados no discurso do paciente.

As pontes verbais não são propostas apenas na leitura de um texto da cultura: elas são o foco da escuta de Freud de um material clínico, de um lapso, de um sonho, etc. Dito de outro modo, elas consistem em um elemento fundamental da sua noção de formações do inconsciente. Disso resulta que a interpretação de um texto não é efeito da análise de seus enunciados, como se o sentido desses fosse unívoco, ainda que encoberto. As associações linguísticas entre distintos elementos do texto, decorrentes da homofonia ou homografia, dos trocadilhos e ditos populares, etc. – enfim, as pontes verbais, cujos pilares repousam sobre a equívocidade da palavra –, constituem o fulcro da análise freudiana de um texto. É com este enfoque metodológico que analisamos textos que propõem a redução da idade penal no Brasil, com o intuito de pensar se são animados por um desejo filicida.

a escuta de um projeto

A presente investigação toma como material de escuta o texto de justificativa do PEC 171 (Brasil, 1993) e quatro escritos representativos favoráveis à redução da idade penal. São eles: “Menores de dezoito anos não sabem o que fazem?”, de Aquino (2015), “Chico Buarque, o guri que se fez o idiota político de Sérgio, faz proselitismo sobre a maioria penal, chafurdando no sangue de inocentes!”, de Azevedo (2015), “A favor da redução da maioria penal já”, de Lucena (2015), e “Morre ciclista esfaqueado na Lagoa: menor assassino é ‘vítima da sociedade?’”, de Constantino (2015). Em um primeiro tempo, faremos um breve resumo do que trata cada um dos textos, para, em um segundo momento, apresentar a análise do que escutamos desses documentos.

uma primeira leitura

O texto de justificativa do PEC 171 começa com um parágrafo contendo a seguinte frase: “o objetivo desta proposta é atribuir responsabilidade criminal ao jovem maior de dezesseis anos”. A partir desta afirmativa, sustenta-se que o critério adotado atualmente pela legislação brasileira para definir a idade penal seria o biológico, já que a idade estaria como o valor maior, “pouco importando o desenvolvimento mental”. Ao longo do texto, a questão do desenvolvimento mental é associada à temporalidade do “ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940”, que definiu “o início da responsabilidade criminal aos 18 anos”. O argumento para a diminuição da idade penal passa a ser trabalhado na perspectiva de que os jovens de hoje não são mais os mesmos dos anos 1940, já que os de outrora da mesma idade possuíam um desenvolvimento mental inferior aos da atualidade. A justificativa central é colocada no acesso à informação que os jovens de hoje possuem, diferentemente dos de antigamente: “hoje, um menor de dezesseis ou dezessete anos sabe perfeitamente que matar, lesionar, roubar, furtar, estuprar etc. são fatos que contrariam o ordenamento jurídico; são fatos contra a lei, em síntese, entendem que praticando tais atos são delinqüentes”. O texto encerra com uma citação de Rui Barbosa de que se deve educar a criança para não ter que punir o adulto. Para os que aí já estão, se espera uma vida transformada, por meio de impeditivos de que sua carreira de crimes continue.

“Menores de dezoito anos não sabem o que fazem?”, de Aquino (2015), coloca a posição a favor da redução da idade penal no argumento de não considerar adolescentes “os jovens de 16 a 18 anos”, visto que “eles sabem o que fazem”. Segundo o texto, não se trata de pensar que, com a modificação na

legislação, a criminalidade reduziria ou mudaria a situação da juventude de periferia. Ao final, a autora pergunta se manter a idade penal de 18 anos protegeria os menores carentes. A resposta é negativa e é afirmado que “talvez fiquem mais protegidos em ‘presídios educativos’ do que abandonados pelos pais, pelos deputados e pelo Estado nas ruas”. Enlaçando a questão do abandono com a redução da idade penal, o escrito encerra com a frase: “nossa pátria não é mãe gentil”.

“Chico Buarque, o guri que se fez o idiota político de Sérgio, faz proselitismo sobre a maioria penal, chafurdando no sangue de inocentes!”, de Azevedo (2015), coloca a posição de Chico Buarque “redução não é a solução” como uma causa adotada pelo “burguesote da morte alheia”, que não se implicaria com a criminalidade no Brasil por “viver em segurança em Paris”. Chico Buarque é comparado com seu pai e é comentado que este “não se orgulharia da irresponsabilidade do filhote”. O texto termina afirmando que Chico Buarque deveria entrar na campanha “adote um menor assassino e faça dele um Rousseau”.

“A favor da redução da maioria penal já”, de Lucena (2015), funda sua posição na necessidade de uma ação que dê um basta na atual situação brasileira, na qual “cidadãos de bem estão testemunhando a vida de suas famílias serem ceifadas de forma cruel, por verdadeiros gigantes no porte físico, mas que se consideram livres de qualquer punição por se considerarem menores de idade”. É proposta a punição, com o argumento de que “sem punição a atos ilícitos nenhuma sociedade pode crescer e ser formadora de opinião”.

“Morre ciclista esfaqueado na Lagoa: menor assassino é ‘vítima da sociedade?’”, de Constantino (2015), apresenta a notícia da morte de um ciclista esfaqueado por “dois menores” na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. A partir desta notícia, o texto aborda a questão da redução da idade penal articulando a

visão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a respeito dos “dois menores” – que, na leitura do texto, seria de “crianças indefesas e inimputáveis” –, em oposição à visão que este escrito propõe, de que seriam “galaláus assassinos”.

tempo de análise

A partir desta primeira leitura, evidenciamos algumas pontes-verbais que insistiram ao longo dos cinco escritos selecionados. O *tempo* norteou a justificativa do PEC e apareceu articulado nos demais textos; todos os escritos trouxeram em sua discussão os termos *pais e filhos*; diferentes *nomes* foram designados aos sujeitos em questão na redução da idade penal; *personagens* diversos foram evocados como possíveis alegorias do que os textos estavam problematizando. Por sua repetição, as tomamos para análise.

Começemos pelo *tempo*. *Crono* nos é apresentado já no início do texto da justificativa do PEC 171/1993: “observadas através dos tempos, resta evidente que a idade cronológica não corresponde à idade mental” (Brasil, 1993). O texto está expondo sua justificativa de reduzir a idade penal de 18 para 16 anos e a afirmativa acima citada coloca-se como o primeiro argumento que embasaria uma noção que se distancia do critério “biológico” e que estaria buscando pensar o “desenvolvimento mental”. O menor de dezoito anos, considerado irresponsável e, conseqüentemente, inimputável, sob o prisma do ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940, quando foi editado o Estatuto Criminal, possuía um desenvolvimento mental inferior aos jovens de hoje da mesma idade.

Embora colocada por meio de uma negação – “a idade cronológica não corresponde à idade mental” –, é justamente a cronologia, “através dos tempos”, que assume grande importância na justificativa adotada pelo texto. A questão do desenvol-

vimento mental é associada à temporalidade do “ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940”. É a este tempo que o texto recorre e é este tempo que fica comparado com a atualidade, e o termo “jovens” aparece para definir que os de hoje não são mais os mesmos dos anos 1940, uma vez que os de antigamente da mesma idade possuíam um desenvolvimento mental inferior aos da atualidade. Da mesma forma, o relato traz o tempo novamente quando articula o que se colocaria como diferença entre o jovem de antigamente e o de hoje, com a seguinte consideração: “enfim, a própria dinâmica da vida, imposta pelos tortuosos caminhos do destino, desvencilhando-se ao avanço do tempo veloz, que não pára, jamais”. Esta frase está associada no escrito com a justificativa de que o jovem agora tem mais informação, mais conhecimento. Entretanto, ela parece solta desses argumentos, em uma espécie de *einfall*,² algo que escapa do que o texto se propõe a trabalhar. O tempo, que até agora só havia encontrado Crono em sua conexão, esbarra no termo *caminhos do destino*. Elementos clássicos da mitologia grega. Mas que relação essa mitologia teria com a justificativa de um PEC? Busquemos Crono.

Na mitologia grega, Crono é filho de Urano, um pai que, tão logo nasciam os filhos, devolvia-os ao ventre materno pelo temor de ser destronado por um deles. Filho caçula, é o único que decide aceitar o pedido de sua mãe, Geia, de auxiliá-la a vingar-se e libertar-se do esposo. Geia entrega-lhe uma foice e quando Urano, ávido de amor, deita-se à noite sobre a esposa, Crono corta-lhe os testículos. Urano se separa de Geia e Crono ocupa seu lugar, casando-se com a irmã, Reia. Porém, depois

2 *Einfall* é uma palavra alemã que “remete a algo súbito e inesperado, tal qual uma ideia que ‘ocorre’”, utilizada nos textos freudianos, “no contexto de fluxo de ideias que vão ocorrendo e sendo verbalizadas pelo paciente em sessão” (Hanns, 1996, p. 171).

que Crono se apossou do governo do mundo, “converteu-se num déspota pior que o pai” (Brandão, 1986, p. 210). A partir da informação que recebeu de Urano e Geia, “depositários da *mântica*, do conhecimento do futuro” (p. 210), de que seria destronado por um dos filhos, Crono passou a engoli-los, à medida que iam nascendo. O tempo e as gerações permeados pelo filicídio: “Crono devora, ao mesmo tempo que gera” (p. 208).

Uma das frases, em meio a tantos argumentos que colocam o “jovem de hoje” como mais livre, afirma a “emancipação e independência dos filhos cada vez mais prematura”. A palavra “prematura” parece estar de acordo com a justificativa do PEC quanto a uma maturidade antecipada. Porém, a mesma palavra é utilizada na língua portuguesa em referência a filhos que nascem antes do tempo, necessitando de cuidados especiais por sua vulnerabilidade. Ainda, é nesta frase que o termo “filho” aparece no texto, nessa espécie de independência e de emancipação antes da hora.

A questão da diferença de tempos entrelaçada com a diferença de gerações também aparece em “Chico Buarque, o guri que se fez o idiota político de Sérgio, faz proselitismo sobre a maioria penal, chafurdando no sangue de inocentes!”. Torna-se evidente a temática da impossibilidade de dar conta dessas diferenças já no início do texto, que informa que Chico Buarque é “o velhote de anteontem que pretende ser o eterno guri do pensamento politicamente correto”. Essa frase alude ao discurso de Caetano Veloso no Festival Internacional da Canção de 1968, aos jovens que ali o vaiavam: “matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem”, colocada no texto para ironizar o posicionamento político de Chico Buarque. Os tempos se misturam e aparece esse velhote de anteontem que pretende ser o eterno guri. Quando pensamos em filicídio, a impossibilidade de dialetizar os diferentes tempos é evidente. O filho é tomado

como uma ameaça ao eterno guri dos desejos paternos. A passagem do tempo é considerada insuportável. O velhote inimigo ameaça e deve ser morto por meio da morte do guri que denuncia sua inevitável chegada.

Essa relação entre o tempo e o filicídio fica ainda mais evidente quando o texto apresenta em seus elementos os termos *pais e filhos*: “Sérgio Buarque – este, sim, um intelectual, ainda que de esquerda – não se orgulharia da irresponsabilidade do filhote. ‘Olha aí, é o meu guri, olha aí...’”. Ainda na mesma temática, o sujeito em discussão na proposta de redução da idade penal é colocado no lugar de filho, quando o autor afirma que Chico Buarque deveria entrar na campanha “adote um menor assassino e faça dele um Rousseau”. Temática que se repete em todos os textos a favor da redução da idade penal aqui analisados.

O artigo “Menores de 18 anos não sabem o que fazem?” inicia abordando a relação entre pais e filhos:

Eles sabem manejar uma arma, sabem dirigir, podem votar, transam, fazem filhos, não se sentem mais na obrigação de obedecer aos pais. Mas não sabem que tirar uma vida deixa crianças órfãs e pais destruídos. Você acredita nisso? [...] se os pais são criticados quando os infantilizam, a lei também não deveria. Passar a mão na cabeça, tratá-los como incapazes de discernir o certo do errado nem faz jus às “competências” da rapaziada de 16 anos. Eles detestam ser tratados como criancinhas. Quando convém.

A lei deve tratar os jovens como os pais deveriam tratar os filhos. Há uma equivalência entre pais e lei: novamente, encontramos o tema da redução da idade penal entrelaçado na relação pais e filhos. No final do texto, esta relação torna-se ainda mais evidente, quando o título de mãe não gentil é atribuído à “nossa pátria”, justamente no momento em que o escrito traz as

condições que um jovem brasileiro encontra em seu país: “em que lugar – dentro ou fora de cadeia – o Brasil protege os adolescentes? Ou os bebês, as crianças e suas mães?”.

Em “A favor da redução da maioridade penal já”, novamente o sujeito em questão é posto no lugar de filho. Em um primeiro tempo, o texto comenta que “essas pessoas” passam por cima de qualquer um, “até mesmo dos próprios pais, cometendo as mais terríveis atrocidades contra os mesmos”. Já em um segundo momento, a relação entre pais e filhos é inserida no questionamento que o escrito faz a respeito da educação que os pais vêm dando a seus filhos, em função de um poder público que falha em proteger os “cidadãos de bem” – como se a relação entre o Estado e os cidadãos replicasse a existente entre pais e filhos.

O texto da justificativa do PEC articula os termos “filho” e “pais” com questões relacionadas à família e ao poder público. É afirmada a cumplicidade e “vista grossa” dos pais, autoridades judiciárias e policiais no usufruto dos jovens de certos direitos, que legalmente não lhes seriam permitidos. Os direitos referidos vão desde dirigir automóvel até assistir peças teatrais consideradas impróprias, terminando com “a constituição de família sem as mínimas condições de mantê-la”. A questão da família aparece ainda misturada com a necessidade de ajudar o jovem de 16 anos a “entender a vida como ela realmente é”, porque, caso isso não ocorra, “a prostituição infantil continuará prosperando e os filhos da delinquência continuarão a ser uma realidade crescente”. E aí a questão temporal, a diferença de gerações, mostra-se mais uma vez na pergunta que o texto faz sobre o tipo de pais que teremos daqui há cinco, dez anos, quando encontraremos “as idades menores contaminadas”. O jovem, situado pela justificativa do PEC no lugar de filho, precisa ser punido pelo pai Estado, a fim de não relançar a linhagem dos filhos da delinquência.

Os textos exibem uma série de *nomes* para identificar o sujeito que está em questão na redução da idade penal. As alusões ao lugar de filho são marcantes e insistem, mas diversos outros nomes são utilizados. O nome que mais aparece nos textos é “menor”, não raro especificado como “menor assassino”. O termo menor, na legislação brasileira, tem origem no Código de Menores de 1927. No texto “De ‘criança feliz’ a ‘menor irregular’ – vicissitudes na arte de governar a infância”, Arantes (1999, p. 163) observa que o termo menor é “uma das mais curiosas e perversas distinções encontradas na prática social brasileira”. Souza (2014) ressalta o abismo entre as duas infâncias que o Código de Menores de 1927 apresenta: o “menor” (criança ou jovem em perigo ou perigoso, abandonado, carente, infrator, perambulante) e a “criança” (saudável, que estuda, que tem família e, por isso, não requer assistência especial).³ O termo “criança” aparece nos textos que defendem a redução da idade penal, mas em um viés irônico, ao afirmar que a legislação atual coloca o jovem de 16 e 17 anos em uma posição infantilizada, como “crianças indefesas e inimputáveis”, “criancinhas”, “vítimas da sociedade”.

“Jovens” aparece com frequência, ora para falar dos “jovens de hoje”, ora para distingui-los de “adolescentes”, como “jovens adultos”, ora para dizê-los “jovens bem sucedidos no crime”. Próximo ao “jovem” também são utilizados nomes como “moços” e “rapaziada”. Em poucas passagens encontramos nomeações que não qualificam o sujeito, colocando-o como “indivíduo” e “pessoa”. Há uma série de nomeações, no entanto, que qualificam e parecem mostrar qual a posição dos textos a respeito desses sujeitos: “delinquentes”, “animais”,

³ Ainda que nas discussões sobre a redução da idade penal no Brasil o termo “maioridade” seja utilizado com frequência (redução da maioridade penal), optamos por assumir a expressão “redução da idade penal”, ao longo deste texto, por reconhecermos um caráter discriminatório no termo “menor”, do qual “maioridade” é a contrapartida.

“bichos disfarçados de seres humanos”, “algoz”, “marginais”, “monstros”, “galalau assassinos”, “assassinos”, “gigantes de porte físico”, “laranjas dos chefões”.

“Laranjas dos chefões” surge no texto em associação com a frase “os menores são os cúmplices ideais”, o que aponta para uma posição de submissão do indivíduo aos patrões do tráfico, ainda em uma ideia de passividade daquele que é utilizado pelo outro. Porém, os demais nomes expõem uma direção oposta, que coloca o sujeito no lugar de um “gigante”, “algoz”, de “galalau assassinos”. A figura de um gigante já havia aparecido no texto da justificativa do PEC, na história que situa o sujeito em questão na redução da idade penal no lugar de Davi que, embora jovem e desprovido de recursos, consegue matar o gigante Golias. Porém, em outra referência ao Velho Testamento, situada pouco antes dessa passagem, consta: “aquele que pecar, este morrerá”, em uma alusão à “dimensão de responsabilidade pessoal” que a redução da idade penal poderia proporcionar. Ou seja, o gigante solto deve ser punido – na perspectiva bíblica em que se sustenta a argumentação, morto.

Outra palavra que parece relacionar-se com essa temática é “monstro”, mencionada no texto “Morre ciclista esfaqueado na Lagoa: menor assassino é ‘vítima da sociedade?’”. Este escrito inicia com o depoimento do autor a respeito do sentimento que o leva a escrever: “sob o domínio da raiva”, após acordar e descobrir que o ciclista que havia sido esfaqueado no dia anterior não resistira aos ferimentos e morrera. Seria melhor “respirar fundo”, “contar até dez”.

Nesse ponto, um *personagem* é utilizado para comentar a prudência que o autor sente que deve ter: “Dr. Bruce Banner é mais racional do que o incrível Hulk”. Entretanto, o autor acrescenta: “às vezes precisamos do monstro verde para nos salvar”. O interessante é que, ao longo do artigo, a palavra monstro apa-

rece novamente, mas direcionada aos “menores”: “liberdade de ir e vir, de pedalar tranquilamente em sua cidade sem que dois monstros resolvam te esfaquear?”. Bruce Banner e o Incrível Hulk consistem nas duas faces de um mesmo personagem. A história do Incrível Hulk não está citada no texto, mas, pelo enlace que a palavra “monstro” faz entre o autor e os “menores”, parece importante pesquisar os possíveis sentidos que esse personagem poderia suscitar. Bruce Banner é um cientista que, ao tentar salvar um adolescente de um experimento que envolvia uma bomba Gama, acaba por ser contaminado, o que faz com que passe a ter uma vida dupla, ora é o cientista Bruce Banner, ora é o Incrível Hulk. Mas a vida de Bruce não envolve somente sua transformação no Incrível Hulk. Sua infância é marcada pelo ódio que seu pai, também cientista, sentia por ele. Brian acreditava que seu trabalho com energia nuclear havia afetado seus genes, que teriam sido transmitidos ao filho, de forma a identificar o filho como um monstro (Guedes et al., 2014).

É evidente que a alusão à história do Incrível Hulk não situa o conteúdo do texto nesse enredo, mas parece que aponta para possíveis sentidos a serem pensados. Novamente, encontramos a relação entre pais e filhos e, no mito de origem do personagem, um pai que odeia seu filho e acredita que o mesmo possa ser um mutante, sugerindo que o Incrível Hulk já era um monstro mesmo quando somente Bruce Banner.

Este não é o único personagem que parece aludir à temática do filicídio. Nos diversos personagens que os textos apresentaram, a insistência da morte do filho torna-se explícita. No texto “Chico Buarque, o guri que se fez o idiota político de Sérgio, faz proselitismo sobre a maioria penal, chafurdando no sangue de inocentes!” aparece a figura de Rousseau: “adote um menor assassino e faça dele um Rousseau”.

Os cinco filhos de Rousseau foram abandonados por ele na Casa da Roda. A Roda surge a partir dos séculos XVII e XVIII, quando instituições caritativas passaram a se ocupar do problema das crianças abandonadas por seus pais. Essas instituições eram chamadas de “Casa da Roda”, “Casa dos Enjeitados”, “Casa dos Expostos”, mas esses nomes foram abreviados por “Roda”, devido à adoção de um dispositivo onde as crianças eram depositadas:

A Roda consistia em um cilindro de madeira, incrustado em uma parede de pedra, onde era preso por um eixo vertical que a fazia girar, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças. Tal dispositivo permitia que, do lado de fora, pudesse ser colocada a exposta e, após um giro, esta passasse para dentro do estabelecimento, sem um contato direto entre quem estivesse em seu interior com quem estivesse no exterior, de modo que tanto o depositário quanto o recebedor não pudessem ver-se reciprocamente. Puxava-se então uma corda com uma sineta, para avisar a vigilante, ou “Rodeira”, que uma exposta acabava de ser deixada, e o expositor retirava-se do local, sem ser identificado. (Corazza, 2000, p. 70)

Antes da Roda, as crianças rejeitadas pelos pais, que não eram mortas diretamente por eles, eram deixadas em qualquer lugar: no lixo, em portas de igrejas, nos pátios, em conventos, etc. Esta era a “exposição” de crianças, que consistia em colocá-las à vista, “ofertadas à-vida-à-morte” (Corazza, 2000, p. 60).

No que concerne a Jean-Jacques Rousseau, o paradoxal nessa entrega dos filhos à Casa da Roda é que ele foi um dos expoentes do que o século XVIII denomina educação natural, isto é, a ideia de que os filhos devem ser cuidados pelos próprios pais (Weinmann, 2014). Em *Confissões*, Rousseau

comenta que, em *Emílio*, livro que trata de suas convicções acerca da educação natural, há uma quase confissão pública de seus remorsos com relação ao abandono dos filhos. Rousseau (2008, p. 536) explicita esse remorso:

Aquele que não pode cumprir os deveres de pai não tem direito de vir a ter filhos. Não há pobreza, nem trabalhos, nem respeito humano, que o dispensem de criar seus filhos e educá-los pessoalmente. Leitores, podem dar fé às minhas palavras, predigo que todo aquele que tem entranhas e que negligencia seus deveres verterá lágrimas amargas durante muito tempo e jamais encontrará consolo.

Ainda pensando nos personagens que os textos apresentam, há a menção a Salomão, na justificativa do PEC: “Salomão, no alto de sua sabedoria, dizia: *ensina a criança o caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele*”. Na Bíblia (2002), a sabedoria de Salomão é exaltada no episódio intitulado “Sentença de Salomão”. Conta-se que Salomão, já rei, recebeu duas prostitutas que se colocaram diante dele com o seguinte dilema: as duas habitavam a mesma casa e tiveram filhos em datas próximas. Uma delas acusava a outra de ter roubado seu filho quando da morte do filho da outra, tendo sido colocado em seu colo o filho morto que não era seu: “levantei-me de manhã para amamentar o meu filho e encontrei-o morto! Mas, de manhã, eu o examinei e constatei que não era o meu filho que eu tinha dado à luz!” (Bíblia, 2002, p. 473). As duas mulheres passaram a discutir de quem seria o filho vivo, até que Salomão interveio: “trazei-me uma espada [...] cortai o menino vivo em duas partes e dai metade a uma e metade a outra” (Bíblia, 2002, p. 473). O desenlace da história é assim contado:

Então a mulher, de quem era o filho vivo, suplicou ao rei, pois suas entranhas se comoveram por causa do filho, dizendo: Ó meu senhor! Que lhe

seja dado então o menino vivo, não o matem de modo nenhum! Mas a outra dizia: ele não seja nem meu nem teu, cortai-o! Então o rei tomou a palavra e disse: Dai à primeira a criança viva, não a matem. Pois é ela a sua mãe. Todo o Israel soube da sentença que o rei havia dado, e todos lhe demonstraram muito respeito, pois viram que possuía uma sabedoria divina para fazer justiça. (Bíblia, 2002, p. 473)

A insistência com que se repetem as alusões ao filicídio nos textos de defensores da redução da idade penal não pode ser desprezada. Talvez isso ocorra por o filicídio ser inerente ao processo civilizador, como propõem, cada um a seu modo, Rascovsky (1974) e Kantor (2009). Talvez porque a morte do filho realize o mais secreto e profundo de nossos anseios, como sugere Leclair (1977). No entanto, suspeitamos que o filicídio – entendido nos termos propostos por Panerai (2006), isto é, como o aborto de uma geração pela que lhe antecede, com o intuito de preservar um poder instituído –, no projeto brasileiro de redução da idade penal, tem um importante recorte de classe e étnico.

cena originária

Em *Totem e tabu*, Freud (1913/2013) descreve uma cena originária: a passagem de uma organização social estruturada em torno do pai da horda para outra, devotada ao pai totêmico. Nela, o filicídio se mostra por meio de seu avesso: o parricídio. Em termos benjaminianos, podemos dizer que *Totem e tabu* oferece conceitos tanto para discriminar barbárie e civilização quanto para compreender a reversibilidade de uma a outra. Nesta seção, almejamos delinear uma cena originária: a da formação da sociedade brasileira. Nossa hipótese é de que o processo civilizador, em nosso país, é indissociável de um ato bárbaro: o filicídio. Em psicanálise, o procedimento próprio para pôr em relevo uma

cena originária é a construção (Freud, 1937/1986a). É esse estatuto que concedemos às análises que realizamos da constituição da sociabilidade brasileira.

Em *Casa grande e senzala*, Gilberto Freyre (2006, p. 399) realça o papel do escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro: “em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias.” No entanto, o sociólogo também nota que o escravo era um objeto sexual, no sentido que a psicanálise atribui a esse conceito:

Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher – e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana. (Freyre, 2006, p. 309)

No Brasil Colônia, proprietários de terra e de escravos exerciam seu poder sobre os corpos de negros e negras: “durante a escravatura, os corpos dos escravos pertenciam aos seus donos como se fossem corpos de animais” (Freitas, 2011, p. 64). Em função disso, não apenas os senhores tomavam suas escravas como objeto de luxúria. Seus filhos, também. Era com elas que tinham sua iniciação sexual. As filhas de escravos ocupavam um lugar de destaque no imaginário dos homens da casa grande: “[...] por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negriinha virgem” (Freyre, 2006, p. 400). Por vezes, essa ligação ultrapassava o esperado:

Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra. De rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de moças. Outro caso, referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante. (Freyre, 2006, p. 368)

Senhoras e sinhazinhas, embora submetidas a severas restrições, também promoviam intercâmbios sexuais entre casa grande e senzala:

Muitas sinhás-moças eram criadas se roçando em “moleques de cor” e porventura entregavam-se sexualmente a eles. Quando tal fato era descoberto, a moral patriarcal ibérica atuava ferozmente. O negro era “capado” e sua ferida salgada; a rapariga, com um reforçado dote, era casada as pressas com um primo pobre ou um jovem mancebo (“solteirão”) de algum vilarejo distante, que não tinha ficado sabendo das notícias sobre ela. (Freitas, 2011, p. 67)

Nossa pergunta é: qual o destino dos frutos desse intercâmbio? No que diz respeito aos rebentos das escravas com senhores, era o trabalho forçado: “significava o surgimento de uma massa de mulatos destinados ao trabalho na lavoura e/ou nas lavras” (Freitas, 2011, p. 64). Porém, não somente latifundiários lucravam com sua prole: “europeus ruivos e louros – alemães, belgas, escoceses, ingleses – vendiam por preços altíssimos seus filhos bastardos mestiços devido aos olhos claros e cabelos avermelhados ou alourados das crianças” (Freitas, 2011, p. 66).

E qual o destino das crianças geradas por escravos no ventre das mulheres da casa grande? Marcílio (1997) observa que a exposição era extraordinariamente elevada no período colonial. Legalmente, as câmaras municipais deveriam ocupar-se das crianças abandonadas. No entanto, não era isso o que ocorria:

A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita: desta forma, melhor do que a escrava. (Marcílio, 1997, p. 52)

Porém, muitos desses expostos “acabava por morrer, logo após o abandono, por fome, frio ou comidos por animais” (Marcílio, 1997, p. 67).

Tal era a proporção desse abandono que, em 1726, a Coroa portuguesa criou a primeira Casa da Roda, junto à Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Em 1738, inaugurou-se a do Rio de Janeiro. Sobre ela, afirma Corazza (2000, p. 73): “a segunda Casa da Roda foi criada em 1738, no Rio de Janeiro, com os objetivos declarados de proteger a honra da família colonial dos nascimentos ilegítimos e a vida das crianças expostas”. Sobre o problema dos filhos ilegítimos, Marcílio (1997, p. 71) assinala: “em Salvador, Bahia, na virada do século XVIII, 81,3 % das crianças livres mulatas e 86,3 % das negras que nasciam eram ilegítimas, contra 33 % das brancas”.

A mestiçagem, louvada por Gilberto Freyre, produziu um dejetos, nas estruturas de parentesco do Brasil Colônia. Embora a mortalidade entre as crianças de escravos fosse muito elevada (Góes; Florentino, 2010), Marcílio (1997, p. 53) sustenta: “a mortalidade dos expostos, assistidos pelas rodas, pelas câmaras ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos –

incluindo neles os escravos.” Escravidão, exposição e morte é o destino dos frutos do intercâmbio libidinal, constitutivo da sociabilidade brasileira, entre casa grande e senzala. O filicídio, em suas diversas formas, é peça fundamental da engrenagem social do período colonial e projeta-se como um fantasma, em nossa história.

O relatório da Anistia Internacional (2015, p. 5), intitulado *Você matou meu filho*, apresenta dados atuais que parecem remontar a essa cena:

O Brasil é o país com o maior número de homicídios no mundo: 56 mil pessoas foram mortas em 2012. Os estereótipos negativos associados à juventude, notadamente aos jovens negros que vivem em favelas e outras áreas marginalizadas, contribuem para a banalização e a naturalização da violência. Em 2012, mais de 50 % de todas as vítimas de homicídios tinham entre 15 e 29 anos e, destes, 77 % eram negros. Das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5 % eram homens, 79 % eram negros e 75 % tinham entre 15 e 29 anos de idade.

A ação arbitrária da polícia brasileira traz como argumento a guerra às drogas, que autoriza o uso de violência contra moradores de áreas periféricas e favelas. No texto “Filicídio”, Batista (2006, p. 4) observa: “os mortos desta guerra têm uma extração social comum: são jovens, negros/índios e são pobres”. Raça e posição social delimitam quem sofrerá a violência do Estado. A autora articula o conceito de filicídio ao genocídio da juventude negra no Brasil: “quem falou que nossos meninos morrendo ou matando por um boné da Nike não estão se batendo pela cidadania oferecida por este momento do capitalismo?” (Batista, 2006, p. 2). Para Batista, nossa tarefa é nomear o inominável: “compreender a criminalização da juventude

pobre pelas atuais políticas criminais de drogas como parte de um processo histórico de barbarização da periferia na expansão do capitalismo” (Batista, 2006, p. 7). A socióloga traz mais elementos que remontam à cena originária de filicídio, profundamente enraizada na cultura brasileira:

Tenho repetido que o medo do crime e da violência urbana no Brasil carrega as marcas históricas do extermínio civilizatório e da desqualificação jurídica da escravidão. Há sempre um novo argumento a justificar novas torturas, novas chacinas, novas prisões: o que não muda é a clientela que se metamorfoseia infinitamente em índios, pretos, pobres e insurgentes. Desconstruir a questão das drogas é desnaturalizar a violência contra a juventude pobre: trata-se de um passo importante para a interrupção do filicídio e da constituição da periferia em campo de concentração, territórios de suspensão de direitos, seja na Palestina, no Iraque, em Beslan ou nos morros da nossa cidade. (Batista, 2006, p. 7)

A barbárie tem seus sujeitos eleitos. Na periferia de nossas cidades, ela encontra local para operar, em uma sociedade que se acredita civilizada. Em “Sobre o conceito da história”, Benjamin (1987, p. 225) recusa a dicotomia que situa civilização em um lado e barbárie em outro, afirmando a barbárie no interior da civilização, “aquilo que a civilização engendra ao produzir-se a si mesma como cultura”. No entanto, o reconhecimento da imanência entre civilização e barbárie – “nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie” (Benjamin, 1987, p. 225) – não nos impede de diferenciá-las. A noção de filicídio da socióloga Vera Malaguti Batista parece importante para pensar isso que fica fora do processo civilizador, mas que não cessa de atormentá-lo. A barbárie que insiste, em um circuito violento, expressa o desejo mortífero que a noção de civilização tenta esconder, em uma cultura que escolhe os filhos que devem morrer.

considerações finais

Nosso patriarcado não tolera os filhos que tem na senzala. Eles devolvem à elite nacional a imagem que essa repudia, porque aponta um limite em seu ideal: a de que somos mestiços. Na sociedade brasileira, o desejo filicida – a todo momento passível de se tornar ato – não decorre da identificação à criança maravilhosa, como sugere Leclair (1977). No Brasil, a carne negra é um dejetivo. Submissão incondicional à elite branca ou massacre, se é que diferem, são as (im)possibilidades de sociabilidade herdadas do período colonial pelos filhos da senzala (neste trabalho, não abordamos as múltiplas formas de resistência da cultura negra). O filicídio institucionalizado em nossa cultura tem no projeto de redução da idade penal um novo capítulo. A roda da repetição põe em movimento, mais uma vez, a máquina de extermínio da população jovem, negra e pobre. Se, por um lado, há imanência entre civilização e barbárie, como propõe Benjamin (1987), por outro, é inegável que essa é uma tendência rumo à barbárie. Nossa pátria não é mãe gentil.

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho*: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

AQUINO, R. Menores de 18 anos não sabem o que fazem? *Revista Época*, abr. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/menores-de-18-anos-nao-sabem-o-que-fazem.html>. Acesso em: 20 set. 2016.

ARANTES, E. M. De “criança infeliz” a “menor irregular”: vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. B. C. (Org.). *Clio-psyché*. histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999. p. 152-154.

AZEVEDO, R. Chico Buarque, o guri que se fez o idiota político de Sérgio, faz proselitismo sobre a maioria penal, chafurdando no sangue de inocentes! *Veja*, maio, 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/chico-buarque-o-guri-que-se-fez-o-idiota-politico-de-sergio-faz-proselitismo-sobre-a-maioridade-pena-chafurdando-no-sangue-de-inocentes>. Acesso em: 20 set. 2016.

BATISTA, V. M. Filicídio. In: RIZZINI, I. et al. (Org.). *Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis?* Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, 2006. Disponível em : <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/filicidio-%20artigo%20Vera%20Malagutti.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. v. 1. Originalmente publicado em 1940.

BÍBLIA. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BORGES, G. Sobre o filicídio: uma introdução. In: CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS DE PORTO ALEGRE (Org.). *Para uma introdução ao narcisismo: reflexo e reflexões*. Porto Alegre: IPSDP, 2014.

BORGES, G.; PAIM FILHO, I. A. A via sacra do filicídio no processo analítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.43, n. 3, p. 127-132, set. 2009.

BRANDÃO, J. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1.

BRASIL. *Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Hino nacional brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/hino.htm. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Projeto de emenda à Constituição nº 171. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, out. 1993. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>. Acesso em: 20 set. 2016.

CONSTANTINO, R. Morre ciclista esfaqueado na Lagoa: menor assassino é “vítima da sociedade”? *Veja*, maio 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/lei-e-ordem/morre-ciclista-esfaqueado-na-lagoa-menor-assassino-e-vitima-da-sociedade/>. Acesso em: 20 set. 2016.

CORAZZA, S. *História da infância sem fim*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

DEVEREUX, G. Why Oedipus killed Laius? A note on the complementary Oedipus complex in Greek drama. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 34, 132-141, 1953.

FREITAS, M. O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje. *Ponta de lança: revista eletrônica de história, memória e cultura*, v. 5, n. 9, p. 63-68, 2011.

FREIXO, M. O meu voto crítico em Dilma é um veto a Aécio. *Facebook*. 17 out. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarceloFreixoPsol/posts/840199922686932>. Acesso em: 20 set. 2016.

FREUD, S. Carta 69. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. p. 309-311. v. 1. Originalmente publicado em 1897.

FREUD, S. Carta 71. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. p. 314-317. v.1. Originalmente publicado em 1897.

FREUD, S. Construcciones en el análisis. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986a. p. 255-270. v. 23. Originalmente publicado em 1937

FREUD, S. El delirio y los sueños en la “Gradiva” de W. Jensen. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986b. p. 1-79. v. 9. Originalmente publicado em 1907.

FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 95. Originalmente publicado em 1914.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006c, v. 4-5. Originalmente publicado em 1900.

FREUD, S. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006d, p. 135-215. v. 10. Originalmente publicado em 1909.

FREUD, S. Psicopatología de la vida cotidiana. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986c. v. 6. Originalmente publicado em 1901.

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006e, p. 121-133. v. 12. Originalmente publicado em 1912.

FREUD, S. *Totem e tabu*. Porto Alegre: L&PM, 2013. Originalmente publicado em 1913.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GÓES, J.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 177-191.

GUEDES, M. et al. Cronologia esmeralda. *Mundo dos super-heróis*, v. 52, p. 26-41, 2014.

HANNS, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KANTOR, J. Reflexiones sobre el rumbo paterno y el filicidio. *Revista Psicoanálisis*, n. 7, p. 59-66, 2009. Disponível em: http://www.spp.com.pe/uploads/biblioteca/BiViPsiL/Revista_SPP/KANTOR_7.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.

LECLAIRE, S. *Mata-se uma criança: um estudo sobre o narcisismo primário e a pulsão de morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LUCENA, J. A favor da redução da maioridade penal já. *Brasil Escola*, 2015. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/a-favor-reducao-maioridade-penal-ja.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

MALTZ, R. S. et al. Poder parental e filicídio: um estudo interdisciplinar. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 42, n. 3, p. 91-102, 2008.

MARCÍLIO, M. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

PANERAL, E. B. O silêncio sobre o filicídio e a necessidade de vigiar e punir: reflexões sobre o método. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 1, n. 1, p. 19-39, 2006.

RASCOVSKY, A. *O filicídio*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ROUSSEAU, J. Confissões Bauru: EDIPRO, 2008.

SOUZA, A. M. P. Doutrina da proteção integral. In: Lazzarotto, G. et al. (Org.). *Medida socioeducativa: entre A & Z*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 82-84.

WEINMANN, A. *Infância: um dos nomes da não razão*. Brasília: Editora da UNB, 2014.

o real na pesquisa em psicanálise: topologia e escrita

Maria Elizabeth Araújo e Angélica Bastos

a topologia na pesquisa psicanalítica

Se, por um lado, em psicanálise pesquisa e tratamento caminham juntos, por outro, é preciso que o psicanalista seja dois: um que produz efeitos e outro que os teoriza (Lacan, 2015). Assim enunciado o afazer do analista, distingue-se seu ato – com os efeitos que suscita – e a investigação, a começar pela do inconsciente, a cada caso, investigação que envolve a teoria e a transmissão do real da experiência.

Na experiência psicanalítica, o inconsciente se manifesta sob o modo do tropeço, que corresponde a uma dimensão de achado, sempre pronto a escapar, o que acrescenta ao achado a dimensão da perda. Formulando a relação do analista com o inconsciente, com Picasso, Lacan dizia: “Eu não procuro, acho”.

Em seu rigor na transmissão do que está em jogo no caso a caso da clínica, Lacan serviu-se da topologia, ramo da matemática surgido no final do século XIX, para elaborar o real que afeta a experiência psicanalítica. A psicanálise apropriou-se da topologia de modo *sui generis*, distinto da literalização obtida por meio de fórmulas, em direção as quais se desdobra a topologia matemática, e privilegiou a “mostração” da relação entre os elementos implicados numa estrutura. Termo empregado por Lacan (2015), essa “mostração” seria o modo mais apropriado, não de demonstrar, mas de abordar – ou seja, aproximar – o que é do registro do Real e que escapa não só ao imaginário, mas também à simbolização. No contexto do uso da topologia dos nós em psicanálise, Lacan (2015, p. 88) se refere à busca ou pesquisa (*recherche*): “mas agora me custa mais trilhar o meu caminho”, indicando que se deparava com dificuldades. Diferentemente daquilo que ele propusera de início, a pesquisa topológica não se distingue pelo achado, mas pela busca.

Nesse caminho, o caso clínico constitui um terreno privilegiado de pesquisa, conjugado ao movimento de ida e volta aos textos teóricos. Na investigação do inconsciente, a topologia não possui o estatuto de teoria ou modelo; daí a necessidade de uma experiência de manuseio dos elos, de manipulação e experimentação no caso a caso, não bastando a decodificação de textos e ilustrações de nós e superfícies.

Não há pesquisa psicanalítica que não se remeta, ainda que de forma indireta, à experiência clínica. A construção do caso apoia-se na prática do psicanalista, quer se trate de um caso conduzido por ele, quer ele se debruce sobre um caso publicado na literatura psicanalítica, relatos de passe ou ainda ‘casos’ construídos com base na obra e em dados biográficos de um artista, como Freud e Lacan fizeram e aqui tenta-

remos realizar com o escritor Raymond Roussel. Investigaremos os recursos de que se vale esse escritor para enodar singularmente Real, Simbólico e Imaginário, registros que correspondem respectivamente à vida, à morte e ao corpo (Lacan, 1988). A vida, não se sabe como defini-la, exceto pelo real do gozo que envolve. O simbólico relaciona-se à morte na medida em que o símbolo mata a coisa e o imaginário está determinado pela dimensão corporal. Partimos da premissa segundo a qual um nó é uma questão de escritura, ou seja, de uma marca singular que comparece na escrita, uma nomeação.

Na topologia lacaniana, a escrita do nó tem como ponto de partida a falha intrínseca à estrutura, dependendo de uma ação suplementar sobre o erro ou lapso do nó. Na clínica, além de procurar determinar se uma ação de enodamento se encontra em função para o sujeito, verificamos se alguma foi previamente empregada por ele, em que circunstâncias de sua vida ela se revelou insuficiente, se alguma está em vias de elaboração e como o sujeito pode servir-se do analista para escrever o nó. A pesquisa topológica encontra-se a serviço desse real da experiência. No caso do escritor que nos interessa, supomos que a ausência de análise não impediu a ação suplementar que veio reparar a falha na amarração. Por esta razão, julgamos que a construção que se segue demonstra a função que desempenha a topologia na pesquisa e na transmissão, ao dar lugar ao real que não se deixa captar pela imagem nem indexar pelo significante.

elementos de topologia: a pesquisa sobre James Joyce

A hipótese freudiana do inconsciente moveu Lacan à invenção da escrita do enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário, registros presentes desde o início de seu ensino. Cada um dos registros é concebido em relação ao conjunto constituído pelo nó borromeano de três elos, no qual cada dois se amarram graças a um terceiro, não estando diretamente articulados dois a dois. Daí decorre a propriedade borromeana fundamental: rompido um elo, os dois outros também se soltam.

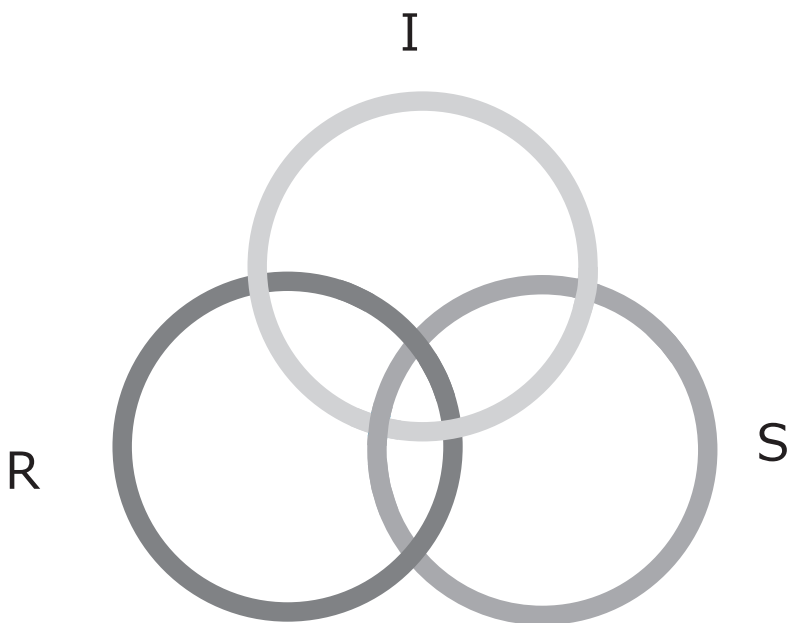


Figura 1: Nó borromeano planeado de três elos

Considerando a estrutura do falante como o nó de três elos planeado, posto que transposto do espaço tridimensional

para uma superfície, Lacan (2015) destaca que a relação entre esses três nomes primeiros – Real, Simbólico e Imaginário – é sempre falha, pois um lapso se impõe, em decorrência do qual se faz necessário um reparo a título de suplência do erro estrutural do nó. A suplência depende de um quarto elemento que estabiliza a amarração: “com efeito, parece que o mínimo que se pode atingir da cadeia borromeana, é essa relação de um aos três outros” (Lacan, 2015, p. 51). Assim, dada a cadeia borromeana de três elos, onde R, S e I são os três termos, os três nomes primeiros que se articulam entre si, o mínimo da cadeia borromeana é constituído por um nó de quatro elos (Figura 2). O lapso e sua estabilização se organizam de forma diferente em cada sujeito. Na clínica e na pesquisa topológica dos nós, trata-se de escrever a invenção do nó de cada falante.

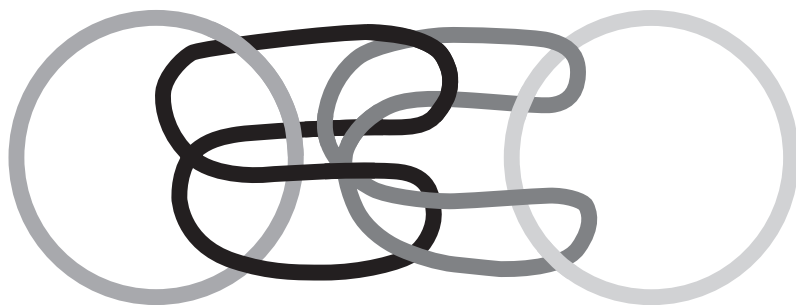


Figura 2: Nó borromeano de quatro elos

Conforme dito acima, atribui-se a cada um dos três registros uma letra, três nomes primeiros: R, S e I (Lacan, 2015). No entanto, é preciso supor o próprio ato de nomeação como uma quarta rodela que participa do nó, ato que nomeia retroativamente os outros três. Real, Simbólico e Imaginário são, logicamente, anteriores ao quarto elemento – o *sinthoma* (*sinthome*) (Lacan, 2007) –, mas eles só são discerníveis para o falante depois de nomeados (Figura 3). A psicanálise se define, então, como uma prática cuja eficácia implica em fazer o nó.

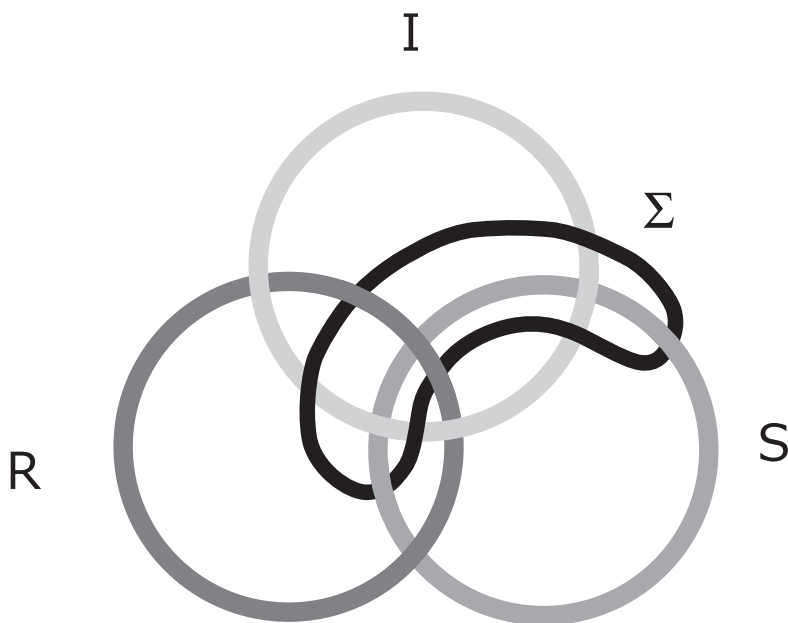


Figura 3: Nó borromeano de quatro elos:
Imaginário, Real, Simbólico e Sinthoma

Joyce serve a Lacan como uma luva para o exercício de sua escrita dos nós, pois este último supõe que no escritor o erro estrutural do nó acarreta que o imaginário fuja, não se prenda ao nó. Como metáfora desse desprendimento do imaginário, Lacan evoca o momento em que o personagem Stephen leva uma surra de seus colegas que o acusavam de herege:

Nash prendeu os braços de Stephen atrás das costas enquanto Boland agarrava um longo cepo de palmito que estava na sarjeta. Lutando e chutando sob os

golpes da bengala e as pancadas do cepo nodoso Stephen era empurrado para trás de encontro a uma cerca de arame farpado. [...] seus atormentadores partiram em direção a Jone's Road, rindo e zombando, enquanto ele, rasgado e afogueado e arquejante, tropeçava atrás deles semicego pelas lágrimas, cerrendo loucamente os punhos e soluçando. [...] Enquanto as cenas daquele episódio maligno passavam ainda viva e rapidamente diante de sua mente ele se perguntava por que agora não guardava rancor contra aqueles que o haviam atormentado. Não esquecera nem um pouquinho a covardia e a crueldade deles mas a lembrança daquilo não lhe despertava nenhuma raiva. Todas as descrições de amor e ódio ferozes que encontrara em livros lhe haviam parecido por conseguinte irreais. Mesmo naquela noite enquanto tropeçava pela Jone's Road em direção a sua casa sentia que alguma força o estava despojando daquela raiva subitamente tecida tão facilmente quanto um fruto é despojado de sua casca madura e macia. (Joyce, 2007, p. 92-93)

Joyce (2007) testemunha a relação confusa que se tem com a imagem do próprio corpo. O corpo nada mais é para o falante do que a imagem do corpo. Em geral, essa imagem se afeta, reage, é dotada de um visgo. Diferentemente, através de Stephen, Joyce testemunha, depois de ter sofrido os golpes de seus camaradas, que uma raiva se tece e demanda ser jogada fora (*s'enaller*), ser largada como uma casca. Deste modo, Lacan supõe que, no momento de sua revolta, o ego de Joyce não funciona. A relação imaginária não tem lugar e não se enlaça borro-meanamente ao que faz cadeia de real e de inconsciente. Real e Simbólico, no entanto, se mantêm amarrados (Figura 4).

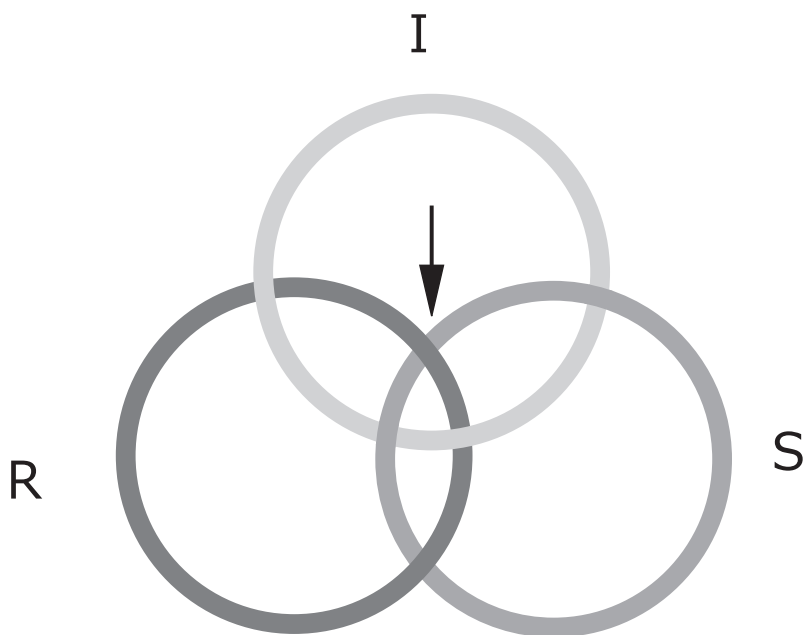


Figura 4: A falha no nó deixa o Imaginário solto;
Real e Simbólico ficam amarrados

Tipicamente imaginária, a dualidade amor/ódio parece a Stephen irreal. Joyce metaforiza sua relação com o corpo do qual se despoja sem esforço, como uma casca se desprende do fruto maduro. Do mesmo modo, as metáforas que emprega se destacam como uma casca. Se, por um lado, isso indica a imperfeição da relação com o corpo inerente a qualquer um (Lacan, 2007), por outro lado, a forma como Joyce deixa cair a imagem do corpo deve ser suspeita para um analista, porque testemunha um desprendimento incomum. O fato de a imagem deslizar com tanta facilidade leva à suposição de um nó não borromeo. No momento da surra, “ele constata que tudo se escoou, como uma casca” (Lacan, 2007, p. 148). A ideia de si como um corpo tem um peso e costuma estar amarrada no nó borromeo-

ano, dando lugar ao ego, que é narcísico na medida em que o corpo se suporta numa imagem unificada investida de amor. Em Joyce, no entanto, o ego surge como correção da falta de relação entre Real e Simbólico que se amarram entre si, de um lado, e o Imaginário, de outro (Lacan, 2007, p. 87).

Joyce teria um ego de natureza diversa da maioria dos falantes: seu ego seria sua escrita enigmática. Nele, o imaginário se solta e se prende, se desamarra e amarra segundo o movimento de suplência que é o artifício da escrita, artifício que corrige o desenodamento e permite a “reorganização do nó borromeano” (Lacan, 2007, p. 152). A escrita é *savoir faire* que faz de Joyce o verdadeiro artífice. O sinthoma de Joyce amarra real e simbólico de tal forma que enlaça o imaginário. Ali onde há a falha, o sinthoma comparece como suplência (Figura 5).

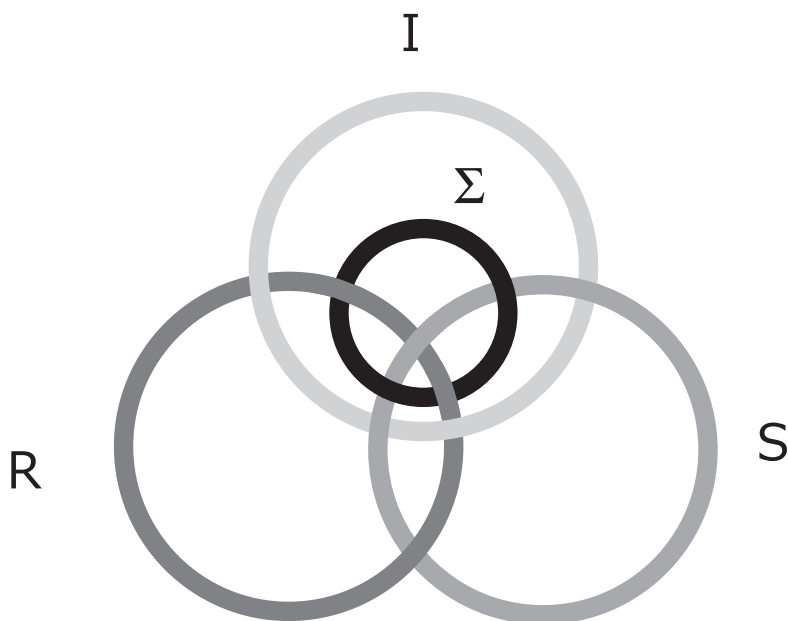


Figura 5: Nó de Joyce com quatro rodelas

Em Joyce, devido a um erro, o Imaginário estava solto. O lapso denuncia o falso furo do imaginário que não se enlaçava aos outros dois. Esse lapso no nó é reparado através do sinthoma. A escrita surge como um reparo exterior ao corpo que permite que Real, Simbólico e Imaginário se enlacen. Assim, a escrita de Joyce é o ego que lhe dá corpo.

É com certa ironia que Lacan lamenta algumas vezes não ter recebido Joyce em sua clínica. A escrita teria ocupado a função de suplência à falha no nó, capaz de situar o gozo do sujeito. O que importa no discurso já não é mais sua dimensão de discurso do Outro, mas o paradoxo de um sujeito que não se engancha no Outro. O que está em questão é o Um sem o Outro. Quanto ao sinthoma:

Passa por uma abolição do símbolo e do sintoma no primeiro sentido. Há algo radical em a *cada um seu sintoma* que se afasta de toda simpatia, de toda ligação comunicacional, de toda generalidade, e que convida a apreender cada um como Um absoluto, isto é, separado. (Miller, 2009, p. 141)

Esse *cada um* refere-se ao sinthoma que nomeia um a um, é aquilo que não se contenta em ser falado pela família, pelo Outro (Lacan, 2007) e quer aceder à consistência singular do sinthoma, à identidade sintomal do sujeito (Miller, 2009). Reconhecer sua identidade sintomal não consiste em ter um sintoma, não é apenas se identificar a seu sintoma, é ser seu próprio sinthoma.

Raymond Roussel: o real do gozo e a imagem

A presente pesquisa recorta pontos essenciais à lógica de um caso fictício, embora contemos para a sua construção com a biografia de Raymond Roussel, o relato do psiquiatra Pierre

Janet, um ensaio do psicanalista Jean-Claude Maleval, além da obra do escritor. Em seguida, serão levantados elementos relativos aos três registros e delineados aspectos topológicos que permitam cernir o real do funcionamento e a amarração dos nós.

Escritor francês que surgiu nos últimos anos do século XIX, Raymond Roussel produziu uma escrita cuja aceitação pela crítica evoluiu da indiferença ao desagrado. Agradou, e muito, um grupo seletivo de defensores acalorados a ponto de a estreia de uma das últimas encenações de *L' étoile au front* ter sido interrompida, pelo tumulto gerado na plateia devido à discussão entre defensores e detratores de Roussel.

Entre os admiradores ilustres estão os surrealistas e vanguardistas da época, aos quais, no entanto, Roussel não teve interesse em se associar. Para citar apenas dois exemplos, Salvador Dalí transpôs para as suas telas pressupostos extraídos das imagens descritas por Roussel e chegou a fazer um filme em sua homenagem. Além disso, talvez não fosse por acaso que tivesse *Locus solus* na mesa-de-cabeceira de seu leito de morte. Marcel Duchamp, por sua vez, sempre atribuiu a inspiração de uma de suas obras de maior destaque, *A noiva despida pelos seus celibatários*, à representação teatral de *Impressions d'Afrique*.

A escrita de Raymond Roussel é marcada pela presença de imagens fantásticas e cenas impossíveis, inseridas, no entanto, numa lógica capaz de torná-las verossimilhantes. *Locus solus* (Roussel, 2005) é considerada a obra mestra da desestruturação da novela.

Acompanhando a hipótese veiculada por Maleval (2012), em “A elaboração de uma suplência por um procedimento de escrita: Raymond Roussel”, supomos que a escrita de Roussel tem função de nomeação, assim como a de Joyce. No entanto, ambas parecem apresentar lugares estruturais muito diferentes. Ainda que Roussel anteceda Joyce em alguns anos, eles foram,

durante certo tempo, contemporâneos na escrita. Chegaram a morar em Paris na mesma época, embora tudo indique que jamais tenham se conhecido. Frequentavam meios bastante diferentes, viviam em mundos muito distantes. Ambos fizeram da escrita seu sintoma, mas com estilos inteiramente diversos.

Raymond Roussel nasceu em 20 de janeiro de 1877, em Paris, no seio da alta burguesia francesa. Orgulhava-se da sofisticação de sua família e alega ter desfrutado na infância de uma “felicidade perfeita” (Caradec, 1997, p. 17). O avô materno, Aristide Moreau, era um homem de hábitos parisienses de alta estirpe, riquíssimo, presidente do conselho de administração da Companhia Geral de Ônibus. Aristide casou a filha Marguerite Moreau-Chaslon com o promissor agente de câmbio, Eugen Roussel – este menos sofisticado, oriundo da burguesia provinciana –, que soube fazer proliferar os rendimentos da família. Eugen e Marguerite tiveram três filhos: George, Germaine e Raymond. George morreu ainda jovem. No que concerne a Germaine, Roussel sentia grande orgulho pela aquisição de parentesco com a família Bonaparte, graças ao casamento com um primo de Napoleão, que fez de sua irmã duquesa de Elchinguen. É assim que ele se refere a ela ao dedicar-lhe seu livro *Locus solus*.

O pai morreu quando Raymond tinha apenas dezesseis anos. Entretanto, a precariedade do convívio com ele não se deveu apenas à precocidade de sua idade na ocasião da morte do pai, mas à gravidade da presença materna. “Foi sem dúvida Raymond, o filho caçula, que foi o mais fotografado na infância. Com ele, sua mãe brincou de boneca. Em que ele foi travestido!” (Caradec, 1997, p. 19). Marguerite Roussel era “imperial, bela, autoritária e majestosa” (Caradec, 1997, p. 19). Roussel se manteve muito ligado a ela até sua morte, quando ele tinha trinta e quatro anos. Ele a descreve em *La source*.

... une femme grande
...uma mulher grande

A de la majesté hautaine dans le port
tem o porte majestoso e altivo

Avec une froideur prudente dans l'abord;
com uma frieza prudente na abordagem;

elle a, par bonheur pour elle, une forte idée
ela tem, para felicidade dela, uma firme ideia

De sa personne et n'est jamais intimidée.
De sua pessoa e jamais é intimidada.

Elle croit presque tout savoir; elle est bas bleu
Ela crê quase tudo saber; ela é pedante

Et ne fait aucune cas des gens qui lisent peu...
E faz pouco caso de pessoas que leem pouco...

(Roussel apud Caradec, 1997, p. 25, tradução nossa)

Sem deixar de “preservar uma vida secreta e proteger sua concha de solidão e de silêncio” (Caradec, 1997, p. 10), Roussel jamais abdicou da vida mundana. Costumava acompanhar a mãe aos salões parisienses, frequentando muitas vezes as mesmas reuniões que a família de Marcel Proust, a quem Roussel chegou a presentear seus livros. Nos encontros sociais, faziam grande sucesso as imitações perfeitas que era capaz de realizar. Ele se dedicava a elas obstinadamente, às vezes durante anos, estimulado pelo reconhecimento de que desfrutava.

Charlotte Dufrène foi a pessoa mais próxima de Roussel nas últimas duas décadas de sua vida, em especial após a morte de Marguerite Roussel. Era não apenas sua governanta, mas uma grande amiga que estava ao seu lado em todos os lugares. Fazia par com ele nos salões. Acompanhou os anos do ocaso de Roussel, marcados pela precariedade de sua saúde e pelo uso desmedido

de estupefacientes que acabou provocando sua morte na véspera do dia marcado para mais uma internação numa clínica de desintoxicação. Roussel morreu aos cinquenta e seis anos, num quarto do Grande Hotel de Palermo, na Sicília. Seu corpo foi encontrado a meio caminho da porta de ligação com o quarto de Dufrière.

Roussel estudou piano no Conservatório de Paris por determinação de sua mãe. A despeito de seu talento musical, aos dezessete anos decidiu dedicar-se exclusivamente à produção de uma grande obra em versos. Aos dezenove, experimentou uma sensação de grandiosidade e certeza de sua *glória*. Esta certeza lançou-o com extraordinário entusiasmo num trabalho incessante de escrita. Durante um ano, trabalhou exaustivamente noite e dia. No ano seguinte, 1897, o fracasso de sua primeira publicação – *La doublure* (O duplê)¹ – levou Roussel a uma crise mental que culminou em sua primeira internação psiquiátrica. Recuperado, um ano depois ingressou nas forças armadas, onde permaneceu durante dois anos. Destaca-se, neste período, a insistência com que buscava se fazer condecorar.

Chegou a ser atendido por Pierre Janet, embora Caradec não acredite que esse encontro tenha acontecido na ocasião de sua primeira internação. É certo que Janet (2008) escreveu sobre Roussel no trabalho *De l'angoisse à l'extase*, sob o pseudônimo de Martial, nome do protagonista de *Locus solus*. Herdeiro de fortuna considerável, Roussel não conteve gastos para publicar seus livros. O psiquiatra comenta:

Atribui a suas obras uma importância desmesurada, nunca se deixou abalar pelo insucesso flagrante, [...] nunca aceita a menor crítica nem o menor conselho, tem uma fé absoluta no destino que lhe está reservado. (Janet apud Maleval, 2012, p. 8)

1 *Doublure*: tecido que reveste o interior de uma roupa; substituto de um ator (*Petit Larrousse*).

Roussel sempre possuiu convicção do valor grandioso de sua obra e a certeza de seu reconhecimento. Viajou muito, frequentemente acompanhado da mãe. Ele mesmo conta:

Notadamente, em 1920 – 21, dei a volta ao mundo pelas Índias, a Austrália, a Nova-Zelândia, os arquipélagos do Pacífico, a China, o Japão e a América. [...] Eu já conhecia os principais países da Europa, o Egito e todo norte da África, e mais tarde eu visitei Constantinopla, a Ásia Menor e a Pérsia. (Roussel, 2010, p. 27)

Curiosamente, nessas viagens, Roussel (2010, p. 27) pouco saía do quarto do hotel: “de todas essas viagens jamais extraí qualquer coisa para meus livros. Pareceu-me que isso merecia ser assinalado uma vez que isso mostra claramente que para mim a imaginação é tudo”. Diferentemente de Joyce, cujo texto é repleto de referências jocosas a sua própria história, nada do que Roussel escrevia é referido diretamente a sua experiência de vida: “os lugares que ele visitou, ele não os descreve”; e “aqueles que ele descreve, ninguém antes dele visitou” (Caradec, 1997, p. 10). As viagens de Roussel levavam em conta apenas as imagens que podiam capturar o significante. A obra de Roussel criava seu mundo legível.

Janet (2008) descreve o êxtase literário de Roussel como decorrente de um episódio hipomaníaco consequente ao excesso de trabalho. Considera-o muito próximo do êxtase religioso. Roussel (apud Caradec, 1997, p. 37) descreve sua experiência de êxtase:

Sentimos algo especial, que fazemos uma obra-prima, que somos um prodígio. Há crianças prodígio que se revelaram aos oito anos, eu me revelei aos 19 anos. Eu era o equivalente a Dante e Shakespeare, sentia o que mais velho Victor Hugo sentiu aos 70 anos, o que Napoleão sentiu em 1811,

o que Tannhauser sonhava em Venusberg: sentia a glória... Não, a glória não é uma ideia, uma noção que se adquire ao constatarmos que nosso nome corre na boca dos homens. Não, não se trata do sentimento de nosso valor, do sentimento de que merecemos a glória; não, eu não sentia a necessidade, o desejo de glória, pois jamais pensara nela antes. Essa glória era um fato, uma constatação, uma sensação, eu tinha a glória... O que eu escrevia estava cercado de irradiações, eu fechava as cortinas porque tinha medo que a menor fresta pudesse deixar passar para fora os raios luminosos que saíam de minha pena, eu queria afastar a tela de uma só vez e iluminar o mundo. Deixar soltos esses papéis seria provocar raios de luz que iriam até a China, e a multidão desorientada teria procurado abrigo na casa. Mas, por mais que tomasse precauções, raios de luz escapavam de mim e atravessavam as paredes, eu levava o sol em mim e não podia impedir essa minha formidável fulguração. Cada linha era repetida em milhares de exemplares e eu escrevia com milhares de bicos de pena que resplandeciam. Sem dúvida, quando o livro fosse lançado, esse foco ofuscante se manifestaria ainda mais e iluminaria o universo, mas não teria sido criado, eu já trazia em mim... Eu estava neste momento em um estado de felicidade inaudito, um golpe de picareta me fizera descobrir um filão maravilhoso, eu havia ganhado o prêmio mais sensacional. Vivi mais neste momento do que em toda minha existência.

uma hipótese topológica: o simbólico em fuga

O relato de Roussel explicita seu momento de êxtase, “um estado de felicidade inaudito”, que ele designa como a *glória*. “A glória não é uma ideia”, é um sentimento – “sentimos [...] que somos um prodígio” –, que vai além da *glória* de Napoleão.

Assim, Roussel descreve a *glória* como um gozo pleno, sem falta: “um foco ofuscante [que] não teria sido criado, eu já trazia em mim”. A *glória*, ao dizer respeito a sensações e sentimentos, põe em jogo o corpo relacionado ao gozo do Outro, situado entre Real e Imaginário (Maleval, 2012). A *glória* de Roussel remete à hipótese de que a falha no nó determina a desarticulação do Simbólico com relação ao Real e ao Imaginário, que permanecem ligados entre si (Figura 6).

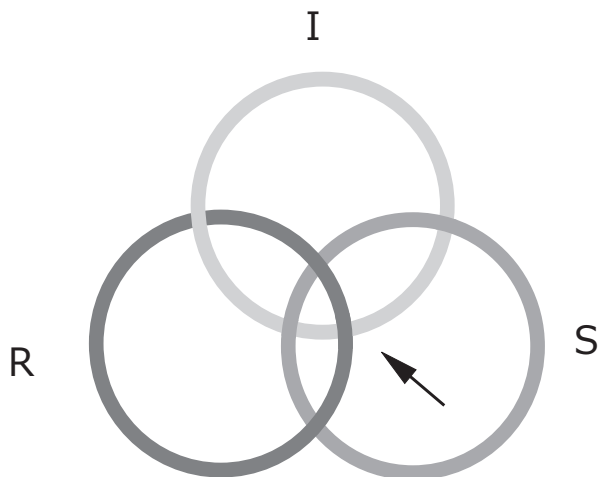


Figura 6: Nó de três elos de Roussel (R e I enodados e S solto)

Estranho e solitário, Roussel tinha entre suas excentricidades fazer uma única refeição ao dia, que consistia num número extravagante de pratos: aglutinava nesta refeição tudo o que calculava que deveria comer naquele dia. Ele calculava tudo, detestava inovações. Calculava milimetricamente suas imitações, sua vestimenta, sua imagem. Determinou que a foto tirada aos dezenove anos, em plena vigência da sensação de glória, fosse capa de seu livro póstumo e fosse esculpida em seu monumento funerário. Segundo Caradec (1997, p. 39), o tempo parou para Roussel em 1896 e ele queria que a foto o testemunhasse.

O Simbólico solto, em fuga, se faz evidenciar em sua inoperância para barrar o gozo sem limites que se impõe a Roussel sob a forma da glória, ou da comida. Na *glória*, Roussel supera personagens históricos que, na cultura em que se insere, simbolizariam o limite da *glória* – Dante, Shakespeare, Napoleão, Vitor Hugo. A falta de borda com o Simbólico fazia com que a *glória* irradiasse de seu corpo a ponto de precisar fechar as cortinas, buscando no Real o limite que o Simbólico não impunha ao corpo. Cuidado inútil, “pois por mais que tomasse precauções, raios de luz escapavam [...] e atravessavam as paredes”. Os raios luminosos deviam sair exclusivamente de sua pena para iluminar o mundo. Essa imagem, que exige a escrita, já parece indicar um esboço de tentativa de amarração do Simbólico: uma convocação do Simbólico sob a forma de escrita sobreveio em sua vida.

“A glória não é [...] uma noção que se adquire ao constatar-mos que nosso nome corre na boca dos homens”, “não se trata do sentimento de nosso valor, do sentimento de que merecemos a glória”, “eu não sentia [...] o desejo de glória”. Desta forma, Roussel indica que não se trata de demanda ao Outro (corre na boca dos homens / merecimento), nem de demanda do Outro (desejo). A *glória* não se ancorava em uma falta na cadeia simbólica. “Essa glória era um fato, uma constatação, uma sensação, eu tinha a glória”: a *glória* era Real, Real e Imaginária. Era Real na medida em que se impunha no Real de sua vida de forma irrefutável; e era Imaginária, na medida em que esse irrefutável era consistente como um corpo: a *glória* era o que Roussel tinha. A *glória* não tinha barra; portanto, não era Simbólica.

Janet (2008) destaca que, em 1897, à *glória* seguiu-se um grave estado depressivo, oscilação que perdurou pelos vários meses em que esteve internado e que se revelou característica marcante de seu quadro clínico ao longo de toda a vida. Segundo Maleval (2012), tal oscilação “confirma a ausência de regulação

simbólica do gozo: seja invadindo a imagem especular que lhe conferia a glória e a luminosidade, seja retirando-se e revelando um sujeito identificado com seu ser de dejetivo”, na melancolia. Roussel oscilava de um polo a outro.

Em tudo que parece dizer respeito ao gozo de Roussel, o modo como preponderam as imagens leva a supor a persistência da ligação entre Real e Imaginário. A relevância da imagem especular e das identificações imaginárias comprovam-se em vários aspectos: seu primeiro livro, *La doublure*, faz referência ao herói que ocupa o lugar de duplê; a relevância da figura do duplo também se faz presente na recorrência do tema dos gêmeos no texto de Roussel; o desejo manifesto de que sua foto fosse capa de todas as edições póstumas de seus livros sugere que a escrita tenha constituído uma forma de sustentar a imagem; o empenho em se fazer condecorar; o esmero com que se dedicava às imitações que fazia. Elas eram tão reconhecidamente boas, que chegou a declarar que só conheceu “verdadeiramente o sucesso [...] por inúmeras imitações” (Maleval, 2012, p. 4). Roussel confidenciou a Janet: “a meus olhos um só detrator é mais poderoso do que três milhões de admiradores; para me sentir tranquilo, preciso de unanimidade.” A necessidade de unanimidade sugere o insuportável que lhe é a descompletez do Outro. Se considerarmos que é justamente quando o Outro não se completa que surge o lugar do objeto ao qual o sujeito poderá se identificar, podemos supor que o destaque do objeto não ocorreu ou ocorreu de forma problemática em Roussel.

O escritor sentia um medo enorme de ser contagiado, expresso variadas vezes a Dufrené. Tal como os raios que transbordavam do corpo, é provável que esse medo se sustentasse na falta de limite de um corpo que não dispunha de um contorno determinado pelo Simbólico. No nó borromeano, as três rodela

se esbarram e limitam umas às outras. Real, Simbólico e Imaginário barram-se uns aos outros. O Real divide o Simbólico e, ao fazê-lo, é encoberto pelo Imaginário.

Aos 45 anos, Roussel ainda mantinha a *glória* no centro de sua realidade. Entretanto, seu modo de abordá-la havia mudado. É o que podemos constatar em sua fala relatada por Janet (apud Maleval, 2012, p. 8):

Eu alcançarei os mais altos píncaros e nasci para uma glória fulgurante. Pode demorar, mas terei uma glória maior do que a de Victor Hugo ou de Napoleão [...] Existe em mim uma imensa glória em potência, como um óbus formidável que ainda não explodiu. Essa glória alcançará todas as obras, sem exceção, recairá sobre todos os atos de minha vida; todos os atos de minha infância serão investigados e todos se admirarão com minha maneira de brincar... Nenhum autor foi, e não pode ser, superior a mim.

Embora Roussel reafirme sua grandiosidade, a *glória* já não era mais sentida com o êxtase dos dezenove anos. Passa a ser uma certeza projetada para o futuro: “terei uma *glória*...”. A escrita de Roussel realiza a amarração possível do Simbólico.

Regardant fuir au milieu d'elle
Olhando escapar no meio dela

Les vers surgissant sans effort,
Os versos que surgem sem esforço,

Dans la postérité fidèle
Na posteridade fiel

Je vois plus tard grandir mon sort.
Vejo mais tarde engrandecer meu destino.

À cette explosion voisine
A esta explosão vizinha

De mon génie universel
De meu gênio universal

Je vois le monde qui s'incline
Vejo o mundo que se inclina

Devant ce nom: Raymond Roussel.
Diante desse nome: Raymond Roussel

Sur la terre que je domine
Sobre a terra que domino

Je vois ce feu continuel
Vejo esse fogo contínuo

Qui seul et sans frère illumine
Que só e sem par ilumina

Partout l'univers actuel.
Por toda parte o universo atual.

(Roussel apud Caradec, 1997, p. 53, tradução nossa)

Talvez o enigma mais importante legado por Roussel tenha sido o livro que calculou ser publicado postumamente, um livro que supostamente traria esclarecimentos: *Comment j'ai écrit certains des mes livres* (Como escrevi alguns dos meus livros). Nesse livro, ele descreve o “procedimento” que constituía seu método de escrita:

Eu escolhia duas palavras quase iguais (fazendo pensar nos metagramas). Por exemplo: *billard* (bilhar) e *pillard* (saqueador). Depois acrescentava palavras parecidas, mas tomadas em dois sentidos diferentes, e obtinha assim duas frases quase idênticas. No que diz respeito a *billard* e *pillard*, as duas frases que obtive foram estas: 1^a) *Les lettres du blanc sur les bandes du vieux billard* [As letras em giz sobre as bordas do velho bilhar]. 2^a) *Les lettres du blanc sur les bandes du vieux pillard* [As cartas do branco sobre os bandos do velho saqueador]. Na primeira, a palavra “*lettres*” foi usada no sentido de “sinais tipográficos”; “*blanc*”,

no sentido de “giz” e “bandes”, no sentido de “bordas”. Na segunda, “lettres”, no sentido de “missivas”, “blanc”, no sentido de “homem branco” e “bandes”, no sentido de “hordas guerreiras”. Encontradas as duas frases, tratava-se de escrever um conto que podia começar pela primeira e terminar na segunda. Ora, era na resolução desse problema que eu utilizava todos os meus recursos. (Roussel, 2010, p. 11-12, tradução nossa)

Nesta descrição, constata-se o uso do significante no sentido literal de imagem acústica, tal como é definido por F. de Saussure. Neste exemplo, Roussel se serve de dois significantes semelhantes – *billar e pillard* – fazendo deles duas imagens originárias diante do espelho. Essas duas imagens se ampliam em duas frases marcadas pela homofonia. Designadas como a primeira e a última frase do conto, elas constituem os alicerces a partir dos quais ele construirá sua obra. Desta forma, através do desdobramento da “criação imprevista devida a combinações fônicas” (Roussel, 2010, p. 23, tradução nossa), Roussel cria para si mesmo uma questão lógica que seu conto deve resolver através da criação de imagens poéticas. Ele mesmo o descreve: “fui conduzido a tomar uma frase qualquer, da qual tirava imagens, deslocando-a, um pouco como se tratasse de extrair dela esboços e charadas” (Roussel, 2010, p. 23, tradução nossa). Pega qualquer frase, qualquer palavra que lhe ocorra. Essas frases, desprovidas de significação e de investimento, deslizam de um significante a outro. Roussel não se compromete com elas, não pretende se fazer representar entre elas. Ele se ocupa apenas de seu método lógico de escrita. Em seu saber fazer, utilizava qualquer coisa e fazia surgir dali dois tipos de equações de fatos aos quais se dedicava a resolver logicamente.

O Simbólico em Roussel era tomado apenas no jogo especular que a letra permitia. Essa evidente vinculação imaginária

e real, que trabalha no sentido da captura do Simbólico, autoriza a hipótese de que o quarto elo se situa exatamente suprimindo a falha no nó, amarrando, mais uma vez, Real e Imaginário, de tal forma que o Simbólico se vincule a eles. Ainda que desamarrado, o Simbólico não mais escapa (Figura 7).

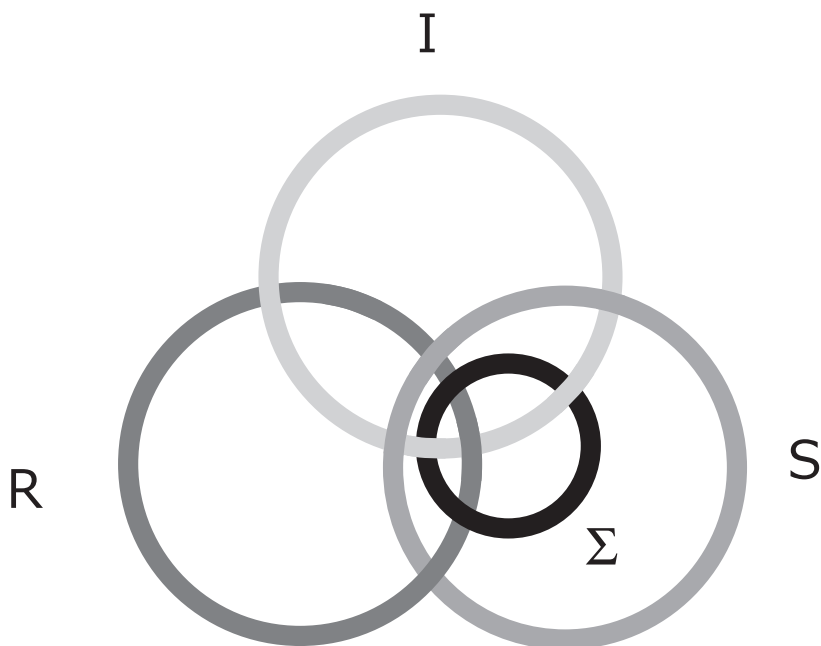


Figura 7: Nó de quatro elos de Roussel

Uma das mais célebres dentre as imagens inventadas por Roussel foi descrita em *Impressions d'Afrique*. Para criar esta imagem, Roussel (2010, p. 14-15) adota uma variante um pouco mais complexa do método descrito acima. Ele relata:

1º) *Baleine* [baleia (mamífero marinho)] à *ilot* [ilhota (pequena ilha)]; 2º) *baleine* [lamela (de barbatana de baleia)] à *ilote* [hilota (escravo espartano)]; 1º) *duel* [duelo (combate a dois)] à *acolade* [acolada (dois

adversários que se reconciliam após o duelo, dando um abraço no terreno); 2º) *duel* [dual (tempo de verbo grego) à *acolade* [acolada (sinal tipográfico)]; 1º) *mou* (*individu veule*) [mole (indivíduo fraco) à *raille* [chacota (aqui, ele precisa, pensei em um estudante preguiçoso que seus colegas ridicularizam por sua incapacidade)]; 2º) *mou* [bofe (substância culinária) à *rail* [carril (trilho de estrada de ferro)]. Desses três agrupamentos de palavras nasce a imagem mais conhecida de *Impressions d'Afrique*.

Aqui, ele escolhe uma palavra, *baleine*, e a liga a outra, *îlot*, através da preposição à: *baleine à îlot* (baleia numa ilhota). Servindo-se de seu procedimento, aplicou-lhes a mesma especificidade homofônica do exemplo anterior e obteve: *baleine à ilote* (lamela do hilota). A descrição mostra a aplicação deste método repetidas vezes e o enlaçamento que cria uma imagem que remete a qualquer significação.

Ele escreve: “*la statue de l’îlote, faite en baleines de corset, roulant sur des rails en mou de veau et portant sur son socle une inscription relative au duel d’un verbe grec*” (“a estátua do hilota, feita de lamelas de corpete deslizando sobre carris de bofe de vitela, tendo no pedestal uma inscrição relativa ao dual do verbo grego”).

Em seu jogar com as palavras, Roussel se mostra inteiramente descompromissado com o sentido. O importante é que a combinação de palavras através do jogo lógico possa constituir uma imagem, por mais bizarra que seja. Não há nada em Roussel que nos indique o adensamento imaginário próprio do sentido, situado entre Simbólico e Imaginário. Naquilo que chamou de *procedimento*, construiu um método para gerar imagens poéticas onde se misturavam – de modo impensável antes dele – objetos, palavras, anedotas, histórias. Ele mostra que, através de um jogo rigorosamente lógico, o procedimento é seu *savoir faire*. Vivenciada como sensação ou projetada no futuro, a *glória* o sustenta

no lugar de artífice capaz de, através da imagem, inventar um modo de sustentação do simbólico.

Na década de sessenta, Foucault (1976) escreveu um livro sobre Raymond Roussel, que resgatou o valor de sua obra. Com os surrealistas e depois com Foucault, podemos dizer que o ato de escrita de Roussel pôs em ação um *savoir faire* com alíngua, que fez função de nomeação para Roussel. Sua obra é resposta ao gozo do Outro.

o Imaginário na escrita de Roussel

O ego cumpre em Joyce uma função da qual só se pode dar conta pela escrita do nó. A escrita é essencial ao ego de Joyce e assim também supomos a escrita de Roussel.

Em *Locus solus* (Roussel, 2005), Martial Cantarel, rico sábio inventor, recebe o grupo dos convidados eleitos para conhecer suas máquinas fantásticas guardadas em sua propriedade. No percurso até a casa, deparam-se com a imagem de um menino sorridente, com os braços estendidos e as mãos em oferenda. Numa das mãos há uma planta. Trata-se do Federal, que está no fundo de um nicho sobre uma pedra esculpida. Martial a ganhara do célebre viajante Echenoz, que a havia adquirido em Tombouctou, capital do Mali. Martial conta a história do Federal. Quando IbnBatouta chegou a Tombouctou, o trono pertencia à rainha Duhl-Séroul, de apenas 20 anos, que sofria de crises de dismenorreia e, nessas ocasiões, ela, que era uma soberana de muita sabedoria e bondade, se via tomada de uma loucura furiosa e mandava matar muitos súditos injustamente. No centro da praça, havia a estátua do Federal que tinha sido feita por ordem do rei Forukko, ancestral de Duhl-Seroul, igualmente doce e sábio, que havia trazido grande prosperidade ao país.

Maravilhados com o progresso do reino, as tribos vizinhas se agregaram ao reino, não perdendo sua independência. A fim de selar a amizade entre elas, cada uma das tribos enviou um bocado de terra para o reino, a fim de que fossem misturadas e fundidas para esculpir o menino que foi colocado em praça pública e passou a ser chamado com um nome que “hoje seria O Federal”. Uma era de ouro se iniciou e todos atribuíram a sorte ao Federal, passando a endereçar a ele muitas preces. O povo passou a pedir ao Federal que trouxesse uma solução para a loucura da rainha. Houve então um ciclone que trouxe ainda mais desgraça à região, até que notaram que havia uma planta nas mãos do menino. Dessa planta foi feito um chá que curou a rainha. Fizeram então uma grande festa em homenagem ao Federal e acreditaram que ele mesmo havia desencadeado o ciclone para trazer a planta que não existia na região. Quando, muito tempo depois, Echenoz chegou a Tombouctou, instigado pela descrição de IbnBatouta, as tribos estavam em guerra e o Federal tinha perdido seu prestígio. Echenoz ofereceu por ele grande quantia em dinheiro e o adquiriu. Deixou em testamento a Martial, por saber que ele gostara muito da história.

Satisfeita a curiosidade sobre o Federal, a atenção dos ouvintes voltou-se para os três altos-relevos talhados na base do grande nicho onde tinha sido colocado o Federal. O primeiro representava uma jovem extasiada diante da escrita nas nuvens *D'ORES*. O segundo mostrava a imagem da mesma jovem sentada numa sala suntuosa, extraíndo um fantoche sem um olho de uma almofada azul. O terceiro alto relevo, junto ao chão, mostrava um zarolho vestido de rosa, que mostrava a uma multidão um lingote de mármore verde em cuja superfície superior estava escrito *EGO*, e em segundo plano havia um túnel. Assim, o romance de Roussel faz Canterel deslizar por histórias cada vez mais ricas em imagens fantásticas.

Em *Locus solus*, Roussel (2005) apresenta inicialmente a imagem – do Federal – sustentada por alguns significantes: Echenoz, Tombouctou, IbnBatouta, Duhl-Séroul, Forukko. Em torno desses nomes, ele constrói uma história que situa o lugar mágico e glorioso da imagem. Esgotado o investimento nesta imagem, o olhar desliza metonimicamente para outra imagem sustentada por outra história grandiosa – agora vinculada ao reino de Arthur –, onde a magia da imagem novamente se faz presente, desta vez na forma de palavras mágicas, uma espécie de *abre-te Sésamo*, mas também na imagem do boneco zarolho que esconde um saber.

concluindo

Enquanto na escrita de Joyce as metáforas evidenciam uma relação de estrangeirismo ao corpo, que se destaca como uma casca (Lacan, 2007), sem reação de afeto à violência sofrida, a escrita em Roussel faz a imagem deslizar metonimicamente. Por uma via inteiramente diferente da de Joyce, Roussel se mostra descompromissado com o sentido.

Lacan extrai do texto de Joyce a indicação do desprendimento do corpo, o Imaginário em fuga, ao passo que em Roussel o Simbólico estaria solto. Em Joyce, Real e Simbólico encontravam-se diretamente enlaçados e o quarto elo – a escrita fazendo as vezes de ego – vem atar o Imaginário a ambos. Em Roussel, Imaginário e Real enlaçavam-se, diretamente, não por intermédio do Simbólico, que veio amarrar-se a eles também através da escrita, neste caso, com predomínio da imagem. Ele toma as palavras como imagens decompostas com as quais compõe belos mosaicos.

Diferentemente de Joyce, em Roussel não há nenhum compromisso com o dito. Ele segue na direção que a imagem

indica, tão comprometido com o sentido que acaba por revelar o absurdo inerente ao sentido. Disso se destaca que não há enlace entre Simbólico e Imaginário. Enquanto em Joyce o gozo está no dismantelamento da linguagem, em Roussel o real do gozo assume consistência na experiência da *glória*.

referências

CARADEC, F. *Raymond Roussel*. Paris: Fayard Éditions, 1997.

FOUCAULT, M. *Raymond Roussel*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

JANET, P. *De l'angoisse à l'extase: études sur les croyances et les sentiments*. Paris: L'Harmattan, 2008. v. 1. Originalmente publicado em 1926.

JANET, P. *De l'angoisse à l'extase: études sur les croyances et les sentiments*. Paris: L'Harmattan, 2008. v. 2. Originalmente publicado em 1928.

JOYCE, J. *Retrato do artista quando jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LACAN, J. La tercera. In: _____. *Intervenciones y textos II*. Buenos Aires: Manantial, 1988. p. 4-28. Originalmente publicado em 1974.

LACAN, J. Le séminaire, livre XXII: RSI (1974-1975). *Patrick Valas: médecin, psychiatre, psychanalyste*, Paris, 21 avril 2015. Disponível em: <http://www.valas.fr/Jacques-Lacan-RSI-1974-1975,288>. Acesso em: 20 set. 2016.

LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Originalmente publicado em 1975-1976.

MALEVAL, J. C. A elaboração de uma suplência por um procedimento de escrita: Raymond Roussel. *Latusa Digital*, v. 9, n. 48, p. 2-12, 2012.

MILLER, J. A. *Perspectivas do seminário 23 de Lacan: o sintoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PETIT Larousse illustré. Paris: Librairie Larousse, 1990.

ROUSSEL, R. *Comment j'ai écrit certains de mes livres*. Paris: Gallimard, 2010.

ROUSSEL, R. *Locus solus*. Paris: Flammarion, 2005.

diagnóstico diferencial das toxicomanias a partir do último ensino de Lacan

Cláudia Henschel de Lima

Eis que em meu sonho estava eu de pé nas margens do Nilo. E eis que subiam do rio sete vacas formosas à vista e gordas de carne e pastavam no prado. E eis que subiam após elas, outras sete vacas feias à vista e magras de carne [...]. E as vacas magras e feias comiam as primeiras sete vacas gordas; e entravam em suas entranhas, mas não se conhecia que houvessem entrado em suas entranhas porque o seu aspecto era feio como no princípio. Então acordei. (Gênesis, capítulo 41)

Somente José pôde interpretar o sonho que Deus enviara ao Faraó e que o acometera com a mais terrível das angústias: a paisagem da saciedade precede, como anúncio do pior, a invasão da escassez. A interpretação de José avança na direção de ler que a plenitude e o vazio, a abundância e a escassez são, na verdade, as duas faces da mesma moeda da voracidade opressora. O sonho do Faraó é um sonho de angústia que sinaliza

a presença da vontade mais cruel do Outro. Essa voracidade opressora parece inscrever-se como o cotidiano de nossa época, marcada pelo recuo dos ideais civilizatórios que imporiam limite à voracidade da pulsão de morte e pela eclosão da angústia, do declínio do sentimento de vida, do vazio, do vício, da errância, do suicídio.

O presente trabalho parte, precisamente, desse ponto. Ele sintetiza os resultados de pesquisa de orientação psicanalítica conduzida no Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas (Lapsicon), com sede no Departamento de Psicologia da UFF (Instituto de Ciências Humanas e Sociais, em Volta Redonda), e referente aos processos psíquicos em jogo no desencadeamento dos sintomas contemporâneos: síndromes do pânico, toxicomanias, depressões, anorexias, bulimias. Neste sentido, ele expõe os resultados da articulação entre dois projetos de pesquisa – *A direção de tratamento dos sintomas contemporâneos a partir do diagnóstico de psicose* e *Pesquisa psicanalítica sobre diagnóstico e direção de tratamento das formas atuais de sofrimento psíquico* –, ambos registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (Proppi/UFF) e contemplados com bolsa de iniciação científica (Pibic/UFF).

Para a psicanálise de orientação lacaniana, os sintomas contemporâneos guardam traços em comum: experiência de vazio, declínio do sentimento de vida, redução do sentido inconsciente em relação às manifestações corporais, com ascensão de passagens ao ato e formação de uma identificação imaginária (*eu sou toxicômano, eu sou depressiva, eu sou anoréxica*). Nesta condição estrutural, impõem uma dificuldade especial para a formulação do diagnóstico diferencial no momento das entrevistas preliminares: a localização dos princípios formativos das estruturas psíquicas – a saber, o recalçamento com a resultante formação do sintoma nas neuroses (conversão e desloca-

mento) e a forclusão com o desencadeamento do quadro dos fenômenos elementares nas psicoses.

Não raramente, o psicanalista é confrontado com demandas, aparentemente neuróticas, para o tratamento de episódios depressivos, inibições, perda do interesse nas atividades que antes habitavam a vida do sujeito, declínio do sentimento de vida. E que, com o decorrer das entrevistas preliminares – conforme Lacan (1988) já apontara, a respeito da compatibilidade entre uma fenomenologia clínica de obsessões e fobias e a estrutura psicótica –, demonstram compor o quadro de uma psicose. Tais problemas estão no fundamento deste trabalho e, aqui, se especificam por meio da clínica da toxicomania. Assim, não raramente também, o psicanalista é confrontado com demandas para o tratamento do recurso à droga em sujeitos que, a princípio, não apresentam nenhum passado psiquiátrico de tratamento para a psicose: não evidenciam a ocorrência de delírios, alucinações ou quadros clínicos de melancolia grave. As demandas se localizam no ponto em que o recurso à droga se torna insuportável para o sujeito – seja por retornar abruptamente, após um período longo de abstinência, seja por colocar em risco sua vida. Neste sentido, o presente trabalho tende a concordar com Maleval (1999), quando afirma a necessidade da psicanálise avançar na direção da pesquisa sobre a psicose ordinária para elucidar esses quadros clínicos.

O presente trabalho se coloca nesta direção. Dessa forma, sua proposta principal é revisitar a fórmula de que a droga permite a ruptura com o falo, elaborada por Lacan (1975), em *Intervenção no encerramento da Jornada de cartéis na Escola Freudiana de Paris*, a partir da referência, mais contemporânea na literatura psicanalítica, à psicose ordinária, a fim de sustentar a hipótese de que a estrutura psíquica que sustenta o recurso à droga é a psicose. Para o desenvolvimento desta proposta de trabalho, foi utilizada a metodologia de levanta-

tamento bibliográfico de referências clássicas e recentes em psicanálise. Foram utilizadas referências do psicanalista francês Jacques Lacan, pertencentes ao marco teórico do primeiro e do segundo ensino, com o objetivo de fundamentar a teorização sobre a psicose (a partir do primeiro ensino), em torno da forclusão do Nome-do-Pai, e o avanço dessa investigação de Lacan (no segundo ensino), na direção do falo e suas perturbações. Neste sentido, foram referências fundamentais: 1) Os escritos: “Formulações sobre a causalidade psíquica” (Lacan, 1946/1997c); “O estádio do espelho como formador da função do eu” (Lacan, 1949/1998b); “Seminário sobre ‘A carta roubada’”(Lacan, 1955/1998d); “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”(Lacan, 1955-1956/1998a); “Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*” (Lacan, 1966/2003). 2) Os seminários: *O seminário, livro 2: o eu na teoria e na técnica da psicanálise* (Lacan, 1954-1955/1985a); *O seminário, livro 3: as psicoses* (Lacan, 1955-1956/1985b); *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (Lacan, 1959-1960/1988); *O seminário, livro 10: a angústia* (Lacan, 1962-1963/2005); *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1964/2008); *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (Lacan, 1968-1970/1992); *O seminário, livro 19: ...ou pior* (Lacan, 1972/2012); *O seminário, livro 20: mais, ainda* (Lacan, 1972-1973/1985c); *Le séminaire, livre XXII: R. S. I.* (Lacan, 1974-1975/2015); *Intervenção no encerramento da Jornada de cartéis na Escola Freudiana de Paris: documentos para uma Escola* (Lacan, 1975); *O seminário, livro 23: o sinthoma* (Lacan, 1975-1976/2007).

Por meio dessas referências, o trabalho situou a fórmula sobre a droga, elaborada por Lacan (1975), no campo da teorização acerca das perturbações do falo. Em seguida, o recurso à literatura psicanalítica atual em torno das psicoses ordinárias (Miller, 2004; Miller, 2009b; Maleval, 2014) permitiu ao trabalho situar a possibilidade de articulação entre o fenômeno clínico de recurso à droga a uma conjuntura de

desencadeamento da psicose, em que a perturbação do falo é o fator principal, ainda que não haja, necessariamente, a evidência imediata quanto a ocorrência de fenômenos elementares típicos da forclusão do Nome-do-Pai. Neste ponto, deu-se prioridade às referências de Jacques-Alain Miller e Jean Claude Maleval, que se referem diretamente ao tema do diagnóstico diferencial nas psicoses ordinárias: é o caso, por exemplo, de *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes* (Miller, 2004); *A arte do diagnóstico: o rouxinol de Lacan* (Miller, 2006) e *Effet retour sur la psychose ordinaire* (Miller, 2009); “Identificaciones imaginarias y estructura psicótica no desencadenada” (Maleval, 1999); “Elementos para uma apreensão clínica da psicose ordinária” (Maleval, 2014). Neste trabalho, também foram referenciados outros autores contemporâneos, que seguem o marco teórico da psicanálise e que abordaram a articulação entre psicose e toxicomania.

uma breve consideração sobre a ruptura com o falo na toxicomania

A literatura psicanalítica produzida por Freud e Lacan já registrava o caráter inovador da psicanálise no campo da pesquisa diagnóstica e da direção de tratamento das formas de sofrimento psíquico. É o caso, por exemplo, da revisão do conceito psicopatológico de neurose, originalmente elaborado por Cullen e Charcot (Costa Pereira, 2010), da elaboração das categorias clínicas de neurose de angústia e neurose atual (Freud, 1926[1925]/1976), da pesquisa clínica sobre a psicose, que conduziu Lacan (1946/1998b; 1949/1998b; 1955-1956/1998a) à definição do conceito estrutural de forclusão, e da extensão dessa pesquisa para o campo da toxicomania (Lacan, 1975). De fato, em 1975, na *Intervenção no encerramento da Jornada de cartéis na Escola Freudiana de Paris*, o autor retoma a experiência de angústia em Hans, demonstrando que a formação da fobia é uma tentativa de solução para

a angústia decorrente da eclosão da pulsão em seu órgão, e distinta do sintoma. Lacan (1975) ressalta, também, o trabalho psíquico de Hans para lidar com a invasão da pulsão em seu órgão (falo) e a localiza como a porta de entrada na neurose, como o marco a partir do qual se estruturará a fantasia. No quadro desta discussão clínica sobre a distinção entre fobia e sintoma, Lacan formula, então, a hipótese referente ao estatuto da droga no funcionamento psíquico, localizando seu recurso no ponto em que se verifica a ruptura com o falo: “[...] não há outra definição da droga senão esta: é o que permite romper o casamento com o *pequeno pipi*” (Lacan, 1975, p. 113).¹

Sua hipótese sustenta, então, que na base da fenomenologia do recurso à droga subjaz uma perturbação no funcionamento do falo. Essa hipótese acarreta um impasse especial com relação à causalidade diferencial da psicose, teorizada ao longo dos seminários e escritos de Lacan até o ano de 1975: se, subjacente ao recurso à droga, Lacan localiza a ruptura com o falo, então esse recurso é indicativo do processo de forclusão? O Quadro 1 foi confeccionado pela pesquisa para apresentar as fórmulas relativas à causalidade diferencial da psicose e à hipótese lacaniana da toxicomania:

Quadro 1. Causalidade diferencial na psicose e na toxicomania

Caso <i>standard</i> da metáfora paterna	NP ↔ Phi
Psicose	NP0 ↔ Phi0
Toxicomania	Droga ↔ Phi0

A leitura do Quadro 1 evidencia o problema fundamental colocado pela fórmula da toxicomania, tal como fora elaborada por Lacan (1975): será que sua clínica permite afrouxar a relação

1 A autora do trabalho se responsabiliza pela tradução da frase, que no original é: “il n’y a aucune autre définition de la drogue que celle-ci: c’est ce qui permet de rompre le mariage avec le *petiti-pipi*” (Lacan, 1975, p. 113-

que há entre NP0 e Phi0 a ponto de permitir a ocorrência de fenômenos de Phi0 sem a ocorrência de NP0?

Na linha de continuidade na área da pesquisa sobre diagnóstico diferencial em psicanálise, a pesquisa atual sobre psicoses ordinárias, inaugurada a partir do final dos anos 1990 (Miller, 2004; Godoy; Mazzuca; Schejtman, 2004; Godoy, 2009; Schejtman, 2009; Maleval, 2014), tem demonstrado essa possibilidade de avanço na investigação dos processos psíquicos em jogo no desencadeamento dos quadros de sofrimento psíquico contemporâneos – em especial aqueles que são indicativos da psicose. A pesquisa conduzida pelo Lapsicon em torno das psicoses ordinárias permite elucidar os fenômenos típicos dos casos de toxicomania – pregnância do imaginário, relação de estranheza entre o eu e o corpo, declínio do sentimento de vida – que, a princípio, não respondem ao fator etiológico da forclusão do Nome-do-Pai (NP0), mas que são tributários da forclusão do falo (Phi0), indicando a ocorrência de uma anomalia em Phi que também se verifica na psicose.

da hegemonia da metáfora e da contaminação do real pelo simbólico no primeiro ensino de Lacan à hegemonia do real no último ensino

O retorno à Freud, conduzido por Lacan ao longo dos primeiros escritos e seminários de seu ensino, teve como bússola o recurso à doutrina da ciência em Alexandre Koyré e ao estruturalismo, para a formalização lacaniana da teoria do sujeito e a fundamentação de uma clínica, que respondesse ao contexto da época orientado pelo avanço de uma psiquiatria cada vez mais divorciada da clínica, cada vez mais afinada com a bioquímica, como instrumento metodológico para a abordagem do funcionamento psíquico (Henschel de Lima; Ramos, 2015).

No que se refere à doutrina da ciência, Lacan (1954-1955/1985a) recorreu à tese de Alexandre Koyré sobre o matematismo da ciência, que localizava no real a presença de um saber que lhe era imanente. Em se tratando do estruturalismo, interessava a tese de uma estrutura irreduzível no fundamento dos fenômenos observáveis. Ambos os recursos resultaram na radicalização da relevância da doutrina freudiana do Complexo de Édipo como essa estrutura, reduzindo-a à teorização do Nome-do-Pai como metáfora. Nessa referência epistemológica da metáfora paterna, dois axiomas definiram o procedimento de formalização do inconsciente:

1. O inconsciente é estruturado como uma linguagem.
2. O significante é o que representa um sujeito para outro significante.

Assim, os conceitos de inconsciente e de recalçamento foram reinterpretados a partir da operação da estrutura. Tem-se, então, uma teorização no sentido da valorização do simbólico e do determinismo do sujeito pelo significante, sendo dada relevância à ação estruturante do Nome-do-Pai como metáfora sobre a pulsão, ou seja, à sobreposição do real pelo simbólico (Miller, 2013). Ainda obedecendo à referência epistemológica da metáfora paterna, e avançando na elaboração da disciplina clínica do diagnóstico diferencial na psicose, destaca-se o escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (Lacan, 1955-1956/1998a). Nele, o autor dá consequência clínica ao quadro epistemológico que sustenta a teorização do Nome-do-Pai, nessa época, e define o funcionamento da realidade psíquica pela polaridade presença-ausência do Nome-do-Pai (NP-NP0) e, por conseguinte, pela descontinuidade entre neurose e psicose. Essa polaridade permite elucidar que, se as formações do inconsciente são o fenômeno mínimo a partir do qual se reconhece a

ação do recalçamento na estrutura neurótica, os fenômenos elementares são os fenômenos mínimos a partir dos quais é possível reconhecer os efeitos estruturais da foracclusão do Nome-do-Pai (NP0) e da foracclusão do falo (PHI0) na psicose.

No quadro das premissas estruturais dos anos 1950, a fórmula NP-NP0 reforça a condução lógica do diagnóstico diferencial, sendo que NP0 é a escrita que define as modalidades de desencadeamento na psicose:

1. O apelo ao significativo foracluído do Nome-do-Pai por Um-pai: um estudo de caso sobre recurso à heroína (Miller, 2004) permite localizar com precisão a irrupção do abismo da foracclusão e a precipitação da psicose em um sujeito: aos trinta anos, ele chega a um centro de tratamento para toxicomania e demanda falar de sua impotência sexual. Seu relato é organizado em três acontecimentos: aos quatro anos, o sujeito se depara com o pai no vão da porta de casa, com uma cabeça de lobo; aos oito anos, tenta fazer amor com uma coleguinha e não consegue; aos quinze anos, a cena se repete e ocorre o recurso à heroína.

2. A dissolução de um elemento estabilizador (uma identificação, por exemplo): Lacan (1955-1956/1985b; 1955-1956/1985a) especifica a ocorrência de duas modalidades de identificação, nesses casos – uma, é a identificação conformista e a outra, aquela que “teria sua raiz nos caminhos imaginários por onde o desejo da criança vem a se identificar com a falta-a-ser da mãe” (Lacan, 1955-1956/1998a, p. 572).

3. A descompensação da operatividade de uma causa específica: Maleval (2014) relata o caso de Fulmen Cotton, um dos mais célebres loucos literários franceses da segunda metade do século XIX que teria tido, aos oito anos de idade, quando fizera a primeira comunhão, a ideia fixa de tornar-se Papa. Os sinais evidentes do desencadeamento de sua psicose só apareceriam aos trinta e três anos, já no contexto de sua vida sacerdotal.

O Quadro 2 sintetiza as indicações teórico-clínicas de *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes* (Miler, 2004) – em especial, do capítulo da Seção Clínica de Lille, dedicado à investigação sobre o início da psicose – e de Alvarez, Estéban e Sauvagnat (2009), no campo da psicopatologia psicanalítica. O Quadro é uma síntese da pesquisa, conduzida pelo Lapsicon, em torno dessas referências e dispõe sobre a relação entre o campo dos fenômenos elementares e os efeitos de NP0-PHI0:

Quadro 2. Efeitos estruturais de NP0 e PHI0 e fenômenos elementares

NP0	PHI0
<p>Vivências delirantes primárias – Fenômenos elementares que concernem ao sentido e à verdade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Humor delirante • Percepção delirante • Ocorrência delirante • Interpretação delirante • Desrealização 	<p>Vivências de influência corporal – Fenômenos elementares de automatismo corporal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imagem da criatura • Ideias delirantes ligadas à sexualidade e ao corpo • Passagens ao ato (por exemplo, automutilação) • Disfunções corporais
<p>Alterações da vivência ou experiência do pensamento – Fenômenos elementares de automatismo mental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Difusão do pensamento • Leitura de pensamento • Inserção do pensamento • Roubo do pensamento • Eco ou sonorização do pensamento • Alucinações auditivas ou verbais 	

A referência epistemológica da metáfora paterna, neste momento do ensino de Lacan, permite, ainda, ressaltar um ponto fundamental, especificamente discutido em *O seminário, livro 3: as psicoses* (Lacan, 1955-1956/1985b). A metáfora da

planta, utilizada pelo autor para definir o estatuto de *elementar*, sublinha que o conhecimento clínico dos fenômenos elementares é relevante na delimitação do diagnóstico de psicose, tanto com relação à especificidade de sua ocorrência nas psicoses (são os fenômenos específicos ou patognomônicos da psicose) como com relação à evidência dos diferentes componentes em jogo no funcionamento da estrutura:

São elementares como o é, em relação a uma planta, a folha em que se poderá ver um certo detalhe do modo como as nervuras se imbricam e se inserem – há alguma coisa de comum a toda planta que se reproduz em certas formas que compõem sua totalidade. (Lacan, 1955-1956/1985b, p. 28)

O avanço da pesquisa de Lacan em torno das estruturas clínicas imporá a reordenação de seu ensino centrado na hipótese de que há uma estrutura a partir da qual decorre a elucidação do funcionamento pulsional. No entanto, não encontraremos em Lacan o abandono das referências clínicas desta época – principalmente os achados sobre a forclusão e a irrupção dos fenômenos elementares, apresentados no estudo do caso Schreber, em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (Lacan, 1955-1956/1998a).

A categoria de Coisa (*Das Ding*), formulada ao longo do seminário *A ética da psicanálise* (Lacan, 1959-1960/1988), evidencia, a partir da conjugação Kant com Sade, a presença de um elemento irreduzível ao significante e à estrutura, na forma da contaminação do Bem pela pulsão. Ao problematizar a relação entre a lei do significante e a pulsão, Lacan evidencia o estatuto singular do Nome-do-Pai, convertendo-o em um princípio próprio para cada sujeito, ao mesmo tempo em que aponta para a problematização da hegemonia do simbólico, sem colocar em questão a validade do conceito de forclusão para a elucidação dos processos psíquicos na psicose.

Esse abalo da lógica do significante, a partir da categoria de Coisa, avança no marco do seminário *A angústia* (Lacan, 1962-1963/2005). Aqui, Lacan está diante de um resto não assimilável pelo Nome-do-Pai: o afeto da angústia. Ele dá prosseguimento à investigação do status desse afeto e sua relação com a castração. De fato, o princípio explicativo da angústia de castração é localizado por Lacan (1962-1963/2005) no apagamento da função fálica no ato sexual, evidenciando, assim, a presença de um elemento causal que não se esgota na ameaça oriunda do Outro, que não depende de uma referência edípiana na forma da metáfora paterna, mas que se refere diretamente ao fato biológico do órgão masculino e de seu funcionamento na cópula – fato que, progressivamente, em seu ensino será elaborado por meio da sexuação (Miller, 2005a).

A localização do princípio da angústia de castração no apagamento do órgão é o marco desta inversão conceitual que possibilitará a extensão da clínica psicanalítica para além da lógica do significante. Os operadores clínicos edípianos da metáfora paterna e do desejo enigmático da mãe recuam no ponto em que a angústia evidencia a presença de um elemento causal primeiro, não especularizável e não-agalmático, anterior e irreduzível ao Nome-do-Pai. Esse elemento será isolado por Lacan (1962-1963/2005) por meio da notação objeto *a*, pluralizado na anatomia do corpo indicando, ainda, uma relevância da função fálica na elucidação clínica das psicoses.

O recuo do operador Nome-do-Pai será abordado em outro momento fundamental dos seminários de Lacan. Trata-se do seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, no qual Lacan (1964/2008) escreve a fórmula do ateísmo: *Deus é inconsciente*. Extraída do comentário a respeito do sonho *Pai, não vês que estou queimando?*, essa fórmula evidencia a própria estrutura do inconsciente para Lacan: um pai mudo, adormecido,

que nada sabe, diante do fogo real que invade o corpo inanimado de um filho, como correlato de um inconsciente que já não funciona mais a partir da metáfora paterna. Assim, a morte do Pai, que desde a descoberta freudiana do inconsciente fora o eixo em torno do qual se deduzira a estrutura do sujeito, a partir da renúncia à satisfação pulsional, cede seu lugar a um real sem lei, exterior ao simbólico – e distinto da referência de que há saber no real, extraída da doutrina estrutural e que permitira a Lacan (1954-1955/1985a) sustentar a sobreposição do real pelo simbólico.

A imposição deste real sem lei será isolada na retomada da discussão clínica do caso Schreber, em *Apresentação das Memórias de um doente dos nervos* – onde Lacan (1966/2003) ressalta que a submissão de Schreber em relação a Deus é a submissão ao gozo de Deus (e que o próprio ser de Schreber respalda isso) – marca: 1) A progressiva relevância teórica da categoria de real; 2) O abalo da hegemonia do simbólico no interior do qual o gozo é definido por sua regulação pelo significante; 3) O eixo da pesquisa clínica orientado para o processo de extração – não extração do objeto *a*.

E, conseqüentemente, o próprio avanço da investigação em torno da psicose na direção do falo e suas perturbações, ou seja, da irrupção de um gozo fora do limite, não falicizado, no corpo (a imagem da criatura em Schreber, por exemplo, ou o gozo transexualista). A presença, portanto, de questões clínicas, que vão desde a perversão, passando pela irrupção da angústia na neurose, até a retomada da discussão clínica do caso Schreber, será a alavanca para a reordenação de seu ensino teórico na direção de sustentar a hipótese de um real anterior à estrutura e da posição do saber como posterior ao real, como uma elucubração de sentido.

Em *O seminário, livro 20: mais, ainda*, Lacan (1972-1973/1985c) avança na teorização deste real anterior à estrutura sustentando a hipótese de que o corpo é o resto do objeto *a* e *i(a)* é a roupagem deste resto. Essa formulação permite um aprofundamento da pesquisa teórica de Lacan (1949/1998), em torno do estádio do espelho, e da investigação sobre as psicoses no sentido de elucidar fenômenos clínicos em que o sujeito, em um primeiro momento, encontra-se muito apegado ao eu e passa a experimentar uma observação incessante (autoscopia) ou o *signal do espelho* para, em um segundo momento, experimentar a reação clástica com aderência do objeto a à imagem (Maleval, 2014).

A escandalosa atualidade do ensino de Lacan reside na competência de seus axiomas para o tratamento rigoroso dos problemas que a época impõe à clínica, isolando o quadro sintomático atual: os desligamentos da pulsão em relação ao Outro, a pregnância do eixo imaginário, a presença maciça do pai da realidade, a falência do sentimento da vida, a experiência de fuga do sentido. Atualmente, a literatura psicanalítica (Miller, 2004; Miller, 2009b; Maleval, 2014) vem pesquisando as conjunturas de desencadeamento pontual, denominando de psicoses ordinárias, ou seja, psicoses discretas, os quadros de desencadeamento que podem estar encobertos por sintomas contemporâneos (uso de drogas, anorexias), sem evidência imediata da ocorrência de fenômenos elementares típicos da foraclusão do Nome-do-Pai. O que não implica que não haja a evidência de fenômenos associados à foraclusão do falo. Neste sentido, o problema referente à possível transestruturalidade da toxicomania ganha relevância: não seria a ruptura com o falo indicativo do desencadeamento da psicose? A colocação deste problema evidencia uma preocupação com a direção do tra-

tamento a partir desse quadro sintomático atual, sem recuar diante da perspectiva diferencial entre neurose e psicose.

Com o objetivo, então, de avançar nas últimas formulações de Lacan a respeito da toxicomania, torna-se necessário retomar o momento em que, na estruturação subjetiva, se dá a inscrição do falo. Lacan (1975-1976/2007) afirmará que, quando alguém acredita que é macho, o faz por ter o pênis entre as pernas; no entanto, é preciso ter um elemento a mais: o falo é a conjunção deste parasito – o pênis – com a função da palavra. Trata-se, aqui, do fato de que o pênis venha a conceder ao significante. E, para que ocorra a inscrição do falo, é preciso justamente que o órgão responda à palavra. Dessa forma, a inscrição do falo coincide com essa relação entre um órgão e a palavra, ou seja, o que Lacan definira como fazer do órgão um instrumento.

o marco do último ensino de Lacan

No interior da perspectiva epistemológica que se abre a partir do segundo ensino de Lacan, com a teorização do objeto *a* (Lacan, 1962-1963/2005), o recurso à droga é entendido como resultante da ruptura da parceria com um Ideal, que daria uma localização à satisfação pulsional ($I(a)$). Liberada da localização pelo Ideal, a pulsão passa a circular livremente e seus objetos, bem como o imperativo de satisfação – na forma do “Goze! Consuma!” –, se convertem em bússola para o sujeito.

Nesse ponto, as análises feitas por Miller (2005b, p. 8), sobre essa vertente do objeto *a* na contemporaneidade, fazendo referência à categoria de hipermodernidade em Gilles Lipovetsky ou à definição de Jean-Jacques Rousseau para o termo entusiasmo, indicam a pregnância do objeto e seu estatuto de bússola para o sujeito. Além disso, tais análises indicam ainda que a direção

de tratamento da toxicomania deve observar o fator que está subjacente à prática aditiva: a irrupção do gozo (Miller, 2002-2003, 2004, 2005b, 2010). Dessa forma, o vetor epistemológico do ensino de Lacan – do objeto *a* ao nó borromeano – permite situar que o declínio da divisão subjetiva (pedra angular da psicanálise freudiana) é índice: da ascensão do objeto *a* à categoria de agente sobre a experiência subjetiva, no lugar da determinação significativa; da voracidade do mais-gozar em detrimento da renúncia pulsional; da biologização do saber sobre o homem que, em conjunção com a ditadura do mais gozar, incide diretamente sobre o corpo dispensando a partilha entre os sexos.

Em um fragmento da 15ª aula de *El otro que no existe y sus comités de ética* (Miller, 1997), com a participação do psicanalista Hugo Freda, é retomado o esquema L, desenvolvido por Lacan (1998) em *O seminário sobre “A carta roubada”*, para debater a especificidade do sintoma contemporâneo e sustentar um ponto crucial sobre a pregnância do denominativo na toxicomania: a ruptura da parceria com o Nome-do-Pai como significante privilegiado que ordena o mundo e orienta a solução para as interrogações sobre o sexo e a morte que atravessam a existência humana torna pregnante o eixo imaginário da relação transitivista entre *a* e *a'*. Freda (Miller, 1997) localiza nesse eixo a aparição de denominativo *sou toxicômano*:

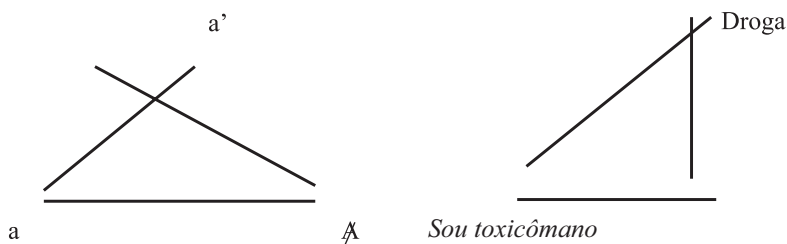


Figura 1. Toxicomania no Esquema L

A ruptura com o Outro, a pregnância do eixo imaginário, a invasão do gozo, livre da regulação do Nome-do-Pai, sobre o eixo imaginário – explicando o favorecimento das passagens ao ato – definem a especificidade da toxicomania e esclarecem por que no recurso à droga é hegemônico:

1. O declínio da divisão subjetiva produzida a partir da incompletude do Outro, da dimensão do inconsciente enquanto saber enigmático sobre o ser (sou homem ou sou mulher? Estou vivo ou morto?).
2. A aderência à substância química.
3. O ancoramento em características monossintomáticas correlacionadas ao modo de relação com a droga (*sou dependente químico*).

A especificidade da toxicomania nos coloca diante de uma questão clínica importante, referente ao diagnóstico diferencial. Conforme o desenvolvimento feito até aqui, não são casos para os quais o binômio NP-NP0 possa servir como referência para o estabelecimento de um diagnóstico estrutural de neurose ou psicose, para além do fenômeno da toxicomania. No entanto, se tais casos questionam a primazia deste modelo, isso não significa uma rejeição do diagnóstico diferencial em nome de categorias intermediárias, tais como *borderline* ou *personalidade narcisista*, para a direção de tratamento da toxicomania. Mas sua redefinição a partir do que Miller (2006, p. 31) denominou de modos de gozo:

Existe o modo de gozar individual e temos com isso um conceito não todo elaborado. O que chamamos “mais gozar” é uma abordagem distinta do significante, porque não argumenta em termos de hiância, suplemento [...] mas de funcionamento; ou seja, na positividade da qual se distribui a libido. Dado que tomam a libido por axioma, como uma quantidade constante, trata-se de sua distribuição.

Falar de “quantidade constante” é indicar que não há falta. A falta está no nível do significante fálico, do A, de todas essas ficções e jogos de palavras [...]. No nível da libido, como quantidade constante, significa que nunca existe uma hiância. De modo que, se nos falta uma parte de libido, é preciso supor que a libido do paciente passou para um outro lado que não conhecemos. É, pois, uma perspectiva segundo a qual não há falta, há somente distribuição. Lacan combina os dois aspectos, o significante que funciona em decorrência de uma hiância e a perspectiva da libido, segundo a qual não há hiância.

Nessa consideração, o autor retoma a precisão conceitual do último ensino de Lacan para dar as coordenadas do que vem a ser a ação do Nome-do-Pai no funcionamento psíquico: ele se constitui sobre a presença de um lapso estrutural definido pela ausência do operador do Nome-do-Pai, deste significante que dá garantia ao Outro. Consideremos, ainda, a definição de Skriabine (2007, p. 242) para a estruturação da experiência humana, segundo a perspectiva teórica do último ensino de Lacan:

A experiência humana se estrutura em relação a três categorias, que são aquelas da experiência analítica, destacadas por Jacques Lacan, sob os nomes de Real, Simbólico e Imaginário. Esses três registros são, fundamentalmente, heterogêneos. Para se sustentar na realidade humana, a dos discursos, para fazê-la consistir em suas três dimensões, para criar e manter um laço social com seus congêneres, o sujeito precisa manter juntos esses três registros, deve encontrar, para eles, uma medida comum. Fazer assim consistir uma realidade que não tem nenhuma existência intrínseca, pois ela é somente um véu tecido de imaginário e simbólico que serve para recobrir o real é, no entanto, necessário para o ser falante, para o sujeito, para se proteger desse real que escapa ao significante e à imagem, e que é, como tal, insuportável. Essa proteção, que permite a

um discurso se desenvolver e fazer laço implica uma contrapartida, que é limitação do gozo, senão sem limites, da Coisa primordial, dito de outra maneira, da mãe. Esta limitação procede da implantação da função do pai: interposição, interdição do incesto, estabelecimento da lei simbólica são o fato dessa função. [...] O Nome-do-Pai realiza, assim, como *bejahung* (dizer que sim) da realidade da castração, o acesso do ser falante ao universo dos discursos e à proteção contra o real que permite a instauração do laço social. Em outros termos, a função do Nome-do-Pai é de manter junto, para cada sujeito, um a um: Real, Simbólico e Imaginário; e de permitir fazer consistir uma realidade [...]. O Outro não existindo, não há garantia última: o significante que garantiria o Outro falta ao Outro.

A afirmação referente à inexistência do Outro não implica em uma pulverização do pai no sentido de sua inexistência, mas de sua independência com relação ao Édipo, ou com relação ao que Lacan tematizara pela metáfora paterna. Tais considerações epistemológicas nos conduzem a uma perspectiva diferente da experiência subjetiva, segundo a orientação lacaniana: a perspectiva de que o funcionamento psíquico se constitui sobre a radicalidade do lapso, do furo, e que o NP cumpre o recurso de oferecer consistência à realidade pela limitação do gozo. Tal concepção sugere a distinção de dois pontos fundamentais para a clínica, a partir do marco do último ensino de Lacan:

1. O vazio constitutivo do sujeito.
2. O que intervém para solucionar esse vazio.

De acordo com o que foi desenvolvido anteriormente, sabe-se que a formulação do objeto a implicou em uma definição ética (e não ôntica) da subjetividade. Essa ética situa a causalidade do sujeito no que claudica e orienta o vetor do ensino de

Lacan rumo a uma clínica aproximada ao real e na qual os diferentes recursos ao Nome-do-Pai têm a função de sustentação, de solução, para o vazio. Neste sentido, o nó borromeano representa um esforço de pensar a relação entre a pulsão e a estrutura, fora de uma referência ao Outro (Skriabine, 2009). E, conseqüentemente, a possibilidade de investigar a hipótese do recurso à droga no quadro teórico da extração – não extração do objeto *a* e da forclusão do falo sem dispensar o conceito de psicose.

da lógica ao nó

As primeiras formulações conceituais do nó borromeano, no último ensino de Lacan, datam do ano de 1972 – época de *O seminário, livro 19: ... ou pior*. Elas representam a elaboração de um novo modelo para pensar a clínica, a partir da passagem teórica da metáfora paterna para o nó borromeano. Conforme fora desenvolvido anteriormente, essa superação foi sendo construída a partir de um marco teórico fundamental no ensino de Lacan: a elaboração da teoria do objeto *a*. No seminário *Mais, ainda*, Lacan (1985) dedicará uma lição exclusiva ao tema, evidenciando com isso o deslocamento da lógica do significante para o nó como explicativo do funcionamento das estruturas psíquicas. Esse poder explicativo do nó se verifica pela retomada da ocorrência das frases interrompidas em Schreber com a finalidade de demonstrar que por faltar um dos anéis no nó, os demais se soltam.

Essa ruptura dos anéis será definida no *Le séminaire, livre XXII: R. S. I.*, onde Lacan (1974-1975/2015) afirma que o seu avanço em relação a Freud situa-se no estatuto concedido ao pai. Segundo Lacan, Freud teria identificado os anéis R, S, e I, que estariam independentes, e teria elaborado o complexo de Édipo como um quarto anel para fazer consistir sua construção teórica. Lacan se considera mais radical do que Freud e reduz o Nome-do-Pai, do teatro edipiano, à função de dar nome às coisas.

Em *O seminário, livro 23: o sinthoma*, Lacan (1975-1976/2007) elabora o axioma de seu último ensino: a relação sexual não existe. Esse axioma define o que foi localizado acima como o lapso, o furo, o vazio constitutivo da experiência subjetiva, explicando também o estatuto do Nome-do-Pai, já formulado em *R. S. I.* Se existisse a relação sexual, bastaria um nó de três anéis. No entanto, como há uma falha de estrutura no ser falante, sempre ocorrerão os lapsos do nó e o recurso ao quarto anel, agora denominado por Lacan de *sinthoma*:

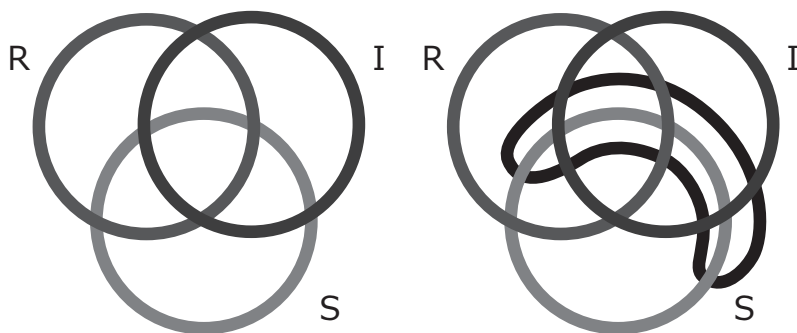


Figura 2. Nó de Lacan: os três anéis separados e o enodamento pelo *sinthoma*
 Fonte: adaptado de Lacan (1975-1976/2007).

Esse quarto nó estabelece, então, uma relação entre os três anéis (R, S, I), indicando, assim, que o Nome-do-Pai assegura a função borromeana do nó fazendo consistir uma realidade ao manter unido, para cada sujeito, os anéis R, S, I. Por isso, no nó borromeano, a função paterna foi referida como *Père-Version*:

Digo que é preciso supor tetrádico o que faz o laço borromeano – perversão quer dizer apenas *versão em direção ao pai* – em suma, o pai é um sintoma, ou um sinthoma, se quiserem. Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a existência do sintoma. (Lacan, 1975-1976/2007, p. 21)

Retomando a denominação do vetor epistemológico do ensino de Lacan, é possível sustentar a hipótese de que *além do Édipo* não implica na superação do Nome-do-Pai, mas na possibilidade de determinar o grau de operatividade deste quarto anel, subjacente ao quadro clínico em que é pregnante a eclosão de um real sem lei, de um gozo desregulado e a ausência de uma cobertura garantida pelos anéis S e I, como é o caso da toxicomania.

As falhas, os lapsos constitutivos do nó não se restringem à psicose, conforme ocorria no primeiro ensino de Lacan centrado no entendimento da psicose a partir do déficit do Nome-do-Pai. Ao contrário, se generalizam para o campo das neuroses. Assim, com o lapso generalizado do nó torna-se evidente que o déficit habita as estruturas clínicas, que em todas elas aparece o nó mal feito, mal constituído. Neste ponto, há uma diferença entre o paradigma Schreber, localizado no primeiro ensino de Lacan, e o paradigma Joyce, que fundamenta seu último ensino. Conforme fora mostrado anteriormente, no paradigma Schreber o lapso estava localizado na psicose e era definido como um déficit do NP no quadro clínico-conceitual em que domina o NP como norma. No paradigma Joyce, o déficit se generaliza de tal forma que impõe uma redefinição do diagnóstico diferencial – até então, organizado em torno do binômio NP-NP0 e da norma neurótica. Nesse paradigma, a estrutura é pensada em conformidade com a própria fundamentação clínica do nó borromeano. Essa distinção entre um paradigma dominado pela norma neurótica e um paradigma dominado pelo vazio estruturante, evidenciado na psicose, é feita por Lacan (1964/2008) na conclusão de uma apresentação de pacientes, na qual ele se refere à dois tipos de pacientes – o psicótico freudiano e o psicótico lacaniano – retomando, uma vez mais, o aspecto da fala imposta na psicose:

Alguns meses antes examinei alguém que foi rotulado como um psicótico freudiano. Hoje, vimos um psicótico lacaniano [...] muito claramente identificado. Com essas “falas impostas”, o imaginário, o simbólico e o real. É por este fato que não estou muito otimista com respeito a este jovem. Ele tem o sentimento de que a fala imposta ficou pior. O sentimento de que ele chama “telepatia” é um degrau a mais. Além disto, o sentimento de estar sendo visto o coloca em desespero. (Lacan, 1966/2003, p. 16)

Dessa forma, retomando os dois pontos fundamentais do último ensino abordados acima – o vazio constitutivo do sujeito e o que intervém para solucionar este vazio – é possível afirmar que as estruturas psíquicas resultam da natureza da amarração, da solução encontrada para o lapso. Miller (2004) afirma que tanto o psicótico como o normal são variações da experiência humana, diante do lapso aberto pela inexistência de um significante privilegiado no Outro para regular o gozo. Esse pareamento entre a psicose e a normalidade neurótica resulta em um novo parâmetro para a clínica, que leva em consideração os modos de gozo e seu ponto de basta:

Del mismo modo que generalizamos la forclusión es preciso, ciertamente, generalizar el Nombre del Padre. Este movimiento está presente en la enseñanza de Lacan. Tal como li introduzco aquí, el punto de basta generaliza el Nombre del Padre. Pero es un abreviación: el punto de basta del que se trata es menos un elemento que un sistema, un anudamiento, un aparato, que hilvana, engancha. (Miller, 2004, p. 319)

Assim, a partir da generalização do Nome-do-Pai – por seu deslocamento do lugar de significante garantidor da existência do Outro – se elucida que o recurso à droga não se apresenta como um fenômeno clínico que atualizaria diagnósticos

de *borderline*, *neurose narcisista* ou *caso limite*. No marco do último ensino de Lacan (1975), o recurso à droga, no ponto em que se verifica a ruptura com o falo, pode, finalmente, ser localizada no campo das psicoses. Neste sentido, vale considerar uma observação de Deffieux (apud Miller, 2004, p. 201), a respeito da importância de não se suprimir a disciplina lacaniana do diagnóstico diferencial:

Si se hubiera presentado a Freud, B. habría podido ser considerado como afectado por una neurosis narcisista. Con Bergeret sin duda se habría ubicado en la categoría *borderline*. Si se hubiera topado con la psiquiatría americana partidaria del DSM-IV, probablemente se lo habría clasificado en las perturbaciones del humor. Un analista de la *Internacional Psychoanalytical Association*, desdeñando la clasificación estructural para no comprometer la escucha, habría podido oírlo como histérico.

Y el analista lacaniano? Depende todavía del momento de la enseñanza de Lacan en el que se habría basado. Si se basara tan solo en la enseñanza de los años 50, en la clínica del Nombre del Padre, difícilmente podría orientarse.

[...] Esta clínica [...] no se opone en absoluto a la barrera estructural neurosis-psicosis establecida por el doctor Lacan en los años 50. Por el contrario, permite colocar del lado de la psicosis a una categoría de sujetos que hasta entonces eran clasificados en todas las categorías que acabo de mencionar, salvo en la psicosis.

Retomando a afirmação que foi feita ao longo deste trabalho, a respeito da junção entre o último ensino e a disciplina do diagnóstico diferencial, vale recordar que Lacan desenvolveu duas hipóteses importantes: a primeira está presente em *Le séminaire, livre XXII: R. S. I.* e a segunda é formulada ao longo de *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Em *R. S. I.* Lacan estabelece

a distinção entre psicose borromeana e neurose olímpica, sustentando que as neuroses são não-estouráveis já que se um anel se rompe, o enodamento com os outros não é afetado. Essa distinção não irá se manter. Em *O sinthoma*, o autor sustentará que a propriedade borromeana tende a restringir-se à neurose, ao passo que as amarrações psicóticas deixam os anéis em continuidade, sendo não borromeanas. Além disso, avança um passo importante no sentido de sustentar, no lugar da fórmula única para todos os casos de psicose, sua diversidade, distinguindo duas formas clínicas de psicose, a partir da elaboração do nó: a esquizofrenia e a paranoia. É o caso do nó de trevo da paranoia e das diversas formas de interpenetração de dois anéis, a partir do lapso que provoca a soltura de um anel: o imaginário na esquizofrenia, o real na parafrenia, o simbólico nas psicoses maníaco-depressivas.

Na esquizofrenia, o lapso do nó provoca:

1. A soltura do Imaginário, que explica a ocorrência do fenômeno de catatonia no instante em que ocorre o desprendimento do Imaginário e em que o sujeito está desprovido de solução.
2. A interpenetração entre Real e Simbólico, sendo experienciada como a invasão da linguagem pelo real. Essa forma de interpenetração explica a ocorrência de fenômenos de automatismo mental (como é o caso das alucinações verbais) e do desastre imaginário na formação dos fenômenos de automatismo corporal.

A saída da catatonia seria indicativa de um princípio de solução. Lacan (1975-1976/2007) mostra como James Joyce é o paradigma para a esquizofrenia, a despeito do fato de Joyce jamais ter sofrido um desencadeamento. Neste caso específico, a soltura do imaginário não ocorre precisamente porque ele

recorre a uma suplência, um *sinthoma*, que reparará o lapso do nó. A hipótese de Lacan é que Joyce constrói para si um Nome-do-Pai através da escrita, do desejo de ser famoso e de ser estudado pelos universitários. Na aula de 10 de fevereiro de 1976, Lacan (1962-1963/2005, p. 86) explica o nó de três em Joyce e seu modo de reparação através do nome:

Seu desejo de ser um artista que fosse assunto de todo o mundo, do máximo de gente possível, em todo caso, não é exatamente a compensação do fato de que, digamos, seu pai jamais foi um pai para ele? Que não apenas nada lhe ensinou, como foi negligente em quase tudo, exceto em confiá-lo aos bons padres jesuítas, à Igreja diplomática?

O termo *diplomático* é tirado do próprio texto de Joyce, especialmente de *Stephen Hero*, onde *Church diplomatic* é nomeadamente empregado. Mas também em *Um retrato do artista* o pai fala da Igreja como uma instituição muito boa, e a palavra *diplomatic* é igualmente destacada. A trama na qual se desenvolvia tudo isso não tem mais nada a ver com a Redenção [...]. Não há nisso alguma coisa como uma compensação dessa demissão paterna, dessa *verwerfung* de fato, no fato de Joyce ter se sentido imperiosamente *chamado*? [...] O nome que lhe é próprio, eis o que Joyce valoriza à custa do pai.

Essa consideração de Lacan se articula aos dois eixos fundamentais do último ensino, já expostos aqui: o vazio constitutivo do sujeito e o que intervém para solucionar este vazio. Retomando a hipótese de que ocorre uma ruptura com o falo, subjacente ao recurso à droga, torna-se necessário entendê-la à luz do nível de operatividade da solução frente ao vazio constitutivo: neurose borromeana, nó de trevo na paranoia e reparação pela identificação imaginária, na esquizofrenia.

considerações finais: o nó borromeano como programa de pesquisa no campo da toxicomania

Tenho onze filhos. O primeiro tem uma aparência pouco agradável, mas é sério e inteligente; apesar disso, por mais que eu o ame, como amo a todos os outros, não o tenho em alta conta. Seu modo de pensar me parece simples demais. Não enxerga nem à direita nem à esquerda e tampouco a distância; em seu restrito círculo mental, ele só fica sempre dando voltas [...]. O segundo é bonito, esbelto, bem proporcionado; é um encanto vê-lo na postura de esgrimista. [...] E apesar de tudo isso (eu deveria, afinal, estar realmente feliz por ter um filho assim), meu relacionamento com ele não é despido de perturbações. Seu olho esquerdo é um pouco menor que o direito e pisca muito. [...] Naturalmente não é esse defeito corpóreo que me dói e machuca, mas uma, de algum modo equivalente, pequena irregularidade em seu espírito, algum veneno errante em seu sangue [...]. O terceiro filho também é bonito, mas não é do tipo de beleza que me agrada. [...] Apesar de em geral tudo induzir à exibição desse filho, prefiro mantê-lo oculto; [...] Ele inclusive se sente um estranho em nossa época: como se pertencesse à minha família [...] com frequência ele está deprimido e nada consegue animá-lo. O meu quarto filho talvez seja o mais sociável de todos. Verdadeiro filho de sua época, [...] gostamos de repetir algumas de suas assertivas, mas só algumas, pois no conjunto ele, porém, padece por sua vez de demasiada superficialidade. É como alguém que salte maravilhosamente bem, fenda o ar qual uma andorinha, mas acabe aterrissando desoladoramente em mísera amargura à visão desse filho. O quinto filho é amável e bom; prometia bem menos do que acabou concretizando; ele era tão insignificante que em sua presença a gente se sentia formalmente só; mas acabou conseguindo conquistar um certo renome. Caso se pergunte como isso aconteceu, dificilmente eu saberia responder. (Kafka, 1989)

O conto de Kafka testemunha a operatividade da ação do pai no destino de um sujeito: desde a sua operatividade mínima até o espectro da sua recusa mais fundamental – isso que Lacan, por meio da forclusão, identificara como sendo algo de podre na transmissão de um pai nas psicoses e que foi especificamente abordado ao longo do presente trabalho. A voracidade opressora da pulsão de morte, do gozo não regulado pelo significante, é o típico de nossa época e está no desencadeamento da angústia, do declínio do sentimento de vida, do vazio, do vício, da errância, do suicídio. O trabalho partiu da colocação de um impasse imanente à pesquisa do diagnóstico diferencial na toxicomania: se, subjacente ao recurso à droga, Lacan localiza a ruptura com o falo, então esse recurso é indicativo do processo de forclusão?

Em concordância como a subjetividade de época, a psicanálise avançara na direção de teorizar sobre uma recusa, uma ruptura, que se converteu em norma. O nó borromeano é essa teorização. E delineia a possibilidade de pensar uma direção especificamente lacaniana para o tratamento da toxicomania, que não dispense o diagnóstico diferencial neurose-psicose. Ao final, temos um percurso teórico que permite maior possibilidade de interrogação sobre o estatuto dessa ruptura: será que esta ruptura se localiza ainda na borromeaneidade da neurose ou é tributária de um gozo não fálico na psicose? De qualquer forma, defende-se a necessidade de cautela com relação a tomar como dogmáticas, tanto a hipótese da ruptura com o falo na toxicomania como a suposição clínica de que a droga pode ser uma suplência. Quanto a esse ponto, especificamente, o recurso à droga não pode ser considerado como suplência, na medida em que é tributário de um gozo não fálico.

Em um relato de apresentação de pacientes, realizado em conjunto com Domenica Pomeriggio, o psicanalista italiano Carlo Viganó (Viganó; Pomeriggio, 19-) parece orientar-se no sentido de desenvolver um modelo de investigação da toxicomania, a

partir do marco teórico do nó borromeano e de sua forma de territorializar o gozo em torno dos efeitos da droga. O autor sustenta a hipótese de que, subjacente ao recurso à droga, ter-se-ia a ocorrência de uma ruptura do anel do simbólico e o estabelecimento de uma continuidade entre os anéis real e imaginário. A ruptura do anel S e a continuidade entre R e I explicariam, para o autor, a territorialização do gozo no corpo, o recurso repetitivo à droga e o estabelecimento da identificação imaginária, não dialetizável (*sou toxicômano*) e, portanto, bastante distinta de outra posição em que um sujeito apresentar-se-ia como *eu tenho uma toxicomania*. A configuração do nó seria a seguinte:

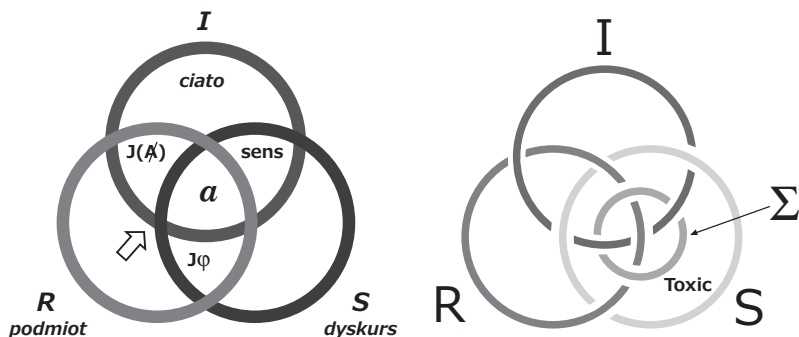


Figura 3. Nó borromeano e nó na toxicomania

Fonte: Viganó e Pomeriggio (19-, n.p.)

Na Figura 3, verifica-se o lapso entre R e I, que impõe a ruptura do anel S e a solução toxicômana territorialista – bastante diferente da que se apresenta no nó borromeano e no recurso ao Nome-do-Pai, conforme está exposto na Figura 2. De qualquer forma, o espectro da podridão da transmissão paterna, tão bem testemunhada por Kafka em sua época, domina a cena do funcionamento subjetivo contemporâneo. Cabe ao psicanalista não ceder ao espectro da podridão e a seus efeitos subjetivos de PH10 e estar atento para localizar, no cerne do recurso à droga, a marca de um gozo não fálico na psicose.

Referências

- ÁLVAREZ, J. M.; ESTEBAN, R.; SAUVAGNAT, F. Tratado de psicopatologia psicoanalítica. Madri: Síntesis, 2009.
- COSTA PEREIRA, M. E. Cullen e a introdução do termo neurose na medicina. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, v.13, n.1, p. 128-134, 2010.
- FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 107-210. v. 22. Originalmente publicado em 1925-1926.
- GODOY, C. Declinaciones del padre. In: EIDELBERG, A. et al. (Org.). *Porciones del nada: la anorexia y la época*. Buenos Aires: Del Bucle, 2009. p. 141-160.
- GODOY, C.; MAZZUCA, R.; SCHEJTMAN, F. El amor al padre y la estabilidad histérica en la primeira enseñanza de Lacan. *Anuario de Investigaciones*, vol. XII, p. 235-238, 2005.
- HENSCHER DE LIMA, C.; RAMOS FERREIRA, M. Lacan com Koyré: teoria do sujeito e suas incidências clínicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 67, n. 1, p. 37-50, 2015.
- KAFKA, F. Onze filhos. In: KOTHE, F. (Org.). *Galerias*. São Paulo: Clube do Livro, 1989. p. 96-100.
- LACAN, J. Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*. _____. (Org.). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Originalmente publicado em 1966.
- LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 537-590. Originalmente publicado em 1955-1956.
- LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 96-103. Originalmente publicado em 1949.

LACAN, J. Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p.153-194. Originalmente publicado em 1946.

LACAN, J. *Intervenção no encerramento da jornada de cartéis na escola freudiana de Paris*: documentos para uma escola. Rio de Janeiro, 1975. Publicação interna da Escola da Letra Freudiana.

LACAN, J. Le séminaire, livre XXII: RSI (1974-1975). *Patrick Valas*: médecin, psychiatre, psychanalyste, Paris, 21 avril 2015. Disponível em:<http://www.valas.fr/Jacques-Lacan-RSI-1974-1975,288>. Acesso em: 20 set. 2016.

LACAN, J. *O seminário, livro 2: o eu na teoria e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a. Originalmente publicado em 1954-1955.

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985b. Originalmente publicado em 1955-1956.

LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Originalmente publicado em 1959-1960.

LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Originalmente publicado em 1962-1963.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Originalmente publicado em 1964.

LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. Originalmente publicado em 1969-1970.

LACAN, J. *O seminário, livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. Originalmente publicado em 1972.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985c. Originalmente publicado em 1972-1973.

LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Originalmente publicado em 1975-1976.

LACAN, J. O seminário sobre “A Carta Roubada”. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998d. p. 13-68. Originalmente publicado em 1955.

MALEVAL, J. C. Elementos para uma apreensão clínica da psicose ordinária. *Clínica & Cultura*, v. 3, n.1, p. 105-169, 2014.

MALEVAL, J. C. Identificaciones imaginarias y estructura psicótica no desencadenada. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, vol. 16, n. 60, p. 629-646, 1999.

MILLER, J. A. A arte do diagnóstico: o rouxinol de Lacan. *Curinga*, n. 23, p. 15-33, 2006.

MILLER, J. A. Breve introducción al más allá del Edipo. In: _____. *Del Edipo a la sexuación*. Buenos Aires: Paidós, 2005a.

MILLER, J. A. Effet retour sur la psychose ordinaire. *Quarto revue de psychanalyse*, n. 94/95, p. 40-51, 2009.

MILLER, J. A. *Um esforço de poesia: orientação Lacaniana*. [S.l.: s.n.], 2002-2003. Mimeografado.

MILLER, J. A. Uma fantasia. *Opção lacaniana*, n.42, p. 7-18, 2005b.

MILLER, J. A. *El outro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

MILLER, J. A. *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MILLER, J. A. *13 clases sobre el hombre do los lobos*. Buenos Aires: Pasaje 865, 2010.

SCHEJTMAN, F. *Elaboraciones lacanianas sobre las psicosis*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012.

SCHEJTMAN, F. Hacia La inibicion como nominacion imaginária. In: EIDELBERG, A. et al. (Org.). *Porciones del nada: la anorexia y la época*. Buenos Aires: Del Bucle, 2009. p. 67-88.

SKRIABINE, P. Nó e nome-do-pai: vinte e uma considerações sobre a estrutura. *Opção lacaniana*, n. 50, p. 242-245, 2007.

SKRIABINE, P. A psicose ordinária do ponto de vista borromeano. *Latusa digital*, ano 6, n 38, 2009. Disponível em: http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_38_a2.pdf. Acesso em 20 set. 2016.

VIGANÓ, C.; POMERIGGIO, D. *Notas sobre o uso do nó na toxicomania*. [S.l.: s.n.], [19-]. Mimeografado.

sexualidade feminina, melancolia e aids: fragmentos de um caso clínico¹

Ana Cleide Guedes Moreira e
Bárbara Araújo Sordi

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida em um hospital universitário, a qual investiga o sofrimento psíquico de mulheres vivendo com aids.² O objetivo desse estudo é analisar a problemática associação entre sexualidade feminina e melancolia na presença da síndrome da imunodeficiência adquirida, trazendo à consideração fragmentos da escuta analítica de um caso.

1 Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa do Grupo de Trabalho em Psicanálise e Psicopatologia/Anpepp, em maio de 2015, Recife, resultado de pesquisa financiada pelo CNPQ Processo Nº: 404921/2012-4; CAAE: 30184914.5.0000.0017; Parecer: 652.034.

2 Utilizou-se nesta pesquisa o termo aids com inicial minúscula, de acordo com as recomendações da Coordenação Nacional de DST e Aids, pois, no Brasil, já se iniciou o processo de dicionarização do termo, em que a palavra deixou de ser uma sigla e é escrita como um substantivo comum: aids.

A epidemia de HIV entrou em sua quarta década e continua crescendo em nosso país. A infecção em mulheres só foi reconhecida pelo Ministério da Saúde em 1990, quando o número de óbitos e de novos casos não podia mais ser ignorado. Apesar deste fato, a feminização da epidemia de aids não foi amplamente divulgada, sendo o termo ainda hoje desconhecido popularmente, as campanhas de prevenção apenas pontuais, não alcançando as mulheres das diversas camadas sociais, e a camisinha feminina pouco divulgada e comercializada.

Na perspectiva dos estudos epidemiológicos, a análise dos dados do Ministério da Saúde brasileiro aponta mudança no perfil da epidemia, já a partir da década de 1990, caracterizada pelo aumento exponencial do número de heterossexuais contaminados pelo HIV, especialmente entre mulheres: em 1983, a razão de casos por sexo era de 40 homens para uma mulher contaminada. Até 2008, houve um aumento no número de casos entre mulheres, chegando à razão de 1,5 em 2004, estabilizando em uma taxa 1,8 homens para cada mulher contaminada, a partir do ano seguinte. Apesar de os dados indicarem a estabilização no número de contaminação entre mulheres, a taxa de mortalidade delas vem aumentando significativamente desde 2004, enquanto que entre os homens permanece estável (Brasil, 2014). As estratégias de prevenção continuam associadas aos, assim chamados, grupos de risco (homossexuais, prostitutas, travestis e transexuais), sem que se observe prevenção consistente para as mulheres, que são sujeitos desta pesquisa.

Como afirmamos em trabalho anterior (Moreira et al., 2014), o diagnóstico do vírus HIV pode ser traumático e produzir intenso sofrimento psíquico. O grande avanço no tratamento, representado pelo uso dos medicamentos antirretrovirais, não significou que a cura foi encontrada, o que aponta à possibilidade de morte pelo agravamento das doenças oportunistas frequentes na aids. O sofrimento psíquico em questão evoca a

dimensão do real, daquilo que não é assimilado e representado, a saber: a morte e o sexual.

A concepção de “grupo de risco”, presente na primeira década da epidemia, associou aids a transgressão, promiscuidade e morte iminente. Embora os avanços alcançados pelos movimentos sociais, pelas políticas públicas e pela medicina tenham modificado esse primeiro cenário, essas representações imaginárias são observadas nas pacientes atendidas por esta pesquisa, as quais, de praxe, iniciam a internação com poucas informações sobre o adoecimento e recebem o diagnóstico tardiamente, quando o vírus já se multiplicou e a aids se faz presente,³ com agravamento das doenças oportunistas e risco de vida.

Receber esse diagnóstico representa, em alguns casos, uma sentença de finitude, trazida por um devastador conjunto de doenças que irão dizimar o corpo e denunciar, por meio dele, algo de uma sexualidade. O preconceito, a vergonha e o medo do rompimento de laços sociais são realidades presentes em pessoas vivendo com aids e, embora a aids tenha saído da posição de espetáculo midiático, no atendimento psicológico de orientação psicanalítica em contexto hospitalar, que aqui abordamos, o mal-estar e a angústia de ser portador continuam sendo escutados.

O caminho da pesquisa é traçado na relação entre clínica e teoria: o saber psicanalítico irá tecer a escuta e o manejo clínico, por meio de uma técnica própria ao psicanalista, enquanto a experiência clínica irá confirmar ou refutar as hipóteses interpretativas, sempre provisórias, pois é no espaço analítico e, em

3 Ter o HIV não é a mesma coisa que ter a aids. Inúmeras pessoas vivendo com HIV passam anos sem apresentar sintomas e sem desenvolver a doença. Uma pessoa pode ser considerada como um caso de aids se tiver um teste de HIV positivo confirmado, uma ou mais das 23 infecções e cânceres que ameacem a vida e que são específicos da aids, ou ainda uma contagem celular T4 abaixo de 200 (Brasil, 2016).

transferência, que há possibilidade de construção de sentidos para o *pathos*, pela interpretação e elaboração das formações do inconsciente: os atos falhos, os chistes, os sonhos e os sintomas. Neste trabalho, também acompanhamos a perspectiva de Fédida (1998, p. 31), segundo a qual “o que nos faz terapeutas é a existência da regra fundamental em nosso pensamento, assim como de tudo aquilo que se passa entre nós e o paciente como desvios em relação a essa regra ideal”.

Como se sabe, em psicanálise só após a conclusão do atendimento clínico inicia-se a produção teórica que deve seguir para publicação dos resultados, como afirma Freud (2010a, p. 153-154):

[...] não é bom trabalhar cientificamente um caso enquanto seu tratamento não foi concluído, compor sua estrutura, prever seu prosseguimento, de quando em quando registrar o estado em que se acha, como exigiria o interesse científico. O êxito é prejudicado, nesses casos destinados de antemão ao uso científico e tratados conforme as necessidades deste; enquanto são mais bem-sucedidos os casos em que agimos como que sem propósito, surpreendendo-nos a cada virada, e que abordamos sempre de modo despreconcebido e sem pressupostos.

A pesquisa pela via do método clínico, conforme sustenta Berlinck (2009), permite ao pesquisador transformar em palavras o sofrimento psíquico (*pathos*) e as representações sobre o mundo interno (*psichê*), sendo esta sua finalidade, o que só é possível pela prática clínica. Nela, pode-se construir tanto uma narrativa (*logos*) do clínico, pesquisador e analista, como também do paciente, que não segue uma lógica formal e a torna singular.

primeiros fragmentos clínicos

Neste ponto, apresentaremos fragmentos do atendimento clínico de uma paciente, aqui nomeada de Zumira. Guerreira! Era assim que ela se intitulava. Com trinta e cinco anos, era paciente do hospital há quinze, tendo descoberto o vírus durante o pré-natal de seu filho. Compunha o que se pode nomear como classe trabalhadora, era casada e se orgulhava de suas conquistas materiais.

A paciente foi atendida em sucessivas internações, pela segunda autora, aproximadamente durante um ano. Na primeira, estava angustiada pela falta do diagnóstico da doença oportunista que a levava a fragilizar-se; contudo, escondia o desamparo por trás de uma armadura: fala firme e discurso de fortaleza. Nomeava-se “desobediente”, pois repetidas vezes abandonara o tratamento, o que fazia parte do encaminhamento para a psicoterapia, pois já estava desenvolvendo doenças oportunistas da aids.

A hipótese aqui levantada é de que o diagnóstico de HIV para Zumira fora traumático. Em sua narrativa, a notícia pareceu ter chegado a ela como um grande choque, que teve efeitos por certo período: “me senti perdida, com vontade de morrer. Cheguei a pensar em desistir, cheguei a entrar em depressão e não querer mais viver”.

Em outro momento, comentou: “muitos desistem, muitos não aguentam, sabia? Querem até morrer!”. A psicoterapeuta interpretou que parar de tomar medicações parecia ser uma forma de se matar lentamente, recordando sua fala de que, no momento do diagnóstico, ela havia pensando em desistir e morrer. Foi então que ela afirmou que sofrera muito com a doença, tendo momentos em que não queria mais ver ninguém, nem mesmo falar, tomar banho, fazer nada.

Inicialmente, associava o abandono das medicações aos seus efeitos colaterais, porém, ao decorrer do processo terapêutico, afirmou:

Eu sei que eu falo que não tomo por causa do que eu sinto. Mas eu estive pensando e acho que pode não ser isso. Uma vez eu parei de tomar por causa dos enjoos e continuei sentindo. Depois descobri que os enjoos eram por causa da gastrite. Aí eu vi que nem eram os medicamentos. (Informação verbal)

Durante as sessões seguintes, relatava sua raiva diante de parentes e amigos que falavam de seu adoecimento e magreza, e como os enfrentava, até mesmo judicialmente. Uma intervenção da terapeuta, perguntando se essa raiva poderia ser associada às medicações, fez com que lembrasse que preferia tomar seus remédios à noite, quando já estava prestes a dormir, pois assim “não pensava mais nisso”. Adiante, enquanto narrava sua fragilidade física, afirmou: “Eu sou forte. Parei de tomar remédios e demorei um ano para adoecer, acreditando que era forte. Mas adoeci. Não tem jeito. Não posso achar que não vai acontecer comigo. A doença está aí. Eu não posso viver sem os remédios.” (informação verbal). Assim, Zumira novamente deu outro sentido ao abandono das medicações, ao reconhecer sua onipotência e se permitir confrontar-se com a triste realidade: a doença estava em seu corpo e era preciso tratar-se.

Rudge (2003) considera que a falta de recursos para lidar com certos acontecimentos traumáticos jamais é inteiramente superada. O ser humano pode ser reconduzido a uma situação de desamparo em qualquer momento da vida: em situações que as pulsões são insatisfeitas, mas também em situações de golpes dolorosos do destino, como doenças, perdas, violências e traições a que estamos sempre sujeitos e que, muitas vezes, significam um grave golpe no narcisismo. Segundo a autora:

Os recursos simbólicos de que dispomos para lidar com o que a vida pode nos apresentar não são ilimitados. O vazio de razões, a falta de preparação, a impossibilidade de dar qualquer sentido para um acontecimento doloroso, nos remetem a uma posição de impotência para responder a ele e o caracterizam como traumático. (Rudge, 2003, p. 113)

Neste trabalho, retoma-se a concepção freudiana de trauma, contida em “Além do princípio do prazer”, em que Freud (1988, p. 21) utiliza a imagem da vesícula viva para marcar a existência de uma camada protetora de excitação que se rompe ao sofrer um trauma. Em suas palavras: “podemos conceber a neurose traumática comum como a consequência de uma extensa ruptura do escudo protetor”. O aparelho psíquico trabalha no sentido de reestabelecer as condições do funcionamento do princípio do prazer, por meio da religação de excitações que permitam sua descarga. O trauma surge ameaçando a integridade do sujeito, tamanho excesso de energia. O excesso de energia livre, não ligada, invade o órgão anímico, sem que o sujeito esteja preparado para se defender.

Neste texto, Freud associa trauma à compulsão à repetição, o que se repete pode ser entendido como o que não conseguiu entrar na cadeia associativa, não se inscreveu nos sistemas mnêmicos. Segundo Roudinesco e Plon (1998), de origem inconsciente, e, portanto, difícil de controlar, essa compulsão leva o sujeito a se colocar repetitivamente em situações dolorosas, réplicas de experiências antigas.

A pulsão de morte, segundo Freud (1988), seria algo mais primitivo e elementar que o princípio do prazer e tende ao retorno ao inorgânico, isto é, voltar ao estado inicial do qual o ser vivo se afastou por causa de fatores externos. Portanto, comenta Favero (2009), para a psicanálise o trauma está relacionado àquilo que chega ao sujeito de fora dele, sem que consiga

incorporar ao seu psiquismo tal acontecimento. Deste modo, o trauma causa aturdimento e fica, na vida do sujeito, enquistado como um corpo estranho, sem sentido e sem elaboração. A cena traumática não é retirada da memória, mas há o surgimento de sentimentos que invadem o psiquismo como a angústia, o desamparo e a culpa.

No caso de Zumira, houve o choque com o diagnóstico, mas os afetos da cena – angústia, agressividade, medo, desamparo – manifestavam-se em momentos distintos, pois, sempre que alguém apontava algo que remetesse à sua condição de soropositiva, defendia-se com agressividade. Dessa forma, criavam-se enormes batalhas judiciais, verbais ou corporais, e o foco deixava de ser o reconhecimento da doença, tornando-se o ódio projetado em um objeto externo a si. O HIV permaneceu como um estranho em seu corpo, algo externo, que negava e não pertencia a ela; e a não adesão ao tratamento medicamentoso, uma repetição compulsiva.

Em “O problema econômico do masoquismo”, Freud (2007b) descreve a pulsão de morte como a tendência de retorno ao inorgânico, considerando-a originária. Para a sobrevivência de um bebê, seria necessário que parcelas da pulsão de morte se direcionassem ao mundo externo, atuando como pulsão de destruição ou como vontade de exercer o poder. Contudo, uma parcela desta pulsão internamente se mantinha suprimida, o que seria denominado de masoquismo original e erógeno e que irá fundamentar o masoquismo moral, aquele em que a pulsão de destruição atua violentamente contra o próprio eu, provocando um sentimento de culpa inconsciente, que acaba aparecendo como uma necessidade de punição. Nesse artigo, Freud (2007b, p. 112) afirma que:

[...] os pacientes não aceitam facilmente a ideia de que possuem sentimento de culpa inconsciente. Eles conhecem por demais os tormentos (consciência pesada) provocados pelo seu sentimento de culpa consciente e pela consciência de culpa e por isso não veem sentido na ideia de que – em duplicidade com o que já sentem conscientemente estariam abrigando dentro de si outros impulsos [*Regungem*] inconscientes análogos aos conscientes e dos quais nada perceberiam. Penso que de certa forma podemos concordar com o seu protesto e proponho renunciarmos a denominação “sentimento de culpa inconsciente”, de resto, do ponto de vista psicológico, de fato incorreta, e sugiro que adotemos um termo que descreve igualmente bem os acontecimentos observados: “necessidade de punição”.

Utilizando-se do exemplo de pacientes que abandonam o tratamento analítico, cuja conduta se opõe às tentativas de influenciá-los pelo tratamento, considera que há ganhos com a permanência no estado de doença, reconhecendo que há forças inconscientes que se rebelam contra a cura e que, dentre esses ganhos, é o apaziguamento do sentimento de culpa o mais poderoso.

No caso de Zumira, formulamos a hipótese de que a pulção de destruição atacava o Eu, fazendo com que ela, ao abandonar as medicações, caminhasse ao estado inorgânico, isto é, se aproximasse do adoecimento e da morte. Seu sentimento de culpa inconsciente parecia puni-la sem que tivesse a clareza do quanto suas ações poderiam ser prejudiciais. Não tomar suas medicações parecia ser uma forma de condenar-se à morte.

Em sua fantasia, poderia vencer a doença. Sua força seria o suficiente, mas adoeceu, estava com tuberculose, diagnóstico que demorou a ser definido, causando muito medo. Nos atendimentos, esse medo foi projetado: “eles estão preocupados”,

dizia, referindo-se aos familiares. E, após reconhecer seu próprio medo: “o tempo está passando, as pessoas precisam me ajudar, eu preciso começar um tratamento” (relato verbal); passou, então, a realizar novas associações.

Após esse primeiro período de atendimento psicoterápico, Zumira recebeu alta médica, internando-se cinco meses depois, porém sem abandono do tratamento para tuberculose e para aids, o que demonstrou uma mudança de posição subjetiva. Considera-se que Zumira pôde dar novo sentido à sua relação com as medicações, à medida que sua narrativa do sofrimento pelo diagnóstico encontrou acolhimento no dispositivo clínico e quando também se permitiu erigir um novo ideal, o de “pessoa vivendo com aids”, que conheceu na convivência com militantes de organizações não governamentais nesse período de internação hospitalar.

as instâncias ideais

Em “O Eu e o Id”, texto considerado fundamental no advento da segunda tópica, Freud (2010b) irá teorizar as identificações. Segundo sua análise, há uma identificação primária, anterior a todo investimento objetal, que teria efeitos gerais e duradouros, propiciando o nascimento de uma nova instância, o eu ideal. O termo *Idealich* (eu ideal) já havia sido utilizado por Freud (2004) em “À guisa de introdução ao narcisismo” e volta a ser trabalhado por ele em “O Eu e o Id”.

Sobre o nascimento do eu ideal, voltemos às palavras de Freud (2004, p. 117), no texto sobre o narcisismo, a fim de compreender como ocorreria esta identificação primária:

O amor por si mesmo que já foi desfrutado pelo Eu verdadeiro na infância dirige-se agora a esse Eu-ideal. O narcisismo surge deslocado nesse novo Eu que é

ideal e que, como o Eu infantil, se encontra agora de posse de toda a valiosa perfeição e completude. Como sempre no campo da libido, o ser humano mostra-se incapaz de renunciar à satisfação já uma vez desfrutada [...], entretanto, não poderá manter-se sempre nesse estado, pois as admoestações próprias da educação, bem como o despertar de sua capacidade interna de ajuizar, irão perturbar tal intenção. Ele procurará recuperá-lo então na nova forma de um ideal-de-Eu. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal [...]. O desenvolvimento do Eu consiste em um processo de distanciamento do narcisismo primário e produz intenso anseio de recuperá-lo. Esse distanciamento ocorre por meio de um deslocamento da libido em direção ao ideal-de-Eu que foi imposto a partir de fora e a satisfação é obtida agora pela realização desse ideal.

O eu ideal, postulado por Freud (2004), corresponde ao momento do narcisismo primário, em que o bebê vive uma ilusão de completude, mas, com o passar do tempo, pelas críticas dos pais e dos outros em sua educação, percebe que não é perfeito e busca o retorno a esta sensação, o que só é possível pelo ideal do eu, este que irá conter os elementos da cultura. Também no eu ideal Freud (2004, p. 110) localiza “o ponto mais vulnerável do sistema narcísico, a imortalidade do eu”.

Entretanto, segundo Laplanche (1987), não se encontra em Freud qualquer distinção conceitual entre *Idealich* (eu ideal) e *Ichideal* (ideal do eu). Após Freud, vários autores teriam retomado o par formado por estes termos para designar duas formações intrapsíquicas diferentes. Mas foi a partir de Lacan, com seus estudos sobre o ego ideal como uma formação narcísica originada na fase do espelho, que essa distinção tornou-se mais clara. Em *Os escritos técnicos de Freud*, encontra-se uma importante

contribuição de Lacan (1983, p. 166) a essa problemática: “a distinção é absolutamente essencial, e nos permite conceber o que se passa na análise no plano imaginário, e que se chama transferência”. Existe uma perturbação da função do ideal do eu que é provocada pelo amor, uma espécie de anulação do ideal do eu: segundo Lacan (1983, p. 166), o amor reabre a porta à perfeição. Em suas palavras:

O Ich-Ideal (ideal do eu), enquanto falante, pode vir a situar-se no mundo dos objetos ao nível do Ideal-Ich (eu ideal), ou seja, ao nível em que se pode produzir essa captação narcísica com que Freud nos martela os ouvidos nesse texto [*Introdução ao narcisismo*]. Pensem que, no momento em que essa confusão se produz, não há nenhuma espécie de regulação possível do aparelho. Ou, em outras palavras, quando se está apaixonado, se é louco, como diz a linguagem popular.

Lacan está seguindo as pistas deixadas no trecho do texto em que se lê: “o comovente amor parental [...] não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza” (Freud, 2004, p. 110). Se essa distinção pode esvair-se no estado de apaixonamento, isso permite perguntar se Zumira, ao apaixonar-se, teria inconscientemente buscado retornar ao ideal de perfeição, razão por que não podia reconhecer-se como portadora do HIV, o que constituiria um defeito inaceitável.

Em seu discurso, ela se apresentava como uma mulher forte, bonita, capaz de se sustentar e progredir na vida, bem-sucedida financeiramente e no casamento, boa mãe e mulher desejável. Parecia acreditar-se autossuficiente e invulnerável, uma guerreira eterna, perfeita como uma deusa, Zumira era seu próprio ideal. O ideal de guerreira que ela propagandeava ser, no

entanto, denunciava sua fragilidade diante do seu próprio desamparo infantil. Afinal, se pensarmos com Freud (2008) quanto à presença da contradição no inconsciente, pode-se afirmar que duas ideias antitéticas coexistem lado a lado. Portanto, o oposto de ser guerreira – ser desamparada – não era admissível para ela. Sustentava-se na onipotência narcísica, mas algo lhe escapava, a pulsão de morte, que silenciosamente foi empurrando-a para o processo destrutivo que culminou no desenvolvimento da aids.

Na internação seguinte, retomou seu processo psicoterápico. Encontrava-se com uma nova doença oportunista, mas sua queixa dessa vez era outra, de intenso sofrimento: a separação do companheiro. O relato inicial de uma relação de apoio e companheirismo modificou-se. Zumira revelou que durante seu relacionamento o marido a traía, mas ela brigava por ele com as pretensas rivais. Contudo, fraca e debilitada, não tivera forças para manter os hábitos antigos, o marido passou a sair só, chegando em casa pela manhã e, finalmente, assumiu um novo relacionamento com outra mulher, abandonando-a. Diante da perda de objeto de amor, Zumira ainda se manteve ancorada no ideal de guerreira. Passou a brigar judicialmente com o marido pelo carro de ambos, agora se mantendo animada pelo ódio e ataque a seu “novo” inimigo.

Quase ao final desse período, pareceu alimentar seu narcisismo com um ideal de eu bem conhecido: o de mulher desejável. Mostrou uma foto do seu antigo corpo saudável e afirmou que ainda voltaria a tê-lo, indicando para a analista, também, sinais corporais de incipiente melhora. Falava de um possível relacionamento com um homem que a visitava no hospital. Parecia buscar sustentar-se nesse ideal de eu que seu corpo desmentia.

sexualidade feminina

Freud (2006a) considera que o Complexo de Édipo na menina é uma formação secundária, pois, diferentemente do menino – em que o reconhecimento da castração resultaria na sua saída do complexo, pelo medo da perda do pênis –, a menina, ao reconhecer a castração, inicia o complexo. Inicialmente, haveria uma pré-história demarcada pela relação pré-edípica, na qual o objeto de amor é a mãe e o pai seria um mero rival. Com a descoberta da castração da mãe, a menina abandonaria o investimento libidinal no objeto materno, o que resultaria em uma intensa desilusão amorosa, que a faria voltar-se ao pai. Assim, ao atingir a fase fálica, a menina irá identificar o pênis “como um órgão superior ao seu próprio órgão, pequeno e imperceptível”. Ao reconhecer que não o tem, irá desejar tê-lo, tornando-se “vítima da inveja do pênis” (Freud, 2006a, p. 280).

A ferida narcísica na menina é, na teoria freudiana, uma condição de subjetividade, caso ela opte pelo caminho “normal da feminilidade”. Afinal, não há escapatória, sua condição de mulher, castrada, desenvolve uma verdadeira cicatriz, marcada pelo sentimento de inferioridade. Esta cicatriz fará com que ela partilhe do mesmo sentimento de desprezo que os homens manifestam diante de um sexo tido como inferior, ou um sexo “defeituoso”, mutilado.

A mulher teria um sentimento de injustiça, de inferioridade, uma ferida narcísica – o que justificaria alguns atributos negativos relegados à figura da mulher, como excesso do ciúme, rivalidade, insatisfação, dentre outros. Em suma: homens teriam desprezo pela castração por tanto temê-la, enquanto as mulheres seriam rancorosas e invejosas por serem castradas.

Zumira afirmava-se “vítima” e sentia-se “injustiçada”, o que apareceu desde o momento em que descobriu a contaminação do HIV e passou às recorrentes brigas judiciais, como também no momento em que fora “abandonada” pelo marido, que iniciou relacionamento com outra mulher. Na análise freudiana sobre a sexualidade feminina, as mulheres seriam vítimas da inveja do pênis, o que ocasionaria o sentimento de injustiça por sua condição, além da intensa reivindicação de serem compensadas, o que poderia ocorrer com o casamento e com o nascimento de um filho.

Birman (2001) retoma o importante texto “Análise terminável e interminável” para demonstrar que, para Freud (2006b), seria a feminilidade a condição originária de todo ser, o que possibilitaria uma nova forma de pensar, em um registro da sexualidade caracterizado pela ausência da referência ao falo. Sua interpretação é sustentada na afirmativa de Freud (2006b), que encontra dois pontos de dificuldade ao trabalho de análise: a inveja do pênis, pelas mulheres, e a luta contra a atitude passiva ou feminina em relação ao analista, pelos homens. Ao associar feminilidade e complexo de castração, Freud faz com que a sexualidade deixe de ser um conceito restrito à diferenciação dos sexos e a feminilidade passa a ter um estatuto universal e central da subjetivação humana, sendo o eixo fundamental do erotismo (Birman, 2001).

No comentário de Nunes (2000), seria com a feminilidade que ambos os sexos tentam lutar no complexo de castração. Nesse sentido, a tentativa do sujeito, seja ele homem ou mulher, de aferrar-se à referência fálica seria uma posição defensiva. Assim, a feminilidade seria comum aos dois sexos e sua aceitação equivalente à castração.

Portanto, a feminilidade, presente em meninos e meninas, parece sustentar uma “posição de latência contra a qual as sexualidades masculina e feminina se organizariam” (Birman, 2001, p. 224). Para o autor, a feminilidade estaria na origem do psiquismo como algo que antecede a inscrição fálica, sendo este registro da sexualidade caracterizado pela ausência da referência ao falo. A feminilidade não se identificaria com a sexualidade feminina em seu sentido estrito, mas com um registro sexual fundador da construção da subjetividade, independente do sexo anatômico.

Birman (2001) postula o falocentrismo da cultura ocidental judaico-cristã como uma solução para lidar com uma condição originária, a feminilidade. O repúdio à castração seria a forma de defender-se da condição de desamparo originário, da fragilidade humana, da possibilidade de finitude. Conforme o autor:

[...] pode-se depreender imediatamente uma inversão significativa do modelo ocidental, que desde a Antiguidade colocava o registro do masculino como originário, tanto na tradição do paganismo grego quanto do cristianismo [...]. Toda a tradição do ocidente seria assim levada de roldão com essa formulação ousada, pois agora a feminilidade estaria na origem e a ordem fálica estaria na derivação e no ocultamento do registro psíquico anterior. A feminilidade como desordem social seria assim silenciada e transformada em continente negro pela instauração da ordem fálica no psiquismo. (Birman, 2001, p. 226)

A nova gramática do erotismo que Birman (2001) reconhece ao ler Freud é bem inovadora: os humanos defendem-se dessa condição originária e coube à figura de mulher, no decorrer da história ocidental, as projeções do que fora recalcado

subjetivamente e reprimido socialmente. Por ser a primazia do falo uma marca fundante do pensamento ocidental desde os gregos, passando pelo cristianismo até a modernidade, coube a repressão da sexualidade, que teriam sido levadas a ocupar o lugar da fragilidade, passividade, o lugar de imperfeição.

Freud reconheceu a primazia do pênis, contudo, ao que parece, ele ainda não tirou todas as conclusões de sua descoberta e coube a Lacan teorizar sobre o falo na ordem do simbólico. Esse lugar no simbólico, na cultura, que apenas os homens, os sujeitos do sexo masculino, haviam alcançado nos tempos de Freud – posição subjetiva que supõe a dialética entre ser ou não ser o falo, tê-lo ou não o ter, a partir do qual se tem a ilusória negação da condição de desamparo – também precisa ser elaborado por todos, mas, para Zumira, não houve tempo suficiente. Nada lhe restou senão deparar-se com a feminilidade originária, que tanto repudiara, mas que em nossa cultura subjetiva os humanos, homens e mulheres.

No caso de Zumira, uma postura fálica pode ser atribuída se compreendida como uma defesa psíquica, posição que parecia ser uma constante, fazendo parte de sua forma de se relacionar com o outro, antes mesmo da infecção pelo vírus HIV e de desenvolver aids, conforme seu relato. Se, na cultura ocidental, o repúdio da feminilidade é uma defesa e nas mulheres se manifesta por meio da inveja do pênis, possivelmente perder o marido e afastar-se do seu filho homem, símbolos tidos por Freud como compensação da mulher à falta de pênis, levaram Zumira ao encontro da feminilidade originária, da qual tanto se defendia, por isso o sentimento de injustiça e o mergulho na melancolia.

melancolia

Adota-se neste trabalho a concepção de melancolia freudiana elaborada ao longo de sua obra. Como demonstramos anteriormente (Moreira, 2002), Freud parte da ideia de que há um problema de definição para essa psicopatologia, mas avança em formular a tese de que a perda de objeto de amor pode resultar em melancolia, com o retorno da libido dos objetos externos ao eu, processo assim descrito:

Lá, contudo, ela não encontrou um uso qualquer, mas serviu para produzir uma *identificação* do ego com o objeto abandonado. Desse modo, a sombra do objeto caiu sobre o ego, que então pôde ser julgado por uma determinada instância como um objeto, como o objeto abandonado. Assim, a perda do objeto se transformou em perda do ego e o conflito entre o ego e a pessoa amada em uma bipartição entre a crítica do ego e o ego modificado pela identificação. (Freud, 2011, p. 60-61)

Assim, para Freud, o conflito entre o eu e o objeto se desloca do mundo externo para o interior do aparelho psíquico e, mais adiante, incluirá a melancolia entre as neuroses narcísicas, enunciando-a como um conflito entre o eu e o supereu, que no trecho acima já se encontra em germen sob a noção de crítica do ego, diferenciando-a tanto das neuroses de transferência como das psicoses (Freud, 2007b). Não cabe no escopo deste trabalho examinar o problema da definição de melancolia, ao qual não se chegou a um consenso, inclusive na psiquiatria, na qual é dissolvida na depressão, mas que está longe de se enquadrar nas premissas básicas do modelo da estrutura psicótica (Laplanche, 1987; Pinheiro, 1995; Berlink; Fédida, 2000).

No conflito entre o Eu e o Supereu, a severidade deste último atinge um grau de crueldade particular e, estando o

melancólico identificado com o objeto, “ele mesmo é, em seu mundo de fantasia, o assassino que vela e o morto pelo qual chora” (Moreira, 2002, p. 91). Zumira, que antes projetava sua raiva para o meio externo, desloca-a para si: ela, uma mulher com aids, é a culpada pela perda do marido. Identificada com o objeto perdido, agora ela passou a ser atacada pelo sadismo superegoico, em busca de satisfação para o sentimento inconsciente de culpa ou necessidade de punição.

Doente e frágil, passou a se enxergar sem o companheiro, sozinha, com uma doença sexualmente transmissível e, diante da quebra do ideal de mulher desejável, argumentava: quem iria querer ficar com ela? Não apenas estava derrotada em seu ideal de esposa, não contava mais com um lar, não tinha mais marido, seu filho também se afastara, não havia mais um filho para cuidar, quebrou-se o ideal de mãe. Não estava mais nas rédeas da função materna, passara para o outro lado, agora era a filha, lugar infantil, regredido, aquele de um bebê que precisa dos cuidados maternos, deparando-se assim com o desamparo. Também foi levada a uma nova identificação, da qual ela tanto se defendia: a de mulher vivendo com aids.

Ao deixar o hospital, foi para a casa de sua mãe e buscou garantir a continuidade de seu processo analítico ali. Em vão. Parece que suas defesas se foram ao deparar-se doente e sozinha com a mãe, abandonada pelo marido e pelo filho; entrou em profunda melancolia. Entregue ao mutismo, uma única palavra pronunciou em seu último atendimento psicoterápico: “desisti”.

Sua família ainda conseguiu seu retorno ao hospital. Contudo, Zumira desistira de cuidar de si e deixara de interagir, quase nunca trocando palavras com a equipe e familiares, apesar de consciente e orientada, o que podia ser observado em determinados momentos quando se predispunha a falar. No tempo que se seguiu, foi preciso que seus parentes e a equipe

de enfermagem assumissem seus cuidados de higiene pessoal, já abandonados por ela, e a acompanhassem em seu silêncio. Cada vez menos ligada aos objetos externos, por fim, faleceu.

à guisa de discussão

Finalmente, algo do que aprendemos até aqui permite concluir, ainda que provisoriamente, uma análise de Zumira. Ao apaixonar-se e ligar-se ao marido, buscou retornar à perfeição, à completude e à imortalidade – crenças ilusórias de um eu ideal? Foram essas as razões inconscientes que permitiram que sustentasse a posição de “desobediente” e não aderisse às medicações? Algumas questões para discussão.

A maternidade e o casamento foram os ideais de eu com que ela se sustentava narcisicamente, uma mulher desejável e uma boa mãe. Ideais culturais que definem a subjetividade e a sexualidade feminina em nossa cultura patriarcal. Mas esses ideais se foram com a doença e as internações sucessivas, que a obrigavam a abdicar dos cuidados com a família e das rivalidades pelo marido. Depois veio a perda daquele e, finalmente, do filho que, segundo a teoria freudiana, seria, inconscientemente, a substituição do pênis, na equação simbólica pênis = marido = bebê, derrubando-a da posição fálica em que se amparou, ainda que ilusoriamente, da castração, da finitude e do desamparo.

Quando se trata de psicanálise, não é possível generalizar a partir de um único caso. Mas esperamos que essas vinhetas clínicas possam, ao menos, ter ilustrado o valor heurístico da hipótese freudiana sobre a melancolia e da original concepção de feminilidade originária de Birman. Perdidos os ideais de feminilidade, erigidos em uma posição fálica, e seus obje-

tos de amor, restou-lhe a melancolia e o retorno à posição feminina originária, ali onde encontrou a finitude, o desamparo e a fragilidade da condição humana. Fomos juntos com Zumira até onde o destino permitiu, mas a pesquisa continua, como ela autorizou que fizéssemos.

Referências

BERLINCK, M. & FÉDIDA, P. A clínica das depressões: questões atuais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano 13, n. 2, p. 9-25, 2000.

BRASIL. *Boletim epidemiológico HIV/Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. *DST-Aids hepatites virais*. [site]. [Brasília, 2016]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2016.

BIRMAN, J. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAVERO, A. B. *A noção de trauma em psicanálise*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FÉDIDA, P. *A clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.

FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 95. Originalmente publicado em 1914.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. v. 18, p. 17-90. Originalmente publicado em 1920.

FREUD, S. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. 19. Originalmente publicado em 1925.

FREUD, S. Análise terminável e interminável. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. 23. Originalmente publicado em 1937.

FREUD, S. O inconsciente. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, Rio de Janeiro: Imago, 2008. v. 2. Originalmente publicado em 1915.

FREUD, S. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Originalmente publicado em 1917.

FREUD, S. Moisés e o monoteísmo. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006c. v. 23. Originalmente publicado em 1939.

FREUD, S. A negativa. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, Rio de Janeiro: Imago, 2007a. v. 3. Originalmente publicado em 1925.

FREUD, S. *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 153-154.

FREUD, S. *Obras completas, volume 16: O id, o eu, a autobiografia e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, Rio de Janeiro: Imago, 2007b. v. 3. Originalmente publicado em 1924.

LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. Originalmente publicado em 1954-1955.

LAPLANCHE, J. *A angústia: problemáticas I*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LAPLANCHE, J. PONTALIS, JB. *Vocabulário de psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MOREIRA, A. C. G. *Clínica da melancolia*. São Paulo; Belém. Escuta, 2002.

MOREIRA, A. C. G. et al. Cuidados no diagnóstico de HIV/Aids: a escuta psicanalítica como dispositivo clínico no hospital geral. In: MOREIRA, A. C.; OLIVEIRA, P. T. R.; PIANI, P. P. *Cuidado e saúde: práticas e sentidos em construção*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

NUNES, M. S. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PINHEIRO, T. Algumas considerações sobre o narcisismo, as instâncias ideais e a melancolia. *Cadernos de Psicanálise*, v. 12, n.15, p. 20-28, 1995.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1998.

RUDGE, A. M. Trauma e temporalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 6, n. 4, p. 102-144, 2003.

clínica da dor: uma experiência de pesquisa em psicanálise¹

Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior
Vera Lopes Besset

um serviço de investigação
e acompanhamento de pacientes com dor crônica

Nas últimas décadas, as mudanças na cultura trouxeram transformações na relação dos sujeitos com seus corpos. Atualmente, há uma grande preocupação e também uma clara diversificação das formas de manipulação do corpo, caracterizando uma busca pelo corpo jovem e perfeito. Nessa conjuntura, verificamos o aumento de ofertas de clínicas estéticas, *spas* e academias, variadas medicações para emagrecimento, cirurgias plásticas, assim como *body art*, tatuagens, entre outros.

1 Texto referido à tese do autor, intitulada *Para além da dor, o corpo*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, orientada pela coautora e defendida no ano de 2015; e a pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo Clinip (UFRJ), com apoio da Faperj e do CNPq.

As pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa Clínica Psicanalítica (Clinp – UFRJ/CNPq) indicam o lugar relevante do corpo nas queixas dos sujeitos que demandam tratamento psicoterápico na atualidade (Besset et al., 2009). Entre as causas, destaca-se a dor crônica sem substrato orgânico definido, cujo paradigma é a fibromialgia (Besset et al., 2010), que se apresenta como um desafio à medicina tradicional. Os estudos do Clinp demonstram resultados compatíveis com análises epidemiológicas, que situam a dor crônica como um importante problema de saúde pública e uma das razões mais frequentes de demanda por atendimento em serviços de saúde e afastamento do trabalho (Heymann et al., 2010).

Os pacientes que sofrem de dor crônica, na maioria das vezes, passam por vários tratamentos de saúde e, em especial, por diferentes atendimentos médicos. Em grande parte desses atendimentos a veracidade da dor é questionada pelos profissionais de saúde que a atribuem, de pronto, a um problema de ordem psíquica e, por isso, sem importância. Nesse contexto, não é raro o relato de dores que persistem após a cura da lesão a que estavam associadas ou aquelas que afloram sem nenhuma causalidade orgânica definida. Nesses casos, o quadro algico perde a particularidade de sinalização da presença de uma lesão ou doença orgânica e pode se prolongar por um tempo maior do que o indicado no prognóstico médico, caracterizando-se por sua cronicidade.

A clínica da dor surge a partir da limitação que a biomedicina impõe ao tratamento dos quadros algicos (Santos, 2009). Esse modo de fazer clínica difere da abordagem organicista e propõe tratar a dor em sua complexidade, para além da tradicional tentativa de correspondência entre uma sintomatologia e um dano no órgão (Foucault, 2006). Esse cenário está na base da implantação de um Serviço de Investigação e Acompanhamento de Pacientes com Dor Crônica, no bojo de um projeto

de pesquisa-intervenção (Besset, 2011), que conta com a aprovação de um Comitê de Ética e apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O citado refere-se a convênio celebrado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Município de Belford Roxo, do Estado do Rio de Janeiro, a partir da iniciativa e responsabilidade do Núcleo Clinp. Essa pesquisa-intervenção (Besset; Coutinho; Cohen, 2008) sobre dor crônica (Besset, 2011, 2013) deu ensejo a várias produções apresentadas em congressos e publicadas, além de dissertações e teses defendidas. Este texto se constrói a partir de uma dessas produções, a tese intitulada *Para além da dor, o corpo* (Brandão, 2015).

O Serviço de Investigação e Acompanhamento de Pacientes com Dor Crônica funcionou em um Centro de Especialidades ligado à Secretaria de Saúde do Município de Belford Roxo. Recebia pacientes diagnosticados com dor crônica sem substrato orgânico definido, encaminhados pela própria rede assistencial da Cidade. O acolhimento, os atendimentos individuais e a coleta de dados para a pesquisa foram realizados por doutorandos e estagiários em psicologia, sob a supervisão da coordenadora do Clinp. Uma médica reumatologista colaboradora prestava atendimento a alguns pacientes. Como parte do acompanhamento dos pacientes, foi criado o Grupo de Fala, destinado ao encontro e troca de experiência entre os pacientes, sem objetivo terapêutico. Os encontros desse Grupo se realizavam mensalmente sob a coordenação da coordenadora do Clinp e a presença de um dos médicos pesquisadores membros do Núcleo, integrantes da pesquisa.² O Grupo era oferecido aos pacientes que já estivessem em atendimento no serviço,

² Respectivamente, Fernando Farias (clínico com especialidade em acupuntura) e Marcos Britto (ortopedista), ambos com experiência no atendimento de pacientes com dor crônica.

caracterizando-se como uma atividade opcional, sustentada pelo desejo de cada paciente.

No que tange ao público atendido, em um primeiro momento, o objetivo era acolher pacientes com dor crônica sem substrato orgânico definido. Porém, como somente temos acesso à dor a partir do relato de cada paciente, a escuta clínica dos pacientes, a experiência no Grupo de Fala, associada a indicações do médico colaborador da pesquisa, conduziu-nos a especificar de modo distinto o universo da pesquisa. Optamos por também acolher pacientes cuja causalidade da dor crônica não se explicitasse inteiramente pelo modelo de localização de uma lesão orgânica ou se revelasse com ele incompatível. Muitas vezes, os pacientes apresentavam comorbidades que, ainda assim, não justificavam a dor relatada. Portanto, passamos a atender pessoas com dor crônica sem substrato orgânico claramente definido, pacientes cujo relato de dor não era condizente com a lesão ou disfunção orgânica identificada e, também, os que relatavam dores mesmo após a cura da lesão orgânica a que esta estava referida.

Vale ressaltar que o campo psicanalítico, de modo geral, é pouco referenciado na bibliografia sobre o tema aqui abordado. Nesse contexto, esboça-se a originalidade das pesquisas empreendidas pelo Clinp, cuja produção consiste em uma sistematização da teoria e da clínica com sujeitos que sofrem de dor crônica.

um encontro entre ciência e psicanálise

Distintos campos de saber, avessos em suas modalidades discursivas (Clavreul, 1983), ocupam posicionamentos diversos frente aos anseios da ciência (Alberti; Elia, 2008). Nossas reflexões sobre o posicionamento do profissional fundamentado na psicanálise frente a outros membros da equipe técnica remetem-nos às imbricações entre a psicanálise e a medicina.

Grande parte dos estudos sobre a dor defronta-se, inevitavelmente, com a questão da dualidade entre o corpo e o psiquismo, fundamentando-se nos preceitos do *cogito* cartesiano (Rey, 2012). Seu pressuposto é o da diferenciação entre uma substância corporal (*res extensa*) e uma substância do pensamento (*res cogitans*), fundamentado no *cogito: cogito ergo sum* – penso, logo sou. Nos casos de dor crônica, essa distinção se apresenta, uma vez que muitos dos encaminhamentos para tratamentos psicológicos se originam na ausência de componentes orgânicos que justifiquem a dor. Ora, a proposta da psicanálise é justamente tratar o que escapa a essa lógica que fundamenta a medicina.

A subjetividade humana, segundo a psicanálise, é marcada pela materialidade da linguagem, o que não implica uma partilha entre mente e corpo. Portanto, a proposta lacaniana não seria a de repudiar o “físico”, numa tentativa de repúdio ao “corpo”. Baseia-se em uma lógica que não se ancora na causalidade orgânica.

Freud nunca desistiu de tentar aproximar o novo campo de saber que havia inaugurado das pesquisas científicas de sua época. Jamais ponderou a viabilidade de outro modelo de ciência que não fosse o das ciências da natureza (Assoun, 1983). Lacan (1988, p. 173) situa a psicanálise em uma posição de “extimidade” em relação à ciência. Ao retomar a noção de das *Ding*, a Coisa proposta por Freud (2007b) no *Projeto de psicologia*, situa-a como um lugar central do aparelho psíquico em torno e a partir do qual os movimentos do desejo se constituem. A Coisa estaria em posição de exclusão interna, uma “exterioridade íntima”, uma “extimidade” (Lacan, 1998a, p. 173). Relaciona a extimidade à dimensão do *Unheimlich* (Lacan, 2005), o estranho, presente no texto freudiano (Freud, 2007b). Trata-se daquilo que é, ao mesmo tempo, familiar e estranho, interior e

exterior. A posição de extimidade da psicanálise talvez a conote com a estranheza do *Unheimlich*. Algumas décadas depois dessa discussão, verificamos que a questão da cientificidade da psicanálise é tema de críticas oriundas de correntes contrárias ao saber psicanalítico.

Freud (2007d) localiza o surgimento da psicologia, como chamava o método de tratamento que utilizava na época, no momento em que a medicina adquire um método de investigação e de terapêutica que deixam de lado o sujeito, seu sofrimento e suas questões subjetivas. Momento, no século XVII, paradigmático na história da humanidade, em que se observa a queda de um mundo até então fechado em suas certezas e o advento da concepção de um Universo infinito (Koyré, 2010). As explicações provindas das certezas sucumbem juntamente com o fortalecimento de modalidades de investigação da realidade que propõem um rompimento com a teologia e a escolástica. Lacan (1998a) associa o surgimento da psicanálise ao advento da ciência moderna, levando em consideração esse contexto. Afirma que a resposta do psicanalista seria a única com que o médico poderia manter a originalidade de sua posição, a de responder a uma demanda de saber sustentada pelo sujeito suposto saber. Nessa assertiva, situa a psicanálise como a última flor da medicina (Lacan, 2001).

Na conjuntura do advento da ciência, Galileu, ao tratar matematicamente a física, rompe com as coordenadas do mundo que regia a Idade Antiga, abrindo a possibilidade de existência de um Universo onde irá sobressair o pensamento sem qualidades do cálculo. Koyré (2010) indica que, primeiramente, Galileu e, depois, Descartes, acabam por suprimir a noção de qualidade, que, sendo considerada de ordem subjetiva, acaba banida do estudo da natureza. Assim, o advento da ciência suprime os sentidos e a percepção como fonte de conhecimento,

assumindo uma postura determinada pela matematização de seu objeto de pesquisa. Como consequência desse processo, emerge um novo discurso da ciência, moderna enquanto tal. Essa ruptura provoca um momento de angústia da humanidade, quando a incerteza passa a imperar, diante da realidade do mundo objetivo (Koyré, 2010). É nessa conjuntura que Descartes afirma seu *cogito*, considerado como uma certeza que rompe com o dogmatismo, mas que também é capaz de deslocar o homem de seu estado de angústia aguda.

O *cogito* cartesiano propõe uma dimensão do homem, conferindo-lhe um estatuto de ser em consequência de sua atividade de pensamento, ponto de certeza, não aberto a dúvidas. No caso, a dúvida só deveria ser aplicada a todas as outras coisas. Assim, surge um homem que pode existir porque pensa e, por isso, passível de inscrição no mundo do simbólico, fundamentado na representação conceitual, que pressupõe a exclusão das coisas não conceituadas.

Alberti e Elia (2008), fundamentados em Bachelard (1977) e Milner (1996), situam a ciência como um modo de produção de conhecimento baseado nos parâmetros metodológicos de Galileu, interpretados pela arquitetura discursiva de Descartes. Sendo assim, caracteriza-se por um despojamento das qualidades sensíveis do objeto, mas, igualmente, pelo uso de uma linguagem despojada de significações partilhadas pelo senso comum e por seguir estritamente o princípio da contingência e da universalidade, “segundo o qual todo e qualquer elemento a ser estudado poderia ser infinitamente diverso do que é, nada o obrigando, previamente, a ser como é, e cabendo justamente à ciência esclarecer os modos pelos quais ele chegou a ser como é” (Alberti; Elia, 2008, p. 784). Tais elementos compõem o método de pesquisa denominado hipotético-dedutivo, que fundamenta a pesquisa freudiana. No entanto,

a despeito de nascer no seio da ciência, irá subvertê-la, a partir do momento em que dispõe da noção de sujeito do inconsciente.

Segundo Lacan (1998b), esse sujeito foi introduzido pelo discurso da ciência moderna, saber que rejeita o sujeito. Sobre esse tema, Gault (2015, p. 62) ressalta que o inconsciente freudiano é impensável sem o advento da ciência moderna: “O sujeito cartesiano dá origem a um novo sujeito, universalizável, posto que despido de qualquer representação particular.” Sujeito desnorteado [*déboussolé*], órfão do saber científico, “apartado do saber tradicional que respondia ao enigma de sua existência e de seu sexo” (Gault, 2015, p. 62).

O sujeito considerado pela psicanálise é um obstáculo às pesquisas científicas, algo a ser contornado, retirado de campo. Dessa forma, sobre a articulação entre psicanálise e ciência, é possível afirmar que o sujeito que a ciência considera é abordado como uma variável, que se torna passível de mensuração quando interfere num experimento científico, por exemplo. Por outro lado, o sujeito que interessa à psicanálise é o sujeito da fala, sempre cindido.

Além da conjunção do método hipotético-dedutivo, a ciência também pode ser considerada como um modo de observação da realidade que promove um recorte da realidade que será transformado em dados. Nesse recorte, os elementos serão utilizados para o trabalho no estabelecimento de correlações refinadas, cuja serventia será a de possibilitar que se determine um conjunto de causas gerais. Esse tipo de procedimento é adequado ao método empírico-indutivo, *modus operandi* originário das propostas de John Locke, que será retomado pelo positivismo utilizado por Auguste Comte. Nele, encontramos um pretensioso projeto de inserir as ciências humanas e sociais no ramo das ciências naturais. Essa é também a mesma metodologia em que se ajustam algumas correntes da psicologia,

como a psicoterapia cognitivo comportamental, por exemplo. Segundo Bachelard (1977), essas duas tendências metodológicas são opostas entre si.

Podemos considerar a clínica da dor como afeita ao primeiro método indicado por nós, o hipotético-dedutivo. Sendo contrária à especialização dos saberes, a referida clínica pode ser considerada ampliada em relação ao modelo tradicional (o biomédico). Isso porque a “clínica positivista”, fundamentada no método empírico-indutivo, leva a uma especialização cada vez mais profunda dos saberes. E o médico, guiado por essa lógica, acaba por se tornar um técnico, cada vez mais um especialista (Barreto, 2014). Afasta-se progressivamente do doente, do sujeito em sofrimento, em detrimento de uma maior preocupação com a doença e seu processo mórbido. Quanto à psicanálise, entendemos que ela está “para além” da clínica da dor.

No método psicanalítico, a teoria se constrói a partir da escuta clínica. Sua utilidade, no limite, refere-se à construção da direção de um tratamento, a partir do manejo da transferência. Essa abordagem implica uma unidade entre teoria e prática – clínica –, diversa da disjunção promovida pela abordagem positivista, a qual as práticas médicas buscam se adequar. Nessa perspectiva, o método da psicanálise inclui um posicionamento específico no que concerne à relação entre pesquisador e objeto. Nele, o primeiro, em vez de buscar uma pretensa neutralidade e a partir do enlace transferencial com o sujeito que fala, imerso na pesquisa empreendida pelo segundo, encontra-se orientado pela ética da psicanálise.

a psicanálise “para além” da clínica da dor

O “para além” aqui é uma referência ao célebre texto “Além do princípio do prazer” (Freud, 2007a). Ao operar sobre um sujeito, em um campo, o do inconsciente, estruturado

como uma linguagem, e o do gozo, referido à *lalíngua* (Lacan, 1975), a psicanálise se distancia de outros saberes. A proposta de “ruptura com o biologicismo possibilitou à psicanálise operar com um campo no qual não está em questão nem um organismo nem um homem, mas um sujeito” (Ferreira; Alberti, 2013, p. 214).

Considerando os registros do simbólico e do imaginário, entre o sentido e o que dele escapa, a psicanálise inclui outra dimensão do sujeito, a que aponta para a impossibilidade da completa inserção do trabalho psicanalítico no mundo das representações, da simbolização. Trata-se da vertente do gozo, propriedade do corpo vivo que fala, tal como formulada por Lacan (1975). Vertente que Lacan situa do lado do registro do real, cujo cenário propicia que o autor realize uma torção do *cogito* cartesiano, dentre outras que apresentará no decorrer de seu ensino. O autor retira o ‘eu’ da frase, visto que no gozo o sujeito se abole, e formula: “penso, logo go(z)sou” (Lacan, 2011b, p. 11), pois só há gozo do corpo. A referência é o cartesiano *je pense, donc je suis*, que se torna *je pense, donc je souis*, a partir do jogo de palavras entre *je suis* (sou) e *je jouis* (gozo).

A proposição de Lacan acerca do mental/psíquico evita a confusão na qual o clínico frequentemente mergulha: entre uma suposta objetividade da doença no órgão e uma subjetividade. Esta última geralmente referenciada como uma pedra no caminho, tanto para os resultados clínicos obtidos, fugindo ao prognóstico determinado, como para os fins das pesquisas ditas científicas, onde a subjetividade deve ser isolada, neutralizada.

Para os pacientes com dor crônica, a ausência de parâmetros fisiopatológicos que a justifiquem é um obstáculo para o reconhecimento da legitimidade de seu sofrimento. Quando a dor está referida a uma lesão orgânica, a conduta terapêutica pode ser mais facilmente definida, tanto como o diagnóstico e o prognóstico do quadro clínico. Porém, quando questões

subjetivas permeiam o processo álgico, a situação geralmente se complexifica, ganhando um caráter de indefinição.

o corpo segundo a psicanálise

Desde os primórdios de seu ensino, Lacan (1986) coloca em questão a dualidade entre objetivo e subjetivo. Para esse autor, trata-se do campo da realidade psíquica, do que se passa entre a percepção e a consciência motora do eu. A partir da experiência do buquê invertido, formaliza a teoria do estágio do espelho, cujo aporte central institui um processo de formação da imagem corporal anterior à maturação fisiológica. Sendo assim, o domínio imaginário do corpo se dá prematuramente em relação ao domínio real. Nas palavras de Lacan (1986, p. 96): “O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo”. A prematuridade do domínio psicológico coloca em questão a possibilidade da existência de um organismo puramente biológico e natural no humano. Haverá sempre a influência do modo pelo qual o sujeito estrutura sua vida de fantasia. Portanto, torna-se impossível pensar em uma realidade que não esteja imbuída em uma trama simbólica.

Lacan (2008) afirma que, por estar imerso na linguagem, o ser humano serve-se do jogo significante, que é sempre faltoso, pois continuamente remete a outro significante. A ciência pode ser localizada no campo dos significados. Já a psicanálise, que propõe a escuta sobre o que acomete o sujeito, pode ser inserida no campo do significante. Desse modo, “todo fenômeno analítico, da descoberta analítica, daquilo com que lidamos no sintoma e na neurose, é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 2008, p. 196). Visada que assegura que o sinal biológico só nos remete a uma significação natural, na medida em que algo faz signo, ou seja,

assume imediatamente um valor para um receptor, que é feito para receber tal sinal. Tal como aquele do pintarroxo, que vê o vermelho e dá início a uma série de comportamentos doravante unitários, uma vez que liga diretamente o portador do sinal àquele que o percebe.

No caso dos seres humanos, há uma separação estrutural entre sinal e objeto, como ilustram as pegadas na areia de Sexta-feira, em *Robinson Crusóé*.³ O sinal está presente sem que necessariamente exista um sujeito que o reconheça, “o rastro existe mesmo se não há ninguém para olhá-lo” (Lacan, 2008, p. 196). O significante, portanto, é um sinal de uma ausência, “que é como tal estruturado para significar a ausência de outro sinal, em outros termos, para opor-se a ele num par” (p. 197). Essa concepção implica a apreensão de um corpo que não se resume à anatomia, mas é marcado pela linguagem, pelo jogo significante.

Lacan (1985) chama de falha epistemossomática o efeito que o progresso da ciência terá sobre a relação da medicina com corpo. Assim:

[...] o que cada um faz, ou acredita poder fazer, seja ele médico ou psicanalista, deve se marcar de início por uma constatação: não existe medicina psicossomática, toda tentativa de fazer uma reconciliação superficial entre psyché e soma não é senão denegação do que instaurou a objetivação científica: a impossibilidade de deixar algum lugar que seja para a questão do Sujeito. (Clavreul, 1983 p. 34)

Segundo Castellanos (2009), nesse momento do ensino de Lacan, a falha epistemossomática refere-se ao fato de que a medicina não incorpora a incidência do inconsciente, da

³ *Robinson Crusóé* é um romance escrito por Daniel Defoe, originalmente publicado em 1719, no Reino Unido. Conta a história de um naufrago que, exilado em uma ilha, percebe pegadas na areia. Mais tarde, descobrindo que seriam de um silvícola, denomina-o Sexta-feira e o torna seu servo.

linguagem sobre o corpo. Para a psicanálise, o corpo não é anatômico, mas resultado do encontro do organismo com a linguagem. Barreto (2014, p. 5) afirma que “a falha epistemossomática, portanto, é a que se verifica entre o corpo considerado como um sistema homeostático, em sua pura presença animal – corpo biológico estabelecido pela ciência médica – e o organismo *desejante e gozoso*”.

O fato de visar o sujeito é tomado, frequentemente, como justificativa de crítica à psicanálise, por sua não adequação aos moldes da ciência, que preza dados objetivos, de forma que, “pelo simples fato de falar do sujeito, a experiência se tornaria uma coisa subjetiva e não científica” (Lacan, 1999, p. 108). Lacan ressalta o risco de o termo subjetividade cair nas amarras da psicologia e confundir-se com o que há de apreensível no sentimento de alguém. Do lado da psicanálise, a subjetividade ocupa outro lugar: “para o analista, como para quem procede pela via de um certo diálogo, a subjetividade é o que ele tem de considerar em seus cálculos quando lida com aquele outro que pode introduzir nos cálculos dele seu próprio erro” (p. 109).

Essa perspectiva tem consequências na prática clínica. Um relato de dor, mesmo sem uma determinação orgânica claramente definida, não pode ser considerado fruto da imaginação do sujeito. Ao contrário, deve ser escutado como um modo de falar sobre o sofrimento, considerado como uma mensagem com fins de significantizá-lo, simbolizá-lo. Do mesmo modo, um analista não se prontificará a atestar se o dizer de um paciente pode ser confirmado em uma realidade factual, compartilhada. Concordamos com Vilhena e Rosa (2012, p. 126), quando afirmam que “a função da psicanálise é propiciar o aparecimento do sujeito para que este possa conduzir o seu próprio tratamento, utilizando-se para tanto dos mecanismos psicanalíticos: a fala, a transferência e sua capacidade de elaboração simbólica”.

Portanto, a resposta dada pelo psicanalista diante de um caso clínico é diversa das de outros profissionais do campo que denominamos *psi*. Segundo Miller (2011, p. 26), “de certa forma, a análise propriamente dita começou quando Freud abandonou o fato de corroborar os ditos com os fatos. Se a verificação encontra uma pertinência em psicanálise, ela só se aplica ao interior dos ditos do paciente”.

a intervenção psicanalítica

Em linhas gerais, o encaminhamento ao psicólogo geralmente acontece quando, no atendimento médico, há menção a traumas emocionais, dificuldades de relacionamento, na família, na relação médico-paciente ou mesmo pelo fato de o doente fugir a um padrão de comportamento esperado (Lima; Trad, 2008). Angeloti e Sardá (2005, p. 53-54) descrevem os seguintes critérios de encaminhamento para avaliação psicológica: quando os sintomas ou queixas trazidos pelo paciente são maiores que os esperados pela avaliação clínica ou exames; quando houver percepção ou dúvida sobre a presença de sintomas emocionais e/ou comportamentais (por exemplo: depressão, estresse e uso de drogas); quando o paciente estiver fazendo uso excessivo do sistema de saúde; quando os sintomas ou dores crônicas persistirem por muitos anos; ou quando houver evidências de estratégias de enfrentamento inadequadas e/ou não efetivas por parte do paciente. Quando um paciente procura o profissional na busca da resolução de seus impasses, a resposta pode ser pela via das psicoterapias, cujo manejo, na visão da psicanálise, assume formas estabelecidas previamente. Alguns autores sublinham os atendimentos em psicoterapia e em psicanálise de pacientes com dor crônica, sem marcarem a distinção entre as duas abordagens (Lima; Trad, 2007; Perissinotti; Figueiró, 2005).

Freud (2008c) destaca a diferença fundamental entre a proposta da psicanálise e a das psicoterapias. Comparando esses dois campos com a temática das artes, faz equivaler a psicanálise ao trabalho do escultor, enquanto as psicoterapias seriam semelhantes ao do pintor. Isto porque este último, para realizar sua obra, insere e distribui a tinta sobre a tela, donde temos a expressão de Leonardo da Vinci: “pela via de colocar” (*per via di porre*, em italiano). O primeiro, por sua vez, precisa esculpir, ou seja, retirar lascas da pedra para criar sua escultura. Um trabalho que, ao contrário da pintura, funciona pela via de retirar ou subtrair (*per via di levare*).

Para a psicanálise, as pessoas que demandam atendimento não são pacientes *a priori*. É preciso um trabalho preliminar, que possa propiciar uma demanda de análise. Para Miller (1987), essa característica distingue a prática psicanalítica da psiquiatria, na qual o paciente pode ser designado pelos outros, pela família, pelo médico, pela sociedade, pelas instâncias sociais que lhe dizem para se tratar. Ao contrário, “a demanda ao psicanalista deve partir do movimento próprio do paciente, isto é, a demanda ao psicanalista é o modo do paciente interpretar para si mesmo seu próprio sintoma a partir do que ele sabe e também do que não sabe, a partir do desconforto de tipo especial que lhe causa seu sintoma” (Miller, 1987, p. 113). E a resposta de um analista à demanda de tratamento é peculiar (Brandão Junior; Besset, 2012b). Isto porque o sintoma psicanalítico se constrói a partir de seu endereçamento ao analista na experiência psicanalítica. Essa inclusão do analista no sintoma coloca em jogo a transferência.

Freud (2008a) ressalta que a psicanálise faz da transferência um instrumento de trabalho e essa dimensão está presente desde os primeiros momentos do encontro entre analista e paciente. Assim, chama de ensaio prévio a um tratamento o que

Lacan (2011a) denomina entrevistas preliminares. Nessa primeira etapa, cabe ao psicanalista estabelecer um diagnóstico, que demarcará conduções diferentes na direção do tratamento, em especial a partir do diagnóstico diferencial entre neurose e psicose (Besset; Brandão Junior, 2012a). Vejamos como o atendimento a pacientes com dor crônica pode nos ajudar no debate do tema.

Eliza e o corpo simbólico

Trata-se de uma paciente atendida no Serviço de Investigação e Acompanhamento de Pacientes com Dor Crônica que, após avaliação com a reumatologista colaboradora, recebeu o diagnóstico de fibromialgia. Eliza, como a chamaremos, iniciou um quadro de dores quando sofreu uma queda em sua casa. Na ocasião, pretendia ajudar seu companheiro em uma atividade da reforma de sua residência. Inicialmente, seu relato era desprovido de qualquer afetividade em relação ao fato ocorrido. Segundo ela, foi: “um acidente! Como acontece todos os dias com as pessoas!”. Ao mesmo tempo, porém, esse acidente parecia fornecer justificativa para suas dores. Todavia, o motivo pelo qual suas dores persistiam era enigmático para os médicos, que nada encontravam. Mas, ela acreditava que algo em seu corpo havia mudado, dada a brutalidade de sua queda.

Ao questioná-la sobre como estava sua vida na época, esclarece que logo após o incidente pediu que o companheiro fosse embora definitivamente. Conta que, tempos antes, havia descoberto que ele mantinha um relacionamento extraconjugal. Porém, o mesmo havia se arrependido e pediu que voltassem a morar juntos. A citada obra funcionou como uma moeda de troca para o regresso do antigo companheiro, na tentativa de reconciliação. Relata que, na circunstância da saída definitiva

do parceiro, sentiu como se tivesse tirado “um peso das costas dele”. Mas, foram as suas costas que começam a doer.

Eliza tem dificuldades para localizar os acontecimentos de sua história, cronologicamente. Ao relatar sua queda, primeiramente a situa no ano em que descobriu a traição, embora em seguida se recorde de que tal fato ocorrera cerca de oito anos antes. Ao apontarmos esse “equivoco”, a paciente fica surpresa e inicia uma série de tentativas de se localizar no tempo, buscando documentos que comprovem os fatos. Depois disso, relata que, dois anos antes do acidente, separou-se pela primeira vez, mas decidiu tentar retomar a relação.

Nessa época, compara seu corpo a uma tomada que se liga às preocupações de sua vida. Diz ter se dado conta de que sempre foi sugestionável. Na época da gravidez de sua irmã, por exemplo, sentiu as dores do parto. Já em atendimento, chega acometida por uma severa rouquidão e fala sobre uma briga com algumas pessoas da sua família. Nessa briga, disse coisas das quais se arrependeu, reprimendo-se por conta disso. É interessante observar que, nessa ocasião, a dor não se intensificou, como de costume quando se envolve em uma situação que a deixa “estressada”. No entanto, surge outro sintoma no corpo, a rouquidão.

Após esse tempo de atendimento, Eliza passa a fazer alguns relatos que poderiam apontar para a questão histórica: sou homem ou sou mulher? Frente à questão, todavia, lança mão de respostas. Deve seguir à risca os ensinamentos de sua mãe sobre o que uma mulher deve fazer: passar valores aos filhos e se comportar adequadamente, seguindo as regras ditadas pela sociedade. Para algumas mulheres, “identificar-se com padrões sociais do que seria o feminino basta para habitar um corpo de mulher; para outras, o feminino deve ser inventado” (Dupim, 2014, p. 95). Nesse período, permanece com dores intensas e queixa-se de que elas são as únicas coisas que a impedem de

fazer o que deseja. Nesse momento, questiono o que a impedia de realizar seus desejos antes do quadro algíco; ela responde que era seu marido que ocupava esse lugar. Pois não conseguia contrariá-lo e sempre abria mão de seus anseios para lhe servir, seguindo seus preceitos do que seria a resposta adequada para uma mulher nessas situações.

Todas as vezes em que fala da separação, a paciente não demonstra sofrimento ou incômodo, sempre afirmando que é algo já resolvido em sua vida, “de fácil resolução”, inclusive na época em que ocorreu. No entanto, Eliza começa a “desconfiar” de que suas dores possam ter relação com uma resposta dela diante da traição do marido, momento em que seu lugar como mulher vacilou. Lembra que as dores na verdade não surgiram quando descobriu a traição, mas sim quando o companheiro estava prestes a retornar para casa. Esse fato abre caminho para que apontemos o quão difícil deve ter sido o retorno do parceiro, já que, como mulher, sempre agira conforme as regras, e que aceitá-lo de volta iria contra os valores que relatava nas sessões. Afinal, disse que algo na sua relação havia se quebrado quando soube da traição, do mesmo modo que mencionou a sensação de “corpo quebrado” depois do acidente.

Além disso, outros sintomas variavam com as dores, tais como problemas respiratórios e episódios de insônia seguidos de períodos sem dor. Diz sempre ter sido a “diferente da casa”, por ser a “filha branca”, “docinho de coco: gostosa, mas enjoadinha”. Significantes que usa para se nomear e que a localizam no mundo. “Preso pela aliança”, como de fato ocorreu, literalmente, certa vez quando descia do transporte público para vir às sessões. Parece não poder efetivar a separação, não retoma nenhum relacionamento amoroso. Sua parceria amorosa lhe servia para evitar se colocar a questão sobre o feminino. Casou-se para dar um pai ao filho, pai que ela mesma não teve.

Suas dores, de um “corpo quebrado”, vêm falar sobre um repúdio ao gozo e da impossibilidade de se situar do lado feminino na partilha dos sexos.

O caso de Eliza evidencia de início um corpo que está para além da anatomia, afetado pela linguagem. Em “Função e campo da fala e da linguagem”, preocupado em evidenciar a materialidade da linguagem e da palavra, Lacan (1998b, p. 302) alude ao corpo como matéria, afirmando que:

[...] a fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito; podem engravidar a histérica, identificar-se com o objeto do *Penis-neid*, representar a torrente de urina da ambição uretral, ou o excremento retido do gozo avarento.

o corpo imaginário simbólico e real

A ordem simbólica entra em campo demarcando um plano distinto do eixo imaginário. Este último contempla as relações do eu, mesmo nível da constituição dos objetos. O muro da linguagem, tal qual denominado por Lacan, coloca em jogo a função do Outro (grande outro), a quem o sujeito verdadeiramente se endereça, mesmo que não o saiba. Ao se endereçar ao Outro, o que consegue alcançar é o eixo a-a', do imaginário. Raciocínio que justifica a afirmação de que “a linguagem humana constituiria, então, uma comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida” (Lacan, 1998b, p. 299). Essa dinâmica é representada pelo esquema L.

Com este esquema, Lacan esclarece o que na constituição do sujeito o diferencia do funcionamento animal e, mais exatamente, que faz com que o ser humano não seja meramente uma conse-

quência de seu funcionamento orgânico/biológico. Nesse contexto, a própria noção de uma realidade dita verdadeira, plenamente objetivada, que em Freud aparecia com o nome de realidade material, não pode ser compreendida. Isso porque não há apreensão da realidade por parte dos sujeitos que se faça sem a imbricação entre os três registros, que nos permite afirmar que a realidade é eminentemente psíquica.

Para Lacan (1995), a realidade em jogo na experiência analítica é oposta à preconizada pelo ideal de ciência, que remonta ao Século XVIII e prevê um homem-máquina. Nessa visão, o que se passa no nível do psiquismo, do mental, exige ser referido a uma equivocada consistência orgânica, “uma espécie de seqüela do postulado dito organicista” (Lacan, 1995, p. 32). Em sua releitura de Freud, aponta para algo que escapa à ordem simbólica e ao imaginário: o real, que só pode ser apreendido por meio do jogo simbólico e carece de uma ordem significante previamente instalada. Assim, “todas as relações com o corpo próprio que se estabelecem por intermédio da relação especular, todas as pertinências do corpo entram em jogo e são transformadas por seu advento significante” (Lacan, 1995, p. 193). Nessa conjuntura, de ênfase às tópicas do imaginário e do simbólico (Miller, 2012), emergirá a noção do sintoma como metáfora, “enlaçando-se ao corpo sob a forma de mensagem a ser decifrada” (Besset; Brandão Junior, 2012a, p. 438).

Partindo da especificidade da contribuição da clínica psicanalítica ao campo da clínica da dor, nossa pesquisa – intervenção permite verificar que a psicanálise prevê um corpo para além da anatomia. Na prática clínica, a premissa de um corpo marcado por sua imersão em um mundo de linguagem implica que a direção do tratamento deve se fundamentar na fala do paciente. Sem uma intervenção prévia à escuta clínica, o psicanalista vai indicar que o paciente fale sobre seu mal-

-estar e sobre o que lhe acomete – no nosso caso, as dores crônicas. É através de uma escuta específica que o analista se depara com as modalidades de gozo próprias a cada *falasser* e apostando na proposta de dar contorno simbólico a um gozo sem palavras. Gozo cujo suporte é o corpo tal qual descoberto pela pesquisa freudiana.

Referências

ALBERTI, S.; ELIA, L. Psicanálise e ciência: o encontro dos discursos. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 8, n. 3, p. 779-802, 2008.

ANGELOTTI, G.; SARDÁ JÚNIOR, J. Avaliação psicológica da dor. In: FIGUEIRÓ, J. A. B.; ANGELOTTI, G.; PIMENTA, C. (Org.). *Dor e saúde mental*. São Paulo: Atheneu, 2005. p. 51-68.

ASSOUN, P. L. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

BACHELARD, G. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARRETO, F. P. Os efeitos da ciência sobre o corpo. O corpo: máquina da medicina, o corpo neuronal da psiquiatria biológica, o corpo remodelado da medicina plástica. *Opção Lacaniana*, n. 13, p. 1-7, 2014.

BESSET, V. L. *Corpo e dor: os desafios das dores crônicas*. Módulo I: projeto de pesquisa. [S.l.: s.n.], 2001. Circulação restrita.

BESSET, V. L. *Corpo e dor: os desafios das dores crônicas*. Módulo II: projeto de pesquisa. [S.l.: s.n.], 2013. Circulação restrita.

BESSET, V. L.; BRANDÃO JÚNIOR, P. M. C. Quando a dor faz corpo. *Revista Borromeo*, n. 3, p. 433-449, 2012.

BESSET, V. L.; COUTINHO, L. G.; COHEN, R. H. Pesquisa-intervenção com adolescentes: contribuições da psicanálise. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e na juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj, 2008. p. 94-112.

BESSET, V. L. et al. Corpo e sintoma na experiência analítica. In: _____; CARNEIRO H. F. (Org.). *A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 147-165.

BESSET, V. L. et al. Um nome para a dor: fibromialgia. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 10, p. 1245-1269, 2010.

BRANDÃO JUNIOR, P. M. C. *Para além da dor, o corpo*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

BRANDÃO JUNIOR, P. M. C.; BESSET, V. L. Psicanálise e saúde mental: contextualizando o atendimento às demandas. *Psicologia USP*, v. 23, n. 3, p. 523-538, 2012b.

CASTELLANOS, S. *El dolor y los lenguajes del cuerpo*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009.

CLAVREUL, J. *A ordem médica: poder e impotência do discurso médico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DUPIM, P. G. V. *Angústia, corpo e dor: particularidades nas escolhas amorosas*. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, M. R.; ALBERTI, S. Psicanálise e ciência: a emergência de um sujeito sem qualidades. *Psicanálise & Barroco em Revista*, v. 11, n. 2, p. 210-224, 2014.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREUD, S. Más allá del principio de placer. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007a. p. 1-136. v. 18. Originalmente publicado em 1920.

FREUD, S. Lo ominoso. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007b. p. 215-252. v. 17. Originalmente publicado em 1919.

FREUD, S. Proyecto de psicología. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007c. p. 323-446. v.1. Originalmente publicado em 1950.

FREUD, S. Sobre la dinámica de la transferencia. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008a. p. 93-106. v. 11. Originalmente publicado em 1912.

FREUD, S. Sobre la iniciación del tratamiento. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008b. p. 121-144. v. 11. Originalmente publicado em 1913.

FREUD, S. Sobre psicoterapia. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008c. p. 243-258. v. 7. Originalmente publicado em 1905.

FREUD, S. Tratamiento psíquico (tratamiento del alma). In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007d. p. 11-132. v. 1. Originalmente publicado em 1890.

GAULT, J. L. O nascimento da ciência moderna. Uma leitura de “A ciência e a verdade”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 67, n. 2, p. 156-161, 2015.

HEYMANN, R. E. et al Consenso brasileiro do tratamento da fibromialgia. *Revista Brasileira de Reumatologia*, v. 50, n. 1, p. 56-66, 2010.

KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 869-892. Originalmente publicado em 1955.

LACAN, J. *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011a.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. (Org.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 228-324.

LACAN, J. O lugar da psicanálise na medicina. *Opção Lacaniana*, n. 32, p. 8-14, 2001. Originalmente publicado em 1966.

LACAN, J. Psicoanálisis y medicina. In: _____. *Intervenciones y textos I*. Buenos Aires: Manantial, 1985a. p. 86-89. Originalmente publicado em 1966.

LACAN, J. *Le séminaire, livre XX: encore*. Paris: Seuil, 1975.

LACAN, J. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. Originalmente publicado em 1953-1954.

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985b. Originalmente publicado em 1955-1956.

LACAN, J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. Originalmente publicado em 1956-1957.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Originalmente publicado em 1957-1958.

LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Originalmente publicado em 1959-1960.

LACAN, J. *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Originalmente publicado em 1960-1961.

LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Originalmente publicado em 1962-1963.

LACAN, J. A terceira. *Opção Lacaniana*, n. 62, p. 11-36, 2011b. Originalmente publicado em 1975.

LIMA, M. Dor crônica: objeto insubordinado. *História, Ciências, Saúde*, v. 15, n. 1, p. 117-133, 2008.

LIMA, M.; TRAD, L. A. B. A dor crônica sob o olhar médico: modelo biomédico e prática clínica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2672-2680, 2007.

MILLER, J. A. A psicanálise e a psiquiatria. *Falo: Revista Brasileira do Campo Freudiano*, n. 1, p. 113-124, 1987.

MILLER, J. A. A psicanálise, seu lugar entre as ciências. *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, n. 68, p. 15-30, 2011.

MILLER, J. A. Os seis paradigmas do gozo. *Opção Lacaniana*, n. 7, p. 1-49, 2012.

MILNER, J. C. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PERISSINOTTI, D.; FIGUEIRÓ, J. Psicoterapias: indicação, modalidades e tratamento para doentes com dor. In: FIGUEIRÓ, J.; ANGELOTTI, G.; PIMENTA, C. (Org.). *Dor e saúde mental*. São Paulo: Atheneu, 2005. p. 93-104.

REY, R. *História da dor*. São Paulo: Escuta, 2012.

SANTOS, R. A. *Estratégias terapêuticas no tratamento da dor crônica: uma genealogia da clínica da dor*. 2009. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VILHENA, J.; ROSA, C. M. Na trama da cultura: a psicanálise para além das quatro paredes. In: RUDGE, A. M.; BESSET, V. L. (Org.). *Psicanálise e outros saberes*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012. p. 109-132.

sobre os autores

Amadeu de Oliveira Weinmann

Psicanalista, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenador do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Cinema (Nuppcine), membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e do GT Psicopatologia e Psicanálise da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp).

E-mail: weinmann.amadeu@gmail.com.

Ana Cecília Magtaz

Psicóloga, psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Curso de Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Diretora administrativa da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF).

E-mail: acmscaz@uol.com.br.

Ana Cleide Guedes Moreira

Psicanalista e psicóloga. Pós-Doutora em Psicologia Clínica e professora associada da Universidade Federal do Pará. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e do GT Psicopatologia e Psicanálise da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp).

E-mail: acleide@uol.com.br.

Angélica Bastos

Professora associada no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do GT Psicopatologia e Psicanálise da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). Psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP).

E-mail: abastosg@terra.com.br.

Bárbara Araújo Sordi

Psicóloga clínica. Professora adjunta da Universidade da Amazônia. Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: barbarasordi@hotmail.com.

Cláudia Henschel de Lima

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/Volta Redonda). Coordenadora do Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas (Lapsicon) e do Centro de Referência em Álcool e outras Drogas. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e da Associação Brasileira Multidisciplinar sobre Drogas (ABRAMD).

E-mail: claudiahlima@vm.uff.br.

Edilene Freire de Queiroz

Psicanalista; doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP); pós-doutora na Université de Aux-Marseille I. Professora titular e membro do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Coordenadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise. Pesquisadora P-2 do CNPq.

E-mail: edilenefreiredequeiroz@gmail.com.

Elizabeth Regina Almeida de Siqueira

Psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise. Mestre e doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Professora de Clínica Lacaniana na Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire).

E-mail: betesiqueira1@gmail.com.

Ivo de Andrade Lima Filho

Professor adjunto do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Psicanalista do Círculo Psicanalítico de Pernambuco (CPP) e membro do Laboratório de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: ivoalf@bol.com.br.

Laurent Ottavi

Psicanalista membro da École de la Cause Freudiane (AMP). Professor de Psicopatologia, diretor do Laboratoire de Psychopathologie, na Université Rennes 2.

E-mail: laurent.ottavi@me.com.

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Doutora pela Universidad de Deusto. Professora adjunta IV da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Coordenadora Geral da Pós-Graduação da Unicap. Membro do grupo de pesquisa “Psicologia, Sexualidade e Política” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). Membro do grupo de pesquisa “Família, Gênero e Interação Social”. Pesquisadora do CNPq, nível PQ II.

E-mail: crisamaz@gmail.com.

Maria Elizabeth Araújo

Psiquiatra, psicanalista e professora do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: mariaraujo1708@hotmail.com.

Marisa Amorim Sampaio

Psicóloga pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com formação em Clínica Psicanalítica pelo Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem (CPPL). Mestre e doutora em Saúde Materno Infantil pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), com Programa de Doutorado Sanduíche na Clínica Tavistock (Londres). Pós-doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Docente e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

E-mail: marisasampaio@hotmail.com.

Manoel Tosta Berlinck (*in memoriam*)

Sociólogo, psicanalista, Ph.D. pela Cornell University, Ithaca, N.Y., USA. Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (2002/2010). Editor responsável da *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Membro da World Association of Medical Editors.

Paula Orchiucci Miura

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, com pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: paula.miura@ip.ufal.br.

Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Pesquisa e Clínica Psicanalítica pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa em Clínica Psicanalítica da UFRJ (Clinp-UFRJ). Membro e coordenador do Fórum do Campo Lacaniano de Nova Iguaçu. Supervisor clínico institucional do CAPSi Zaira Vicente Bicchieri (Belford Roxo/RJ). Professor do curso de graduação em Psicologia do Uniabeu (Belford Roxo/RJ).

E-mail: pedromoacyr@uol.com.br.

Susane Vasconcelos Zanotti

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre e doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio de doutorado (Université Paris 8). Pós-doutora na Université Rennes 2. Membro do GT “Psicopatologia e Psicanálise”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). e do Laboratório de Pesquisas em Psicanálise da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: susane.zanotti@ip.ufal.br.

Samanta Antoniazzi

Psicóloga, psicanalista, membro do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA) e mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: antoniazzi.samanta@gmail.com.

Soizic Bernard

Psychologue Clinicienne, Psychologue à la Protection Judiciaire de la Jeunesse UEMO (Unité Éducative de Milieu Ouvert) de Saint Martin, Doctorante en Psychopathologie, EA 4050 Université Rennes 2.

E-mail: soizic.bernard@gmail.com.

Vera Lúcia Dutra Facundes

Professora adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento pela mesma universidade.

E-mail: verafacundes@yahoo.com.br.

Vera Lopes Besset

Doutora em Psicologia (Paris V); professora da Pós-Graduação em Psicologia-I da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenadora do Núcleo de Pesquisas Clinp (Clínica Psicanalítica) do PPGP-IP da UFRJ; pesquisadora da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF); membro do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (Lipis). Psicanalista. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise – Escola do Campo Freudiano (EBP–ECF) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP).

E-mail: besset@terra.com.br.

consultores *ad-hoc* responsáveis pela avaliação dos capítulos da coletânea

Carlos Henrique Kessler

Cleide Pereira Monteiro

Cleyton Sidney de Andrade

Esperidião Barbosa Neto

Fábio Paes Barreto

Gabriella Dupim

Heliane de Almeida Lins Leitão

Maria Consuêlo Passos

Marina Vieira Espinoza

psicanálise **clínica e cultura**

Freud instaura como marco fundador da psicanálise um duplo movimento: por um lado, inscreve a escuta como operador próprio à clínica psicanalítica; por outro, surpreende, ao estender essa *praxis* às análises da cultura, estabelecendo um suave movimento pendular entre o que é da ordem do singular de uma subjetividade e o que diz respeito aos efeitos subjetivantes do processo social. Nessa perspectiva, é sempre da escuta de um sujeito que se ocupa a psicanálise; de um sujeito que emerge no campo do Outro.

Dos famosos casos clínicos freudianos – como Dora, Pequeno Hans, Homem dos ratos, Homem dos lobos, Jovem homossexual – a suas leituras de produções culturais, como a *Gradiva*, de Jensen, e *Moisés*, de Michelangelo; dos escritos sobre as formações do inconsciente – como *A interpretação dos sonhos* – a seus textos de análise da cultura, como *Totem e tabu*, *Psicologia das massas e análise do eu*, *O mal-estar na civilização*; dos escritos metapsicológicos – como *A pulsão e seus destinos* – às agudas críticas da atualidade – como *Reflexões para tempos de guerra e morte* –, o movimento inaugurado por Freud foi sempre o de delinear, como efeito da inscrição de um saber próprio ao campo psicanalítico, aquilo que, paradoxalmente, resta impensado no processo de constituição de um sujeito, legando a nós, seus sucessores, a responsabilidade por seguir trabalhando. Como modo de dar consequência a essa responsabilidade, inspirados na proposição lacaniana de um retorno a Freud, propomos a série *Psicanálise: clínica e cultura*.

Boa leitura!

New Baskerville 11
Offset 75 g/m²
Gráfica da UFRGS

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax
(51) 3308-5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Luciane Delani •
Editoração: Lucas Ferreira de Andrade (Coordenador), Clarissa Felkl Prevedello, Marleni
Matte e Rafael Menezes Luz • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Cláudio
Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Azevedo, Heloísa Polese Machado, Jaqueline
Trombin e Laerte Balbinot Dias

psicanálise clínica e cultura

Amadeu de Oliveira Weinmann
Ana Cecília Magtaz
Ana Cleide Guedes Moreira
Angélica Bastos
Bárbara Araújo Sordi
Cláudia Henschel de Lima
Edilene Freire de Queiroz :: org.
Elizabeth Regina Almeida de Siqueira
Ivo de Andrade Lima Filho
Laurent Ottavi
Manoel Tosta Berlinck :: *in memoriam*
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Maria Elizabeth Araújo
Marisa Amorim Sampaio
Paula Orchiucci Miura
Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior
Samanta Antoniazzi
Soizic Bernard
Susane Vasconcelos Zanotti :: org.
Vera Lopes Besset
Vera Lúcia Dutra Facundes